Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

V Legislatura **Número: 22**

I Sessão Legislativa **Horta, Quinta-feira, 3 de Junho de 1993**

Presidente: *Deputado Madruga da Costa.*

Secretários: *Deputados Manuel Brasil e Hélio Pombo.*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 12,00 horas.

Depois de ter lugar a leitura do expediente entrado na Mesa, bem como de alguns requerimentos presentes, passou-se ao Período da Ordem do Dia, cujo único ponto que ratava da primeira Moção de Censura ao Governo Regional, apresentada por todos os partidos da Oposição, com assento parlamentar, ou seja, pelo Partido Socialista, CDS/Partido Popular e ainda Partido Comunista Português.

Assim, usaram da palavra os seguintes Srs. Deputados:

Martins Goulart *(PS),* que apresentou a referida Moção como sendo primeiro signatário da mesma, Carlos César *(PS),* Fernando Menezes *(PS),* Paulo Valadão *(PCP),* José Gabriel Menezes *(CDS/PP),* Rui Melo *(PSD),* Manuel Arruda *(PSD),* António Silveira *(PSD),* Victor Evaristo *(PSD),* Manuel Serpa *(PS),* Jorge Cabral *(PSD),* Fátima Oliveira *(PSD),* Fernando Lopes *(PS),* Álvaro Manito *(PSD),* Fernando Fonte *(PS),* Rui Ávila *(PS),* Dionísio de Sousa *(PS),* Francisco Sousa *(PS),* João Cunha *(PSD),* José Humberto Chaves *(PS),* Artur Martins *(PSD),* José Maria

Bairos *(PSD),* Duarte Pires *(PS)* e Humberto Melo *(PSD),* bem como os Srs. Subsecretários da Comunicação Social, *Joaquim Machado* e da Cooperação Externa, *Lalanda Gonçalves* bem assim os Srs. Secretários da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Natalino Viveiros;* da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia, *Gaspar da Silva;* da Saúde e Segurança Social, *António Menezes;* das Finanças, Planeamento e Administração Pública, *Gualter Furtado;* da Educação e Cultura, *Aurélio da Fonseca;* do Turismo e Ambiente, *Eugénio Leal* e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional, *Mota Amaral,* quer na prestação de esclarecimentos aos diversos Deputados, quer através de intervenções proferidas pelos mesmos.
Por fim, proferiram intervenções finais os Srs. Deputados Paulo Valadão, *(PCP),* José Gabriel Menezes *(CDS/PP),* Manuel Arruda *(PSD),* bem como o Sr. Presidente do Governo Regional, *Mota Amaral* e ainda o Sr. Deputado Martins Goulart.
Passou-se de seguida, à votação da referida Moção, que foi rejeitada por maioria.

(Os trabalhos terminaram às 3 horas)

Presidente: Srs. Deputados, muito boa tarde.
Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: ***PSD -*** *Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Silveira, António Almeida, Artur Martins, Gaspar da Rosa, Humberto Melo, João Cunha, Isaltina Brandão, Manuel Amaral, Jorge Cabral, José Gonçalo Botelho,, José Maria Bairos, José Aguiar, Manuel Arruda, Manuel Brasil, Carlos Morais, Manuel Gil Ávila, Rosa Maria Machado, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo;* ***PS -*** *António Silva Melo, António Gomes, Carlos César, Fernando Fonte, Fernando Menezes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, Martins Goulart, Manuel António Martins, Manuel Serpa, Mário Machado, Nélia Figueiredo, Rogério Serpa, Rui Pedro Ávila;* ***PCP -*** *Paulo Valadão).*

Presidente: Estão presentes 40 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Antes de entrarmos no **Período de Antes da Ordem do Dia** e para que fique devidamente registado em Diário, e como é do conhecimento dos Srs. Deputados, ontem não foi realizada a Sessão que estava agendada, porquanto um grande número de Srs. Deputados ficaram retidos nos diversos aeroportos das nossas ilhas em virtude das condições atmosféricas, o que impossibilitou que a Assembleia tivesse quórum necessário para poder funcionar.

Nesta circunstâncias, a Sessão de ontem foi sendo sucessivamente adiada, até que por fim foi cancelada. Mesmo hoje deveria ter começado pelas 10:00 horas e só agora tem o seu início pelo facto de só às 11:30 horas terem chegado à Horta vários aviões provenientes de diversas ilhas, trazendo os Srs. Deputados que se encontravam retidos nos diversos aeroportos e só assim possibilitando que tivéssemos o número de Deputados suficientes para iniciarmos os nossos trabalhos.

Vamos então, entrar no Período de Antes da Ordem do Dia com a leitura da correspondência entrada na Mesa e gostaria de, antes de mais, dar conta de um ofício do Sr. Presidente do Governo, acusando a recepção de um ofício que lhe enviei, notificando que havia sido entregue na Mesa da Assembleia uma Moção de Censura que também anexava esse ofício.

Do Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, um ofício juntando o acórdão nº 348/93 que se refere ao Diploma que, em determinado tempo, foi aprovado pela Assembleia, ou seja, o Decreto Legislativo Regional nº 7/93 que reporta ao "Acréscimo de Número de Utentes a cada Médico de Clínica Geral".

Este documento já foi distribuído pelos Srs. Deputados e baixou à Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, para apreciação, nos termos regimentais.

(O documento acima referido encontra-se arquivado no respectivo processo).

Secretário *(Manuel Brasil):* Da Câmara Municipal da Praia da Vitória, um ofício solicitando junto do Governo Regional, o imediato cumprimento do DLR nº 3/92 , de 11 de Fevereiro, no que diz respeito ao ano de 1992, bem como ao ano em curso.

- Da Direcção Regional de Estudos e Planeamento, um ofício acusando a emissão de vários exemplares do documento "Conjuntura Económica 1992".
- Da Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João de Melo Abreu, Lda., um ofício manifestando o seu contentamento pelas homenagens de que têm sido alvo e especialmente pelo voto de congratulação e saudação aprovado nesta Assembleia pelos representantes do povo açoriano, aquando da passagem do seu 1º Centenário.
- Da Escola Secundária da Ribeira Grande, um ofício manifestando o seu repúdio pela não contemplação deste estabelecimento de ensino, no Plano e Orçamento agora em discussão na ALRA.
- Ainda da Presidência do Governo, um ofício cujo o assunto é o seguinte:
"Plano de Médio Prazo 93/96 - Parecer do Conselho Consultivo Regional de Juventude".

(O documento acima referido encontra-se arquivado no respectivo processo).

Secretário *(Hélio Pombo):* Está presente na Mesa uma Proposta de Moção de Censura ao Governo Regional sobre a Execução do seu Programa. Esta Proposta é assinada pelos Srs. Deputados do PS, PCP e CDS/PP.
- Do Sr. Deputado Luís Brito de Azevedo do Partido Socialista, um ofício comunicando que por razões de ordem profissional inadiáveis, solicita a suspensão do seu mandato de Deputado, de 2 de Junho até 31 de Dezembro.
- Do CDS/Partido Popular, um ofício comunicando a suspensão do mandato dos Srs. Deputados Alvarino Manuel de Meneses Pinheiro, José Alpoim Parreira de Bruges, António das Neves Leal e Fernando Manuel Fagundes Vieira e que o candidato não eleito pelo círculo eleitoral da Ilha Terceira, Sr. José Gabriel de Álamo de Meneses é o substituto legal dos mesmos.
- Do Sr. Deputado do CDS/PP, Alvarino Manuel Meneses Pinheiro um ofício comunicando a suspensão do seu mandato entre os dias 2 e 11 de Junho, por compromissos inadiáveis da sua vida particular.

- Do Sr. Deputado José Alpoim Parreira de Bruges do CDS/PP, um ofício comunicando a suspensão do mandato de Deputado entre os dias 2 e 11 de Junho, em virtude de actividade profissional inadiável.
- Do Sr. Deputado António das Neves Leal do CDS/PP, um ofício comunicando a suspensão do mandato de Deputado entre os dias 2 e 11 de Junho, em virtude de actividade profissional inadiável.
- Do Sr. Deputado Fernando Manuel Fagundes Vieira do CDS/Partido Popular, um ofício comunicando a suspensão do mandato de Deputado entre os dias 2 e 11 de Junho, em virtude de actividade profissional inadiável.
Estão presentes à Sessão os Diários n.ºs 13 e 14 da ALRA e consideram-se aprovados os Diários da ALRA n.ºs 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12, bem como os Suplementos aos Diários da ALRA n.ºs 89, 8 e 12 e ainda a Separata ao Diário da ALRA n.º 1/5.º , de 17 de Maio.
- Está presente um Relatório e Parecer da Comissão Permanente de Organização e Legislação sobre a "Verificação de Poderes do Candidato não eleito na lista do Partido do Centro Democrático Social/Partido Popular, Sr. José Gabriel do Álamo de Meneses pelo círculo eleitoral da Ilha Terceira".
- **Secretário** *(Manuel Brasil):* Do Grupo Parlamentar do PSD o seguinte requerimento:
"- Considerando que as obras da estrada variante Urzelina-Manadas, na Ilha de S. Jorge, provocaram o encerramento ao trânsito automóvel da Canada do Cruzeiro, na Urzelina, S. Jorge;
- Considerando que o movimento de veículos naquela via se faz por percursos mais distantes causando inúmeros transtornos aos habitantes daquela zona;
- Considerando que o futuro acesso (reposição do anteriormente existente) implica a compra e provavelmente a expropriação de terrenos, processo por vezes moroso;
- Considerando a urgência de resolução deste problema;
Solicitamos ao Governo Regional dos Açores e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis a seguinte informação:
- Qual o ponto da situação actual em relação à resolução do problema da Canada do Cruzeiro, Urzelina, S. Jorge?

Horta, Sala das Sessões, 21 de Maio de 1993.

Os Deputados Regionais, *António Silveira, Mark Marques e Manuel Brasil".*

- Resposta a um requerimento do Deputado Regional do PS, Francisco Sousa que é oriunda da Secretaria Regional da Educação e Cultura e que diz o seguinte:

" Em resposta ao ofício n.º 1750, de 93-03-26, do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional, encarrega-me sua Excelência o Secretário Regional da Educação e Cultura de transmitir o seguinte:

As listas de progressão na carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário da Região Autónoma dos Açores, a que se refere o Decreto-Lei n.º 409/89, de 18 de Novembro, foram remetidas às escolas e direcções escolares no decorrer da 1.ª semana do corrente mês.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *José Manuel Monteiro Lourenço".*

- Resposta a um requerimento dos Deputados Regionais do PS, Carlos César e Francisco Sousa que vem da Secretaria Regional da Educação e Cultura e que é do seguinte teor:

"Em resposta ao requerimento em epígrafe, encarrega-me Sua Excelência o Secretário Regional da Educação e Cultura de transmitir o seguinte parecer:

No que concerne à questão 1, o mapa a que se refere o artigo 5.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 39/92/A, de 26 de Setembro, não foi publicado porque os serviços da escola não remeteram a esta secretaria Regional todos os elementos necessários à instrução dos processos.

Em resposta à questão 2, do mapa de pessoal constará todo o pessoal que preencha os requisitos legais para o ingresso na função pública seja auxiliar, operário, administrativo, técnico ou docente.

No que diz respeito à questão 3, não foi criada pela Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública a divisão orçamental para aquela escola. A! solução preconizada por aquela Secretaria foi de proceder à transferência de 114.000 contos do código 04.02.01 - **Instituições Particulares** - para o código 06.03.00.8 - **Diversas** da divisão 01 - **Centro Comum da Direcção Regional da Educação** do

capítulo 01 - **Direcção Regional da Educação** e da **Delegação de Angra do Heroísmo** para a **Delegação de Ponta Delgada.**

O montante supra-citado foi disponibilizado a partir de 93-01-11, data da aprovação da referida transferência.

No que concerne aos vencimentos de Janeiro, questão 4, dado o atraso por parte da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública na indicação da solução para o caso em apreço, só foram processados no dia 2 de Março.

Relativamente às questões 6 e 7, não foi contemplado no PMP/96 a construção de um novo edifício ou ampliação do existente na Povoação atendendo à escassez dos recursos financeiros.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *José Manuel Monteiro Lourenço".*

Presidente: Foram verificados os poderes do candidato não eleito pela Ilha Terceira, Sr. José Gabriel do Álamo Meneses e logo que tenha possibilidade de chegar à Assembleia, poderá ocupar o seu lugar na bancada da Representação Parlamentar do Centro Democrático Social/Partido Popular.

Srs. Deputados, esgotámos o Período de Antes de Ordem do Dia e por isso vamos entrar no Período de Ordem do Dia que, como é do conhecimento dos Srs. Deputados, trata-se do debate da Proposta de Moção de Censura ao Governo Regional sobre a Execução do seu Programa e que foi oportunamente distribuído.

A disciplina que vamos utilizar neste debate consta do nosso Regimento. Os tempos que estão atribuídos aos Partidos e ao Governo são:

Governo Regional - 3 horas.

Partido Socialista - 3 horas.

Partido Social Democrata - 3 horas.

Representação Parlamentar do CDS/PP - 30 minutos.

Representação Parlamentar do PCP - 30 minutos.

Estes tempos incluem, como é habitual, todas as intervenções que sejam feitas durante o debate, ou seja, perguntas, respostas, esclarecimentos, protestos, contraprotestos, ou melhor, todas as figuras regimentais que utilizamos no debate entram para a contagem do tempo.

A organização do debate é aquela que está consignada no Regimento. A abertura do debate será feita pelo primeiro subscritor da Proposta de Moção, a que se seguirá a intervenção do Presidente do Governo Regional e naturalmente que a seguir, darei a palavra aos representantes de outras formações partidárias que também subscreveram a Moção, no caso concreto, Centro Democrático Social/Partido Popular, se estiver presente o seu representante, bem como ao Sr. Deputado Paulo Valadão como subscritor. E só depois prosseguiremos com a alternância habitual de intervenções até que se esgotem as mesmas.

No final do debate e para encerramento, darei a palavra aos Srs. Representantes dos Partidos, ao Sr. Presidente do Governo e finalmente ao Deputado que estiver encarregado do encerramento do debate que naturalmente será o seu primeiro subscritor.

Neste termos, vamos dar início ao debate e darei a palavra para uma intervenção ao Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Em nome do Partido Socialista passarei a ler a Proposta de Moção de Censura que apresentámos à Assembleia Legislativa Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo;

No dia 11 de Outubro de 1992 o PSD obteve a vitória nas eleições regionais, ficando assim comprometido a pôr em prática um extenso programa eleitoral que prometia o progresso e desenvolvimento económico e social, reforço da Autonomia e cooperação nacional e internacional. Esse programa viria a ser apresentado pelo PSD como Programa de Governo e aprovado pela Assembleia Legislativa Regional.

O Programa do Governo Regional é exaustivo e peremptório nos compromissos relativos a todo o espectro da responsabilidade governativa, da educação à habitação, do património à pesca, dos recursos humanos ao acesso ao crédito, enfim, em todos os sectores da actividade económica e social.

Poder-se-ia ser menos ambicioso, poder-se-ia pensar em menor capacidade de concretização, **mas não é admissível que os primeiros sete meses de governação se tenham caracterizado por pôr em causa tudo o que se tinha prometido.**

Na Educação, o Programa prevê a **"melhoria da qualidade do ensino em todas as ilhas"**, **"valorizar a carreira do professor na Região"**, **"melhorar a rede de edifícios e de equipamento escolar"**, mas, em sete meses de governação, a primeira medida tomada foi a de reduzir os apoios aos alunos das ilhas e concelhos onde não se lecciona o ensino secundário, a segunda foi a suspensão da progressão de carreiras dos professores, deixando salários em atraso por vários meses, e a terceira foi a do cancelamento da construção de sete escolas dos ensinos preparatório e secundário, cujo lançamento foi previsto antes das eleições, fazendo com que o Plano a Médio Prazo não contemple uma única escola nova nos Açores.

Na Saúde, o Governo Regional prometeu **"a humanização dos cuidados de saúde",** mas, em vez de promover soluções para a grave carência de médicos de clínica geral nos centros urbanos de Ponta Delgada, Lagoa e Angra do Heroísmo, resolveu promover a concentração de mais utentes pelos médicos existentes, iniciativa que o Tribunal Constitucional vetou por ilegal e inconstitucional. O facto de os Açores serem em 1992, em confronto com qualquer região ou mesmo sub-região do País, a zona onde existe a maior mortalidade infantil é um dos sintomas mais evidentes da insuficiência da cobertura médica, mas o Governo Regional não foi capaz de retirar as necessárias ilações desse facto.

O Governo Regional prometeu aos funcionários públicos **"a concertação da política salarial"** mas diminuiu de forma ilegal e arbitrária à completa revelia dos seus compromissos programáticos e à revelia do próprio Tribunal Constitucional, o salário dos funcionários públicos regionais, criando uma discriminação inexplicável relativamente à situação consignada para os trabalhadores da Administração Central e Regional da Madeira.

O modelo de Autonomia que o Governo Regional pretende pôr em prática nos sectores de âmbito social parece assim ser a da "autonomia negativa", regime pela qual as garantias, direitos e avanços alcançados no resto do País não seriam postos em prática nos Açores. Esse modelo de "autonomia negativa" que o Governo Regional pretende impôr é responsável por fazer com que tenha ganho adeptos do projecto de recentralizar os sectores sociais na Administração Central.

No Programa que o Governo Regional apresentou, a Economia ocupa o lugar cimeiro, mas o primeiro acto do Governo Regional neste domínio foi o de extinguir organicamente a Economia na estrutura do Governo Regional.

Enquanto no seu Programa, o Governo Regional surge com uma abundância de incentivos ao investimento, na prática governativa os vários programas de incentivos ao investimento no Turismo, na Agricultura e na Indústria foram suspensos "sine die", de forma ilegal e arbitrária, dado que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores não aprovou nenhum diploma nesse sentido.

Enquanto no Programa do Governo Regional se promete que a Zona Franca de Santa Maria será um factor de desenvolvimento regional, a prática do Governo transforma-a num poço de ilegalidades e favorecimentos, tendo o próprio accionista maioritário da concessionária da zona franca (a ZOFRAM) proposto a dissolução da sociedade.

Enquanto no seu Programa, o Governo Regional se compromete a incentivar a actividade empresarial, a prática do Governo Regional é a de deixar as contas por pagar originando uma gravíssima crise de pagamentos e lançando a crise, o desemprego e a falência das empresas.

Enquanto no seu Programa o Governo Regional anuncia, através da aplicação do programa comunitário POSEIMA, o abaixamento dos custos dos bens essenciais, nenhuma baixa de preços desses produtos chegou ao destinatário previsto por esse programa comunitário: o consumidor.

Ao compromisso de **"Apoio à reabilitação de edifícios habitacionais degradados"** respondeu a prática governativa com a suspensão de todos os processos de apoio à habitação.

O **"programa prioritário de combate à eutrofização das lagoas",** do compromisso governamental, resumiu-se até agora a duas iniciativas legislativas que, de tão medíocres, abortaram antes mesmo de nascer e a repetição das promessas na opinião pública sem que tenha surgido qualquer programa coerente nesse domínio que é efectivamente prioritário e urgente.

A quantificação do falhanço de todos as compromissos é feita no Plano a Médio Prazo 1993-96.

Apesar de a inflação ter reduzido para dois terços o valor real dos números constantes neste Plano a Médio Prazo em comparação com os números apresentados no Plano a Médio Prazo há quatro anos atrás, mesmo em termos nominais, os cortes são avassaladores.

As Construções Escolares passam de 10,09 milhões de contos para 4,6 milhões de contos;

Os Equipamentos Escolares passam de 685 mil contos para 550 mil contos;

O Desporto passa de 2,534 milhões de contos para 700 mil contos;

A Defesa do Património passa de 4,147 milhões de contos para 1,8 milhões de contos;

As Actividades Culturais desaparecem!

A Segurança Social passa de 2,907 milhões de contos para 1,31 milhões de contos;

A Juventude e Recursos Humanos passa de 6,357 milhões para 2,050 milhões de contos;

A Habitação e Ordenamento passam de 10 milhões de contos para 6,2 milhões de contos;

Os Equipamentos Colectivos passam 2,98 milhões de contos para 520 mil contos;

O Ambiente passa de 860 mil contos para 420 mil contos;

A Agricultura passa de 33,25 milhões de contos para 14,016 milhões de contos;

As Pescas passam de 17,45 milhões de contos para 4,534 milhões de contos;

O Turismo passa de 8,865 milhões de contos para 4,68 milhões de contos;

A Energia passa de 7,48 milhões de contos para 825 mil contos;

Os Transportes e Comunicações passam de 39,05 milhões de contos para 20,58 milhões de contos;

O Comércio passa de 1,5 milhões de contos para 783 mil contos;

Em termos globais trata-se de passar de um PMP 1989/92 que previa 171,8 milhões de contos para um PMP 1993/96 que prevê 84,7 milhões de contos. Mesmo se tivermos em conta o corte efectuado no anterior PMP 1989/92 em 1990 e que desceu o seu valor global de 171,8 para 140,855 milhões de contos, o corte de verbas continua a ser demolidor.

Mais grave do que a queda de todos os compromissos fundamentais com as políticas sociais e de desenvolvimento económico foi, no entanto, a quebra do compromisso com o sistema autonómico, com a legalidade democrática e com os princípios de um Estado de Direito.

O Programa do Governo Regional prometia reforçar a Autonomia através da valorização da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, mas o PSD apresentou uma proposta de alteração do Estatuto em que, com a obstinação de combater a Assembleia Regional, chega a propor transferências de competências desta para o Ministro da República.

O Programa do Governo Regional prevê a adaptação do sistema autonómico à dinâmica da Unidade Europeia, mas inviabilizou a proposta do PS de que essa adaptação ficasse consagrada constitucionalmente.

Para o Governo Regional o cumprimento da legalidade democrática é letra morta.

Para o Governo Regional também foi letra morta o respeito pela Natureza e pela realidade social ao ponto de ter promovido uma alteração da hora legal que perturbou profundamente a nossa vivência comunitária.

O Governo Regional não cumpre as normas constitucionais e legais que impõem o cumprimento atempado dos compromissos financeiros.

O Governo Regional nunca diligenciou seriamente junto do Governo da República no sentido de serem estabelecidas normas precisas e actualizadas que permitissem definir um adequado relacionamento financeiro entre o Estado e a Região, como tem sido defendido pelo conjunto da oposição.

O Governo Regional, depois de ter inventado receitas que sabia não ter qualquer hipótese de vir a cobrar, opôs-se à proposta do PS para que o Estado viesse a cobrir as antigas receitas relativas ao acordo das Lajes, aumentando sensivelmente as dificuldades em que colocou os seus credores.

O Governo Regional solicitou aos agentes económicos a falsificação de facturas a fim de ele próprio falsificar as contas e os orçamentos que apresenta à Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Quanto a este assunto e faço um parêntesis na leitura da Moção.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera relevante no contexto deste debate, divulgar desde logo o texto de um requerimento que será oportunamente entregue na Mesa e que visa criar as condições que permitam à Assembleia Legislativa Regional dos Açores avaliar a situação das contas públicas desta Região.

E passo a ler esse requerimento:

"A partir das eleições de Outubro de 1992 têm vindo a público informações relativas à situação das contas públicas da Região Autónoma dos Açores que são extremamente anómalas e preocupantes. Assim:

1. A Câmara de Comércio e Indústria dos Açores divulgou a notícia da existência de elevados montantes de compromissos financeiros regionais relativos a anos económicos findos que não foram pagos e, ainda, de despesa efectuada sem o necessário cabimento orçamental.

Esta situação consubstancia uma violação flagrante da legalidade constitucional e orçamental. Com efeito, o Decreto Regional nº 3/78 estipula, no seu Artº 16º que passo a citar:

1 - As dotações orçamentais constituem o limite máximo a utilizar na realização das despesas.

2 - Nenhuma despesa poderá ser efectuada sem que, além de ser legal, se encontre suficientemente discriminada no Orçamento da Região Autónoma dos Açores, tenha cabimento no correspondente crédito orçamental e obedeça ao princípio da utilização por duodécimos, salvas, neste último caso, as excepções autorizadas por lei.

3 - Nenhum encargo poderá ser assumido sem que a correspondente despesa obedeça aos requisitos do número anterior."

Fim de citação.

"Pelas informações vindas a público, constata-se também que os atrasos de pagamento não se enquadram em nenhuma das situações previstas no Decreto-Lei nº 235/78, de 30 de Agosto, que legitime a transição de encargos para o ano económico seguinte.

Finalmente, na elaboração das legalmente indispensáveis alterações orçamentais, aplica-se plenamente o disposto no nº 2 do Artº. 108º da Constituição da República Portuguesa, que obriga a que se atenda, prioritariamente, às obrigações decorrentes

da lei e aos encargos contratualmente assumidos, princípio aplicável, por interpretação sistemática, ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores do ano 1992.

Nesta situação o Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Legislativa Regional dos Açores solicitou à Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, nos termos do nº 2 do Artº. 16º da Lei nº 86/89, de 8 de Setembro, a verificação de qual era a diferença entre a despesa comprometida e a despesa efectivamente paga pela Tesouraria Regional no ano económico de 1992, bem como a existência de compromissos financeiros do Governo Regional sem cabimento orçamental e transição de despesas do ano económico de 1992 para o de 1993 sem enquadramento legal.

O senhor Juíz Conselheiro da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, em resposta a este requerimento, proferiu um despacho em que se refere, nomeadamente:

a) "A situação de quase inoperatividade em que se encontram os Serviços de Apoio do Tribunal por negligência do poder político";

b) A inexistência de meios humanos para "proceder de imediato a uma averiguação exaustiva daqueles factos e/ou de outros que com eles possam estar relacionados ou que deles tenham sido causa"; - Fim de citação.

Novamente citando:

c) "O interesse público exige e o regime constitucional de democracia económica e de divisão de poderes do Estado impõe que o Tribunal de Contas como órgão supremo de fiscalização das despesas públicas, disponha de meios para poder com eficiência e isenção exercer as funções que lhe competem de forma a dar resposta pronta e eficaz às exigências que os cidadãos directamente ou através dos seus legítimos representantes, têm o direito de ver concretizadas". - Fim de citação.

2. Na Região Autónoma dos Açores a despesa pública tem um peso relativo muito grande e crescente no produto, pelo que toda a actividade económica é extremamente sensível à falta de pagamentos pelos poderes públicos.

A multiplicação de compromissos financeiros públicos no período pré-eleitoral, mesmo quando para tal não tinha sido estabelecido qualquer orçamento, e a subsequente paralisia da actividade governativa, desrespeito de compromissos

financeiros, que se veio juntar à situação de corte ilegal dos salários dos funcionários públicos, aumentou de forma muito pronunciada a influência negativa no ciclo económico.

A prática governativa de multiplicar os gastos antes das eleições e restringi-los ao máximo após essa data, tem custos altíssimos, também, do ponto de vista da eficiência económica. Dado os custos fixos da máquina governativa, nomeadamente nos domínios da Agricultura e Obras Públicas, a concentração das despesas antes das eleições, com o inevitável pagamento de horas extraordinárias aos funcionários e contratação de serviços externos, e o congelamento da actividade após as eleições, com os funcionários a gastar inutilmente o seu tempo, delapida extraordinariamente as finanças públicas.

A prática de submeter a despesa apenas às regras do calendário eleitoral, para além de pôr em causa o regime constitucional de democracia económica e de divisão de poderes do Estado, e de ser directamente ilegal, no plano legislativo nacional e regional, representa assim, também, uma gravíssima delapidação dos fundos públicos e agrava os efeitos negativos da conjuntura económica.

3. Agravando substancialmente a situação, o Governo Regional endereçou inúmeras cartas a vários dos seus credores solicitando-lhes que alterassem as facturas relativas a despesas realizadas em 1992, e as transformassem em facturas relativas a despesas supostamente realizadas em 1993. Significa isto que o Governo Regional incitou os seus credores a tornarem-se cúmplices numa operação de falsificação das declarações fiscais, das contas das empresas e das contas públicas relativas aos anos de 1992 e 1993. Este convite ao desrespeito da lei por parte do Governo Regional foi já denunciado ao Ministério Público pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

4. No passado dia 26 de Março, o "Diário da República" publicou o Acórdão nº 151/93 do Tribunal Constitucional em que declara inconstitucional o Decreto Legislativo Regional nº 8/87/A, relativo ao recrutamento e selecção de pessoal para a função pública.

O Tribunal Constitucional não se pronunciou ainda quanto à inconstitucionalidade da legislação que regulamenta os concursos públicos na Região Autónoma dos Açores (Decreto Legislativo Regional nº 8/88/A publicado a 28 de Março e Decreto

Regulamentar Regional nº 19/89/A publicado a 22 de Maio), no entanto, há sérias dúvidas quanto à sua constitucionalidade.

Dois dos principais diplomas que regulam a despesa pública na Região estão, assim, postos em causa quanto à sua constitucionalidade, criando assim uma situação de vazio legal.

5. O Governo Regional acrescentou à sua Proposta de Orçamento Anual da Região para 1993, e quando se encontrava esgotado o tempo de debate parlamentar, um artigo orçamental (o Artigo 7º A), em que:

a) Reconhece a existência de compromissos financeiros da sua parte com credores que não foram respeitados;

b) Reconhece que esses credores foram obrigados a recorrer a empréstimos bancários a fim de cobrir esses compromissos financeiros não honrados;

c) Reconhece que esses compromissos financeiros não foram devidamente contemplados na Proposta de Orçamento para 1993;

d) Propõe que os juros relativos a esses empréstimos sejam suportados pelo Orçamento Regional;

e) Não prevê qualquer receita orçamental para fazer face a esse novo compromisso orçamental.

Este Artigo revela que, para além da manutenção das ilegalidades atrás expostas relativas ao Orçamento e execução orçamental de 1992, o Orçamento de 1993 agrava essas ilegalidades no sentido em que as pretende institucionalizar como prática corrente.

Com efeito, o Artigo 7º A viola o nº 3 e o nº 4 do Artº. 108º da Constituição, ao pôr em causa a regra de que todas as despesas têm de ser especificadas e para todas elas têm de ser previstas as receitas necessárias para fazer face às despesas.

6. Esta situação que põe em causa a essência do sistema democrático e autonómico não só não está resolvida como, pelo contrário, tudo aponta que se esteja a agravar, levando a que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores tenha de a considerar como decisiva".

Depois de citar o conteúdo de um requerimento que durante o dia de hoje será apresentado na Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, retomo a leitura da parte final da Proposta de Moção de Censura.

Por último, um membro do Governo foi pronunciado pela prática de um crime continuado de falsificação de documentos em concurso com a prática de um crime de abuso de poderes, crimes puníveis com pena de prisão superior a três anos.

Temos assim que, o Governo Regional, tem como um dos seus elementos em exercício de funções, uma pessoa em liberdade provisória mediante caução carcerária de 3.000 contos.

O Presidente do Governo Regional incrivelmente declarou que não há qualquer motivo para propor a sua exoneração e manifesta-se publicamente solidário com os actos praticados pelo arguido e pelos quais foi pronunciado, assumindo publicamente como facto irrelevante a falsificação de documentos e o abuso de poderes. Por isso, o Presidente do Governo Regional é co-responsável pelos crimes de que é acusado o actual Secretário Regional de Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações. E ficam os membros do V Governo Regional política e moralmente responsabilizados pelas consequências decorrentes da permanência em funções do Secretário Regional pronunciado por tão graves ilícitos penais.

Agravando ainda a situação, desenvolve-se uma campanha orquestrada de pretenso desagravo que mais não visa do que pressionar ilegitimamente o poder judicial e de considerar como actos normais de gestão corrente os crimes de falsificação de documentos e o abuso de poderes.

A Autonomia Regional tem de assumir plenamente os valores democráticos do respeito pela legalidade por parte de todos os cidadãos, tal como o impõe a Constituição da República.

A consagração do princípio de que, na Região Autónoma dos Açores, as leis não se aplicam a governantes é insustentável no plano do Direito, da moral pública e é totalmente incompatível com o modelo de sistema autonómico que preconizamos.

Perante a conjugação de todos os factos descritos, a gravidade das situações criadas num curto espaço de sete meses e a incapacidade amplamente demonstrada pelo V Governo Regional em proporcionar soluções para a crise política, económica,

financeira, social e institucional que afecta a Região Autónoma dos Açores constituem o fundamento formal em que assenta a Proposta de Moção de Censura cujo debate agora se inicia.
Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e PCP)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.
Presidente do Governo Regional *(Mota Amaral):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:
O presente quadro político regional foi definido nas eleições legislativas realizadas no dia 11 de Outubro de 1992.
O Povo Açoriano exprimiu então, maioritariamente, de forma inequívoca, a sua confiança no PSD - no seu projecto, nos seus candidatos a deputados, no seu líder e candidato a Presidente do Governo - atribuindo-lhes mandato para mais quatro anos de estabilidade política e de progresso.
Foram do mesmo passo rejeitados os vários projectos apresentados em alternativa ao eleitorado, assumindo características especialmente estrondosas pelas, aliás, falsas expectativas criadas, as derrotas do PS e do CDS, este último apressadamente disfarçado de ADA, para acolher um pequeno grupo dè tristes dissidentes do PSD.
As regras de jogo da nossa nova Autonomia democrática estipulam, nos termos usuais da democracia representativa, que o voto popular se realize com uma determinada regularidade.
Dele se segue uma manifestação de vontade, que vincula as várias partes interessadas pelo período de duração do mandato e até à realização de novas eleições.
O PSD dispõe, pois, de um mandato eleitoral de quatro anos e é dentro dele que se comprometeu a levar a cabo as suas propostas programáticas.
A apreciação dos Açorianos sobre o desempenho de tal mandato, ao longo da sua duração, exprimir-se-á de muitos modos, que os responsáveis políticos não deixarão de ter em conta.

Mas o juízo global e definitivo dos cidadãos dos Açores acerca da governação do PSD, iniciada em 1992, há-de ser proferido nas eleições de 1996 - e ponderará devidamente as circunstâncias, internas e externas, caracterizadoras de tal período.
Até lá, por elementar respeito para com a fonte exclusiva da legitimidade do poder democrático, todos devem obediência à vontade do Povo Açoriano.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O PSD manifestará tal respeito e obediência comprometendo todas as suas energias nas tarefas que correspondem à Maioria, no seio desta Assembleia, no Governo e na dinamização das numerosas instituições que dão vida e fazem progredir a sociedade açoriana.
Julgo que a atitude dos outros Partidos deveria ser também de respeito para com o mandato democrático do Governo e do PSD, sem prejuízo, naturalmente, da crítica democrática que incumbe à Oposição.
Verifico, porém, sem grande surpresa, que os Partidos da Oposição, desprezando a vontade do Povo Açoriano, esquecendo as lições do período de maioria parlamentar irresponsável, que marcou a vida política regional a partir de 28 de Maio de 1991 - data duplamente sinistra! - e até às eleições redentoras de Outubro passado, os Partidos da Oposição ressuscitam já o frentismo
anti-PSD e pretendem, sem legitimidade e sem razão, derrubar o Governo e lançar os Açores na desordem e no caos.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:
O fundamento último do mandato do Governo é o sufrágio de 11 de Outubro de 1992, que se realizou há menos de oito meses.
Mas a verdade é que, nos termos da Constituição e do Estatuto dos Açores, há outros importantes requisitos a preencher, que foram todos escrupulosamente respeitados pelo PSD.
Assim, aqui viemos, logo a seguir à tomada de posse, apresentar à Assembleia Legislativa o nosso Programa, para dela recebermos investidura e, consequentemente, a plenitude dos poderes governamentais.

A nossa Assembleia Legislativa tem nesta matéria poderes mais amplos do que a própria Assembleia da República: - não se limita a apreciar o Programa do Governo, conforme prescreve, para o âmbito nacional, a Constituição - (art°. 166°, alínea d), mas aprova-o (Estatuto, art°. 32°, 1, alínea j).

O compromisso da Assembleia com o Governo é, pois, na Região Autónoma dos Açores, especialmente intenso.

O Programa do Governo, após o debate realizado, foi aprovado expressamente, em votação maioritária, pela Assembleia Legislativa. E tal votação não pode ter outro sentido que não seja o de um voto de confiança no próprio Governo, substituindo integralmente outros mecanismos, designadamente a moção de confiança, a que é uso recorrer, na prática parlamentar, quando se pretende sublinhar que o Executivo não é apenas viabilizado pelo Parlamento, mas tem o apoio expresso dele.

A aprovação do Programa do Governo pela Assembleia ocorreu no dia 20 de Novembro passado, portanto,há pouco mais de seis meses.

De então para cá, o Governo apresentou à Assembleia várias propostas de diplomas, que têm sido aprovadas.

Foram, por outro lado, rejeitadas diversas iniciativas da Oposição, que visavam, de uma maneira ou de outra, censurar o Governo e quebrar o laço solidário entre o Parlamento e o Executivo Regional.

Do regular funcionamento dos órgãos democráticos de Governo próprio regional a única conclusão que se pode tirar é que o Governo tem a confiança da Assembleia, assumindo e desempenhando ambos o mandato do Povo Açoriano.

E isto em estabilidade, sem qualquer sobressalto - apesar das provocações divisionistas que certas forças da Oposição, têm feito, forças essas, aliás, bastante desacreditadas.

Especialmente significativo a este respeito foi, sem dúvida, o debate parlamentar sobre o Plano de Médio Prazo 1993 - 1996 e o Orçamento e Plano para 1993.

Nas decisões financeiras ficam traduzidas as opções políticas, globais e sectoriais, do Governo, atentas às realidades e às circunstâncias envolventes.

Ora, a Assembleia Legislativa aprovou integralmente, após profundo estudo e intenso debate, as propostas do Governo.

A votação dos diplomas financeiros, pela concretização de objectivos neles realizada, que implica sempre sacrifício de expectativas, face às prioridades que se adoptam, envolve também, de modo emblemático, a expressão da confiança do Parlamento no Governo.

É por isso que os Partidos da Oposição, que aprovam muitas vezes, no caso dos Açores quase se pode dizer habitualmente, as propostas legislativas do Governo, têm sempre o cuidado de votar contra o Orçamento.

Assim, não será exagerado afirmar que, já depois da aprovação do seu Programa, ocorrida, repito, há apenas seis meses, o Governo obteve da Assembleia uma expressiva manifestação de confiança, envolvendo até, no caso do Plano, e sem prejuízo da esperança de uma matização das dotações, compromissos para todo o quadriénio.

Tal expressiva manifestação de confiança, posterior à aprovação do Programa do Governo, não se verificou há cinco meses, nem há quatro, nem há três, nem há dois, nem sequer há um mês - mas há apenas uma semana, ou seja, sete dias, ou seja, cento e cinquenta e tal horas. (que ainda são 1 hora da tarde e a votação do Plano e do Orçamento foi perto da meia noite da quinta-feira passada)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Os Partidos da Oposição revelando resistência em aceitar os mecanismos de funcionamento da democracia representativa, renovando velhos frentismos anti-Governo e anti-PSD, avançam agora com uma moção de censura.

A moção de censura não é um instrumento qualquer do parlamentarismo: - o efeito da aprovação de uma moção de censura é o derrube do Governo.

Por isso, o recurso à moção de censura, para que ela não se torne um acto inútil e até banal, tende, em certos sistemas jurídicos, a ser limitado, condicionando-se a sua prestação à prévia formulação de uma alternativa de Governo.

Acusamos a moção construtiva que por sinal o Partido Socialista em tempos tentou introduzir na nossa Constituição.

Para criticar o Governo, direito inquestionável e até dever funcional da Oposição, não faltam armas correntes no arsenal da prática parlamentar.

Ora, a Oposição a todas põe, neste momento, de parte - e, agitando o habitual rol de lamúrias, a esmagadora maioria das quais não passam de falsas questões, umas empoladas, mal qualificadas por ignorância ou por má fé, outras, a Oposição ataca o Governo com a bomba atómica!

O Governo, porém, consciente da sua legitimidade democrática, da lisura da sua praxe, do apoio dos Açorianos, não se intimida.

Ao longo do debate demonstraremos o mal-fundado das acusações da Oposição, explicaremos uma vez mais os nossos propósitos, as nossas opções, as dificuldades objectivas que enfrentamos e o modo como as estamos contornando.

No final, haverá que tirar lições.

O Governo e o PSD tudo farão para evidenciar, perante esta Câmara e perante a opinião pública, o seu sentido de Estado, de todos bem conhecido, origem do apoio livre e maioritário dos Açorianos há já quase vinte anos.

Quanto à Oposição, o Povo já a julgou, repetidas vezes; uma vez mais, o Povo a julgará!

(Aplausos das bancadas do Governo e PSD)

Presidente: O Sr. Deputado Carlos César pede a palavra com que finalidade?

Deputado Carlos César *(PS):* É para um protesto.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Carlos César *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O discurso do Sr. Presidente do Governo Regional, demonstra um curioso e exótico sentimento do que é a democracia parlamentar e a democracia representativa.

O Sr. Presidente do Governo quis desvalorizar a função da oposição e dos instrumentos que esta tem ao seu alcance, transformando a nossa democracia na Região numa espécie de democracia popular ou numa espécie de ditadura interpolada de 4 em 4 anos com manifestações de folclore democrático. Não é este o nosso entendimento de Democracia.

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* Olhe que o Senhor participa!

O Orador: A maioria eleitoral não se exclui em democracia representativa dos instrumentos de fiscalização e de censura que parlamentarmente estão de acordo com o nosso Regimento, disponíveis que estão, de acordo com o estatuído nos nossos estatutos e que estão consagrados na Constituição.

O instrumento que hoje utilizamos, é um instrumento legítimo e que tem a ver com a ponderação da intensidade crítica com que o Partido Socialista julga, neste momento, a actuação deste Governo Regional.

Em segundo lugar, nós censuramos o Governo porque este Governo não se honra a si próprio, ao não ter honrado os seus compromissos eleitorais.

E o tempo que ele hoje tem, é já o tempo de 4 anos, porque o tempo que ele hoje tem foi o necessário para se submeter a esta Câmara a sua programação para o próximo quadriénio.

E é essa programação para o próximo quadriénio que representa o desrespeito total pelos seus compromissos perante os eleitores e que arrasta atrás disso a sua ilegitimidade para hoje praticar uma coisa...

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: ...e ainda há poucos meses ter prometido outra.

É preciso que este Governo se sinta abalado!

(Risos do Presidente do Governo Regional dos Açores)

O Orador: É preciso que este Governo sinta que os restantes poderes não dormem!

É preciso que não o larguemos!

É preciso demonstrar que a oposição não desarma!

É preciso demonstrar que a sociedade crítica não se manifesta só de 4 em 4 anos!

É preciso que este poder possa ser sempre posto em causa, quando é abusivo e quando é exercitável à margem da lei e da regularidade que lhe incumbem em primeiro lugar de preservar.

É preciso abalar este Governo para que ele sinta que o respeito pela palavra, pelos compromissos eleitorais, pela legalidade, pela divisão de poderes e pela Constituição não são coisa de que se fale em campanha eleitoral, apenas.

Hilariante, Sr. Presidente do Governo, não é esta Moção de Censura...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse visto que o seu tempo esgotou.

O Orador: Hilariante é a sua figura!

V. Ex.ª julga que é Presidente do Governo Regional, mas o Primeiro Ministro já o tem na conta de um Presidente de Junta Geral.

(Risos das bancadas do Governo e PSD)

O Orador: Nós têmo-lo na conta de Presidente de um excessivo e dispendioso conselho de administração de uma empresa que merecia melhor destino e que está à deriva!

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do PCP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional, naturalmente, para um contraprotesto.

Presidente do Governo Regional dos Açores *(Mota Amaral):* Sr. Presidente:

Eu peço a palavra para dizer apenas que o protesto do Sr.Deputado Socialista **não me merece qualquer contraprotesto**!

Vozes e aplausos das bancadas do Governo e PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Carlos César pretende a palavra com que finalidade?

Deputado Carlos César *(PS):* É para defesa da honra.

(Risos das bancadas do Governo e do PSD)

Presidente: Tem a palavra para defesa da honra.

Deputado Carlos César *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É apenas para lhe dizer que aquilo que V. Ex.ª acabou de fazer, constitui para mim um dos maiores elogios que eu podia ter tido na minha actividade parlamentar.

(Risos das bancadas do Governo e PSD)

Presidente do Governo Regional dos Açores *(Mota Amaral):* Então arruma-o!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Menezes pediu a palavra com que finalidade?
Deputado Fernando Menezes *(PS):* É para um protesto.
Presidente: Tem a palavra para protestar.
Deputado Fernando Menezes *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo Regional:
O Partido Socialista respeita os resultados eleitorais, ontem, como hoje.
Quem não respeita a vontade da oposição é o PSD e o Governo...

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...que considera desprezíveis as opiniões daqueles que não vos seguem fielmente.
Falou V. Ex.ª em estabilidade política. Eu deixo no ar as seguintes questões:
Será estabilidade política ter um Membro do vosso Governo sob suspeita criminal?
Será estabilidade política, ter este Governo os problemas financeiros que tem e que põe em risco muitas empresas e muitos trabalhadores nesta Região?

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Será estabilidade política a série de diplomas inconstitucionais que têm sido discutidos neste Parlamento e infelizmente aprovados pela maioria do PSD?
Penso que não Sr. Presidente.

Portanto, falar-se de estabilidade política nesta situação, penso que é errado. Estamos, de facto, numa situação de profunda instabilidade, designadamente financeira e, repito, com graves repercussões para a nossa Região Autónoma.

Presidente: Para uma intervenção vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há momentos em que as atitudes políticas valem por si próprias, independentemente da eficácia imediata que possam ou não ter.

Há momentos em que os intervenientes no processo político, sob pena de pactuarem com situações existentes, não se podem eximir de, responsavelmente, trazerem às instituições e à opinião pública a análise global que resulta da constatação dos factos.

Há momentos em que não dizer um sonoro e fundamentado **não,** equivale a dizer um conivente **sim.**

A Moção de Censura ao Governo Regional subscrita, em conjunto, por deputados do Grupo Parlamentar do PS, da Representação Parlamentar do CDS/PP e da Representação Parlamentar do PCP, configura uma atitude política tomada num momento em que é exigível grande lucidez, associada a uma forte capacidade de iniciativa política e social.

Como será certamente demonstrado ao longo deste debate, vive-se hoje uma situação política específica na Região **marcada pela simultaneidade de várias situações muito graves:**

- Incapacidade do Governo Regional de governar no quadro constitucional e legal estabelecido.
- Existência de uma grave crise financeira pública gerada pela política do PSD e Governo Regional, crise essa que já está a ter reflexos sérios na vida económica e social.
- Recurso governamental sistemático a métodos, processos e comportamentos marcados por uma notória falta de transparência democrática, que entronca numa postura política onde o autoritarismo do Governo é o principal vector.

Sublinhe-se que a simultaneidade das situações que referimos no que respeita à política do Governo introduziu na vida política regional um **dado novo e muito**

grave e que diz respeito **à descredibilização do Sistema Constitucional da Autonomia.**

O poder exercido no quadro da Autonomia não consegue atingir os seus objectivos políticos imediatos, porque o pretende fazer com legislação inconstitucional ou ilegal - a conclusão que muitos tiram é a de que a Autonomia não é operativa.

O poder regional do PSD, governa mal, orienta a economia mal, cria um enorme buraco financeiro, aumenta fortemente a dívida pública, retrai o investimento público - a conclusão que muitos tiram é a de que a Autonomia não responde aos desafios.

O Governo Regional não cumpre legislação em vigor, propõe aos empresários seus credores práticas ilegais, apoia a decisão de permanecer no Governo, de um Secretário Regional pronunciado por crimes graves ou, alimenta campanhas de pressão não escondida sobre o poder judicial - a conclusão que muitos tiram é que afinal a Autonomia funciona como uma capa na qual se acobertam práticas e interesses alheios aos conceitos democráticos que a definem.

Por tudo isto o Governo Regional e o PSD conduziram o apoio e credibilidade externa e interna do Sistema Autonómico ao ponto mais baixo desde 1976.

Esta conclusão, que tem tanto de grave como de óbvio, é tão importante que leva a que os três partidos da oposição parlamentar regional tenham imperiosa necessidade de **censurar politicamente o Governo, e de trazer a este Órgão e aos cidadãos, as razões sérias e profundas desta censura.**

As três grandes questões atrás apontadas definem, a traços largos, os domínios onde se desenvolve a actuação do V Governo Regional.

Actuação apagada quanto a realizações, orientações e iniciativas; actuação ardilosa e cheia de subterfúgios e alçapões quando se trata de explicar a lamentável situação financeira que criaram; actuação obscura, opaca e a muitos títulos condenável, que deita mão a práticas ilegais e não transparentes, que procura manter um grau acentuado de domínio sobre a sociedade.

Foi com este quadro objectivo que o PCP/Açores defendeu e resolveu participar num processo de convergência política entre os três partidos da oposição parlamentar regional, processo esse que tem como um dos seus pontos importantes o debate da Moção de Censura proposta conjuntamente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na passada 2ªfeira celebrou-se o Dia da Autonomia, feriado regional que se decidiu celebrar, cada ano, na 2ª feira do Espírito Santo.

Celebrar a Autonomia é celebrar a capacidade de nós açorianos, resolvermos os nossos problemas próprios no quadro do País de que somos parte.

Celebrar a Autonomia é, certamente, homenagear todos quantos se opuseram ao centralismo burocrático e asfixiante que condicionou, limitou e mesmo impediu o desenvolvimento normal do nosso Arquipélago.

Celebrar a Autonomia terá que ser também o modo de, explicitamente, louvar todos os que ao fazerem o 25 de Abril criaram as condições para que o conjunto do País reconhecesse que as suas duas regiões insulares atlânticas possuíam especificidades tais que obrigavam, no quadro constitucional, à criação de formas de organização próprias que configurassem um quadro de auto-governação exercida no seio do Estado Unitário.

O Sistema Autonómico continua a ter todas as virtualidades que lhe são inerentes e por isso tem que ser defendido por todos os açorianos responsáveis.

Mas se continuarem a ter vigência no interior do Sistema Autonómico as políticas incapazes, não transparentes e de tão nefastos efeitos, como são aquelas que o V Governo Regional realiza, então a Autonomia fica comprometida.

A questão central não é as divergências políticas que, naturalmente, separam o Governo e o seu partido, dos restantes partidos.

A questão central dos dias de hoje reside no facto do Governo e do seu partido não serem capazes de governar num quadro de respeito pelas regras da Autonomia e não serem capazes de visar os objectivos de democraticidade, desenvolvimento, transparência e descentralização, que a Autonomia estabelece.

Pela primeira vez nos últimos dezassete anos chegou-se a uma situação de completa incompatibilidade entre os valores e princípios inerentes ao sistema político autonómico e a prática política realizada no seu interior, pelo poder regional estabelecido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As populações das nove ilhas dos Açores estão estupefactas e ansiosas com o que viram e vêem nestes curtos meses que decorreram desde Outubro de 1992.

Esperavam-se medidas para fazer face às dificuldades e vimo-nos todos confrontados com a imposição de uma hora legal absurda, que foi revogada passados três meses, por verdadeira e legítima imposição popular, que esta Assembleia captou e interpretou.

Esperava-se a concretização das promessas pré-eleitorais no que respeita ao desenvolvimento económico e ao apoio que o investimento público daria a esse nível, e o que se viu foi o aparecimento súbito e imperativo da expressão "não há dinheiro" dita por quem tinha obrigação de gerir, com equilíbrio, as finanças públicas.

Esperavam-se medidas de equilíbrio no que respeita ao poder de compra de quem trabalha e no que respeita à vida da generalidade dos cidadãos, e o que se viu foi a fúria revogatória que atingiu a "Remuneração Complementar" e outros diplomas, mas por ser exercida à margem da Constituição ainda não teve quaisquer efeitos.

Esperava-se e exigia-se naturalmente, total respeito pelas leis mas o que se viu foi a decisão ilegal de não pagar a Remuneração Complementar estando o Decreto Legislativo Regional n.º 15/92/A em vigor; foi a célebre circular do Governo a pedir às empresas credoras a substituição de facturas de 92 por facturas de 93; foi a negociação de mecanismos de envolvimento da banca no pagamento de dívidas do Governo sem que houvesse cobertura legal para o efeito.

Esperava-se e exigia-se transparência e o que se viu de facto foi a mais obscura ginástica verbal e de actos, tendente a esconder qual o montante de despesa sem cobertura, pela receita realizada em 91 e 92 e mesmo em anos anteriores.

Esperava-se e exigia-se frontalidade, honestidade e lisura política e o que se viu e vê é um Governo a dar apoio político a um Secretário Regional pronunciado por crimes graves, hipotecando nesse apoio toda a credibilidade das instituições autonómicas.

Esperava-se e exigia-se um conjunto de políticas, sóbrias mas eficazes, que permitissem que esta Região Autónoma pudesse fazer face, com equilíbrio, à situação de crise económica e social que alastra pela Europa, mas o que vimos e vemos, é que afinal os fundos comunitários não surtiram o efeito que era exigível, a dívida pública contraída nos últimos 5 anos desvaneceu-se sem deixar rasto positivo

na economia, as dificuldades sociais acentuam-se fortemente, as perspectivas económicas regionais, já difíceis em si mesmas, tornaram-se inexistentes**.**

O V Governo Regional congregou sobre si próprio toda a inoperância, incapacidade de diálogo, tendência obscurantivista, irracionalismo político e autoritarismo que vem detrás e transformou essa amálgama de nódoas numa corda retorcida e com um nó corrediço, na qual colocou a Autonomia.

Censurar o Governo é pois um acto salutar e urgente, que não podia deixar de ser feito, neste preciso momento.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados, nós vamos interromper os nossos trabalhos para almoço e voltaremos a reunir-nos pelas 15:00 horas.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 13:10 horas)

Presidente: Srs. Deputados, muito boa tarde.

Agradecia que retomassem os vossos lugares para darmos prosseguimento aos nossos trabalhos.

(Eram 15:15 horas)

Para uma intervenção vou dar a palavra ao Sr. Deputado José Gabriel Meneses.

Deputado José Gabriel Meneses *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Como independente integrado nas listas da AD-A coube-me, por impossibilidade do Dr. Alvarino Pinheiro retido na Terceira devido ao falecimento de sua mãe, participar hoje no debate desta Moção de Censura ao Governo Regional.

É uma estreia parlamentar, numa ocasião menos feliz da vida desta Casa: é também a primeira moção de censura que aqui é debatida e as moções de censura são sempre algo de grave e indicador que alguma coisa, neste caso muitas coisas, não vão bem na nossa vida pública.

Não é de ânimo leve que no Parlamento se censura um Governo, particularmente um Governo recém-eleito com maioria absoluta. Contudo nunca ao longo destes 17 anos de Autonomia Democrática um Governo se manifestou tão incapaz, nem ocorreram factos tão graves, que já desprestigiaram em muito as nossas instituições autonómicas.

Nestas circunstâncias e com os fundamentos que adiante apontarei, parece-me mais do que justificada esta moção.

Os Senhores Deputados da maioria certamente dirão que o mandato deste Governo lhe foi legitimamente confiado em eleições livres e democráticas e por uma clara e inequívoca maioria do nosso povo. Contudo, creio, e como eu muitos cidadãos, que o Governo, ao violar de forma tão flagrante o programa eleitoral que serviu de base à decisão dos cidadãos durante as passadas eleições já não merece, hoje, a confiança e o voto que lhe foi dado então.

As eleições são uma espécie de contrato entre o povo e os seus representantes, em que a escolha dos eleitores recai sobre os cidadãos ou partidos que apresentam programas capazes de satisfazer os interesses dos eleitores e pessoas com idoneidade suficiente para os fazer cumprir. Como verdadeiro compromisso que é, implica do lado de quem recebe, o mandato de governar, a obrigação de o fazer de acordo com as promessas que fez e que determinaram a eleição. Ora os senhores prometeram estabilidade, competência, crescimento económico, honestidade e todo um grupo de virtudes.

(Apartes inaudíveis do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública)

O Orador: E o seu também!

Os eleitores cumpriram a sua parte do contrato e deram-vos uma expressiva maioria absoluta.

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* Também é verdade!

O Orador: Ninguém interferiu na vossa governação: os Srs. Deputados e os Srs. Membros do Governo governaram como quiseram sem quaisquer entraves da oposição.

E o que é que fizeram neste tempo? Exactamente o oposto daquilo que prometeram. Logo, não cumpriram a vossa parte do acordo e por isso, como em qualquer contrato, os eleitores têm o direito de pedir a sua rescisão.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: E é isso que hoje aqui estamos a fazer com esta moção. Os Srs. não cumpriram com a vossa missão como governantes e por isso não merecem continuar a governar.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Esperem mais um bocadinho, pois tenho mais algumas coisas para vos dizer.

A Representação Parlamentar que aqui asseguro, está entre os co-autores da Moção de Censura apresentada a este Parlamento e que se encontra presentemente em discussão. Na nossa óptica já se verificaram assuntos suficientemente graves nesta Legislatura, que justificam, por si só, que a confiança dada pela Assembleia Legislativa Regional a este Governo, seja posta em causa.

Temos a honra de termos sido os primeiros a apontar algumas das gritantes irregularidades e ilegalidades cometidas pelo Governo Regional. Como tal, assentaremos a nossa intervenção, sem menosprezar os outros factos que justificam a quebra de confiança nos seguintes pontos:

1 - Despacho de Pronúncia do Sr. Secretário Natalino Viveiros

O PSD, O Governo Regional, o seu Presidente e o Grupo Parlamentar do PSD...

(Aparte inaudível do Deputado Victor Evaristo)

O Orador: Isso é um problema para o Sr. Deputado Pinheiro e que em devida altura será esclarecido.

Neste momento, temos o seu caso e depois chegaremos ao caso dele. Está bem?!

(Protestos inaudíveis da s bancadas do PSD e PS)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que não estabelecessem o diálogo.

O Orador: Os Srs. alegam que o Sr. Secretário Natalino Viveiros é inocente, baseando toda a sua defesa nesse facto, recusando-se a exercer os mecanismos necessários para que o elemento do Governo em causa, seja demitido.

Resumir o problema político da exoneração à existência ou não de culpa, é criar uma imagem falaciosa com a qual se pretende enganar a população e desviar a atenção da opinião pública do facto político.

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* Ah, factos políticos!

O Orador: Os tribunais debruçar-se-ão sobre o processo jurídico e os organismos políticos têm obrigação de decidir sobre a matéria política.

Este Parlamento não é um tribunal e portanto não temos que nos pronunciar sobra a culpabilidade do Sr. Secretário.

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* O PSD diz que sim!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* Ah, então está bem!

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* Como é que o Sr. sabe?!

O Orador: Contudo, o que está aqui em causa é a componente política do problema.

Vozes da bancada do PSD: Ah! Ah!

O Orador: O que é relevante é apenas , e tão só, o facto de Natalino Viveiros, Secretário Regional, ser arguido num processo criminal que se encontra já em fase prévia à do julgamento.

Do ponto de vista ético, qualquer pessoa nessas circunstâncias tem o dever moral de se afastar do exercício das suas funções, porquanto a sua condição de arguido é criadora de um clima de fundada suspeição sobre a sua pessoa, que torna incompatível a manutenção do exercício de tais funções.

Donde impõe-se reconhecer que Natalino Viveiros não é merecedor da indispensável credibilidade para servir como governante do povo dos Açores neste momento.

A afirmação do Presidente do Governo Regional de que, após o trânsito em julgado do despacho de pronúncia, Natalino Viveiros será afastado, mais não é do que uma demagógica afirmação de poder, uma vez que insinua depender da sua vontade tal afastamento.

Deputado Rui Melo *(PSD):* Quem foi que escreveu isso?!

O Orador: Fui eu quem escrevi, Sr. Deputado.

Ora esse afastamento será inevitável, pois resultará do estrito cumprimento de uma norma do Código do Processo Penal, que nem o Presidente do Governo Regional nem Natalino Viveiros podem evitar que se cumpra.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* Ninguém disse isso!

De resto, é ridículo dizer-se que, em todo o caso, nenhum crime se cometeu, só porque Natalino Viveiros nada ganhou pessoalmente com a prática dos actos de que é acusado. Tal afirmação levaria a que só houvessem crimes de furto, e mesmo assim, quando se verificasse proveito próprio. Ora nos crimes de que é acusado Natalino Viveiros, é absolutamente irrelevante a existência ou não de ganho pessoal para que se dê a constituição de tais crimes.

Tendo presentes as afirmações do Presidente do Governo Regional, atribuindo toda a responsabilidade ao Conselho do Governo de então, na importação de carne e subsequentes actos, a única conclusão que se impõe é esta: **o Governo é desde o início co-responsável pelos crimes de que Natalino Viveiros é acusado.**

Desde já nos interrogamos sobre se terá sido esse o teor das declarações prestadas, no âmbito da instrução do processo, pelos governantes que nele já deposeram, entre os quais o próprio Presidente do Governo. De resto, a aceitarem-se como verdadeiras as afirmações proferidas , como se explica o facto de os restantes Membros do Executivo de então, incluindo o seu Presidente, não terem sido igualmente incriminados?

É que uma deliberação política do Governo Regional, embora tomada em Conselho do Governo, não confere qualquer imunidade a esse Governo ou aos seus Membros, nem pode estar a cima da lei. O que significa que podem os Membros do Governo Regional , ainda que reunidos em Conselho, agir em autoria moral de um acto definido legalmente como criminoso.

Por outro lado, a posição do actual Governo Regional, de solidariedade política para com Natalino Viveiros, torna-o igualmente incapaz de merecer a confiança política do Povo dos Açores. Este Governo dá, assim, cobertura a actos qualificados pelos tribunais como crimes, para além de conservar no exercício das funções uma pessoa que é reconhecidamente inadmissível do ponto de vista ético e político neste momento.

Todos estes factos de nós denotam uma prática política pautada por critérios à margem da lei, como se a Autonomia se confundisse com o poder e pairasse acima da legalidade, o que consubstancia um conceito e um exercício abusivo desse mesmo poder e uma mentalidade pouco consentânea com os padrões morais do nosso povo.

O apoio dado na semana passada, neste Parlamento, pelo Grupo Parlamentar do PSD, torna-o também responsável pelos crimes de que Natalino Viveiros é acusado.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Aliás, não se percebe como é que o PSD Nacional faz bandeira da luta contra a corrupção, e permite que aqui se verifiquem situações como esta.

Deputado Manuel Arruda *(PSD):* O Sr. é que é irresponsável!

O Orador: Porque noutros casos como o de Melancia, bastou haver a possibilidade da Procuradoria Geral da República fazer uma acusação, para que a pessoa em causa fosse pressionada a demitir-se.

(Apartes inaudíveis das bancadas do PSD e Governo)

O Orador: Curioso é o facto de ter sido o PSD nacional, uma das forças a então pressionar que Melancia se demitisse. Aliás, o Presidente da República aceitou a demissão com natural reserva de achar que a pessoa em questão estava inocente, como é o caso do Sr. Secretário que, talvez, esteja inocente. Mais uma prova de que o facto político é independente do jurídico, sendo todavia tão relevante quanto este.
Gostaríamos de lembrar também o caso de Leonor Beleza e do Ministério da Saúde. Também aqui, independentemente de eventual culpa, que não se veio a verificar, impos-se a única solução política responsável; **a demissão do elemento do Governo sobre o qual pendia tão somente uma dúvida que até não se confirmou.**
Em países com menor tradição democrática como por exemplo a Venezuela, bastou que fosse levantada a imunidade que gozava o então Presidente da República, para que se verificasse a suspensão do seu mandato.
É triste Srs. Deputados, termos de concluir que nesta matéria nos pautamos por padrões muitos inferiores aos nacionais e de outros países com menor tradição democrática do que a nossa.
Srs. Deputados, temos de manifestar a esperança que alguns dos elementos da bancada Social Democrata...

Vozes da bancada do PSD: Oh! Oh!

O Orador: ...tenham um rebate de consciência, e não queiram perfilar até ao fim esta prática política. Uma ténue manifestação de personalidade revelada há dias por alguns dos elementos da maioria, é reveladora da existência de um evidente peso de consciência.
Deputado Jorge Cabral *(PS):* Como é?!

O Orador: Temos pois agora a oportunidade de trazer a claro essa opiniões.

Se nesta Câmara o voto fosse secreto, talvez o resultado da votação desta moção reflectisse as posições que então foi tão timidamente manifestado.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Consideramos que este assunto, só por si, justificaria a Moção de Censura, infelizmente existem outros factos que também justificam tal moção.

É o caso das facturas de anos transactos.

Neste caso é uma situação que enferma dupla ilegalidade. A primeira tem a ver com a realização de despesas sem cobertura orçamental. A segunda tem a ver com o pedido de anulação de um acto de venda feito em ano fiscal fechado.

O facto de este Governo pedir aos seus fornecedores para anularem as facturas de ano de 1992, é prova bastante de que, o anterior Governo, do qual faziam parte a maioria dos actuais membros, contraiu dívidas não orçamentadas, incorrendo assim em legalidade.

Se bem se lembram os Srs. Deputados, aquando da discussão do Orçamento Suplementar, pusemos em causa a existência de despesas anormais que obrigavam a um generoso reforço do Orçamento da **SRHOPTC**. Nessa ocasião teria sido o momento oportuno para se criarem as dotações sectoriais a nível de cada uma secretarias, por forma a cobrir as dívidas então já existentes e que agora se evidenciam pelo aparecimento do pedido de substituição de facturas por carta. Espantoso é o facto de todas as Secretarias terem enviado essas cartas, e o único Membro do Governo que as desconhece Sé o Sr. Secretário das Finanças.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Gualter Furtado):* Sim, sim!

O Orador: Já na altura nos parecia que o PSD, numa flagrante mostra de abuso de poder e falta de respeito pelo processo eleitoral, usou fundos públicos para obter a vitória eleitoral de Outubro. Por estas razões já afirmámos que as eleições, apesar de democráticas não foram isentas, pois escudados no poder que o facto de estarem no

Governo lhes permitia usar indevidamente fundos públicos para efeitos eleitorais e partidários.

E aqui lembraria a história da vídeo cassete feita pelo Governo e do "mailing" feito pelo mesmo, nessa altura.

Igualmente grave é o facto de virem agora pedir às empresas que cometam uma clamorosa ilegalidade.

A anulação de uma venda implica a devolução do bem vendido ou do serviço prestado. Ora, o facto de estarmos em ano fiscal diferente impede que tal facto se faça dado que as empresas já efectivaram os seus balanços de stock e como os Srs. Membros do Governo deviam saber, é efectuado com referência ao último dia do ano fiscal. como tal é impossível às empresas efectuarem as anulações sem fraudulentamente alterarem o balanço então efectuado.

As empresas que efectuarem esse acto incorrem no crime de falsificação de documentos contabilísticos, ficando sujeitos às multas exigidas pela lei.

Além disso não será reconhecida pelas repartições de finanças essa anulação, havendo a possibilidade de haver dupla tributação, pelo facto de existirem dois documentos de venda.

É igualmente inadmissível que o Governo use do peso que tem sobre algumas empresas e exerça pressão sobre elas para que alinhem nesta monstruosa ilegalidade, sob pena de perderem futuros contratos.

Um Governo que toma atitudes de incitamento à ilegalidade, não pode ter a confiança do povo dos Açores. Porque além de as cometer, ele próprio, incita a população a fazê-lo também, num manifesto desrespeito pela lei e pelo estado de direito.

Que exemplo é este, meus Senhores, de um Governo que desrespeita a lei?

Como é que poderemos dizer às populações para que respeitem as normas e a lei quando os seus próprios representantes no poder não o fazem?

(Apartes inaudíveis das bancadas do Governo e do PSD)

O Orador: Não podemos nem vamos pactuar com esta situação. Por isso, apoiaremos esta Moção de Censura.

A terceira questão é **o Plano e Orçamento de 1993.**

O que atrás fica exposto evidencia a existência de uma prática continuada de camuflagem de défices sucessivos ao ponto de as despesas não pagas em anos transactos, absorverem a quase totalidade das verbas para o Plano de 93.

Aliás, já hoje circulei por estradas que irão ser feitas com o Plano de 93.

Com efeito, afirmámos nesta Câmara que o Plano de 1993 não oferece credibilidade pelo facto de ser através dele e das rubricas lá consagradas que se vão pagar dívidas a serviços já fornecidos.

Com esta afirmação não pretendemos dizer de modo algum que o Governo não deva pagar aos seus fornecedores. O que se pretende realçar é somente o facto de que o Governo, afirmando que vai efectuar investimentos, está a iludir a população porquanto uma parte substancial das verbas orçamentadas vai ser desviada para pagamento das despesas de anos anteriores.

Pior do que isto é o facto de parte das acções previstas no Plano dizerem respeito a obras já executadas.

Sim, meus Senhores, foram inauguradas obras com luxo e muita circunstância, que só agora vão ser dotadas com as verbas necessárias. É no mínimo ridículo esta situação.

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Por exemplo!

O Orador: Por exemplo, a ligação ao aeroporto na Terceira. A circular de Angra. Parte do edifício das Ciências Humanas na Praia da Vitória.

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Isso é luxo?!

O Orador: Algumas delas são obras de luxo e foram feitas dA forma que não mereciam.

(Apartes inaudíveis das bancadas do Governo e PSD)

O Orador: Como miradouros e todo o género de coisas que foram inauguradas no fim da passada Legislatura que não têm nada a ver com isto.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* Isso é luxo?!

Que fique registado no Diário das Sessões que isso é luxo!

Presidente: Srs. Deputados, eu agradecia que não estabelecessem diálogo.

O Orador: Diz a maioria que este é o Plano...

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* E o Sr. passa lá todos os dias!

O Orador: Passo lá, sim senhor. Todos os dias!

Diz a maioria que este é o Plano possível face ao actual nível de receitas, não se preocupando em explicar o descalabro da evolução quase exponencial das despesas correntes. Também não se explica, porque só agora se queixam da exiguidade das receitas quando já se previa a perda das receitas provenientes de acordos internacionais. Nunca deram ouvidos àquilo que a oposição em uníssono reclamava, no sentido de serem estabelecidas normas precisas e actualizadas que definissem o normal relacionamento financeiro entre o Estado e a Região, e não acautelaram o crescimento de tão importante verba como é a receita fiscal.

No capítulo das despesas, o crescimento desta foi de tal ordem que não era possível encontrar receitas que possibilitassem o acompanhamento daquelas.

Com efeito quando alguns anos atrás alertamos para o facto de as despesas correntes ultrapassarem as receitas correntes, natural era de prever que mais dia menos dia as receitas totais também não as cobrissem. Não sendo ainda este caso, aproximamo-nos perigosamente dessa situação, como aliás, é exemplo disso a dívida que se começa a avolumar. Sim meus senhores, o Governo está a endividar a Região para pagar as suas dívidas passadas.

No lado da receita, independentemente das restantes rubricas, há que evidenciar as receitas fiscais. Se se efectuaram investimentos ao longo destes anos, e se tivessem sido canalizados para sectores reprodutivos, o próprio crescimento económico devia ter, por si só, permitido o aumento da receita fiscal. Ora, se o crescimento real da receita fiscal não se verifica, é porque naturalmente o modelo económico falhou e a matéria colectável não aumentou, antes pelo contrário, parece que diminuiu. Isto só prova a falência do sistema económico preconizado e posto em prática pelos diversos Governos sustentados pelo PSD.

Na tentativa de manter o curso traçado ao longo de 16 anos de governação, pede-nos o Governo Regional que se aperte o cinto, na esperança de que os fundos

comunitários que esperam, venham a aparecer a partir de 94 e nos salvem da miséria por ele engendrada.

A crescente dependência de receitas externas à Região é, por si só, atentatória da própria Autonomia Regional.

Com efeito, essa crescente dependência de centros de decisão cada vez mais distantes e subsequentemente demais difícil acesso, vai-nos colocar numa posição de crescente fraqueza.

Tememos que em nome da sua perpetuação no poder, o Governo Regional e a maioria que o sustenta, venham a ser obrigados a negociar parcelas importantes da nossa Autonomia em nome de necessidades financeiras correntes.

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Deus nos livre!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* Isso é o que alguns de vocês defendiam!

O Orador: Quem diria , que haveriam os "maximalistas" da Autonomia transformar-se nos carrascos da mesma. Longe vai o tempo da Autonomia progressiva.

É em nome dessa Autonomia, que não é exclusiva propriedade da maioria, mas sim património de todo o povo dos Açores, que subscrevemos a presente Moção de Censura.

Subsecretário Regional da Comunicação Social *(Joaquim Machado):* Em nome de todo o povo!

O Orador: Como atrás deixámos provado e consideramos que a continuidade deste Governo, com uma actuação recheada de actos irresponsáveis e ilegais à frente dos destinos da Região, arrastar-nos-ia inevitavelmente para o abismo e simultaneamente, aniquilará o sonho de gerações de açorianos, que pugnaram pela nossa Autonomia.

É com mágoa que vejo o Sr. Dr. Mota Amaral, através de decisões cujas motivações não consigo entender, desbaratar o importante capital de prestígio pessoal que em tempos granjeou, ao mesmo tempo que também desbarata o prestígio das nossas instituições autonómicas.

Conscientes deste facto e na defesa dos mais legítimos interesses do povo açoriano não me resta em consciência senão votar favoravelmente a Moção de Censura agora apresentada.
Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD e da Representação Parlamentar do PCP)

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* É discípulo do Dr. Borges de Carvalho!
Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* É preciso saber quanto é que pagou!
Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Deputado Rui Melo *(PSD):* Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:
O debate vai no início, mas já duas conclusões podem tirar-se: a primeira é que a razão popular irrita a oposição, que já não pode ouvir falar em eleições e muito menos no seu resultado;...

(Risos das bancadas do Governo e do PSD)

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Gualter Furtado):* Muito bem! Muito bem!
O Orador: ...a segunda é que o Senhor Deputado Carlos César se apressou a demonstrar, face à ineficácia da apresentação da proposta de Moção de Confiança pelo Deputado Martins Goulart que, mesmo sem concordar com a sua oportunidade, fala, e, sobretudo, tem melhor discurso que o seu líder.

Vozes e aplausos das bancadas do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Já se viu Senhor Presidente Senhoras e Senhores Deputados que, mesmo na censura, esta oposição não está unida.

E é esta a oposição que queria derrubar o Governo para assumir as funções governativas. Que queria ganhar no Parlamento...

(Risos do Presidente do Governo Regional)

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: O Sr. Deputado Martins Goulart, permita-me que continue a minha intervenção.

Muito obrigado.

E é esta oposição que queria derrubar o Governo para assumir as funções governativas. Que queria ganhar no Parlamento o que não ganhou nas urnas, tal como aconteceu pouco tempo antes de Outubro, com a maioria irresponsável que não respeitou a vontade popular.

E quer derrubar o Governo para quê?

Para assumir funções governativas?

Com quem?

Manterá a oposição candidato a Presidente do Governo?

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Pois nós já sabíamos que para Presidente do Governo não servia e ficamos agora a saber que como deputado não fala.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não percebemos a iniciativa dos partidos da oposição em apresentarem uma moção de censura ao Governo sobre a execução do seu programa.

Convém recordar a quem está esquecido que há cerca de oito meses, o PSD renovou e ampliou a sua maioria absoluta, obtendo mais de vinte mil votos do que o maior partido da oposição, o Partido Socialista.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Oito meses é muito pouco para avaliar o trabalho de um governo que tem 4 anos para implementar o seu programa. Porque pode até acontecer que muito daquilo que caracteriza a actual situação política possa vir a vir a um acidente de percurso.

Contudo, o PSD participará neste debate, como lhe compete. Mas vamos aproveitar a oportunidade da sua realização para tentar ajudar o PS a libertar-se da ficção em que se encontra e a reverter à autenticidade que deveria impôr a sua condição de maior partido da oposição.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: O debate em que hoje participamos é o exemplo acabado do artificialismo político em que se esgota o estilo da actuação da "nova" mas usada e gasta direcção do Partido Socialista, preocupada em manter atulhados de factos políticos as páginas dos jornais, a fim de disfarçar as sucessivas demissões de dirigentes Socialistas recém eleitos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Aproveitei o fim de semana para reler algumas passagens de dois livros, um a "Regra da Instabilidade" do Dr. Mário Mesquita e outro do Dr. Joaquim Aguiar a "Ilusão do Poder".

Neste último, "Ilusão do Poder", encontrei algumas respostas para a actuação dos partidos da oposição, em especial o Partido Socialista.

Cito:

"Será fácil compreender que um partido com organização deficiente pode ser usado ou controlado por outras organizações mais eficientes que o utilizam para poderem obter um resultado político específico".

E quando se afirma que a estratégia de Martins Goulart é opaca e hesitante, nunca se chegando a perceber o que realmente quer, também se consegue enquadrar a mesma no estudo do Dr. Joaquim de Aguiar.

Assim, lê-se:

" O comando ou o poder só se exercem em função dos meios que permitem a sua tradução em actos e factos;

O comando ou o poder continuados só existem quando a hierarquia está associada a uma organização que prepare e seleccione as referências de actos e factos".

O que está em causa é a capacidade da hierarquia orientar o funcionamento do partido de modo a cumprir os seus objectivos, designadamente a sua intervenção no sistema político. (Sic)

O PS confunde eficiência com movimento.

Mais adiante pode ler-se:

"Nenhuma democracia moderna, com eleitorado de massa e com as extensas responsabilidades do Estado no funcionamento e evolução do sistema social, pode estar baseada nas manifestações específicas de ficção política.

Neste quadro de ficção e de ilusões sucessivas, onde as posições se determinam mais pelos imperativos da relação do que pelos valores da identidade, o êxito é a única medida real que tem sentido. Pouco importa que também esse êxito se venha a revelar falso, logo desmentido pela incapacidade de exercício do poder que foi conquistado.

O que conta, como origem e reforço da credibilidade de cada agente político, é a invocação de uma vitória que tem o valor previsional de novas vitórias." (Sic.)

E aqui, o PS quase sem dar por isso, começa a dar de si mesmo aos Açorianos uma imagem duplamente negativa. Negativa porque é incapaz de ser oposição credível e negativa porque é incapaz de gerir o poder nas autarquias onde alcançou, mas na prática o não consegue exercer e concretizar.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E continuando a citar o livro " A Ilusão do Poder":
"Há beijos que matam. Há elogios que enganam".

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: O Sr. Deputado gosta desta frase?!
Eu vou repetir.
Há beijos que matam. Há elogios que enganam. Há modos de obter uma vitória política que são o primeiro passo para a derrota inevitável".
Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Gualter Furtado):* Muito bem! Muito bem!
O Orador: Tudo foi ficção.(Sic.)
Assim, justifica-se a vitória do PS nas autarcas de 89 e a estrondosa derrota em 11 de Outubro.
Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados:
É a manobra e o pequeno golpe à afirmação de princípios, e levando a extremos tais, que o PS aqui quis vir hoje, depois do debate da última semana sobre o Plano de Médio Prazo.
Durante aquela discussão repetiram o estafado chavão de "Mais": mais casas, **mais** saúde, **mais** educação, **mais, mais** e **mais...**

(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)
(Risos da bancada do PS)

O Orador: Nem uma vez disseram onde iam buscar mais dinheiro.
Assim, o Partido Socialista...- diga Sr. Deputado Martins Goulart -.
Deputado Martins Goulart *(PS):* O problema é vosso!
Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* É um problema vosso. Não é nosso!

O Orador. O problema é nosso! Pois nós sabemos que a administração desta Região, vai ser sempre nossa.

Muito obrigado.

Assim o Partido Socialista acolitado pelas representações Parlamentares do CDS/PP e do PCP, desejava mais um caso. E como desejava mais um caso, inventou a Moção de Censura.

Mas nós, Grupo Parlamentar do PSD e o Governo Regional, iremos transformar esta Moção de Censura ao Governo Regional numa Moção de Censura aos Partidos da Oposição.

Vozes da bancada do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Risos do Presidente do Governo)

O Orador: Porque são razões que não têm nada a ver com o interesse dos Açores e dos Açorianos, pelo contrário, assentam nas dificuldades políticas internas que invadem e atormentam a actual liderança do Partido Socialista.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Gualter Furtado):* Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os Deputados da Oposição têm aumentado a sua irresponsabilidade e insensatez, felizmente que ela não tem influência na Governação dos Açores.

O frentismo da oposição tenta retirar o poder de Governação ao PSD.

Não permitiremos qualquer magia que transforme os nossos 53,6%, que o povo deu ao PSD, nos 44,7% dos partidos da oposição, nem o povo permite que a minoria governe a maioria, como aconteceu abusivamente no final da última Legislatura.

Sras. e Srs. Deputados: na anterior legislatura tinha cabimento a apresentação de uma Moção de Censura, porque na Assembleia existia uma maioria espúria, que daria sequência à mesma.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Tivesses feito!

O Orador: Mas faltou-lhes coragem para derrubar o Governo.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Hoje, é um acto de cobardia, porque será um debate sem consequências.
Primeiro, porque o Grupo Parlamentar do PSD não viabilizará a Moção de Censura, porque as razões apresentadas são circunstanciais.
Segundo, porque o Governo Regional é apoiado politicamente por esta maioria, que o povo elegeu em 11 de Outubro, que lhes prometeu estabilidade e muito trabalho.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:
No livro a "Ilusão do Poder", é definido o contra-poder sistemático do Frentismo da Oposição, que passo a citar: " "Tem uma componente originária como posição política consistente de oposição, designadamente por um partido que não tenha perspectivas de acesso ao poder mas sem que isso signifique perda da sua relevância política; na sua manifestação essencial, traduz-se na criação de pontos de não retorno ou de irreversibilidade na situação política, implicando a previsão de resistência activa sempre que os detentores do poder político tentarem uma alteração legislativa ou prática em relação a esses pontos; não é uma estratégia autónoma, pois tem sempre de se definir em relação às decisões políticas de outros agentes; pelo menos como forma de pressão para estabelecimento de negociações".
Mais adiante afirma-se que "Em qualquer caso, nenhuma das modalidades possíveis de uma estratégia de contra-poder será, quando usada de modo sistemático, capaz de produzir soluções políticas estáveis. Para além de não ser autónoma, é também uma concepção residual, típica das margens do sistema partidário e insuficiente para responder aos problemas globais de um sistema político.
A estratégia do contra-poder é indiferente para a solução dos problemas nucleares do sistema político ou do sistema partidário.

(Apartes inaudíveis do Deputado Martins Goulart)

O Orador: O Sr. Deputado tem que reler isto, porque quem tem problemas de liderança é o Senhor, não sou eu!
Deputado Martins Goulart *(PS):* Ele não sabe escrever. Foi outro que escreveu!

O Orador: E compreende-se que o seja, pois não se pode esperar uma contribuição positiva de uma concepção estratégica que se afirma e se fundamenta na negação das outras estratégias. Quando muito, interessa como um sistema adicional das insuficiências de outra acções políticas e como parte de resistências suplementares à resposta aos problemas centrais". (Sic.)

Porque não se agitam e não se comovem os Açorianos com as vossas propostas, ao fim de dezasseis anos de oposição que consideram um êxito, e de Governo de Maioria absoluta, que consideram um fracasso?

(Risos do Presidente do Governo)

Não se pode disfarçar a crise dos partidos da oposição, com claro reflexo na sua capacidade política e parlamentar.

Não é novo e tende não só a manter-se como a agravar-se, à medida que se vão esgotando líderes e soluções. Tal é particularmente evidente na oposição socialista, cujo desgaste de discurso e ideias é completo.

Por isso, nós não devemos perder tempo com estas posições do PS, CDS/PP e PCP e alguns pseudo-deputados "independentes", já lhe demos em variadíssimas ocasiões as respostas que, aliás, não reconheceram réplica.

Nos Açores existe estabilidade política, há já uma significativa expressão económica, o povo dispõe de melhores condições de vida e de outras oportunidades.

Ora é essa obra feita que a oposição não consegue desmentir, é essa liderança que a oposição não consegue igualar nem desacreditar e é essa estabilidade que a oposição não aprecia, como bem o demonstra nesta Casa.

Mas foi isso que o povo quis e é isso que o povo quer.

Fizemos muito e há muito para fazer sabêmo-lo bem.

Temos razões suficientes para encarar o futuro com muita esperança.

Somos os primeiros a não estar inteiramente satisfeitos, com a situação inerente às nossas receitas financeiras. Esta será uma das razões que nos levará a querer continuar a governar para fazer cada vez mais e melhor.

Deputado Martins Goulart *(PS):* São os melhores. A gente já sabe!

O Orador: Somos firmes nas nossa convicções, mas não somos arrogantes, nem somos os melhores do mundo, nem temos a pretensão da verdade única.

(Risos do Presidente do Governo)

Somos gente oriunda do povo.
Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Martins Goulart pede a palavra com que finalidade?
Deputado Martins Goulart *(PS):* Para anunciar à Mesa que vou apresentar um requerimento,...
Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Outro!
O Orador: ...propondo a criação de uma Comissão de inquérito para avaliar a situação das contas públicas da Região Autónoma dos Açores. É subscrito por todos os Deputados do Partido Socialista, bem como pelos Deputados do PCP e do CDS/PP.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: O Sr. Deputado Martins Goulart fez a entrega na Mesa de um documento que tem título de requerimento.
De acordo com o nosso Regimento, são requerimentos os pedidos dirigidos à Mesa, respeitantes ao processo de apresentação, discussão e votação de qualquer assunto ou o funcionamento da reunião.
Portanto, entendo que este requerimento e a forma como foi anunciado, não se inscreve na disciplina do artigo 102.º. Aliás, devido à sua própria elaboração e extensão, suponho que terá de ser do conhecimento dos Srs. Deputados, a fim de poderem formular um juízo capaz de se proceder à sua votação.

A menos que a palavra requerimento, aqui, seja uma espécie ou melhor, queira significar uma Proposta de Resolução da Assembleia, no sentido da criação duma Comissão. Talvez, teria que ser formulado nesses termos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É exactamente para demonstrar o perfeito cabimento regimental da proposta de requerimento.

É porque é sobre a forma de requerimento que uma Comissão de inquérito é constituída. O que não significa que o requerimento obedeça aos princípios que o Sr. Presidente acabou de referir.

O requerimento é a forma de apresentar à Assembleia uma proposta de constituição de comissão de inquérito que, aliás, é obrigatoriamente constituída, não será votada. Esta Comissão de inquérito é constituída por força regimental e não será votada. Agora, a forma de dirigir à Mesa a nossa proposta é que é sobre a forma de requerimento, porque isso está estabelecido no Regimento.

Daí, depois, derivará uma Proposta de Resolução que a Mesa fará o favor de apresentar ao Plenário para constituição da mesma Comissão, obviamente que não é para votar o requerimento.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: O Sr. Deputado Manuel Arruda pede a palavra com que finalidade?

Deputado Manuel Arruda *(PSD):* É para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Manuel Arruda *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de perguntar ao Sr. Presidente, qual a figura regimental que usou o Sr. Deputado Martins Goulart e o que é que este assunto que aqui estamos a conversar, neste momento, tem a ver com a Moção de Censura?

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Muito bem! Muito bem!

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sr. Deputado Manuel Arruda,:

A integração no artigo 102.º disto, que é chamado requerimento, efectivamente, tem a sua razão de ser, porque é a única forma que tenho de integrar esta matéria no contexto do debate que estamos a fazer.

Por isso, assumo que seria dentro desta perspectiva que, eventualmente, teria cabimento neste momento o seu anúncio e não noutra circunstância qualquer, porque de acordo com o nosso Regimento, as Comissões de inquérito são de constituição obrigatória.

Portanto, em qualquer circunstância, não necessariamente agora, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e os Srs. Deputados Paulo Valadão e José Gabriel Meneses, poderiam requereê-lo sem ser votado imediatamente, como são os requerimentos de acordo com o artigo 102.º.

O Sr. Deputado Martins Goulart já fez a sua interpretação da formulação desta matéria e por isso fica apresentada à Mesa como uma peça que é apresentada durante o debate que estamos a realizar e na altura própria, e após a audição da conferência, a Mesa há-de propor a constituição desta Comissão.

Era só no sentido de nos entendermos com esta matéria, porque me parece que o requerimento surgiu agora, até podia ter surgido numa outra ocasião, inclusivamente podia surgir durante uma das intervenções realizadas durante o nosso debate.

Posto isto, o Sr. Deputado Carlos César pede a palavra com que finalidade?

Deputado Carlos César *(PS):* É para fazer uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Carlos César *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu creio que a forma adequada, é de facto o requerimento, não há outra.

De resto, é o que se pode ver pelo artigo 62.º, n.º 3 em que se diz:

"As comissões de inquérito são obrigatoriamente constituídas, sempre que tal seja requerido".- Ora, requere-se através de um requerimento, ou então, eu já não sei o que é que ando a fazer aqui -

"...por um quinto dos deputados em efectividade de funções, até ao limite de uma por deputado e por sessão legislativa."

Presidente do Governo Regional dos Açores *(Mota Amaral):* Não é isso que está em causa!

O Orador: Portanto, a forma da constituição de uma Comissão de inquérito é a forma regimental de requerimento, após o que V. Ex.ª, face ao automatismo aqui criado, apresentou uma proposta de constituição.

Efectivamente, a forma usada é a forma correcta. Não vejo o que é que pode envolver aqui regimentalmente esta situação excepto o facto de, porventura no plano político, ser útil quebrar o ritmo do debate.

Deputado Manuel Arruda *(PSD):* Essa é que é a questão!

Presidente: Eu procurei e tendo em conta que as coisas são como são, daí que temos que encará-las com toda a simplicidade, não complicar as coisas.

Efectivamente, perante o requerimento a figura regimental que me veio à mente, foi a figura do requerimento e como habitualmente usamos requerimentos para a intervenção e o processo do debate que estamos a ter em curso, daí que recorri ao artigo 102.º.

No entanto, não esqueço que as comissões de inquérito têm que ser forçosamente constituídas e no momento em que o Sr. Deputado Manuel Arruda interpelou a Mesa sobre esta matéria, também tive que lhe dar conta sobre esta situação.

Por isso, não creio que estejamos ao arrepio de coisíssima nenhuma, está perfeitamente integrado e fica estabelecido e em qualquer altura esse requerimento pode entrar na Mesa, até porque não se diz em que altura é que ele tem que entrar. Daí que admito que ele possa entrar durante o debate. Tal como outro dia, surgem outros requerimentos que são apresentados à Mesa.

O Sr. Deputado António Silveira pede a palavra com que finalidade?

Deputado António Silveira *(PSD):* É para interpelar a Mesa.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado António Silveira *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta interpelação é em nome individual.

Gostaria de perguntar ao Sr. Presidente, se a partir de agora fica a ser praxe neste Parlamento que, quando qualquer Deputado desta Casa o entender e no momento em

que se estiver a discutir um assunto para o qual esta Assembleia foi convocada e que a seguir à intervenção de um Sr. Deputado da oposição ou Membro do Governo, qualquer Deputado deste ou de outro grupo parlamentar, comece por apresentar ou entregar um requerimento, apenas, com o intuito de disfarçar, desviar a atenção do debate que aqui está a decorrer?

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Esta é uma pergunta que tenho direito de fazer como Deputado e as insinuações que a bancada da oposição possa aqui fazer, já é um problema que não me diz respeito.

Eu quero perguntar, se a partir deste momento e quando se discute determinada questão nesta Assembleia, e em que me parece que uma Moção de Censura é um momento especial para o qual este Parlamento foi convocado, a não ser que, o Partido Socialista já tenha percebido que perdeu a referida moção e por isso tente introduzir aqui novos elementos.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Mas, eu queria perguntar ao Sr. Presidente mais concretamente, se a partir deste momento e quando se discutir nesta Casa um assunto sério, - que para o Partido Socialista é o auge da sua glória!- se podemos estar aqui a divertir-nos com o Sr. Deputado que é o maior do mundo...

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: ...e que este interrompa os debates de outros Deputados para fazer requerimentos à Mesa?

Gostaria de colocar esta questão e coloco-a em nome individual. Não tenho problema absolutamente nenhum.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Valadão pede a palavra com que finalidade?

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* É para dar esclarecimentos.

Presidente: Já que fui directamente interpelado, gostaria de poder responder ao Sr. Deputado António Silveira.

Sr. Deputado, eu tenho algumas dúvidas sobre a possibilidade ou a impossibilidade que o Regimento dá à Mesa de não aceitar este tipo de requerimentos.

Efectivamente, o Deputado que faz o requerimento, entrega-o na Mesa e não vejo a necessidade de ele ter que ser presente à próxima Sessão da Assembleia como matéria de expediente, sob pena de prejudicar uma situação.

No entanto, como é evidente este requerimento não vai ser discutido durante este debate. Quanto isto, é uma situação clara e que resulta do Regimento.

Entretanto, devo dizer que não tenho a pretensão de conhecer o Regimento com toda a minúcia, no entanto, não vejo que o mesmo proíba de se fazer em qualquer altura e durante o debate, a entrega de uma documento na Mesa.

Com isto, quero dizer que não é praxe que esteja criada, mas é uma situação que tem sido utilizada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para prestar esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, os proponentes de um requerimento para que seja constituída uma Comissão de inquérito, foi feito ao abrigo do nº 3 do artigo 62.º do nosso Estatuto. Fizeram-no, exactamente, na discussão da Moção de Censura, porque ele vem de acordo com aquilo que se está aqui a debater.

E tendo em conta que o Sr. Presidente do Governo Regional na sua intervenção em nada defendeu o Executivo Regional no que diz respeito às acusações de que foi alvo. As acusações que a oposição fez ao Governo Regional e que são conhecidas desde há 4 ou 5 dias continuam de pé e em relação às acusações que foram feitas, nada foi contestado, não houve capacidade do Sr. Presidente...

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: ...**não houve capacidade do Sr. Presidente do Governo Regional para contestar nada.**

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Gualter Furtado):* O povo é sereno!

O Orador: O Sr. Deputado Rui Melo a intervir nos debates...

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: ...veio acusar a oposição e não cheguei a perceber de quê. Possivelmente acusar a incompetência do Governo Regional e em relação ao assunto nada disse.

Perante esta situação só restava uma coisa à oposição. Era constituir esta Comissão de inquérito e de acordo com o nosso Regimento foi, ou melhor, está constituída. Daí que não há que debater este requerimento. Está de acordo com o artigo 62.º do nosso Regimento e a partir deste momento está constituída esta Comissão de inquérito,...

(Apartes inaudíveis da bancadas do PSD e do Governo)

O Orador: ...quer V. Exas. gostem ou não, quer queiram quer não.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: O Sr. Deputado Martins Goulart pretende usar da palavra com que finalidade?

Deputado Martins Goulart *(PS):* É par dar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Martins Goulart *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Porque o tempo está a contar o esclarecimento é breve.

Eu tive o cuidado de na minha intervenção de apresentação ler na íntegra este requerimento.

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* E bem!

O Orador: Portanto, para os Srs. Deputados que pensam que entrou aqui neste debate, uma peça espúria ao próprio debate devem ficar cientes de que ele foi lido na íntegra. E mais, anunciei que iria apresentá-lo durante o debate.

Se com todos estes cuidados, os Deputados da maioria e o Governo pensam que se cometeu algo de anti-regimental ou algo que não está integrado na lógica deste debate, é porque estiveram pura e simplesmente a dormir como estamos habituados a vê-los.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Risos da bancada do PSD)

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Oh, Sr. Deputado, isso diz-se?!

Presidente: O Sr. Deputado Manuel Arruda pretende a palavra com que finalidade?

Deputado Manuel Arruda *(PSD):* Sr. Presidente, era para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Martins Goulart.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Manuel Arruda *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Martins Goulart:

Na realidade, a sua intervenção foi um bocado enfadonha, daí que fizemos um enorme esforço para não dormir.

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: No entanto, conseguimos perceber.

Ora, a questão que tenho alguma dificuldade em perceber é se o Sr. Deputado leu o seu requerimento - todos nós já tínhamos conhecimento dele - e qual foi o motivo que o levou a interromper a Sessão para dizer que iria entregar à Mesa...

Deputado Martins Goulart *(PS):* Não estava ninguém inscrito! Não estava ninguém falando!

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Como é que o Sr. Deputado pode dizer que não estava ninguém inscrito, se não consultou a Mesa?

Deputado Martins Goulart *(PS):* Efectivamente!

O Orador: Mas então retire o que disse, que não estava ninguém inscrito, porque é evidente que estão Deputados inscritos.

Portanto, o que penso é que foi perfeitamente descabido, uma vez que V. Ex.ª já tinha dito que ia entregar - e todos nós já o sabíamos - e daí que achamos que foi uma interrupção abusiva dos trabalhos.

É o ponto de vista do Grupo Parlamentar do PSD.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: O Sr. Deputado António Silveira pediu a palavra com que finalidade?

Deputado António Silveira *(PSD):* É para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado António Silveira *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria protestar por esta insinuação do Sr. Deputado Martins Goulart.

Nós deste lado, não dormimos. Temos é de estar atentos e em primeiro lugar como obrigação democrática, àquilo que o Governo faz e com o qual estamos solidários.

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Olho vivo!

O Orador: Para já, temos que estar atentos àquilo que a oposição não é capaz de fazer. E durante este debate, vamos demonstrar que esta Moção de Censura não passa de um divertimento do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Vozes das bancadas do PSD e Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Martins Goulart *(PS):* O povo dos Açores está a sofrer muito por vossa causa!

Presidente: O Sr. Deputado Victor Evaristo pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* Era para um interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Parece-me que não está em causa a legitimidade do Partido Socialista, bem como de outras representações parlamentares, de apresentar os requerimentos que muito bem entenderem.

O que me parece a mim, é que salvo melhor interpretação, V. Ex.ª Sr. Presidente, não deveria ter aceite neste momento o requerimento.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: V. Ex.ª fundamentou...

O Sr. Deputado se me quiser ouvir, muito bem. Se não me quiser ouvir, pode falar à vontade que não me faz diferença nenhuma.

V. Ex.ª fundamentou a admissão do requerimento, salvo erro, com base no artigo 102 .º do Regimento, ou eu percebi mal. Mas, se não percebi mal, parece-me que está aí definido o que é que se entende por requerimento no caso expresso do artigo 102.º e salvo melhor opinião e com o devido respeito, diz que:

"São considerados requerimentos apenas os pedidos dirigidos à Mesa respeitantes ao processo de apresentação, discussão e votação de qualquer assunto ou funcionamento da reunião".

Ora, o que nós estávamos aqui neste momento a discutir, também salvo a devida vénia, era uma figura regimental que se enquadra num processo especial que começa logo como V. Ex.ª também verá regulamentado até em título próprio, ou seja, o Título VII do Regimento, que diz: "Outros Processos Especiais".

Ora, se isto é um processo especial, por contraposição, sai do processo normal e se assim é, V. Ex.ª terá o cuidado de ver que o próprio Regimento, embora não muito

explícito, tem até o cuidado de arredar nestes processos especiais, inclusivamente, o próprio Período de Antes da Ordem do Dia.

Deputado Fernando Fonte *(PS):* Não arreda nada!

O Orador: O que é que isto quer dizer?

Deputado Fernando Fonte *(PS):* O Sr. Deputado leia o Regimento. Não arreda!

O Orador: O Sr. Deputado vá pentear macacos!

(Risos da Câmara)

O Orador: O resultado é este. É que na realidade, se houve este cuidado, é porque me parece que o legislador, mal ou bem, quis em processo especial arredar a interrupção do debate.

Esta, salvo melhor opinião, é a minha interpretação.

Agora, admitir este requerimento com base no artigo 102.º, é que não me parece possível. V. Ex.ª teria sim, que admiti-lo - porque é legítimo, - teria que depois fazê-lo distribuir pelos Srs. Deputados e depois seria agendada a sua votação.

Deputado Fernando Fonte *(PS):* Anda aqui! Anda aqui!

O Orador: Olhe, eu daqui a nada digo-lhe mesmo outra coisa!

Presidente: Sr. Deputado...

Deputado Fernando Fonte *(PS):* O Sr. sabe pentear macacos, mas não sabe ler o Regimento!

Presidente: Sr. Deputado Victor Evaristo:

Eu penso que à pouco tive oportunidade de dizer que na altura tinha invocado o artigo 102.º, fi-lo de acordo com o conteúdo do mesmo.

Depois e após o aprofundamento desta questão, verificou-se que estávamos a tratar de matéria consignada na constituição das comissões e é evidente que a constituição desta comissão poderá vir por várias formas e uma delas será, eventualmente, pelo requerimento. Não vejo que haja sobre isto grande dificuldade, uma vez que o requerimento deu entrada na Mesa e não é passível de qualquer discussão, neste momento..

Amanhã, será formalmente apresentado à Assembleia na altura do expediente e depois terá os seus trâmites normais.

Portanto, não vejo que isto seja impeditivo de ser neste momento recebido pela Mesa.

Esta é a interpretação que a Mesa dá. De qualquer forma, Sr. Deputado, das decisões da Mesa cabe sempre recurso para o Plenário.

O Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social pediu a palavra com que finalidade?

Subsecretário Regional da Comunicação Social *(Joaquim Machado):* É para prestar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social.

Subsecretário Regional da Comunicação Social *(Joaquim Machado):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O esclarecimento que pretendo dar teria melhor lógica sequencial se tivesse ocorrido no período anterior a esta manobra de diversão que foi introduzida, porquanto se prendia com intervenções proferidas até então.

Mas não perde a sua oportunidade, quanto às motivações que impediram o Partido Socialista, bem como as outras forças parlamentares, de na anterior Legislatura terem avançado com uma Moção de Censura ao Governo, isto porque a justificação é apenas uma.

O Partido Socialista detesta o poder como de resto ficou bem patente na justificação que o Sr. Deputado Martins Goulart, na sua qualidade ex-líder do Partido Socialista, e candidato a futuro líder do Partido Socialista num semanário Português dizia e cito:

"Carlos César nunca moveu uma palha para ganhar eleições...

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Oh, isso é verdade!

Deputado Martins Goulart *(PS):* Eu nunca disse isso no Expresso!

O Orador: ...porque era preferível ser da oposição, atendendo a que o ordenado era chorudo e o trabalho pouco e sem as responsabilidades e o inerente desgaste de ser Governo".

É esta a justificação do Sr. Deputado Martins Goulart.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente do Governo Regional dos Açores *(Mota Amaral):* Oh, é falso! É falso!
Presidente: O Sr. Deputado Deputado Carlos César...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados, só um momento de atenção.
O Sr. Deputado Carlos César pediu a palavra com que finalidade?
Deputado Martins Goulart *(PS):* Não existe!
Presidente: Sr. Deputado Carlos César pediu a palavra com que finalidade?
Deputado Carlos César *(PS):* É para defesa da honra.
Presidente: Tem a palavra para defesa da honra.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Deputado Carlos César *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:
Que fique, absolutamente, claro nesta Assembleia, naquilo que se me refere que eu não sou um instrumento, nem sou instrumentalizável ao serviço do PSD contra o Partido Socialista, seja por que razão for, ou seja contra quem for!

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isto que fique absolutamente claro!
Não admito de ninguém do PSD lições no domínio da solidariedade partidária que eu nunca neguei em circunstância nenhuma.

Vozes da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Todas essas afirmações, eu a elas não tenho respondido, porque sempre julguei desnecessário responder quanto ao julgamento que as pessoas poderiam fazer de mim, exceptuando V. Exas.

Mas que fique muito claro. O Partido Socialista é um partido unido...

Deputado Artur Martins *(PSD):* Não parece!

O Orador: ...naquilo em que um partido tem necessidade de o ser.

Eu sou seu membro e respeito solidariamente os órgãos dirigentes do meu partido sejam quais forem ou quem forem.

O assunto fica clarificado de uma vez e não admito...

Deputado Rui Melo *(PSD):* Brilhante!

O Orador: ...que ninguém nesta Assembleia possa pôr em causa a minha dignidade de membro de um partido que eu não reneguei, nem nunca renegarei, muito menos a conselho de V. Exas!!

Que fique absolutamente claro!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado Martins Goulart pretende a palavra com que finalidade?

Deputado Martins Goulart *(PS):* Sr. Presidente, é para requerer à Mesa que o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social produza **um documento fidedigno**, onde as palavras que ele leu dum papel, estejam transcritas integral e textualmente.

Eu afirmo, solenemente, que aquelas palavras ditas "ipsis verbis", **nunca** foram proferidas por mim e **nunca** foram transcritas em nenhum jornal com a minha autorização!

Dei **uma entrevista** ao jornal "Expresso"...

Subsecretário Regional da Comunicação Social *(Joaquim Machado):* Deu a sua autorização!

O Orador: Não! O Sr. Subsecretário vai demonstrar se **é ou não mentiroso!!**

Eu quero que leia, textualmente, o que eu disse e que é obviamente diferente do que foi lido por V. Exª..

E é essa a prova que fará da mentira que aqui foi produzida!

Nunca falei em ordenados chorudos!

Nunca falei das insinuações que o Sr. Subsecretário aduziu aqui, portanto, ele intencionalmente mentiu perante o Plenário da Assembleia e deve ser censurado **como um mentiroso!!**

(Apartes e protestos inaudíveis da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Martins Goulart:

É evidente que o Sr. Deputado faz-me um requerimento que eu não posso de maneira nenhuma aceitar, pois não posso obrigar o Sr. Subsecretário Regional, nem nenhum dos Srs. Deputados presentes, a provar o que quer que seja.

Os Srs. Membros do Governo são responsáveis pelo que dizem, assim como os Srs. Deputados. E, portanto, eles hão-de provar ou não, consoante tenham elementos ou não para isso.

Por outro lado, lembrava aos Srs. Deputados a necessidade de mantermos este nosso debate a uma contenção de linguagem que não resvale para situações que não me parecem nada dignificantes para o nosso Parlamento.

O Sr. Deputado Victor Evaristo pediu a palavra para?

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* Para dar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era para responder ao Sr. Deputado Carlos César. E para dizer que o Sr. Deputado Carlos César, por vezes, penso que se assume uma importância maior do que aquela que esta bancada - o Sr. cuida - lhe atribui.

Obviamente que nestas coisas, é como a história da água benta - cada um toma a que quer!

O Sr. Deputado, não sei porquê, resolveu inculcar há uns tempos para cá, que alguns Deputados desta bancada querem provocar a desestabilização na sua bancada.

Talvez pensando que realmente o quererão, como o Sr. Deputado, sub-repticiamente aqui deu a entender e à "bon entendeur", lançar contra o líder da sua bancada.

Eu, pelo menos - desculpe lá! - na minha estupidez, percebi isso!

Mas, enfim, como parece que é "dos tolos o reino dos céus", eu continuo nesta minha candura!

A verdade é que eu quero que o Sr. Deputado Carlos César saiba de duas coisas:

A primeira é que nós não temos rigorosamente nada a ver com quem está ou quem não está a liderar a sua bancada - é um problema dos Senhores.

Deputado Fernando Fonte *(PS):* O Sr. não fala de outra coisa!

O Orador: Em segundo lugar, não somos receptivos a ameaças, porque isso é uma coisa complicada!

E é bom que se entenda que aquilo que se diz aqui dentro, de alguma maneira, se configura com os poderes regimentais que os Deputados têm. Ou seja, se aqui se dizem coisas tão graves, tão graves, como já se ouviu aqui, de certas instituições e de certos órgãos e se invoca a responsabilidade do que se diz aqui dentro, com base no próprio Estatuto de Deputado, não percebo por que é o Sr. Deputado fica "arrufado" por uma coisa tão simples.

Se realmente a minha bancada o ofendeu, eu não lhe peço desculpa em nome dela, porque não estou munido desses poderes.

Eu, pessoalmente, quero que saiba que não o ofendi. Mas quero que saiba também que ameaças para aqui, não servem!

Era só isto, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social pediu a palavra para?

Subsecretário Regional da Comunicação Social *(Joaquim Machado):* É para prestar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Subsecretário Regional da Comunicação Social *(Joaquim Machado):* Sr. Presidente, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Dizia alguém há poucos dias que "errar, todos erram", "emendar, apenas uns poucos emendam".

Eu, realmente cometi de alguma forma um lapso que aqui pretendo reparar, porque também o devo fazer.

Na realidade, o que disse o Sr. Deputado Martins Goulart, na dita condição - que eu já referi - de ex-líder do PS e candidato a futuro líder do PS foi exactamente isto:
"Há socialistas nos Açores - visando o Sr. Deputado Carlos César e isso não foi desmentido por V. Exª. - "que não querem que o PS ganhe nos Açores, porque ficar na oposição, é mais cómodo e rende o mesmo, no fim do mês" - foi isto que V. Exª. disse!

Deputado Martins Goulart *(PS):* Isso é falso!

O Orador: Mas não desmentiu o jornal, quando aqui vem expresso que V. Exª. visava o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Martins Goulart *(PS):* Não visava ninguém!

O Orador: O que V. Exª. disse sobre o Sr. Deputado Carlos César não foi o que atrás reproduziu - e peço-lhe publicamente as minhas desculpas por tal - mas foi o seguinte:
"Martins Mota era um bom candidato. Mau candidato só havia um - César!
Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para uma intervenção.

Deputado Manuel Serpa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Sob o ponto de vista estritamente político, adentro dos parâmetros pautadores em que assenta o poder regional, esta Moção de Censura, ora analisada e discutida, poderá não advertir para todas as resultâncias concretas que as disposições estatutárias permitem.
Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo, este não é um acto meramente académico. É que, na presente conjuntura e num contexto extremamente preocupante, bastará rebuscar em qualquer enciclopédia ou simples dicionário a definição de censura para que este acto tenha perfeito cabimento.
Censura - acto de censurar - reprovação por determinados actos praticados.

Ficou provado à saciedade, na análise e discussão dos importantes documentos presentes, na semana transacta, nesta Assembleia Legislativa Regional, que este Governo, pesem as piedosas defesas, com exórdios cautelares encomendados à laia de desobriga, resvalou para caminhos perigosos de ingovernabilidade e de injustiça social, renegando promessas, atropelando princípios, defraudando as perspectivas positivas das populações da Região Autónoma dos Açores.

E à aguda e angustiada consciência da crise (mais exactamente: da decadência económica e social) contrapõe-se o rumorejante e inconcludente atarefamento da defesa de uma situação que atingiu foros de insustentável. Buscar factos contingentes, salientar este ou aquele particular, recorrer apenas a razões exteriores ou a remédios fictícios, bem como endossar a responsabilidade a coisas e homens simples, estes sim, vítimas das situações, é sinal de falta de coragem ou de insinceridade.

Preferencialmente arvora-se o pendão da recessão económica mundial e, envergonhadamente, escamoteia-se a falta de solidariedade nacional arquitectada por quem (e repito) está apostado em estabelecer metas meramente economicistas, dogmatizar o poder da tecnocracia, vender números de forma obsessiva, fazer da vida uma álgebra e, consequentemente, romper o fio da tradição institucionalizada em relação àqueles que optaram por viver a portugalidade no meio do Atlântico.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Apetece gritar aqui que nenhum homem é uma Ilha.

Qualquer outra formulação desta problemática ilude o problema e exercita, complacente, uma vã e irritante retórica ou rodopia em compromissos equívocos. Por isso é mister alertar que quando o fio se despedaça e a urdidura se desfaz como uma teia de aranha; quando se deterioram as peças do tear (princípios e leis) e fica em pedaços também o tecelão - o homem - não se trata de qualquer acontecimento anormal, trata-se sim de uma subversão que desorienta e paralisa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A oposição está aqui para censurar o Governo. A oposição tem direitos, tem o direito inalienável de fazer ouvir a sua voz, aglutinadora das gentes que querem comprar a esperança. Gente que protesta e padece, que se rebela e por fim obedece, implora e pragueja, invectiva e emudece, condena e também perdoa. Mas gente! E toda a gente é pessoa!

A oposição está aqui coerente e corajosa e não teme os que tentam isolá-la como a um enfermo, os que vêem nos seus actos uma intolerável ofensa.

A oposição não teme os que tentam esmagá-la como um remorso que não permita a paz, verdade impudente que contraria a narcose da consciência.

A nossa censura não incide em exclusivo sobre este Governo, nomeadamente sentado nesta bancada, porque a situação degeneradora que nos envolve é, apesar das contingências contextuais sobrevaloradas, fruto de políticas erroneamente implementadas, em que sempre campeou a sede infernal do poder, apregoando, embandeirando, mas nunca concretizando a Autonomia descentralizada e descentralizadora que todos os açorianos sonharam.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Nesta conjuntura de crise é preciso não esquecer a herança pesada que vários governos sempre com o mesmo chefe à cabeça, nos legaram e agudizam a situação actual.

É mister não obviar as organizadas mesas de partilha política nas quais se quinhoaram benesses e premiaram apoios. Não podemos esquecer que o desenvolvimento Regional assentou na manutenção de um "status quo" herdado e não houve um planeamento harmónico que tivesse em consideração as potencialidades das ilhas, de todas as ilhas deste Arquipélago.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sempre nos preocupou e sempre condenámos a filosofia que esteve subjacente à orquestração do desenvolvimento regional. Era importante que as ilhas

tivessem sido respeitadas e incentivadas nas suas diversas potencialidades, adentro de uma estratégia global de desenvolvimento pesem a sua colocação geográfica, cotação histórica, colocação partidária, poder económico ou peso político.

Nunca houve coragem política para enfrentar o realismo sem reservas.

No tabuleiro das Ilhas jogou-se xadrez com habilidade equilibrista, o clientelismo, as conveniências momentâneas. Por isso há Ilhas com o destino marcado. Por isso há ilhas que foram medidas pelo balaio em vez da rasoira.

Mais, esbanjou-se a esmo, atiraram-se projectos de milhares de contos para o caixote do lixo e algumas conquistas foram arrancadas a ferro porque alguns Secretários conhecedores "in loco" (e faço justiça!) de certas apetências e realidades lá levaram a água ao seu moínho ganhando algumas batalhas.

Neste aspecto, por ser de uma Ilha que sofreu e sofre na carne as sequelas desta política, a minha censura é redobrada.

Presidente do Governo Regional *(Mota Amaral):* Quais são as injustiças?!

O Orador: É preciso que fique bem claro: a crise evidente que atravessamos não é apenas fruto de uma determinada conjuntura. Tenham paciência. Há males que vêm de trás. E que peso têm eles neste momento de aflição!

Assentam aqui perfeitamente bem dois preciosos pensamentos: O melhor Governo não é aquele que faz alguns homens felizes mas aquele que faz o maior número de homens felizes. Segundo: É preciso, quando se governa, ver os homens tal como eles são e as coisas como elas devem ser. Que fique para reflexão e, naturalmente, despoletar alguns remorsos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É usual dizer-se que é mais difícil um Partido Político assumir as rédeas do poder do que afivelar-se, comodamente, com estatuto de oposição. E muitos pensam que as oposições, sem responsabilidades governativas engendram, habilidosamente, diatribes para mero aproveitamento político. Nós pensamos que nesta Casa todos têm responsabilidades definidas.

Quem governa tem de governar bem, tem de saber aceitar as críticas construtivas, de eliminar mazelas, desleixos, inconsequências e incompetências.

Quem está na oposição tem responsabilidades que incluem a crítica, a discordância, o alerta, o lamento, a alternativa.

Desta vez vamos mais além, até à censura. Porque há uma crise que afecta uma Região inteira, porque há uma ruptura com valores professados e proclamados, porque há um incumprimento do prometido, gerador de desilusões e de desespero.

É confrangedor verificar a prioridades das prioridades deste Governo é ser obrigado a pagar o que deve.

E é tremendamente ridículo que o Presidente deste Governo venha, em locubrações patéticas, que a oposição toma esta iniciativa porque já "cheira a eleições" quando toda a gente desta Região sabe perfeitamente que o estado caótico a que chegámos resulta, em primeiríssimo lugar, de investimentos desenfreados, desregrados, sem controle, numa campanha frenética para ganhar eleições, por parte deste Governo.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS, CDS/PP e PCP)

(Protestos inaudíveis das bancadas do PSD e do Governo)

O Orador: É preciso ter lata! Que descaramento! Que desfaçatez! A constatação é real, não haja ilusões!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A contingência actual quase esvaziou dos seus conteúdos e significado o sentido da governação. Uma paralisia de meses não traz perspectivas aliciantes. Bem pelo contrário. A situação não está totalmente clarificada.

A este ou a qualquer governo exige-se, sobretudo, uma política de verdade porque a missão fundamental de um governo consiste em afirmar a política da verdade a fim de que exista uma verdade da política.

Infelizmente, acastelam-se nuvens no horizonte! Infelizmente haverá mais tardes de finados cor de chumbo do que manhãs de Junho esplendorosas. Infelizmente a maior vítima é o povo.

Daí a posição da oposição. Intransigente e clara: Este Governo merece esta Moção de Censura.

Disse.

(Aplausos de toda a Oposição)

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Cabral pede a palavra para?

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* É para pedir um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Manuel Serpa:

Antes de formular o meu pedido de esclarecimento, gostaria de dizer o seguinte:

Há dois mil anos Pilatos fez duas perguntas sacramentais: "o que é a verdade?" e "onde está a verdade?"

Dois mil anos depois... ainda não há resposta para elas, Sr. Deputado.

Em segundo lugar, gostaria de pedir-lhe o seguinte esclarecimento:

V. Exª falou várias vezes em esbanjamento, em obras desenfreadas para ganhar eleições.

Concretamente, e uma vez que tenho viajado um pouco pelas ilhas dos Açores em Comissões, queria perguntar-lhe em que ilhas, quais as obras que foram consideradas "esbanjamento", por parte de V. Exª.?

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em relação a Pilatos e à verdade, é preciso procurá-la, conhecê-la e vivê-la - isso é que é fundamental.

Em segundo lugar, dou-lhe dois exemplos na minha ilha - não preciso ir mais longe.

Ou melhor, eu vou dizer-lhe que sou duma ilha em que há doze anos, numa tarde amena de verão, a quando duma visita do Governo, este mesmo Sr. Presidente veio dizer, num lugar aprazível, a toda a gente:

"Finalmente o Pico tem um hospital, em tal lugar...".

Passaram-se doze anos...

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Que vergonha!!

O Orador: ...**fez-se um projecto que custou...milhares de contos** e depois...rasgou-se e pôs-se no cesto dos papéis!

Aquele mesmo Sr. Presidente disse-me, com alegria, com satisfação e com sinceridade que nós teríamos uma escola modelo, na sequência de outras.

Não se pôde certamente fazer, mas infelizmente - foi outra vez na tal ilha - rasgou-se (e custou dezenas de milhares de contos) e pôs-se no cesto dos papéis!

Quer mais esbanjamento?!

Que mais exemplos quer que eu dê desse esbanjamento?!

Eu fico-me por aqui.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Srª. Deputada Fátima Oliveira para dar um esclarecimento.

Deputada Fátima Oliveira *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No calor desta discussão, gostaria de manter a calma.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado Rui Ávila que apreciei imenso e agradeço com todo o respeito que me mereceram as palavras que há dias me dirigiu. Mas eu lamento que hoje tenham sido feitas aqui afirmações que não me podem ser imputadas nem a outras pessoas.

Eu tenho que esclarecer - lamento isso - que toda a boa vontade que o Governo Regional de então teve em resolver o problema do hospital do Pico, só não obteve frutos positivos "graças" - infelizmente - à profunda divisão que grassa entre os três concelhos da Ilha do Pico, em que as próprias pessoas que são da mesma ilha, não sabem entender-se.

Tudo fiz para vencer essa mesma oposição!

Tive gente na rua, não me assustei!

A política foi definida. De quem é a culpa?!

Srs. Deputados:

É da gente da Ilha do Pico que eu admiro e que eu aprecio, mas cujo bairrismo eu não posso de maneira nenhuma subscrever!

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Cabral pede a palavra para?
Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Pedir um esclarecimento, Sr. Presidente.
Presidente: Tem a palavra para o efeito.
Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Manuel Serpa:
Afinal não respondeu à minha pergunta. Ou seja, eu queria saber quais foram as obras feitas - não aquelas que não foram feitas - que V. EXª. considera terem sido "esbanjamento de dinheiro"?!
Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* Além dessas?!
Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para prestar esclarecimentos.
Deputado Manuel Serpa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Respondendo ao Sr. Deputado Jorge Cabral, posso perfeitamente dar o exemplo do monumento da Autonomia.
Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* Esse já está cansado!
O Orador: Não é o estar cansado. É o significado dessa e doutras obras!!
É preciso saber quanto ...
Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* Quais são as obras na Terceira?!
O Orador: Eu posso responder ao Sr. Deputado Jorge Cabral, fazendo uma pergunta ao Sr. Secretário Regional da Habitação:
O que é que aconteceu com a piscina de P. Delgada?!

E em relação à Srª. Deputada Fátima Oliveira, eu queria protestar relativamente às suas afirmações, porque foi em tempos remotos aquilo a que V. Exª. se referiu.

Há muitos anos que o Povo do Pico está unido, em relação a um centro de saúde que nunca se fez! Ninguém discutiu mais a sua localização!

Há já muitos anos que o Povo do Pico está empenhado numa escola. Ninguém discutiu o lugar e nunca se fez nem se fará!!

Far-se-á daqui a quantos anos?!

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PSD e do PS)

Presidente: Srs. Deputados, vamos continuar os nossos trabalhos com alguma regra. E a regra é que as pessoas que falam, sejam ouvidas.

Não ganhamos nada em nos interrompermos, sucessivamente, a estabelecer diálogo, senão não conseguimos chegar ao fim deste debate.

Compreendo o calor da discussão, mas agradecia que tomássemos a orientação do nosso Regimento, para que se consiga ordenar os nossos trabalhos, convenientemente.

O Sr. Deputado Manuel Serpa já usou da palavra para prestar esclarecimentos.

O Sr. Deputado Jorge Cabral pede a palavra para, de novo, pedir esclarecimentos.

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente para dizer que o Sr. Deputado Manuel Serpa, ao fim e ao cabo, não respondeu às perguntas que lhe fiz, sobre quais as obras que ele considerou terem sido "esbanjamento de dinheiro".

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas também tinha pedido a palavra para?

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* Para pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Manuel Serpa.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Manuel Serpa referiu-se à obra da piscina de P. Delgada.

E a pergunta que eu lhe faço é no sentido de saber se o Sr. Deputado considera que a obra da piscina foi um esbanjamento, foi uma obra supérflua ou o que é que o Sr. entende?!

Presidente: O Sr. Deputado Manuel Serpa quer reformular a sua pergunta?

Deputado Manuel Serpa (*PS):* Sr. Presidente, eu fiz uma pergunta e só quero uma resposta para ela.

Presidente: Sr. Secretário Regional, vamos lá ver se nos entendemos:

O Sr. Secretário Regional já teve oportunidade de responder. Respondeu da maneira que quis e entendeu.

Pede a palavra para voltar a responder. E eu vou dar-lhe a palavra para responder.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Houve, de facto, mais uma solicitação feita, até pelo Sr. Deputado Martins Goulart, relativamente ao que aconteceu à piscina. Eu devo dizer que ela foi construída como devia ser, porém o que está neste momento em causa, são acertos que eram indispensáveis fazer...

(Risos da bancada do PS)

Está rir porquê, Sr. Deputado?! Não acredita que é assim?!

Deputado Martins Goulart *(PS):* Quais são esses acertos. Estavam no projecto inicial?

O Orador: Não estavam no projecto inicial, porque o projectista não os considerou!!

Deputado Fernando Fonte *(PS):* Porque foi um projecto feito à pressa!

O Orador: Oh Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

O projecto foi feito em 1988/89.

Nós tínhamos ganho as eleições em 88, portanto não foi um projecto feito à pressa.

O Sr. quando faz uma casa, não tem que depois retocá-la?!

Ah não faz! E quando mete água como é?

Subsecretário Regional da Comunicação Social *(Joaquim Machado):* A casa é da Universidade!

O Orador: Ou então é uma casa do género "abarracada"!
Mas o que se fez...

(Aparte inaudível do Deputado Martins Goulart)

O Orador: O Sr. a partir de meados de Junho (a partir do dia 15 de Junho), pode ter o prazer de dar lá uns mergulhos.
Deputado Martins Goular *(PS):* Quanto é que este projecto custou a mais?!
*(***O Orador:** Quanto é que custou a mais?
Não sei responder-lhe neste momento, porque a responsabilidade é do projectista...

Vozes do PS: Mais uma dívida!

O Orador: Com certeza. Mas é uma obra feita!
O vosso problema é esse!
Deputado Martins Goulart *(PS):* Mais obras mal feitas!
O Orador: Não é mais uma obra mal feita!
O vosso problema é esse. É que os Srs. acusam o Governo por ter feito obras!
Os Srs. Acusam o Governo por ter dívidas!
As obras estão projectadas, foram aprovadas, foram orçamentadas e estavam no Plano e afinal, os Srs. criticam, porque nós fizemos as obras que estavam no Plano. E as obras foram aprovadas por esta Assembleia!
Isto é "preso por ter cão e preso por não ter"!
Esta é a tal história do "Velho, do rapaz e do burro"!
O Partido Socialista critica-nos quer façamos mais, critica porque devemos, critica porque não temos mais recursos.
Oh Srs. Deputados, efectivamente, a gente não se entende, porque os Srs. criticam por tudo.
É a tal verdade que os Srs. andam à procura e que nunca encontram!

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia para uma intervenção.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia *(Gaspar da Silva):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Ao abrigo do artigo 47° do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, estamos a proceder ao debate duma proposta de moção de censura ao V Governo Regional, acerca da execução do seu programa recentemente aprovado nesta Câmara.

A responsabilidade deste documento proveniente da oposição que temos, (porque outra melhor não existe entre nós) deve ser analisada nos seus **fundamentos** essenciais e nas **razões** que subjazem à sua apresentação, perante aquilo que foi possível **concretizar** por parte do Governo Regional ao longo dos últimos 7 meses.

Antes de passarmos a considerandos de natureza política e no direito que assiste também ao Governo, procederemos a uma pequena análise daquilo que tem sido o trajecto desta oposição após as eleições de 11 de Outubro de 1992, agora mais conhecida por (FOOF) Frente Oposicionista de Olhos Fechados.

(Risos do Presidente do Governo)

Surgiu o embrião desta frente oposicionista no período pré-eleitoral, então pela mão do Partido Socialista, que após a deserção do seu líder para cabeça de lista e candidato a presidente do Governo Regional, recorreu à candidatura de um pseudo líder agora conhecido por D. Sebastião, uma vez que desapareceu no Alcácer Quibir de 11 de Outubro e espera de momento por uma manhã de nevoeiro que nunca chega.

Tendo a mesma, um título pomposo para o seu auto denominado programa de governo com a frase "Os Açores Primeiro" mais não conseguiu durante todo o período eleitoral, que tal título acabasse por provocar a indiferença do eleitorado, culminada com a estrondosa derrota após o sufrágio de 11 de Outubro.

Não que aquele título nada dissesse ao povo açoriano. Antes pelo contrário.
Mas o povo dos Açores distinguiu claramente os disfarçados de falsos profetas, com falsos projectos.
Este povo, com a sua sapiência distinguindo o trigo do joio, mais não fez do que dizer que apesar dos Açores estarem primeiro, os Açorianos como povo, ainda estavam mais em primeiro lugar.
Disseram assim, que as questões dos Açorianos estando em primeiro lugar, duma forma ligada à terra onde vivem, mais não quiseram fazer ver, do que a sua própria realização como seres humanos e que a resolução dos seus problemas, era o que estava consubstanciado no programa eleitoral do PSD, que serviu de base ao programa deste V Governo, cujo conteúdo esta frente põe agora em causa com a moção de censura apresentada.
Esta frente oposicionista, não só, não percebeu esta mensagem, como persiste nos mesmos erros de outrora, remetendo-se cada vez mais para o seu confortável lugar de "eterna oposição".
Até parece que os vários desacatos políticos provocados nesta Câmara ao longo da IV Legislatura, então por uma outra denominada frente,
(PS+CSD+PCP+Dep. Independentes) até parece, dizia, que não serviram para mais nada, nem que fosse para aprenderem que o povo quer a estabilidade, quer a firmeza na governação, quer enfim, o progresso desta Região numa paz verdadeira.
O que não quer este povo, são os falsos títulos, as falsas frases, os falsos programas, os falsos projectos, os demagogos, enfim, a farsa política.
Farsa política como esta que estamos aqui a discutir passados que foram uns escassos sete meses da Governação e que em termos estratégicos de opção foi um "erro crasso" como bem dizia "à boca pequena" há alguns dias, um destacado militante socialista de determinada facção.
Deputado Artur Martins *(PSD):* Muito bem! Muito bem!
O Orador: Eu acrescentaria ainda que, para além dum erro crasso, não vai também, de modo algum, resolver qualquer problema do PS, mas quanto muito adiará por algum tempo mais, um novo abandono deste partido ao seu eterno destino, e

possivelmente com nova arribação do seu actual líder aos corredores dos passos perdidos de S.Bento, ou a outro qualquer destino.

Mas, há que verificar também, que nesta frente oposicionista de olhos fechados, que tem tido uma actuação despida de ideias próprias, na mesma, não se sabe quem manda. Pensa-se assim que bastará alguém assoprar ou mandar assoprar, **pela calada,** e eis que logo as ideias luminosas surgem.

Resta saber, se os mentores destas ideias, fazem parte daquele grupo de amigos que um dia se juntaram na berma duma janela para fazerem dizer "Eles merecem", após aqueles mentores fazerem-se substituir na janela, (tal foi a queda) daí toca a despejar ideias para um pelotão esfrangalhado em alternativas, como se as ideias ocas não fossem mais do que gerir a continuidade da "ciência do zero".

Pior ainda, em termos de salgalhada política quando a este grupo de amigos se juntou a voz de outros mentores daquilo a que chamam a democracia totalitária e que mais não conseguiram até hoje, do que criar uma nova classe musculada, hoje também em fase de completa desintegração e aqueles próprios em auto extinção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Feita esta pequena análise sobre o surgimento desta moção de censura, facilmente se constacta que os seus fundamentos caiem completamente por terra:

- Pela sua inconsistência.
- Pela falta de argumentação válida.
- Pela sua inoportunidade.
- Pelo uso desta figura, para "tapar o sol com uma peneira".
- Pela tentativa do desviar as atenções do povo dos Açores.
- Pelo tentar mobilizar as atenções dos órgãos de informação em relação aos verdadeiros problemas da oposição no seu todo.

E que, apesar deste V Governo ter sido empossado somente há cerca de 7 meses, e o seu PMP e Plano e Orçamento anuais terem sido aprovados há uma semana, apesar disso, várias acções do seu programa têm sido postas em marcha com resultados contributivos para o progresso.

- Veja-se por exemplo, os vários empreendimentos alguns da responsabilidade da sociedade civil, outros do Governo Regional, que têm sido inaugurados ou iniciados.

- Veja-se também por exemplo, que apesar da existência duma conjuntura financeira difícil, temos mantido desde Novembro/92 até Maio/93, indicadores de desemprego, em mera situação de natureza friccional e com os níveis de preços em situação descendente.
- Veja-se ainda que o Governo tem conseguido manter níveis de credibilidade e de opinião, dentro de indicadores idênticos ao que o povo sufragou em Outubro passado.
- E veja-se finalmente, que em termos de oposição, só se fala da mesma, através do Parlamento Regional, uma vez que a partir de Outubro passado, esta arrumou o equipamento, botas e fala, sendo somente objecto exclusivo de informação, quando se fazem os novos sumários das suas próprias crises.

Conclua-se por tudo aquilo que se vê, que o povo dos Açores, cada vez fica mais esclarecido de **"quem bem quer**", e por sua vez **"quem bem o quer"**, numa razão crescente e directamente proporcional aos seus interesses.

Não se vêem assim, quaisquer razões para a presente moção de censura, a não ser mais um passo suicida desta oposição.

Por este andar, é possível que esta frente oposicionista não tarde muito e comece a reclamar a partir da próxima semana que este V Governo Regional,(passados 7 meses das últimas eleições) não tenha já legitimidade para governar e venha já reclamar novas eleições antecipadas. Por este andar já nada nos poderá espantar na oposição que temos, a não ser agora a sua possível entrada para o "Guiness-político" das contradições e que certamente não deixará de reclamar a curto prazo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Este V Governo Regional, que em termos de mandato percorreu cerca de 1/8 do tempo normal, está numa posição de plena confiança, nos votos do povo que o elegeu através do PSD e mantém-se num espírito de perfeita coesão e unidade para desenvolver a sua acção com êxito, porque apesar da maioria de votos que obteve recentemente, tem estado sempre atento àquilo que esse povo sente e pensa.

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Mais Nada!

O Orador: Por outras palavras, apesar duma confiança recente que o povo sabiamente renovou, tem governado de frente para este, auscultando os seus anseios e procurando dar-lhe as melhores respostas possíveis.

Os partidos políticos, mesmo aqueles que desempenhando o seu papel de oposição, apesar do legítimo direito que assiste em optarem por estratégias certas ou erradas, não podem deixar de valorizar a democracia em toda a sua acção, que para além de tudo deve ser positiva nos projectos alternativos, mas nunca negativa, devido à falta ou ausência completa destes.

Os partidos políticos valorizam a democracia, não pela sua fraca ou forte disposição para fazer acreditar esta, mas pela sua capacidade em fazê-lo.

Sendo capazes de fazê-lo, por outro lado, devem ser capazes de ser alternativa, pois a ausência de alternativas em nada clarifica a mente dos partidos oposicionistas.

É por isso que esta moção de censura, certamente não terá outro efeito que não seja antes de mais, fazer novamente ver nesta Câmara e ao povo dos Açores, a continuada falta de confiança que os partidos da oposição continuam a ter em si próprios e como única forma de disfarçá-lo tendem desesperadamente correr mais que a própria sombra, fazendo jus ao sábio provérbio, que "aquele que tem a pior causa, faz o maior barulho".

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Gualter Furtado):* É isso!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Na presente proposta de moção de censura, nas áreas que nos dizem respeito, torna-se necessário procedermos nesta Câmara ao esclarecimento de algumas das principais questões mencionadas, que para além da sua inoportunidade e falta de fundamentação, pecam também pelo facto desta oposição tentar escamotear as suas próprias fraquezas .

- Com efeito, como é possível afirmar-se, irresponsavelmente, que o Governo Regional é que prometeu aos funcionários públicos a "concertação da política salarial" (pag.2 - moção censura) quando foi esta mesma oposição que, duma forma demagógica e contra a vontade do Governo, instituiu através desta Câmara um acréscimo salarial exclusivamente para os funcionários públicos, esquecendo-se que se existem custos de insularidade todos os trabalhadores da RAA, os suportam, incluindo os do sector privado

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!
(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: Você não sabe para que é que está neste mundo, portanto não diga disparates!
Por outro lado, como é possível toda esta oposição esquecer-se que o próprio PSD, (partido que suporta o Governo) no seu discurso de campanha eleitoral, fartou-se de propagandear que, caso ganhasse as eleições, acabaria com esta medida discriminatória, com a oposição dizendo precisamente o contrário, e mesmo assim, o povo dos Açores concedeu a maioria absoluta ao partido do Governo.

(Aplausos do PSD e do Governo)

O Orador: Não são estes dois exemplos, bastante elucidativos que esta oposição nem sequer teve o cuidado de expressar os seus pontos de vista políticos na proposta de moção de censura, sem cair mais uma vez nas suas próprias contradições?
E mais Srs. Deputados:
- Como é possível acusar-se o Governo Regional de recentralizar os sectores sociais na Administração Central, quando é precisamente o contrário e tem sido esta mesma oposição a propor a passagem de competências regionais para a Administrativa Central, chegando ao ponto de propor a criação na RAA, de delegações de serviços da Administração Central, quando tais serviços já existem no Governo Regional?!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Deputado Francisco de Sousa *(PS):* Não é verdade!
O Orador: - Como é possível, esta oposição, que tem passado a vida a acusar o PSD e o Governo da sua pesada estrutura distribuída pelas nove ilhas, quando nós no nosso programa eleitoral propusemos a diminuição da máquina administrativa, (que o povo deu a sua plena concordância) e mais não fizemos depois do que concretizá-lo

sem prejudicar a contemplação de todas as áreas económicas por outros departamentos.

- E os programas de investimentos nas várias áreas incluindo a indústria, não estão incluídos no PMP aprovado a semana passada, para duma forma demagógica atirar-se para aos olhos da opinião pública que nós, Governo Regional, suspendemos tais investimentos?

- E quanto ao desemprego, que argumentos tem esta oposição, para afirmar que até agora este indicador se está agravando?

- E o POSEIMA, será que esta oposição, foi a única que até agora não descobriu ainda que alguns bens essenciais, tais como o arroz branqueado, adubos, alimentos compostos para animais, carne de frango, ovos, açúcar, etc, sofreram desagravamentos de custos, consequentes da aplicação de tal programa e que os consumidores estão a ser beneficiados com o referido Poseima?

Muito mais poderíamos acrescentar, para demonstrar quão ridícula e quão descabida de fundamentos é esta proposta de moção de censura, que chega até ao ponto de acusar o Governo Regional de fazer letra morta, sobre a alteração da hora legal, quando na verdade tal medida surgiu em consequência da unanimidade demonstrada no seio do C.R.C. Social, e que mesmo assim, mais tarde, o Governo, através do Grupo Parlamentar do PSD, como prova do respeito que lhe merece a sensibilidade do povo dos Açores, entendeu aceitar a sua rectificação legislativa, não obstante estar consciente das opiniões divididas dos vários quadrantes da nossa sociedade, conforme ficou demonstrado através de novas opiniões colhidas pelo Governo e novamente abordadas no seio do próprio Conselho Regional de Concertação Social.

Presidente do Governo Regional *(Mota Amaral):* Muito bem! Muito bem!

O Orador: Muitas mais questões, noutras áreas ficam por agora para argumentar em relação ao que se diz nesta proposta de moção de censura, mas outros colegas do Governo, e os Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do PSD fá-lo-ão nas suas intervenções, nas áreas que lhes dizem respeito e entenderem.

Mas, uma coisa é certa, já não são precisos muitos mais argumentos para convencer toda a opinião pública e o povo em geral, sobre esta nova derrota desta frente

oposicionista pois, mais uma vez esta vai sentir-se politicamente defraudada nas expectativas que tentou criar.

E maior derrota não existe para aqueles que perdem, quando os próprios argumentos como instrumentos de combate não têm consistência nem credibilidade e tentam a panaceia dos próprios fracassos, como forma ilusória dum avançar que é um autêntico retroceder.

Não sendo estática a democracia, e tendo como maior teste a liberdade de crítica, mesmo quando essa é inconsistente e serve para encobrir a fraqueza dos fracos, não obstante isso, o Governo Regional mais uma vez nas diversas áreas da sua competência, presta contas ao órgão máximo do nosso regime democrático que é a ALRA, não só quantificando o trabalho que tem produzido nos últimos sete meses, mas também submetendo-se a uma avaliação qualitativa que vai ser votada, e certamente expressará um corolário, que não vai ser diferente daquilo que o povo já disse em Outubro passado.

O que esta oposição apresenta como proposta de moção, agora numa fraca posição em relação a outras dum passado recentíssimo, não é, nem mais nem menos do que o sentido da sua falta de capacidade de alternativa, uma vez que muito bem podia noutras alturas ter derrubado o Governo através de tal instrumento, sendo então incapaz de fazê-lo por medo em assumir-se. Agora ainda mais incapaz de fazê-lo, apresentando uma proposta de moção, esta para além de extemporânea, peca pela falta de argumentação política e peca também por ser um autêntico cenário de contradições desesperadas.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Ser oposição num regime democrático não significa obstinação, mas princípios de opinião política com argumentos sólidos demonstrados.

"Quando se tem argumentos devem-se empregar melhores".

Mas, quando não se possuem quaisquer bons argumentos, que não se procure inventá-los a troco duma mão cheia de nada.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes para pedir esclarecimentos.

Deputado Fernando Lopes *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Eu queria pedir-lhe que me esclarecesse sobre quais foram os parceiros sociais que em pareceres emitidos no Conselho de Concertação Social, deram parecer favorável ao Plano de Médio Prazo aprovado nesta Casa?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia *(Gaspar da Silva):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quando esperava que o Sr. Deputado Fernando Lopes me interpelasse sobre alguma questão relacionada com aquilo que é o teor desta moção de censura, eis que ele volta à discussão do PMP que então perdeu aqui na semana passada.

De qualquer modo e antes de mais, eu gostaria de fazer ver ao Sr. Deputado que o Conselho Regional de Concertação Social é um órgão de consulta do Governo, onde todas as partes ali representadas têm capacidade e poder de expressarem as suas livres opiniões, como bem entenderem e à semelhança de outras ocasiões do passado, também o fizeram agora para a presente proposta.

É óbvio que nem todas as partes têm a mesma opinião. E na última reunião deste Conselho, onde a proposta do PMP foi apresentada e submetida à opinião de todos, se V. Exª. teve o cuidado a ler com atenção, viu que essas opiniões não são coincidentes, porque todas as partes reclamam mais verbas - sobre isso não me vou pronunciar, pois é matéria bastante escalpelizada já na semana passada.

De modo que se o Sr. Deputado julga que o Conselho de Concertação Social existe para ter opiniões unânimes, é óbvio que está enganado, porque não é um órgão para ter unanimidade, mas sim um órgão em que todas partes podem expressar os seus pontos de vista.

Não são esses princípios que dizem respeito ao diálogo e à concertação duma forma assumida e dentro dos princípios democráticos.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Lopes pede a palavra para?

Deputado Fernando Lopes *(PS):* Sr. Presidente, era para repetir o pedido esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Lopes *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu não lhe perguntei se havia unanimidade.

Eu perguntei-lhe quais foram os parceiros sociais que deram parecer favorável ao Plano de Médio Prazo?

Presidente: Sr. Secretário Regional em querendo responder, tem a palavra.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia *(Gaspar da Silva):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vejo que o Sr. Deputado gosta de andar para trás, o que já é habitual no Partido Socialista.

É óbvio - e o Sr. Deputado deve saber, a não ser que não tenha tido ainda o cuidado de ler - que o Sr. sabe quem é que faz parte do Conselho Regional de Concertação Social.

Todas as partes que lá estão, deram o seu parecer que foram presentes a esta Câmara.

E as partes que lá estão, todas de uma maneira geral, discordam dos valores de natureza financeira.

V. Exª. continua a querer que tivesse havido unanimidade. Talvez continue a querer que todas partes, por maioria, aprovassem este Plano.

Uns são mais críticos que outros, aliás como V. Exas. também, mas foi o Plano que foi possível e que apesar de tudo, ele está em vigor para ser aplicado nos próximos 4 anos e como consequência, continuará esta Região a ter o desenvolvimento e progresso que merece.

Presidente do Governo Regional *(Mota Amaral):* Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Lopes pede a palavra para?

Deputado Fernando Lopes *(PS):* Para dar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Lopes *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria esclarecer esta Assembleia que, de facto, não houve unanimidade, não houve **um único parceiro social que desse um parecer favorável à proposta de Plano a Médio Prazo.**

Não é de esperar que haja unanimidade!

A relevância deste facto para a moção de censura aqui apresentada, é que há um divórcio muito grande entre este Governo e os parceiros sociais e a sociedade civil.

O divórcio é tão grande, que um membro dessa bancada aqui disse, na semana passada, referindo-se ao Plano: "Estas medidas propostas pelo Governo dos Açores, não são de molde a satisfazer as reais necessidades de desenvolvimento, indispensáveis para se atingir níveis de prosperidade objectivados pela exigência de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia" - eu poderia citar mais.

De facto, não só não houve unanimidade, como também houve críticas ...

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: ... expressas e contrariamente às orientações deste Plano.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude e Emprego para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia *(Gaspar da Silva):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era para dar um esclarecimento na sequência do que deu o Sr. Deputado Fernando Lopes.

V. Exª. continua a querer insistir ou pelo menos alguém, deveria ter dado uma posição positiva a este Plano.

O Sr. Deputado certamente esteve desatento, porque eu na minha intervenção quando me referi à unanimidade, referi-me a uma questão concreta, ou seja, sobre a mudança da hora.

E então sobre isso, também pergunto-lhe o seguinte:

Por que é que quando esta matéria foi ao Conselho de Concertação Social pela primeira vez, houve unanimidade sobre esse assunto e a vossa bancada aqui, votou contra?

Deputado Fernando Fonte *(PS):* Porque só estavam os Srs. Deputados de S. Miguel!

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Cabral pede a palavra para?

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Queria prestar dois esclarecimentos muito rápidos, na sequência desta... "troca de impressões" **livre e democrática.**

Tive a honra de acabar de ser citado pelo Sr. Deputado Fernando Lopes, pessoa que muito respeito e admiro, pela sua capacidade técnica, bem demonstrada ao longo dos últimos anos, na Região Autónoma dos Açores.

É óbvio, Sr. Deputado, que vos dói o facto de nós também termos uma cabecinha para pensar. E neste Partido Social Democrata, livremente e responsavelmente, também tecemos as nossas críticas, discordamos de algumas coisas que são feitas, etc., etc.

Esta minha intervenção surge no contexto da falta de verbas suficientes para que possamos ter o plano ideal para os próximos 4 anos nesta Região, única e exclusivamente, dentro destes parâmetros de contenção de despesas. Porque não acredito que haja algum deputado dentro desta Sala, em todas as bancadas da oposição, nem os próprios membros do Governo, que estejam 100% satisfeitos com as verbas que têm para este Plano a Médio Prazo. São as verbas possíveis, Sr. Deputado. E dentro dessas verbas possíveis, todos os lamentos, desabafos ou até as aportações positivas e construtivas, são válidas e de ser em consideração.

O esclarecimento que eu queria prestar, vem na sequência da intervenção do Sr. Secretário Regional da Juventude em relação à Hora Legal.

Realmente existe nesta Casa um relatório duma comissão parlamentar que, por unanimidade, propõe que a Hora seja alterada.

Este relatório estava já distribuído por todos os deputados desta Assembleia, quando o respectivo presidente desta comissão veio, num acto perfeitamente realista e até humilde, reconhecer e "dar o dito por não dito", na sequência deste relatório que essa comissão desta Assembleia fez sobre essa mesma questão.

São apenas estes dois pequenos esclarecimentos que em nada vêm prejudicar o debate em questão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu desejava que o Sr. Secretário Regional da Juventude me esclarecesse sobre os efeitos positivos que por exemplo o POSEIMA teve no sector da Energia de que o Sr. é responsável?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude e Emprego para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia *(Gaspar da Silva):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com efeito, a pergunta que me fez o Sr. Deputado Fernando Lopes, já teve oportunidade de a fazer de alguma forma, na Comissão de Economia e Finanças, quando a ela me desloquei para ser ouvido sobre as propostas do Plano de Médio Prazo nas áreas que me dizem respeito.

É óbvio que o Sr. Deputado tem conhecimento que os benefícios consequentes do POSEIMA, e de acordo coma directiva que existe nesse sentido, permitem que se possam afectar em termos de investimento, cerca de 50% das respectivas verbas e como tal, o Governo tem feito uso na íntegra, destes recursos financeiros.

Daí que na parte que toca, sobretudo à energia geotérmica, 50% das verbas de 1991 - qualquer coisa como 260 mil contos - já foram investidos no CL2 e agora no CL3, cuja abertura se está efectuando.

Além disso, noutras componentes das energias alternativas, têm sido direccionados determinados recursos financeiros e decorrentes do POSEIMA e que neste momento, e em face dos próprios investimentos da EDA, têm sido postos em acção.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Lopes pede a palavra para?

Deputado Fernando Lopes *(PS):* Para pedir um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Lopes *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

De facto, eu fiz essa mesma pergunta respeitante aos efeitos do POSEIMA no sector da energia e recebi exactamente essa mesma resposta, ou seja, que o Governo tinha utilizado para os fins aqui expostos, os fundos provenientes do Programa POSEIMA.

Eu quero saber em que medida é que os industriais desta Região e os consumidores, estão a beneficiar desse Programa POSEIMA nos custos da energia?

Presidente: Antes de dar a palavra ao Sr. Secretário Regional da Juventude e Emprego, eu queria chamar a atenção de que sobre esta matéria, já estamos a ultrapassar o tempo regimental que nos é dado para esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude e Emprego.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia *(Gaspar da Silva):* Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente, o Sr. Deputado como economista que é, tem a obrigação - mais do que algumas pessoas que não são desta área - de saber que um determinado financiamento na componente de investimento, os resultados finais não surgem no imediatismo do dia a seguir ou na hora a seguir, em termos de benefícios aos consumidores.

Estamos a fazer neste momento um investimento grande no recurso, mas é óbvio que ainda não temos o Kilowatt consequente dos benefícios desse recurso, no dia a dia, para os consumidores.

Portanto, a explicação que o Sr. Deputado me pede, nem o Sr. como economista que é nem qualquer outro "cérebro" na matéria, que esteja ao seu lado, poderia dar, pois é uma pergunta de ocasião, digamos que não tem resposta, neste momento.

Muito obrigado.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Fica para os nossos netos!

Subsecretário Regional da Comunicação Social *(Joaquim Machado):* Bem bom. Se fosse na vossa bancada, seria para os vossos tetranetos!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Manito para uma intervenção.

Deputado Álvaro Manito *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Na moção de censura apresentada pela oposição, é referido o aumento da taxa de mortalidade infantil como uma das falhas governamentais.

Como médico, cabem-me algumas responsabilidades no sector da Saúde da Região e não quero, por isso, deixar passar esta oportunidade, para realçar o que de positivo tem sido feito, nomeadamente com a implementação do Plano de Saúde em 1989.

Concretamente, vou referir a diminuição da taxa de mortalidade infantil que tem vindo a reduzir, gradualmente, nos últimos dez anos, sendo essa redução percentual de 8.8 em relação ao continente e de 9.0 em relação ao universo, compreendendo o continente e regiões autónomas. Pese embora, o agravamento da taxa de mortalidade infantil na Região Autónoma dos Açores em 1992.

Por análise dos dados disponíveis, sabemos estar essa taxa relacionada com a mortalidade neonatal, isto é, relacionado com o parto e os primeiros dias de vida, o qual passou de 8.9 em 1991, para 12.5 em 1992.

Uma vez que a mortalidade pós neonatal decresceu de 4.4 em 1991, para 3.8 em 1992.

Também sabemos que o número de nascimentos decresceu, tendo nascido em 1992 menos 163 crianças, do que em 1991. Isto é, nasceram na Região em 1991, 3842 crianças e em 1992, 3679.

Dos dados conhecidos, podem tirar-se as seguintes conclusões:

Embora com um aumento da taxa de mortalidade infantil, a taxa de mortalidade pós neonatal decresceu, pelo que se pode concluir que as condições de vida da população e as estruturas de saúde postas ao seu serviço, continuam a cumprir o seu objectivo.

A subida verificada, deu-se unicamente no âmbito da neonatologia, portanto, em relação com a fase final da gravidez e o parto.

Um dos factores que possivelmente agravou esta subida, foi sem dúvida o decréscimo da natalidade, verificado no ano de 1992.

O agravamento referido, embora todos o lamentemos, não constitui surpresa, dado que pela leitura do Plano de Saúde, seria de prever. Neste, há muito que foi delineada a estratégia a seguir que se baseia nos seguintes aspectos:

- Vigilância da gravidez (a cargo dos centros de saúde)
- Assistência ao parto (a cargo dos 3 hospitais da Região)
- Assistência ao recém-nascido normal e patológico (a cargo dos serviços de pediatria dos 3 hospitais da Região e também dos centros de saúde).

Sabemos, assim, ser importante o cumprimento destes aspectos, sensibilizando a população, em idade fértil, e sobretudo a mulher, para vigiar correctamente a sua gravidez. E proporcionar um parto em condições que permita evitar lesões ou traumatismos fatais que possam ter graves consequências.

Todos os técnicos de saúde sabem que o aspecto mais difícil de controlar, para baixar a taxa de mortalidade infantil, é o que se prende com a mortalidade perinatal. E que tal como noutras regiões e noutros países, é sobretudo esta a responsável pelas oscilações - subidas e descidas alternadas - da mortalidade infantil, o que pode ser comprovado consultando dados estatísticos.

Pensamos, desta forma, estarem a ser dados passos importantes por parte do Governo Regional, Secretaria da Saúde, no sentido de serem criados cada vez mais e melhores condições de assistência, tanto à grávida como ao recém nascido. E esperamos que a oscilação negativa em 92, possa ser superada nos próximos anos.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte para uma intervenção.

Deputado Fernando Fonte *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A taxa de mortalidade infantil - relação entre o número de óbitos de crianças com menos de 1 ano e o número de nados vivos - é um importante indicador demográfico e sanitário - estamos de acordo.

O seu valor é um indicador das condições de vida das populações e, desta forma, um instrumento de medida dessas mesmas condições.

O Plano de Saúde da Região elaborado e publicado em 1989, fixou como objectivos a atingir em 1994 entre outros, uma taxa de mortalidade infantil situada entre os 8,66 ‰ e os 6,44 ‰ e uma taxa de mortalidade neonatal situada entre os 8,68‰ e os 7,31‰.

Antes de mais, quero aqui afirmar que estes valores, **infelizmente,** jamais serão atingidos, como jamais serão alcançadas, estamos certos, as restantes metas fixadas naquele plano.

O Instituto Nacional de Estatística, em recente nota para a Comunicação Social, datada de 7 de Maio de 1993, dava a conhecer ao País as taxas de mortalidade referentes a 1992, bem como os referentes às suas componentes - a taxa de mortalidade neonatal e a de mortalidade pós-neonatal.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Foi em 1992. E foi feito pelo Governo de Cavaco Silva como uma medida de propaganda política, como uma grande vitória.

E a verdade, Srs. Deputados, nua e crua, é a seguinte:

A Região Autónoma dos Açores ocupa destacada e vergonhosamente o primeiro lugar, apresentando a taxa de mortalidade infantil mais elevada do País - 16,3%, tendo-se verificado um acréscimo significativo em relação à de 1991 que foi de 13,3%, ou seja, um aumento de 22,5%.

A verdade, Srs. Deputados, é que nesta taxa o peso relativo da mortalidade neonatal, **teoricamente ligada a causas endógenas ou, por outras palavras, causas respeitantes às políticas e aos sistemas de saúde,** cresceu 10,5%. Cresceu e eu posso demonstrar.

Em 1992, a taxa de mortalidade neonatal foi de 12,5% contra 8,8% em 1991, registando-se um aumento de 42%.

Contra factos não há argumentos!

Este **agravamento** da taxa de mortalidade infantil e neonatal, ocorre num contexto demográfico estabilizado, com taxas de natalidade que, embora baixas, são equivalentes à do último triénio pelo que somos forçados a concluir, que o incremento daquelas taxas **se deve, de facto, a um aumento do número de óbitos.**

O valor que acabo de referir, bem como a situação sanitária que ele revela, envergonham a nossa Região e, só por si, justificariam a censura a este Governo. O PS ao denunciar esta grave situação assume, de uma forma responsável, as obrigações que decorrem do seu estatuto de oposição. O PSD e o Governo Regional, responsáveis pela política de saúde, que assumam as suas responsabilidades! Já! Quanto antes!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É esta realidade - triste realidade - e este contexto sanitário que podem explicar as recentes declarações do Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social, a propósito da declaração da inconstitucionalidade do Decreto Legislativo Regional nº3/83 que preconizava o acréscimo do número de utentes por médico de clínica geral ou de família, para utilizar uma expressão tão do agrado do Governo Regional.

Declarações que pretendem fazer passar a ideia de que a ineficácia dos serviços de Saúde da Região se deve a causas extrínsecas, concretamente a leituras restritivas da autonomia e não à evidente capacidade do Governo Regional patenteada no modelo de sistema regional de saúde por ele criado e desenvolvido - e já desactualizado como é do acordo de todos.

Dizia o Sr. Secretário, por altura da tomada de posse do novo Conselho da Administração do Hospital de P. Delgada que "**a Saúde nos Açores vai passar por tempos difíceis. A solução preconizada era uma solução transitória, de recurso, que implicava o acordo dos médicos e podia atrair clínicos para a Região".**

Estas e outras declarações, bem como a postura do Governo relativa ao veto deste diploma, merecem da nossa parte o mais firme repúdio e censura. Toda a problemática relacionada com esta iniciativa legislativa do Governo, em parte já por mim abordada nesta Assembleia, permanece actual e merece-nos os seguintes comentários:

1º Uma medida considerada como transitória e de recurso, para utilizar a expressão do Sr. Secretário, torna-se de súbito no cerne das opções políticas do Governo para o sector da Saúde e o bloqueio à sua aplicação no prenúncio de que este sector vai passar tempos difíceis na nossa Região.

Francamente! Maior mistificação é difícil de conceber!

2º Admite-se a possibilidade de com aquela medida, "**atrair clínicos gerais para a Região**"

Mas como? Se os que aqui exercem a sua actividade manifestam a sua discordância em relação a ela?

Mas como?! - se os organismos de classe - ordem e sindicatos também a ela se opuseram?

Deputado Francisco Sousa *(PS):* É verdade!

O Orador: Então o Sr. Secretário admite a possibilidade de uma medida de política que fere o regime legal das carreiras médicas, vir a ter efeito positivo que seria o de atrair profissionais de clínica geral para a Região?

3º Como explicar a contradição visível em quem defende, simultaneamente, o médico de clínica geral ou de família, tal como é definido no diploma das carreiras médicas e a alteração que a iniciativa legislativa do Governo pretendia introduzir no seu regime de trabalho?

O que é que está mal? O diploma das carreiras médicas ou aquela iniciativa?

4º Mas admitamos por absurdo que se deslocava para a Região um "**batalhão**" de clínicos gerais e que preenchiam os quadros dos Centros de Saúde. O problema da falta de médicos ficava resolvido! Então a solução que era transitória e de recurso, deixava de ter razão de existir. Ou seja, aquilo que pretendia ser um estímulo à fixação de profissionais de saúde, tornava-se de repente numa enorme fraude.

(Apartes inaudíveis do Secretário Regional da Saúde e Segurança Social)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A autonomia política e administrativa consagrada na Constituição e no Estatuto possibilitam aos açorianos a adopção de medidas políticas adaptadas às nossas especificidades geográficas, sociais, culturais e económicas.

No sector da Saúde assiste-nos o direito - e o dever! - de encontrarmos soluções próprias para os nossos problemas específicos, quer no plano organizativo, quer no plano funcional do Sistema Regional de Saúde.

A principal causa da disfunção deste sistema - a mãe de todas as causas - reside na sua inadequação à nossa realidade geográfica. É um sistema de base concelhia que proporciona condições de assistência idênticas a populações com enquadramentos geográficos, sociais e de recursos totalmente diversos.

De acordo com a lógica deste sistema, viver no Concelho da Calheta ou no da Praia da Vitória é a mesma coisa. Os serviços de Saúde fornecidos a estas comunidades tão distintas são os mesmos. Este sistema é indiferente à circunstância de, para a obtenção de simples cuidados médicos de estomatologia, oftalmologia, pediatria, ginecologia-obstetrícia, para só citar estes exemplos, alguns açorianos recorrem à sua viatura automóvel e percorrem uns escassos 20 Km, enquanto que outros açorianos são obrigados a efectuar deslocações para fora da sua ilha com todos os custos daí decorrentes.

Este sistema não consegue discernir que, em termos **qualitativos** colocar numa ilha 20 clínicos gerais equivale a colocar um.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Outra causa de disfunção e inoperacionalidade do nosso sistema de Saúde é, em nossa opinião, a "**instituição médico de família**".

O seu descrédito junto da opinião pública é evidente e a Comunicação Social um pouco por toda a Região, vem denunciando a perplexidade e por vezes a revolta dos utentes perante a ineficácia e a quebra da capacidade de resposta dos serviços públicos no que diz respeito a prestação de cuidados no âmbito de clínica geral.

Com 125 médicos de clínica geral a exercer na nossa Região, aquela resposta em muitos casos piorou, como tive oportunidade de o demonstrar nesta Assembleia em intervenção recente.

E a opinião pública confirma-o.

Por outro lado, são já os próprios médicos da carreira de clínica geral, que começam também eles a questionar o modelo funcional vigente, demarcando-se do mesmo, porventura apercebendo-se do impacto negativo que o colapso daquele modelo poderia ter na imagem da sua carreira profissional.

Ouçamos a este propósito as declarações de um membro da Comissão Organizadora ...

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social *(António Menezes):* Só um?!

O Orador: das III Jornadas de Clínica Geral dos Açores, ocorridas em Maio do corrente ano...

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social *(António Menezes):* Eu estive lá!

O Orador: Oiça, oiça!

Um médico, clínico geral, da Comissão Organizadora, diz assim:

"**Sentimo-nos desencantados com a carreira e com as condições em que esta se tem desenvolvido e, como as condições em que esta se tem desenvolvido e, como consequência sofremos de insatisfação profissional com perda de motivação pessoal. A esta insatisfação pode juntar-se a frustração das expectativas criadas junto da população**".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os âmbitos de actuação e de competência dos diversos serviços que operam no sector da saúde estão definidos nas respectivas leis orgânicas. Mas, apesar do que se encontra legislado, os conflitos de competência, a concorrência desordenada, a duplicação de serviços, de recursos e de meios e o desperdício daqui decorrentes são a triste realidade que poderá ser constatada por quem vive ou utiliza os serviços da saúde. A articulação entre os serviços é, por regra, inexistente e, por excepção, difícil e conflituosa.

A produtividade dos serviços é baixa e parece variar em relação inversa com investimento público na área da saúde e com a melhoria dos recursos em instalações, equipamentos e pessoal.

Os reflexos desta situação na rapidez de atendimento são inevitáveis.

Nalgumas especialidades médicas hospitalares verificamos listas de esperas com demoras médias de muitos meses para não falar em anos e até para a obtenção de consultas de clínica geral, serviços existem onde a espera é de 3 a 4 meses.

A distribuição do pessoal pelas diversas áreas e serviços de saúde não tem em conta a circunstância de uns se situarem na primeira linha do atendimento e outros numa linha mais recuada e por isso expostos a níveis de procura quantitativa e qualitativa diferentes.

A liberdade de acesso e de escolha dos prestadores de cuidados não está garantida no nosso sistema de saúde.

Nos Centros de Saúde, chega-se ao despudor de exigir um requerimento - onde devem ser explicitadas as razões objectivas e ou subjectivas - a fim de ser autorizada a transferência de um médico assistente para outro.

Também não está garantida a liberdade de escolha entre o sistema público e o privado sem perda de direitos por parte dos utentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assiste-se nos Serviços de Saúde a uma crise de autoridade. Os critérios de nomeação dos membros dos Conselhos de Administração e a partidarização, conduziram a este estado de coisas. E quem está investido em funções de direcção não tem, em muitos casos, autoridade moral para exigir.

O Decreto Legislativo Regional 12/90/A, de 20 de Março - façam um esforço para se lembrarem - refere no seu preâmbulo que "**os três hospitais da Região encontram-se ainda estruturados e geridos pelos moldes anteriores o que dificulta a melhoria significativa do seu funcionamento e a prestação de serviços**".

Refere-se mais adiante, que "**pretende-se adoptar uma gestão do tipo empresarial e uma maior responsabilização e reforço das competências dos órgãos de gestão que passam a ser designados pela tutela**".

O efeito surpreendente deste modelo de gestão em má hora posto em prática e ainda em vigor, bem como o modelo consagrado no Decreto Regulamentar Regional nº 3/86/A, está à vista. Basta quererem ver!

A par da crise de autoridade atrás referida, a vida interna das instituições de saúde perdeu a paz de outrora, os conflitos sucedem-se, os focos de tensão persistem e

inquinam as relações de trabalho dos profissionais e a vida das instituições e, surpresa das surpresas, contrariamente ao que sucedia na vigência do modelo anterior - os órgãos de gestão concluíam os seus mandatos - agora sucedem-se as demissões e as exonerações...

Secretário Regional da Finanças , Planeamento e Administração Pública *(Gualter Furtado):* Foi preciso!

O Orador: ...o que aconteceu a título de exemplo, nas seguintes instituições:

- Hospital de Angra do Heroísmo
- Centro de Saúde de Angra do Heroísmo
- Centro de Saúde da Praia da Vitória
- Centro de Saúde da Calheta
- Centro de Saúde de Vila Franca do Campo

(Protestos inaudíveis das bancadas do PSD e do Governo)

O Orador: É o que se pode chamar uma sangria "**laranja**"!

Convenhamos que o que atrás ficou dito, é motivo mais do que suficiente para que se promova a rápida revogação deste diploma que tendo assumido a forma de Decreto Regulamentar Regional é para nós de legalidade muito duvidosa.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social *(António Menezes):* Levante a inconstitucionalidade!

O Orador: Se fosse agora, não passava!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A imagem pública dos serviços de saúde resulta, por força do que atrás se expos, degradada aos olhos da nossa comunidade.

Importa inverter esta situação quanto antes e aproveito a oportunidade para lançar um repto ao Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social: Promova um estudo de opinião sobre o sector da saúde que V. Exª. dirige e divulgue os seus resultados.

Talvez tenha uma surpresa.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social *(António Menezes):* O Sr. Deputado é um profeta da desgraça!

O Orador: Ou... talvez não.

Na nossa perspectiva, a situação actual no sector da Saúde é altamente lesiva do bom nome das instituições e dos seus profissionais bem como dos interesses legítimos da população que servimos.

Por isso a nossa posição.

Por isso a nossa censura.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS).

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?

Deputado Rui Melo *(PSD):* Para dar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu ouvi com muita atenção, como é hábito, a intervenção proferida pelo Sr. Deputado Fernando Fonte, sobre a área da Saúde...

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* ... do "Governo sombra".

O orador: ... detectei nela um grande empenho, uma grande dedicação em demonstrar ao seu partido que não é necessário vir o Dr. Brito de Azevedo , para que essa área seja defendida, eficazmente, pelo Partido Socialista.

Porém, como o Sr. Deputado sabe, nós recebemos há pouco - hoje é que chegou às minhas mãos e confesso que ainda não o li completamente - o Acórdão do Tribunal Constitucional sobre o Decreto Legislativo Regional referente ao "Acréscimo do Número de Utentes a cada Médico de Clínica Geral".

Se é justa a vossa defesa e a apresentação das vossas posições sobre essa matéria, também é justo da nossa parte salientar que o próprio Tribunal Constitucional e três juízes acharam que nós tínhamos também alguma razão. E cito, por exemplo, o Prof. Dr. Vital Moreira, o Dr. António Vitorino, que julgo serem pessoas que não se identificam com a área do Partido Social Democrata. E há aqui outra assinatura que está ilegível.

Isto vem provar que também havia e há na nossa proposta alguma justiça e uma forma de ultrapassar essa questão, será a falta de recursos humanos na nossa Região, na área da Saúde.

Por isso, queria aqui deixar registado que não só as vossas críticas é que são correctas, no sentido de tentar demonstrar que esta foi uma medida extemporânea e de atropelo ao que está estipulado para os trabalhadores, como o Partido Socialista quis muitas vezes fazer crer, durante o debate.

Portanto, vem demonstrado hoje, aqui, no Acórdão - havemos de lê-lo e vamos trabalhar nele na nossa Comissão - que por parte de mais do que um juiz do Tribunal Constitucional, há a opinião de que havia justiça e era viável a Proposta de Decreto Legislativo Regional que nós apresentámos.

Presidente: Tem a palavra os Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social para dar um esclarecimento.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social *(António Menezes):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou ter oportunidade de fazer uma intervenção sobre esta matéria e nessa altura, gostaria que o Sr. Deputado Fernando Fonte estivesse na Sala, fazendo os apartes que eu eventualmente fiz aqui, porque penso que são regimentais e são democráticos.

Mas antes da minha intervenção gostava de lhe esclarecer o seguinte:

O Sr. Deputado demonstrou aqui - e eu tenho a certeza, como funcionário da Segurança Social distinto que é, conhece muito bem o regime de pessoal da função pública - que quis fazer confusão, deliberadamente, sobre uma questão que me parece fundamental esclarecer. Ou seja, o Sr. confundiu demissões de membros de Conselhos de Administração de unidades de Saúde, com a cessação da respectiva comissão de serviço.

Não se pode confundir as duas coisas, porque uma coisa é a demissão/exoneração, que significa que antes de terminar o prazo da respectiva comissão de serviço, ele é exonerado ou demitido; e outra coisa é, terminado o período da comissão de serviço, o contrato não é renovado, o que é perfeitamente aceitável, o que é perfeitamente legal e que não é susceptível de dramatização como o Sr. Deputado quis fazer aqui.

Dos exemplos todos que o Sr. Deputado falou, só um é que foi demitido. E foi bem fundamentado e por despacho publicado no Jornal Oficial, em que estão lá fundamentadas as razões.

Deputado Fernando Fonte *(PS):* Qual foi o caso?

O Orador: Está no Jornal Oficial!

É o Centro de Saúde de Angra do Heroísmo, concretamente.

Vozes do PS: Ah, ah!

O Orador: E os outros casos que o Sr. apontou. Praia da Vitória, Calheta, P. Delgada...

O Sr. Deputado veio aqui **mistificar coisas. Não disse a verdade!**

Porque se o Sr. disser que eu demiti o Administrador do Hospital de Angra e que demiti o Director do Centro de Saúde, é verdade e eu não escondo! E fi-lo com toda a autoridade que tenho como Secretário Regional e em consciência, porque acho que o devia fazer!

(Protestos inaudíveis do Deputado Fernando Fonte)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Gualter Furtado):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não preparei nenhuma intervenção escrita. Mas pretendo transmitir meia dúzia de preocupações que não foram possíveis dar a conhecer durante o debate do Plano e Orçamento. Não foi possível, porque só ontem à noite é que nós concluímos a nossa proposta de Plano de Desenvolvimento Regional. E tal como eu na altura prometi, fiz a entrega ao Sr. Presidente da Assembleia, a fim da mesma ser distribuída por todos os Srs. Deputados para que se possam pronunciar.

Porém, quero fazer notar que mais uma vez a Região Autónoma dos Açores foi a primeira região do País, a apresentar o seu programa operacional, como já tinha feito

com o PEDRAA. E isso é motivo de satisfação para o Governo, para as autarquias, para os empresários, para a Universidade dos Açores e para todo o Povo dos Açores.

Esta moção de censura decorre exactamente no período em que o Conselho Económico e Social - o antigo Conselho de Concertação Social - está-se a pronunciar sobre uma proposta de grandes objectivos e metas de desenvolvimento regional para o País e em que as propostas dos Açores estão devidamente quantificadas.

Por conseguinte, queria fazer este anúncio aqui na Assembleia Legislativa Regional e dizer que entreguei o PDR para que ele possa ser analisado e estudado.

Mas a proposta de Plano de Desenvolvimento Regional surge precisamente no momento em que a oposição, duma forma que eu considero, no mínimo, extemporânea - para não utilizar termos como demagógica - apresenta uma moção de censura ao Governo. E apresenta uma moção de censura ao Governo, que sabe que não tem consequências práticas, porque se essa oposição sabia, desconfiava, tinha indícios, tinha elementos, poderiam ter feito na oportunidade certa, derrubando este Governo, quando foi maioria nesta Assembleia.

Não o fez na altura, porque tinha medo do Governo! Tinha medo de assumir as responsabilidades! É esse o grande problema e a grande diferença é essa!

Enquanto que nós erramos, nós não acertamos sempre, mas estamos em condições democráticas de reconhecer os erros e de expo-los abertamente.

Eu penso que é lamentável dizer-se que este Governo utiliza de pouca transparência. Este Governo, talvez seja alvo de alguns ataques (ainda bem, em termos democráticos) porquê? Porque apresenta os documentos.

Apresentou o plano de execução material referente a 1992. Já apresentou - está a chegar - um relatório de execução circunstanciado, das despesas do Orçamento e do Plano, ainda antes deste estar aprovado para este ano. Este Governo apresentou um relatório circunstanciado à Comissão de Economia e Finanças e deu todos os elementos que eram necessários. Este Governo fez publicar o nome das empresas que foram alvo de "benefícios" (legais!), ao nível dos sistemas de incentivos. Este Governo tem utilizado o máximo de transparência possível num regime democrático.

Nós erramos e não escondemos que por vezes os cometemos, mas não andamos aqui a "tapar o sol com a peneira", por isso, assumimos de um modo transparente e democraticamente aquilo que temos a assumir.

Neste momento, vou passar a expor uma peça que julgo fundamental. E espero que tenham dignidade, especialmente quando se tratar de questões externas porque, infelizmente, a Região Autónoma dos Açores não está isolada no País. E se algumas críticas internas, podem até ser justas em determinadas circunstâncias, o certo que noutras alturas, deliberadamente, prejudicam a Região. Não prejudicam estes doze "magníficos" que aqui estão. Prejudicam o Povo dos Açores!

E prejudicam por quê? Prejudicam, porque retiram capacidade negocial. Porque há, infelizmente, centralistas que utilizam os mesmos argumentos que os Senhores lhes põem na boca e nas mãos.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E isso não pode ser!

Não se pode estar a mistificar, ao mesmo tempo que se diz que a RAA já gastou dinheiro demais em infraestruturas, que já gastou dinheiro demais no FEDER e então dizem: "Vamos para o fundo Social Europeu!". Mas com que é que nós vamos apoiar os empresários?

- É duma parte do FEDER! Por isso, o Fundo Social Europeu é também importante para a Região, mas há quem "jogue" e quem se aproveite de um conjunto de argumentos, que em determinadas circunstâncias obter algum convencimento. Mas para a questão de fundo que é a Região Autónoma dos Açores e autonomia dos Açores, são argumentos que só prejudicam os açorianos e as pessoas que escolheram, livremente, residir aqui, embora não tenham nascido cá.

Devo dizer-lhes que este Plano de Desenvolvimento Regional foi apresentado ao Governo da República, vai ser integrado na proposta a apresentar à Assembleia da República - não em termos quantificados, mas em termos de grandes objectivos.

Este projecto não responde a todos os desafios e necessidades que os açorianos têm, mas uma coisa é certa: foi o melhor que nós pudemos fazer, tal como o Plano e

Orçamento. Ou seja, foi aquilo que respondia melhor à realidade. E representou trabalho, ao contrário dos outros que não fazem nada, só falam e só estão gastando dinheiro ao erário público e representam **um despesismo inútil!** - infelizmente é verdade.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Está falando de quem?!

O Orador: Estou a falar do tempo que por vezes se perde, inutilmente, como por exemplo o Sr. Deputado. Estou falando de si!

Voltando ao Plano de Desenvolvimento Regional, devo dizer que ele é um plano que procurou ouvir o máximo de intervenientes possíveis. Foi um plano que procurou congregar o máximo de esforços possíveis, desde as autarquias até aos empresários. Procurou ouvir o máximo e responder ao máximo de críticas possíveis.

Devo dizer, como já o disse na Televisão, uma das entidades mais críticas em relação aos objectivos e à estratégia que lá estava apresentada, foi exactamente a Câmara do Comércio e Indústria. Devo referir que na versão final - e espero que a justiça seja feita, porque estou convencido que estou a trabalhar com gente séria e de honra - nós retomámos o máximo das críticas e aportações que foram dadas. O que contraria a ideia de que nós só fazemos aquilo que nos vai na nossa "real cabeça e na real gana".

Este Governo teve humildade suficiente para tomar como suas, as propostas dos principais agentes. E nesse sentido, devo dizer-vos que a dinamização da actividade económica, o apoio ao investimento privado, vai ser uma parte forte deste PDR. Aliás, toda a parte respeitante ao FEDER, contrariamente ao que nos queriam "empurrar", nós batemo-nos para conseggguir os fundos capazes de reestruturar a economia açoriana, de lhe dar uma base económica real, não com megalomanias. Uma economia que faça com que os agentes privados sejam os principais protagonistas.

Devo dizer, francamente, que uma das críticas que certas oposições fazem é que este Governo não fez nada! Que este Governo não intervém. Que este Governo está há seis meses sem actuar.

E por quê? Porque a iniciativa está fazendo isso.

A Câmara do Comércio, na semana passada, fez uma iniciativa no Turismo e ainda bem que o fez, porque é esse o modelo que nós queremos implementar. Isto é,

passada a fase em que houve maior intervenção do Governo, agora devem intervir outras forças.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Muito bem! Muito bem!

O Orador: O Governo Regional não quer dirigir a sociedade açoriana nem a economia açoriana. Isso foram tempos passados!

O grande erro da oposição, é estar tentando avaliar o Governo pelos seus próprios critérios. Está usando uma metodologia que é só sua . E não pode, por isso, imputar culpas ao Governo. Este não quer fazer coisas que outros podem fazer melhor. E não é apenas por uma questão financeira, mas sim, por uma questão de opção e estratégia de fundo. E é por uma questão de convergência com aquilo que se está a passar na CE, em que nós agimos livre e conscientemente.

Nós temos que dar espaço a outras forças: à Universidade, por exemplo. Os nossos universitários - eu também sou e com muita honra - têm que tomar iniciativas, têm que "malhar" no Governo, quando for preciso, mas assumir as suas responsabilidades; têm que financiar em parte a própria (sua!) Universidade!

Não se pode esperar que seja o Governo a fazer tudo.

Até os próprios Deputados e outros, têm que tomar iniciativas, para financiarem.

Isso é importante, porque nós também temos que fazer o mesmo. E nesse sentido, estou convencido que este PDR é um plano que responde a esta mudança de mentalidade. É um plano que abre as portas para outras iniciativas.

Não é um plano miserabilista. É um plano ousado e consciente, porque respeita o princípio de adicionar, ou seja, significa que é um plano que até 1999, vai contemplar um volume global de investimento de 189 milhões 142 mil contos, quase 190 milhões de contos.

A despesa pública deste Plano é da ordem dos 165 milhões de contos, mas dessa mesma despesa, vem uma subvenção comunitária que é da ordem dos 123 milhões de contos; desses 123 milhões de contos, mais de 50% vão para outros orçamentos que não o Orçamento da RAA, com uma comparticipação que vai variar, no caso das empresas públicas, na ordem dos 50%. Porém, no caso da Universidade e de alguns agentes privados, pode ir até aos 85% de co-financiamento a fundo perdido.

Este programa tem uma linha de estratégia subjacente em objectivos claros que não são mistificação:

- Fortalecer a economia
- Valorizar os recursos humanos
- Melhorar as condições de vida

Deputado Martins Goulart (PS): E a dívida pública?!

O Orador: Eu estou a referir que uma parte substancial desta moção de censura é porque o Governo não faz nada. Eu pretendo demonstrar como é que o Governo faz e como é que cria as condições para poder fazer.

Quanto à dívida pública regional directa, são 42 milhões 315 mil contos. Isso é das empresas públicas.

Presidente: Sr. Secretário Regional, agradecia que não mantivesse o diálogo.

O Orador: A dívida pública são 42 milhões 315 mil contos.

Deputado Martins Goulart (PS): Não é!

O Orador: É, é!

Presidente: Sr. Secretário Regional e Sr. Deputado Martins Goulart, agradecia que não mantivessem o diálogo.

O Orador: Até é bom, porque o Sr. Eng. Martins Goulart há pouco dizia que nós baixávamos de nível e que estava num nível mais alto.

Eu já disse uma vez que o Sr. é como o leite: quando ferve, sobe de nível, quando acalma, baixa tudo!

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* É um leite que está azedo!

(Aplausos e risos das bancadas do PSD e do Governo)

O Orador: Por conseguinte, o meu nível pretende ser normal e estacionário!

Ainda em relação ao Plano de Desenvolvimento Regional, eu devo dizer que ele é coerente, porque ...

(Apartes inaudíveis do Deputado Martins Goulart)

O Orador: o Sr. é muito filósofo. O seu problema é que o Sr. nunca esteve na vida real, sempre esteve na filosofia.

O Sr. Deputado não sabe o que é uma empresa, não sabe o que é trabalhar... não sabe nada!

(Risos do PSD e do Governo)

E é esse o drama desse partido!

O seu grande drama é o facto do Sr. Deputado não saber nada, porque o nunca fez nada na vida! E, pronto, é isso!

Presidente: Sr. Secretário Regional e Sr. Deputado Martins Goulart, agradecia que não mantivessem o diálogo.

O Orador: Voltando ainda à "vaca fria" e ao nosso PDR, devo dizer que o mesmo vai requerer mobilização da sociedade açoriana, ao contrário de outros que querem é a desestabilização, que querem o rigor apenas duma forma mitigada. Querem o rigor talvez para esconder essas situações de falta de rigor ou para esconder outras situações que eu até desconheço.

Quero referir, porém, que um dos pilares fundamentais para pôr esta estratégia em desenvolvimento, é a eficácia e o rigor.

Nós não tememos a transparência. Nós não tememos a censura, porque nós também estamos em condições de os censurar.

Deputado Martins Goulart *(PS):* Vamos estar cá!

O Orador: O Sr. Deputado está mais dramático do que a própria censura!

(Risos do PSD e do Governo)

O Sr. Deputado escolheu uma altura que é adequada, politicamente. Ou seja, é uma altura em que nós já estamos acabando de "arrumar a casa" e o Sr. pensou: "- Talvez seja esta a altura, antes de eles arrumarem a casa totalmente!"

É normal em democracias. Democracia é isso: gerir, respeitando equilíbrios macro-económicos, respeitando as forças de mercado e respeitando grandes princípios. É isso que se faz!

É óbvio que existem desajustamentos, que são normais, que resultam de razões internas, bem assim duma conjuntura nacional e internacional. E é isso que os Srs. Deputados, parece, que não vêem. Estão olhando apenas para o vosso pequeno mundo, esquecendo-se que nós estamos inseridos num quadro maior. E depois cometem barbaridades como esta moção de censura.

Começam por falar da dívida pública que está elevada, que este Governo hipoteca o futuro. E, simultaneamente, o que é que dizem?

Que este Governo não investe em escolas!

Este Governo **não paga os funcionários públicos**, que são despesas correntes.

Este Governo não arranja uma concertação social conveniente. Ou seja, querem que o Governo, simultaneamente, aumente a despesa...

(Apartes inaudíveis do Deputado Martins Goulart)

O Orador: P'rá rua como?!

Oh Sr. Deputado, nós fomos eleitos democraticamente. O Povo elegeu-nos e o Sr. não tem legitimidade democrática...

(Aparte inaudível do Deputado Martins Goulart)

O Orador: Mas o Sr. Deputado propõe, porque que isso não vai ter consequências práticas!

Deputado Martins Goulart *(PS):* Pode ter se houver gente inteligente daquele lado!

O Orador: Porque se tivesse consequências práticas o Sr. não propunha!

O Sr. Deputado fugia a isso!

É difícil compreender e vislumbrar quais as consequências objectivas dessa iniciativa. A não ser que coloquem em dificuldades o Governo Regional. E neste caso, como o Governo Regional é democraticamente eleito - não está em causa cada

membro do Governo individualmente, está em causa o Governo da Região que saiu das eleições legítimas e democráticas - os Srs. pretendem dificultar, em última análise e como consequência prática e imediata, o Povo, as empresas etc.

Os Srs. apresentam um requerimento a pôr em causa uma adenda que nós aprovámos aqui, a quando da discussão e aprovação do Orçamento e que os Srs. aprovaram também, apenas com o voto contra do Partido Comunista e com a abstenção do CDS. Os Srs. aprovaram isso!

Deputado Martins Goulart *(PS):* Isso é mentira! Fizemos uma proposta!

O Orador: Não fizeram proposta nenhuma. Aprovaram "ipsis verbis"!

Por isso, é duma grande incoerência a referida moção!

Mais. Esta moção de censura teve que ser arranjada à última hora, para cobrir uma questão de fundo, ou seja, o primeiro objectivo que queriam atingir não conseguiram e viram que se meteram num beco sem saída, por isso arranjaram um conjunto de argumentos à pressa, para fundamentar a moção. Porque esta moção não tem consistência, em termos globais.

Eu não sei qual é a posição do Sr. Deputado Martins Goulart nesse "barco". Não sei se é "comandante" ou se é outra coisa qualquer.

Eu estou só respondendo, uma vez que o Sr. está me interpelando e como eu gosto do debate e apesar de tudo, gosto de responder, é por isso que lhe estou a dizer isto.

Em resumo, devo dizer que o Governo Regional dos Açores vai continuar a trabalhar. O Governo tudo vai fazer para apresentar um plano e cumpri-lo, realisticamente.

O Governo não se vai deixar "embalar" em filosofias de quem quer tudo ao mesmo tempo e vai ajustar a sua despesa às receitas, vai tentar reequilibrar essa despesa, por forma a não provocar grandes desequilíbrios internos - pois ninguém está interessado nisso - mas vai continuar com esta sua política de cada vez maior transparência. Isto é, o Plano terá que espelhar cada vez mais, aquilo que são despesas de investimento e o Orçamento irá espelhar cada vez mais, aquilo que são despesas correntes e aquilo que são despesas de capital.

Por exemplo, os pagamentos aos tarefeiros serem pagos pelo orçamento corrente; a situação contratual das pessoas que trabalham, ser cada vez mais definida, perante a Região Autónoma dos Açores; contabilizar convenientemente, algumas rubricas que

até agora, por razões normais, estavam metodologicamente não correctas, mas contabilizadas correctamente. E nesse sentido, vamos prosseguir nesse esforço, dizendo e revelando as coisas para que os Srs. possam criticar.
Muito obrigado.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Carlos César pediu a palavra para?
Deputado Carlos César *(PS):* Para prestar esclarecimentos.
Presidente: Tem a palavra para o efeito.
Deputado Carlos César *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Uma primeira questão que eu julgo importante ser esclarecida, e que parece já fazer parte do esqueleto da argumentação do PSD e do Governo que, eventualmente, traçou previamente para este debate, é que o Partido Socialista não apresentou no último ano da última legislatura, uma moção de censura, por uma razão evidente e claramente explicada nessa altura.
O Partido Socialista afirmou, claramente, que no quadro constitucional vigente, não havia uma fórmula conseguida e segura de se obter, em consequência do derrube do Governo, a dissolução dos órgãos de governo próprio da Região que propiciassem a realização de eleições regionais antecipadas.

(Apartes inaudíveis das bancadas do PSD e do Governo)

O Orador: E o Partido Socialista não estava interessado, não desejava nem aspirava ser Governo, através dum "arranjo" parlamentar, sem legitimidade eleitoral assegurada ou através de qualquer "patrocínio" institucional.
Secretário Regional do Turismo e Ambiente *(Eugénio Leal):* A legitimidade provada nos diplomas!
O Orador: É essa a posição do Partido Socialista.

Hoje o PS censura este Governo, transmitindo a este instrumento, naturalmente, uma graduação que é obviamente diferente e conhecida previamente, em termos de eficácia.

Toda a gente sabe que esta moção de censura não tem como objectivo rigoroso derrubar o Governo. Mas censurar este Governo até ao limite dos instrumentos regimentais e institucionais que estão ao nosso dispor. É esse o entendimento político **sempre sempre estabelecido**, por qualquer pessoa que tenha falado sobre a moção de censura apresentada pelo Partido Socialista.

Em segundo lugar, eu gostava de dizer ao Sr. Secretário Regional das Finanças que não há ninguém, nesta Câmara, nem sequer os que falam pouco ou nada, que estejam aqui a desperdiçar o erário público da Região.

Aqui estão pessoas eleitas - e não me lembro do Sr. ter sido directamente...

Vozes do Governo: Foi, foi!

O Orador: ... então devia ter mais respeito pelos titulares deste órgão que é o primeiro órgão da autonomia regional **e o único órgão pluri-representativo** desta Região! E desrespeitou-a, clara e desavergonhadamente, hoje aqui na Assembleia!

Em terceiro lugar, eu não percebo o Sr. Secretário. O Sr. censura-nos por nós censurarmos o Governo, depois de conhecermos um plano. E o Sr. defende-se censurando a oposição, defendendo um plano que nós não conhecemos - não o percebo!

Por outro lado, o Governo Regional é culpado do agravamento da situação económica da Região. Se ela tem uma componente externa e uma envolvente externa indesmentíveis, a verdade é que a situação financeira da Região é da exclusiva responsabilidade deste Governo!

Este Governo já abriu crises brutais de conflito com os órgãos de soberania, por causa dum brasão de armas, por causa da posição em que uma bandeira estava hasteada.

Este Governo,**vergonhosamente**, não defende os Açores, quando o Governo da República lhe nega os recursos financeiros de que necessita!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Qual é o critério deste Governo?!

(Protestos inaudíveis das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse, porque já esgotou o seu tempo.
O Orador: Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados:
Esta moção de censura não é uma "bomba atómica" para tão pouca coisa!
Esta moção de censura é também a demonstração de que a oposição **está armada** ...
Secretário Regional da Saúde e Segurança Social *(António Menezes):* Armada?! De paus e pedras!
Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* O problema é que as munições são pólvora seca!
O Orador: ... e de que em consequência disso, há necessariamente que não perder de vista o equilíbrio de poderes e não transformar o Governo, que confunde a legitimidade com que se sente, com autoridade, para a ilegitimidade com que exerce, autoritariamente, o seu magistério.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Valadão pede a palavra também para esclarecimentos, segundo creio. Tem a palavra para o efeito.
Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
No início da intervenção do Sr. Secretário, quando ele afirmou que iria abordar aspectos relacionados com o Plano e Orçamento, estava convencido que ele iria vir explicar a esta Câmara as razões por que apresentou, à última hora, sem qualquer discussão e sem qualquer apresentação ou discussão o Artigo 7ºA da proposta de Orçamento.
Afinal, em relação a esta matéria, o Sr. Secretário apenas diz " o Partido Socialista votou a favor, o CDS absteve-se e o PCP votou contra".

Devo dizer-lhe que o PCP votou contra e votará novamente, se apresentar hoje ou amanhã outra proposta nestes termos, porque não entra nestes jogos!

Por isso mesmo, penso que o Sr. Secretário tinha o dever moral, perante esta Assembleia e perante o povo dos Açores, de vir explicar quais são os encargos financeiros que a Região vai ter que pagar e que não estão consignados no Orçamento. O que nós, desde já, consideramos inconstitucional e ilegal.

Em nosso entender - e estou convencido que também no entender do povo desta Região - o Sr. Secretário deveria explicar muito bem explicadinho, por miúdos, todo este problema em relação aos aspectos financeiros da nossa Região e, concretamente, em relação a este artigo.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Ávila pede a palavra para?

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Para defesa da honra e da consideração, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças:

A determinada altura da sua intervenção, V. Exª. dirigia-se à Câmara e pedia a compreensão dos Deputados para que fora da Região, no País e até na Europa, se lembrassem que estas questões tinham que ser vistas num todo e que interessava defender os pontos de vista da Região.

Na Assembleia da República os Deputados do Partido Socialista - inclusive eu próprio - puseram sempre os interesses da Região acima disso tudo.

Quero dizer-vos que nunca levei para lá, nem nenhum deputado do PS levou, questões baixas nem menos próprias da defesa que a Região nos merece e, por isso, é com mágoa que ouvi, imediatamente a seguir com algum nervosismo da sua parte, V. Exª. se dirigir aos Deputados como sendo um "peso morto" de despesismo...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Gualter Furtado):* Não disse isso!

O Orador: ... que não trabalham e só os Membros do Governo é que trabalham.

Esta é a defesa da minha honra, como Deputado que sempre tenho procurado defender a minha postura.

O Sr. Secretário utilizou sim a palavra "despesismo" e que nós não trabalhávamos. Só o Governo é que trabalha.

É esta questão que eu não queria deixar passar sem que ficasse registado aqui, a minha defesa como uma pessoa que procura trabalhar, dentro das minhas possibilidades e dentro das minhas capacidades.

Penso que talvez da vossa parte terá havido algum excesso - reconheço - mas que não podia deixar passar assim, Sr. Secretário.

Os Srs. Deputados que não ouviram bem, talvez se tivessem ouvido como eu ouvi e como me senti na altura, também não tivessem ficado satisfeitos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria protestar exactamente no tom relacionado com algumas afirmações do Sr. Secretário de que é "useiro e vezeiro". Eu recordo que uma vez as fez em relação a esta Assembleia, numa discussão à porta fechada, em que estava presente o Sr. Presidente do Governo Regional e que nessa altura o repreendeu, exactamente por aquilo que acabou de dizer. Agora o Sr. Presidente naturalmente não teve esse cuidado de o repreender.

Mas em nome dos Deputados eleitos, eu protesto, porque não lhe reconheço qualquer direito nem qualquer fundamento, para apreciar o trabalho desses Deputados e, sobretudo, para o reduzir àquilo que disse quando referiu palavras como "pesos mortos". Não lhe reconheço e ninguém lhe pode reconhecer!

Além disso, fê-lo no momento em que fazia perante esta Assembleia, descaradamente, o cúmulo da confusão de pensamentos e palavras a que nós já estamos habituados e que é sua característica. Mas conjugava neste caso, o cúmulo da confusão com o cúmulo da demagogia.

Veio aqui vangloriar-se e falar-nos dum plano de desenvolvimento regional que ontem à noite, depois de uma noite de... trabalho (aparentemente), tinha entregue nesta Assembleia.

Ora, o que a lei diz para esse Governo Regional, que pediu sete meses de atraso para apresentar o Plano e Orçamento, é que a proposta do Plano Regional "será ainda

acompanhada de programas comunitários e outros que incluam projectos nele integrados".

Portanto, aquilo de que o Sr. Secretário se vem vangloriar de fazer, depois do Plano Regional ter sido entregue nesta Assembleia há um mês, de ter sido discutido e ter sido aprovado, é pura e simplesmente, o desrespeito pela lei. E, ainda por cima, vem vangloriar-se perante esta Assembleia, de que **faz o favor** de nos dar uma informação sobre um documento que nós não conhecemos, mas que tínhamos todo o direito de conhecer, há um mês atrás, com os outros documentos que constavam e que deviam ter acompanhado o Plano.

Mais ainda: já que também se referiu a essa situação, eu lembraria que o Programa deste Governo pretende reforçar o papel da concertação social...

Presidente: O Sr. Deputado tem mais um minuto.

O Orador: Com certeza.

Esse Programa pretende reforçar o papel da concertação social.

Em 1991 esta Assembleia aprovou, por proposta do Governo, uma legislação sobre a audição dos parceiros sociais que diz exactamente isto: "tornar efectiva a participação no processo de planeamento das autarquias locais, parceiros sociais e de outras entidades no instrumento de racionalização da economia regional" que é o Plano Regional.

Pois bem, os Srs. na preparação deste Plano que é aqui aprovado, desrespeitaram essa legislação que existia desde 91. E agora prometem que vão reforçar os processos de consenso.

É evidente que isto não merece qualquer credibilidade e vale tanto, como as afirmações gratuitas, deslocadas e ofensivas que o Sr. Secretário usou, pelas quais - se tivesse o mínimo do sentido do lugar que ocupa - devia pedir desculpa. Não a mim - porque me apontou - pois não me preocupa absolutamente nada, mas aquilo que traduziu que é a sua imagem errada desta Assembleia e do trabalho dos Srs. Deputados, contribuindo - como erradamente disse que nós contribuímos - para dar imagens erradas da Região. Essa, os Srs. dão deliberadamente desta Assembleia e o Sr. Secretário acaba de o fazer. Devia pedir desculpa aos Deputados, se compreendesse o seu lugar e o seu papel!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento para prestar esclarecimentos e responder às perguntas feitas.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Gualter Furtado):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu acabo de assistir a um exercício de algum malabarismo, tentando retirar das minhas palavras uma generalização a todos os Deputados, no sentido de aproveitar alguns dividendos de algumas clivagens que possam existir.

Não era isso que eu estava a dizer. O que eu quis dizer - repito - é que foram tomadas aqui medidas que representaram um agravamento do Orçamento da Região e aproveitaram o aumento da despesa pública duma forma que eu considero perfeitamente injusta.

Não há dúvida de que os Srs. quando foram maioria nesta Assembleia, tomaram medidas objectivas que penalizaram o Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* É falso! Mandaram-nos poupar 1 milhão de contos!

O Orador: Penalizaram e não resolveram o problema das empresas, dos trabalhadores da iniciativa privada. Há trabalhadores da iniciativa privada que se estão a reformar com 40 e 50 contos. Homens que trabalharam 40 e 50 anos!

(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: Eles deviam ganhar mais dinheiro, mas não é isso que está em causa!

Nós temos que atender às condições objectivas da Região e do País em que nos inserimos - é isso que eu quis dizer!

Quis dizer que houve alguma irresponsabilidade de alguns Srs. Deputados, ao aprovarem determinadas medidas que agravaram o Orçamento e a Despesa Pública. Era isso que eu queria dizer e não estava generalizando.

Quanto à apresentação do Plano de Desenvolvimento Regional, não representa nenhuma vanglória da minha parte nem nenhuma tentativa de retirar...

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Foi desfaçatez!

O Orador: ... foi o Sr. que na RDP utilizou uma linguagem com palavras como "plano secreto", que ninguém sabia os números, um plano que ia passar à margem de tudo aquilo que eram pessoas.

Eu só quis demonstrar que isso não era verdade, porque nós - como eu disse na altura apropriada - iríamos apresentar os documentos.

Nós não éramos obrigados, legalmente, nem pelo Estatuto, mas sim pelo respeito a esta Casa, ao contrário do que o Sr. diz...

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Não eram?!

Eu acabei de ler a lei!

O Orador: ... e fizemos só agora nesta altura, porque é a altura certa. E mesmo assim, fomos os primeiros do País!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento:

V. Exª. na sua argumentação procurou demonstrar aqui que há uma prática de transparência, por parte deste Governo e, nomeadamente por parte da Secretaria que dirige.

Eu pergunto-lhe: onde é que está essa transparência, quando em declarações suas, por exemplo, se diz que - respeitante a contratos firmados - "os contratos que me chegaram às mãos foram apenas contratos com cabimento orçamental e visados pelo Tribunal de Contas.

Se algumas pessoas têm facturas na gaveta ou visaram despesas sem cabimento orçamental, não é um problema do Secretário das Finanças".

Onde é que há transparência, quando o Sr. Secretário, depois de encerrada a discussão deste Plano a Médio Prazo, o Governo que o Sr. representa, dá entrada na Mesa, e chega a estas bancadas, uma proposta de aditamento ao Orçamento de 1993, em que de facto sem haver cabimento orçamental, propõe criar uma regra que lhe dá carta branca para retirar da gaveta estas facturas que diz desconhecer?

Onde é que está a transparência, Sr. Secretário?!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Gualter Furtado):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Devo dizer que mantenho integralmente aquilo que disse!

Quanto ao resto e concretamente a essa adenda, devo dizer-lhe que o objectivo dela foi sensibilizado o Governo e depois de ouvir a sua intervenção, aliás nós já tínhamos tomado essa iniciativa...

Vozes do PS: Claro, claro!

O Orador: ... aconselhámo-nos com gente de direito, com pessoas credenciadas e fundamentadas. Isto não é uma coisa feita à margem da lei. Não é uma coisa inventada da minha cabeça nem resultado dum conjunto de "iluminados".

Foi uma questão pensada por um conjunto de pessoas de direito e que tem alguns crentes nessa matéria.

Devo dizer, por outro lado, que o cabimento orçamental é aquele que lá existe. Isto não é feito por outra rubrica orçamental que não seja a própria rubrica dos projectos consignados a isso.

Eu não sei se me fiz entender. Ou seja, nós temos uma despesa, temos um determinado projecto, põe-se o mesmo em causa e ele será reforçado ou não, em função dos encargos orçamentais adicionais. Mas claro que com um contrato e com as coisas perfeitamente transparentes.

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas pede a palavra com que finalidade?

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* Para dar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Todos os contratos que foram executados e todas as obras que foram feitas, têm de facto cabimento orçamental e têm os seus contratos aprovados e visados pelo Tribunal de Contas.

O Sr. Deputado Fernando Lopes sabe isso perfeitamente bem e sabe até quais são as razões pelas quais, ou se não sabe não é com certeza por não saber distinguir o plano do orçamento, correcção que foi feita há pouco pelo Sr. Deputado Martins Goulart.

O Sr. Deputado sabe muitíssimo bem que faltaram depois nas receitas da Região, os compromissos que havia por parte das instâncias internacionais, relativamente aos compromissos derivados dos acordos que a Região tinha. E, portanto, houve, efectivamente, uma falta de receitas. E esta é que é a questão tão só. Não se trata, de maneira nenhuma, de "arrumar facturas e metê-las dentro da gaveta"! E é bom que este assunto fique esclarecido duma vez por todas!

Mais ainda. Os Presidentes das Câmaras que aqui estão, designadamente o ex-Presidente da Câmara de P. Delgada, quando num aparte disse "essa foi muito bem metida!", não foi bem metida, porque o Sr. sabe muito bem como é, porque teve que recorrer, em determinadas alturas, ao mecanismo de reforço de verbas, para cumprir contratos que tinha em execução...

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Ah, mas isso é legal!

O Orador:... porque muitas vezes faltava-lhe as verbas, relativamente aos trabalhos a mais e relativamente às revisões de preços. Portanto, os Srs. sabem que isso existe.

O Sr. Deputado que até há bem pouco tempo foi Presidente da Câmara de Vila do Porto, também sabe como é que isto se faz.

Aqueles que têm experiência na gestão hierárquica e na administração, sabem exactamente o que é. Agora, aqueles que não têm qualquer experiência nesta matéria, é que andam sempre a imaginar coisas nebulosas que não têm razão de ser.

Portanto, é a teoria que os Srs. têm e o vosso mal é não descerem um pouco à terra, Srs. Deputados!

Os Srs. perguntem por que é que isto existe. Todos os contratos estão visados e têm cabimento orçamental. Todos as obras foram executadas tendo em conta estes princípios.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes, naturalmente para pedir ou prestar esclarecimentos.

Deputado Fernando Lopes *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas:

V. Exª., de facto, diz que os problemas surgiram, porque determinadas receitas não entraram nos cofres públicos.

Então eu pergunto ao Sr. Secretário se as dívidas em atraso são no montante de 6 ou 7 milhões de contos, das transferências da Base das Lajes. Se são mais ou se são menos?

Presidente: Srs. Deputados, nós vamos fazer um intervalo de 25 minutos. Retomaremos os nossos trabalhos quando for um quarto para as sete.

Estão interrompidos os nossos trabalhos.

(Eram 18,15 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para prosseguirmos os nossos trabalhos.

(Eram 18,55 horas)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

"O acto livre, escreve Maritain, é não somente o acto da pessoa como tal, mas a revelação da pessoa em si própria".(1)

O ser humano aplica todo o seu zelo, toda a sua determinação, toda a sua afirmação na defesa da liberdade. A procura e a promoção da liberdade, que o ser humano exerce desde o mais profundo de si próprio, é que está na base, é que é o fermento da História da Humanidade.

Ao longo dos séculos, o conceito de liberdade tem caminhado lado a lado com o homem, envolvendo a sua maneira de ser e de estar, perspectivando-lhes formas de relacionamento social, equacionando a sua interligação com outros seres.

Em qualquer parte e em qualquer momento histórico, levantam-se sempre vozes esclarecidas, eivadas, de força anímica, defendendo e proclamando bem alto a liberdade humana.

" Estou condenado a ser livre" - afirmava Jean Paul Sartre, ao considerar que se desenvolvia dentro de cada um, uma tácita aceitação duma conivência existêncial.

O mesmo acontece aos apelos de Aldous Huxley, que reflecte acerca do mundo super organizado, proclamando "a urgência duma maior consciência da liberdade individual e duma educação para a liberdade".(2)

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A moção de censura aqui em debate por proposta dos partidos da Oposição, tem uma justificação ideológica.

Da iniciativa lógica do Partido Socialista, é também lógico o apoio do partido Comunista, mas não se entende a colagem do Centro Democrático Social-Partido Popular, dada a contradição evidente com as restantes ideologias.

Passemos uma rápida vista de olhos sobre os fundamentos da ideologia marxista que é bandeira dos Partidos Comunistas e é flânula envergonhada dos Partidos Socialistas, constituindo estes portas abertas para a concretização do comunismo, embora, nos últimos tempos, estejam, envergonhadamente, entre os batentes que seguram essas mesmas portas.

A doutrina de Marx baseia-se numa concepção totalitária do homem e do seu destino, transformando o idealismo em puro materialismo. Para Marx, a ideia está em constante acção revolucionária: nega, contradiz, muda, torna a História em permanente revolução. Tudo o que surja como realidade deve negar-se e destruir-se para que, na contradição, a História se faça. Nenhuma verdade é estável hoje , ontem

e amanhã. Não vale a pena afirmar ou negar, porque afirmar e negar atraem-se e confundem-se. Apenas fica a acção que faz História.

Marx reduz o indivíduo a apenas um elemento, uma célula na vida colectiva. São as forças materiais o verdadeiro agente criador da História. A ideia não vale nada se não resultar de um cérebro condicionado pelas forças materiais. É a antítese do humanismo; reduzindo a liberdade individual e colectiva a um conceito filosófico que faz da matéria um absoluto, subordinando tudo e todos à dinâmica colectiva.

Qualquer busca da verdade, qualquer anseio de uma liberdade individual, traduzida na própria formulação de ideias, é impiedosamente rejeitadas.

A liberdade subordina-se sempre e liminarmente à acção material. Essa ausência da liberdade individual é conduzida para o totalitarismo pragmático, onde tudo gira à volta da acção a exercer.

Para Marx, é essa acção que faz a História e o Homem não passa de um mero gerador de trabalho, sem ideias, sem liberdade de opção, e que só existe na medida em que o seu trabalho altera o mundo.

O homem, para Marx, não é mais do que a acção material que produz.

Na filosofia de Marx, o homem existirá tanto mais e será tanto mais homem, quanto mais poderosa for a acção que exercer. Baseado em que o homem, pela sua acção, faz história, toda a História humana se reduz à história da produção da humanidade e cada época da história não passa dum sistema e dum combate de forças produtoras.

O homem existe porque, pelo seu trabalho, modifica o Mundo: a humanidade cria-se pelo conflito dos poderes geradores. O homem é trabalho e só existe na medida em que o seu trabalho altera o Mundo. Deste modo, o homem não se limita a construir e a modificar a História; modifica a sua própria pessoa. Marx entende que o homem é criado por si mesmo, é gerador da própria existência e está em permanente modificação. Não aceita nenhuma natureza humana e permanente que torne homem o homem. Este actua de forma a alterar incessantemente a sua natureza, na medida em que altera os sistemas de produção.

Deste modo, a verdadeira obra histórica será a autêntica desnaturização do homem, altera-se a essência da humanidade, apostando o homem, tanto quanto possível, da

natureza, do ritmo normal das estações (que não dependem da sua acção) limitando-o a um mundo, inteiramente mecanizado, único resultado do trabalho humano.

Marx defendia a necessidade de se recriar um mundo que não seja um mundo criado por Deus, que seja apenas obra do homem. Nada existe que não seja a acção humana e que não se conhece senão o homem feito por si mesmo.

A acção humana é acima de tudo revolucionária: tanto mais o homem existirá como homem, quando souber, mais profundamente, transformar o que existe e transformar-se a si próprio.

Com a negação total de qualquer verdade a conhecer e da contemplação de aquilo que é, Marx convida o homem à mais poderosa acção transformadora, à mais gigantesca obra de revolução. "A história inteira é apenas uma transformação contínua da natureza humana", sintetizava, assim, Marx, o seu pensamento.

Em contraposição, no conceito cristão, o Idealismo relaciona-se com uma reivindicação de uma total independência do espírito humano, que se manifesta pela recusa à submissão ao objecto. É o homem a querer encontrar tudo em si mesmo, é apenas em si mesmo para não ter de submeter-se nem reconhecer qualquer dependência.

É a inteligência que tudo procura nas ideias e concepções próprias e recusa uma verdade independente dela, porque não construída pelo espírito humano a viver exclusivamente das suas lucubrações, indiferente à realidade tal qual é.

Embora se note algumas afinidades, Marx contrapôs que o Idealismo é negação de toda a realidade e transforma-o no materialismo dialéctico que abarca três fases: **a tese**, em que a ideia aparece; a **antítese,** em que se passa à contradição; **a síntese,** que é um ponto de partida de uma evolução nova.

Marx defende que cada momento nega aquele que o precedeu e assim se cria a História, porque a ideia está em constante acção revolucionária. Tudo o que surja como realidade, deve negar-se e destruir-se para que a História se faça na contradição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para Marx, conhecer nada é, actuar é tudo. " Não se trata de conhecer o Mundo, mas de transformá-lo", dizia Marx. Não lhe importa um ateísmo contemplativo ou

dogmático, nem um materialismo na mesma perspectiva. Procura um ateísmo prático, que seja a negação de Deus para criar uma Humanidade exterior a Deus. Rejeita um ateísmo doutrinal visto recusar em absoluto qualquer coisa que de Deus provenha. Não aceita nada de estável no homem. Nenhuma verdade constante, para que se possa centralizar na acção revolucionária em que cada um se cria, numa posição de facto independente de Deus. Esta forma prática de negação de Deus, significa não apenas negar Deus sob o ponto de vista intelectual, mas também no concreto e na luta revolucionária contra a sua criação. É a negação definitiva de que o homem possa depender de quem quer que seja.

A ideologia, a cultura e a moral comunistas, já aqui referenciadas, apresentam um carácter fortemente repressivo. No entanto, este conceito é reforçado pela utilização da ideologia e da moral como justificação da repressão. Os valores do socialismo humanista, os do leninismo revolucionário, para já não falar da estratégia estalinista, foram igualmente colocados ao serviço da dominação de classes. Essa repressão foi exercida essencialmente contra os cidadãos das cidades e dos campos, numa estratégia de um combate subtil, "em que está em causa a melhor utilização da arma ideológica para fins de justificação na acção repressiva. O carrasco obedece".(3)

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Com estes pressupostos ideológicos, a moção de censura ao legítimo Governo dos Açores, tem razão de ser.

A ideologia marxista e as suas ramificações, insistem na negação de tudo para que se crie uma nova ordem. Nada é verdadeiro. O que é preciso é desestabilizar a ordem existente, insistir no caos e na desordem, para que possam emergir, desse caos e dessa confusão instalada, os novos-pseudo valores, que satisfaçam os interesses de outro grupo ideológico e abra caminho para a conquista do poder.

Aliás, um conhecido cronista nacional, que simultaneamente escreve sobre política, insiste no facto de não haver consciência socialista no seio do povo português.

Como o comunismo e a sua ante-câmara socialista saquearam na civilização Ocidental, onde nos inserimos, esta moção de censura surge assim, sem mérito, sem efeito, irrelevante, inconsequente, último gemido de formações partidárias que, desde o colapso da ditadura do proletariado que jaz na gaveta dos últimos próceres, ainda

não se reencontraram; ainda não se aceitaram com os novos ventos de mudança, que, gradualmente, vai destruindo velhos mitos que já passaram à História.

Felizmente!

Muito Obrigado

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Menezes para pedir esclarecimentos.

Deputado José Gabriel Menezes *(CDS/PP):* Sr. Presidente, eu talvez deva pedir primeiro um esclarecimento à Mesa.

Eu creio que estou na sessão errada, porque segundo a ordem do dia que eu aqui tenho, nós devíamos estar a debater a proposta de moção de censura ao Governo Regional. Além disso, eu julgo que o que se tem estado a fazer até aqui não tem nada a ver com isso.

Será que eu tenho a ordem do dia errada?

Quanto ao Sr. Deputado Jorge Cabral, já agora que parece ser um grande especialista em teoria marxista, o que é que Marx pensaria desta moção de censura ao Governo?

(Risos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral para prestar esclarecimentos.

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que vou responder à interpelação do Sr. Deputado do CDS. Mas se por acaso foi através de alguma inspiração do Sr. Deputado Paulo Valadão, também serve para ele.

Marx diria tão simplesmente, o seguinte:

"Dilectos filhos que tenho!".

Muito obrigado.

(Risos do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A política do V Governo Regional gera, por actos e por omissões, grandes impactos negativos para todos quantos vivem do seu trabalho.

Muitas vezes se diz que há que diminuir a intervenção pública na economia regional. Tais afirmações, que mais não são do que dogmas do neo-liberalismo económico ascendente, esbarram contudo nas realidades evidentes, mas complexas, que resultam da natureza insular e arquipelágica da Região. A dimensão dos mercados, o isolamento relativo de cada parcela, o peso dos transportes entre as ilhas, de e para o exterior, o custo acrescido de meios de produção e de muitas mercadorias essenciais, a dificuldade de fixar quadros nas ilhas e concelhos mais afastados, criam uma situação tal que gera situações, que tornam indispensável a intervenção da Região Autónoma na economia.

Deste modo a retracção do investimento público, que o PSD certamente previu mas não anunciou, tem como uma das suas consequências mais imediatas, a criação de condições favoráveis ao crescimento do desemprego e à diminuição da actividade económica nalgumas ilhas e concelhos.

A suspensão de acções integradas, no Plano está já a levar à dispensa de trabalhadores assalariados por alguns serviços. O decrescimento da construção de infraestruturas de apoio à actividades económicas e sociais, cria desde já menor actividade económica, e cria a médio prazo carências estruturais muito sérias em áreas tão sensíveis e determinantes como a educação, saúde, apoio à infância, à 3ª idade e aos deficientes, só para referir as respeitantes à política social.

As consequências sociais negativas da política realizada no plano financeiro resultam também da tendência já instalada e que consiste em procurar reduzir a despesa pública à custa da funcionalidade de serviços da área social.

Apesar e para além das dificuldades objectivas que possam existir, é obrigatório que o Governo Regional defina como prioridade a manutenção da qualidade já atingida

em alguns serviços, nomeadamente na saúde e educação, pois a diminuição da despesa pública à custa das prestações sociais significa o virar as costas a qualquer perspectiva de desenvolvimento socialmente útil.

A qualidade de vida da generalidade dos cidadãos dos Açores exige grande cuidado e atenção no tratamento dos problemas sociais. Essa atenção é tanto mais necessária, quando estamos ainda longe dos padrões europeus, tão citados e vivemos em ilhas que, pela sua localização e dimensão, dificultam muitas intervenções nestas áreas.

O V Governo Regional, ao contrário do que indica no seu programa, já deu sinais fortes de que pretende fazer incidir sobre as áreas sociais a política de retracção da despesa pública.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As Ilhas isoladas ou mais pequenas bem como os concelhos mais isolados são sempre aquelas que mais forte e rapidamente sentem os efeitos práticos das políticas governamentais de retracção do investimento público e de omissão no tratamento dos problemas.

A pequena densidade populacional, a escassez de recursos autárquicos, as limitações da iniciativa privada, a ausência de muitas estruturas e equipamentos sociais, o isolamento relativo e os custos acrescidos que os cidadãos e as empresas sentem, determinam uma situação de fragilidade muito acentuada que se reflecte, desde logo, na dificuldade da fixação das populações.

A crise da agro-pecuária, com as dificuldades em colocar a carne e os lacticínios, com as flutuações de preços, se é certo que diz respeito a todas as ilhas, não é menos certo que tem um impacto negativo directo mais rápido naquelas ilhas cuja economia assenta quase só no sector primário e nos serviços públicos.

O equilíbrio regional e o próprio conceito de Região exigem que se actue no sentido de evitar que os centros urbanos maiores funcionem como polos de atracção das populações das ilhas e concelhos mais isolados, mas tal só se conseguirá com medidas de política que garantam o desenvolvimento económico e social dessas parcelas da Região.

Nós não queremos ser uma Região de 2 ou 3 cidades rodeadas por concelhos semi-desertos espalhados pelo mar mas queremos antes, continuar a ser uma Região de 9 ilhas, que tenham todas condições de vida e de desenvolvimento.

Das ilhas mais isoladas uma das que sempre pagou um mais pesado tributo por esse isolamento foi a Ilha das Flores.

Neste momento essa Ilha irá começar a sentir os efeitos da desaceleração do investimento público, apenas começado há cerca de quatro anos.

O Governo Regional não pode esquecer que as carências específicas das Flores ainda são muito grandes, nem pode esquecer o agravamento objectivo das condições económico-sociais que resultam do encerramento da Estação Francesa, da extinção da Rádio Naval, da anunciada reestruturação da ANA, EP e da previsível diminuição de alguns serviços.

O Governo Regional não pode, por dificuldades orçamentais, limitar a acção local de alguns dos seus serviços, pois isso equivale à desactivação de postos de trabalho.

O Governo Regional não pode, também, esquecer que a fixação de técnicos nas Flores e noutras ilhas e concelhos isolados dependem dos incentivos e condições de trabalho e alojamento oferecidos.

As ilhas isoladas em geral e as Flores em especial, não pedem benesses ao poder regional, **exigem antes,** como parte inteira que são da Região, que os seus problemas, muitos deles graves, tenham o tratamento adequado que merecem.

Não chega falar de unidade regional, é preciso antes construir essa unidade a partir de actos governativos quotidianos que sejam equilibrados e equilibradores.

A firme censura política que endereçamos ao V Governo também se fundamenta, na omissão que vemos e sentimos, quanto ao tratamento dos problemas específicos das ilhas isoladas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já explicámos as razões por que defendemos a postura política de convergência oposicionista que determinou que esta Moção de Censura apareça como iniciativa conjunta dos três partidos da oposição parlamentar.

Perante esta iniciativa ergue-se logo a voz acusatória do Presidente do Governo, secundada pelo coro apagado da maioria parlamentar, lavrando a acusação de haver um frentismo contra o PSD. Aliás, ainda há momentos, a intervenção do Sr. Deputado Jorge Cabral foi um caso exemplar.

Como não podemos nem devemos brincar com as palavras, nem fazer com elas frases que apenas visam enganar as pessoas, é bom esclarecer bem esse ponto.

O facto do PS, CDS/PP e PCP terem, nos Açores, a lucidez de convergirem com acções de censura, crítica e desmascaramento da política do V Governo Regional, significa acima de tudo que na sociedade açoriana há uma corrente de oposição muito forte e ampla que entende que a defesa da Autonomia é incompatível com a política desenvolvida pelo PSD.

Esse tão condenado "frentismo" mais não é afinal do que a indispensável convergência de várias vertentes do descontentamento existente, convergência essa que, no entender do PCP/Açores, se tem que aprofundar, continuar a alargar a sectores e correntes de opinião não partidários, por forma a que **os açorianos de amanhã não acusem os oposicionistas de hoje de terem consentido que o PSD destruisse a Autonomia, limitasse a Democracia e impedisse o desenvolvimento.**

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Outro argumento que esteve presente na intervenção do Presidente do Governo e no coro apagado da maioria, prende-se com o facto das eleições terem sido há pouco tempo e a legitimidade para governar advir das eleições.

Só que o Senhor Presidente do Governo se esqueceu que esse argumento é uma faca de dois gumes, pois **a razão política mais forte que motivou os partidos proponentes a avançarem com uma Moção de Censura, resulta exactamente do facto de em tão pouco tempo (apenas 7 meses) o Governo ter posto completamente de lado o seu Programa, ou seja, os seus compromissos, e ter para além disso, também em tão pouco tempo, desbaratado o capital de credibilidade de que o sistema autonómico dispunha, no exterior e na Região.**

Já depois da Moção de Censura estar elaborada e no próprio dia em que foi depositada na Mesa da Assembleia, o Governo Regional ainda gerou uma razão acrescida e muito forte para a sua apresentação. Trata-se do **Artigo 7-A do Orçamento,** apresentado como aditamento à proposta governamental, sem que o Senhor Secretário das Finanças tivesse tido a hombridade política de apresentar, no debate, essa proposta.

O PCP/Açores votou, na noite da passada 5ª feira, contra essa proposta não porque pense que não sejam necessárias medidas de excepção que visem compor aquilo que o PSD e o Governo descompuseram, mas antes, porque pensa que tais medidas não podem ir contra o quadro legal vigente, nem podem criar a possibilidade de provocarem o envolvimento irreversível e negativo da empresa pública financeira tutelada pela Região no circuito infernal das finanças regionais.

Não aceitamos que tenha sido criado um mecanismo de pagamento para despesas públicas não declaradas nem especificadas.

Não aceitamos que tenha sido autorizado um novo tipo de endividamento sem se definir o seu limite máximo.

Receamos que o Governo recorra à instituição bancária que tutela, numa medida que seja incompatível com a sua dimensão e estabilidade.

Por ter recusado sempre olhar e discutir os problemas financeiros de forma frontal e aberta, o Governo Regional recorre cada vez mais a expedientes perigosos e até inconstitucionais, pondo em risco, uma vez mais, a credibilidade da Autonomia.

Só esta última razão justificaria a Moção de Censura, mas o certo é que o Artigo 7-A do Orçamento é já um produto de um Governo que só merece ser censurado pelas forças políticas e pela sociedade em geral.

Disse.

(Aplausos do PS e CDS/PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças para dar um esclarecimento, segundo creio.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Gualter Furtado):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Realmente é verdade - eu esqueci-me de dizer ainda há pouco - o porquê da apresentação daquele ponto tardio. Isso aconteceu por duas razões, ou seja, uma de ordem operacional, porque nós tínhamos efectivamente solicitado a um especialista na matéria um parecer que não chegou tão cedo quanto nós desejaríamos, mas em parte a culpa também foi nossa.

Em segundo lugar, porque era inútil apresentá-lo, sobretudo ao Partido Comunista, porque este partido em relação a esta matéria, teve desde logo uma posição fechada. Não queria discutir.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Quando é que os Srs. o apresentaram?! Quando?!

O Orador: Calma, aguente aí!

Não é por falar mais alto que eu vou responder-lhe ou não, calma!

O que se passa é que enquanto o Partido Socialista teve uma abertura de espírito relativamente a essa matéria, o Partido Comunista teve uma posição muito diferente. Era impossível discutir uma coisa em relação à qual, estavam totalmente fechados.

Em relação à questão das despesas, estas não podem ser quantificadas, antecipadamente, porque as despesas serão incluídas nos projectos em causa. É uma medida preventiva que se enquadra, única e exclusivamente, nos projectos que estão inscritos no Plano e no Orçamento e vai ser contabilizada na rubrica do projecto em causa. E, por conseguinte, nós não podemos fazer uma conjuntura, antecipadamente, sobre essa matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para uma intervenção.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"**Como suporte básico das sociedades modernas, a educação, no sentido mais amplo do termo, surge na primeira linha das prioridades de investimento nos recursos humanos**", lê-se no Programa aprovado por esta Assembleia para o V Governo. E, eu sublinho primeira linha das prioridades.

Vejamos o que tem sido a prática do Governo: o contrário! E já não só em actos como em palavras. O V Governo já nem tenta disfarçar o que afirmara há meia dúzia

de meses. Agora, é o próprio Secretário Regional da Educação e Cultura que vem a esta Casa afirmar que nos próximos quatro anos há "**menos verbas**" no PMP 93/96 e que essa redução não foi, de facto, para o investimento, antes, pelo contrário, "**seria preferível que se continuasse a valorizar a educação**". Afirmou ainda o Governante, na passada semana, que "**Após um investimento acentuado levado a cabo na Educação e Cultura ao longo dos mandatos dos governos anteriores, ...face à actual conjuntura económica e às incertezas que a caracterizam, houve que optar por uma certa desaceleração no investimento do sector, beneficiando outros, através de uma redução, se tivermos em conta os montantes executados no PMP anterior, na ordem dos 4,8 milhões de contos**". Limito-me a repetir que "**houve que optar por uma certa desaceleração no investimento do sector, beneficiando outros**"!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Que credibilidade nos pode merecer um Governo que, em Setembro, na Campanha Eleitoral, a Educação era uma Prioridade; aquando do seu Programa a Educação estava na primeira linha das prioridades mas, logo que chegado ao Plano e Orçamento faz o oposto e ainda por cima pondo em dúvida esta própria opção. Se não vejamos o que disse o mesmo Governante "**...esta alteração de estratégia só é admissível se efectivamente o montante subtraído, for para o investimento"** e não para mero financiamento, diria eu, dos eixos que o Governo entendeu, agora à pressa, declarar com novas prioridades.

Afinal, em que é que ficamos, Senhores Membros do Governo? Então nem Vossas Excelências já acreditam em si??? Tenham dó!!!

Que esperam que os Açorianos pensem de vós? Com que descaramento ainda continuam a fingir que dão orientações, que traçam metas, que definem objectivos, que tomam opções, que estabelecem prioridades?

Que outra atitude poderíamos tomar a não ser a de vos censurar pelo tempo perdido em não fazer o que devia ser feito, em agir conforme a lei, em cumprir com os compromissos assumidos durante a Campanha Eleitoral, em executar o Programa do Governo apresentado por vós e aprovado apenas com o voto do vosso Partido

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Que atitude poderia aguardar do Partido Socialista um Governo, em que o seu Secretário Regional da Educação e Cultura vem a esta tribuna pôr em causa toda a nova estratégia por ele apresentada e votada apenas pela sua maioria? Relembro uma vez mais as suas palavras "**Caso contrário, mais valia que se prosseguisse, como até aqui, na valorização da educação, verdadeiro cerne e motor de todo e qualquer desenvolvimento económico**".Sic.

Por que aguardam, Senhores Governantes?

Se já nem Vossas Excelências acreditam nas vossas opções? Demitam-se! Ou então aqueles que não aceitam as novas directrizes que abandonem o barco! Ou crêem que os Açorianos continuarão indefinidamente a julgar que é desta que o Governo consumará os seus compromissos?

Ao Partido Socialista não resta outra posição que não seja dizer-vos: Demitam-se.

Mas, Senhores Deputados, demos de novo mais uma passagem pelo Programa do governo e salientemos o que se afirma na sua página 16º "**Reforçar os meios sócio-educativos necessários à plena integração social dos alunos mais carenciados" e "melhoria da qualidade do ensino em todas as ilhas como uma das principais acções para o próximo mandato"** e ainda **"reforçar os incentivos à fixação de professores em áreas e zonas geográficas carenciadas".**

Sobre o reforço dos meios sócio-educativos dos alunos mais carenciados, estamos conversados, posto que, o Governo propôs e a sua maioria aprovou, a revogação da legislação existente sobre esta matéria, criando outra, onde em cerca de cada 10 alunos apenas 1 será apoiado em relação à legislação revogada. Para a melhoria da qualidade do ensino ministrado em todas as ilhas, acentue-se que ilhas há que nem um centavo têm para o efeito: Graciosa, S. Jorge, Corvo. Outras há em que a diminuição ultrapassou os 50% - Pico, por exemplo. E sobre o reforço de verbas para incentivos à fixação é melhor nem falar, dado que, até nas despesas correntes faltam cerca de dois milhões de contos!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Que confiança nos pode merecer um Governo que faz Decretos Regulamentares Regionais mudando a legislação existente tendo como único objectivo auto-capacitar-se para nomear determinada pessoa para o exercício de determinado cargo, excluindo

de imediato outras hipóteses ou, melhor dizendo, que nem vale a pena mais ninguém pensar no cargo porque está lá a alínea inerente à pessoa que vai ser nomeada. Estamos a falar do Decreto Regulamentar Regional nº 12/93/A, de 18 de Maio, que tem como único objectivo alterar o nº 1 do artº 14º do Decreto Regulamentar Regional nº 32/86/A, de 12 de Setembro.

Em 1986, o Director Escolar de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, seria nomeado por despacho do Secretário Regional da Educação e Cultura de entre os subdirectores escolares, os inspectores escolares ou os professores do quadro geral, com, pelo menos, cinco anos de bom e efectivo serviço. Agora, mais precisamente a 10 de Março do corrente ano, o Governo acrescenta uma alínea d) que permite que a nomeação e cito: "**de Funcionários integrados no quadro da Secretaria Regional da Educação e Cultura, detentores do curso do magistério primário, com desempenho de funções de subdirector escolar e director escolar e exercício de cargos dirigentes ou de responsabilidades no âmbito da educação durante, e pelo menos, 10 anos**".

Senhor Dr. João Bosco Soares Mota Amaral, Presidente do Governo Regional, mas signatário do Decreto referenciado, será que não reparou que a redacção do diploma estava incompleta? Será que não chamou a atenção do Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura para o facto de que não fora mencionado que o próximo Director Escolar teria de chamar-se "**Golias**" e ter como apelido "**Abeto**"?

Senhores Governantes, não compreendem o estado de degradação a que chegaram quando já fazem legislação para servir amigos, compadres, ou correlegionários?!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Passemos a outro sector ao qual o Governo no seu Programa dava grande ênfase: o Emprego.

A que é que temos assistido nos últimos meses? Diminuição permanente dos postos de trabalho em várias áreas: construção civil e agricultura, de forma especial.

Com o não cumprimento dos compromissos para com os empreiteiros, fornecedores de materiais de construção e equipamentos, as empresas viram-se obrigadas a despedir trabalhadores, começando naturalmente pelas obras que deixaram de ter

verbas ou de ser prioritárias. Empresas há cujos trabalhadores estão a ser reconduzidos à sua terra natal.

Na agricultura, até se subsidia para abandonar a produção. Para onde vai essa mão de obra que é indiferenciada, sem habilitações académicas, muitas vezes, sem qualquer formação profissional que possa ser reconvertida? É de todos nós sabido que o desemprego na Região, apregoado pelo Governo de 4% não corresponde à realidade. Bastará olhar para o desemprego feminino. Toda a gente sabe que a maioria das mulheres que pretende trabalhar, para além do seu serviço doméstico, muito raramente procura os Centros de Emprego. Toda a gente sabe que as pessoas vão abandonando a agricultura e a agro-pecuária e passam para outros sectores, sem prestarem qualquer informação ao Governo. O próprio Secretário da Tutela disse nesta Assembleia: "**... o primado da qualidade** (referia-se ao Emprego) **passa pela melhoria da qualificação das pessoas, pela eliminação ou restrição de fenómenos de instabilidade ou precaridade de emprego e de outras formas marginais de prestação de trabalho e pela necessidade de procurar através de acções tempestivas de readaptação laboral, a reconversão de certos sectores económicos, exige uma reorientação dos programas selectivos de apoio à iniciativa e à criação de postos de trabalho**".

Senhor Secretário, se sabe que é assim porque passa o tempo a tentar "**vender**" o contrário? Vossa Excelência afirmou nesta Tribuna na semana passada: "**Reconhece-se, privilegia-se e incentiva-se o princípio de que são as associações de classe com âmbito geográfico regional, que melhor poderão estabelecer, através da negociação directa, o quadro normativo que regerá as suas condições de trabalho, acautelando e salvaguardando as especificidades próprias do seu universo laboral**"

Então por que razão, Senhores Membros do Governo, a ânsia de acabar com a Remuneração Complementar da Função Pública? Porque não seguem a opinião unânime das estruturas sindicais salvaguardando as especificidades próprias do seu universo laboral? Porque se tenta acabar com uma Remuneração que é por todos defendida? É assim que o Governo reconhece, privilegia e incentiva, fazendo o contrário do que é defendido por todos?

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Será que quem não foi capaz de adaptar à Região Autónoma dos Açores diplomas publicados em Junho e Julho do ano passado, não deve ser censurado?

Será que quem publicou, com muitos meses de atraso, diplomas sobre educação e ensino especial, cheios de erros, falhas e omissões, não deve ser censurado?

Será que quem não foi capaz de, durante meses actualizar os salários de centenas de trabalhadores, não deve ser censurado?

Será que quem promete uma coisa, anuncia outra e executa ainda outra diferente não deve ser censurado?

Por mim digo: merece-o e sê-lo-á!

Disse

(/Aplausos da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Juventude pede a palavra para?

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia *(Gaspar da Silva):* Para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia *(Gaspar da Silva):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi atentamente a intervenção do Sr. Deputado Francisco Sousa e como tal, sinto-me na necessidade de proceder a alguns esclarecimentos a esta Câmara e relacionados com a área do Emprego.

Sr. Deputado:

Eu escuso - porque posso fornecer-lhe - de dar os números do que têm sido as medidas de fomento ao emprego na Região Autónoma dos Açores, não só em relação ao último quadriénio como também em relação aos 7 meses então passados, sob a responsabilidade do V Governo Regional, no que se refere à criação de postos de trabalho.

Por outro lado, o Sr. Deputado acaba por fazer misturas sobre alguns passos da minha intervenção, a quando da discussão do PMP e correlaciona-os, sob a sua

responsabilidade, com a questão da remuneração complementar que são coisas completamente distintas, porque essa sim, foi uma medida de carácter político que os Srs. tomaram nesta Casa, quando eram maioria, na legislatura anterior.

Não tem nada a ver com o que se refere à política salarial e política de rendimentos na Região Autónoma dos Açores, entre todos os trabalhadores, porque sobre isso eu teria muito a dizer. Estabelecer termos comparativos entre o que tem sido os rendimentos da função pública e o sector privado e os ganhos, sobretudo a partir de 1986 e o que tem sido o aumento do custo de vida nesta Região que é igual para todos e não exclusivamente para os funcionários públicos. São coisas completamente distintas e que o Sr. Deputado tenta baralhar e depois, no "dar cartas", confunde as mãos e troca as cartas aos parceiros todos.

De qualquer modo, Sr. Deputado, o Governo diz e bem, que apesar de termos uma conjuntura difícil, no que se refere a política de emprego, podemos dizer que o nosso desemprego é de origem friccional, pode-se considerar - e comparando com algumas regiões similares - uma situação de pleno emprego. E nos últimos 7 meses deste V Governo Regional, a taxa média do desemprego situou-se na casa dos 3.9%. E mais, só para terminar, Sr. Deputado, não me venha dizer que há muitos trabalhadores que não se vão inscrever nos centros de emprego, porque esses que o fazem é porque não querem trabalhar. Esta é que é a grande diferença, porque se o Sr. for para o desemprego, se não quiser fazer nada e quiser estar na esquina da rua todo o dia, não se vai inscrever aos centros de emprego. Mas se quiser fazê-lo vai fazer. E se tiver condições para receber o subsídio de desemprego, recebe-o. Mas se não quiser fazer nada, obviamente fica sentado a olhar para o ar.

Vivemos numa democracia, não vivemos num sistema de "democracia musculada", não podemos obrigar ninguém a trabalhar se não querem fazer nada.

Estes elementos que eu aqui referi, são os números registados nos Centros de Emprego de P. Delgada, Angra e Horta. E a média desses 7 meses, é de 3.9%.

Portanto, Sr. Deputado, as questões que referiu aqui, pecam não só por excesso como estão enquadradas dentro dos aspectos gerais dos exageros que sempre vos levam por vias de levantar questões que não são nada reais.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Cultura *(Aurélio da Fonseca):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É só para esclarecer a Câmara que terei muito gosto em responder às perguntas que foram colocadas, na minha intervenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Juventude:

É apenas para lhe dizer que, de facto, não baralhei as cartas. Limitei-me a repetir e citei V. Exª.. E, como diz o Sr. Presidente do Governo, há 150 horas, no máximo.

O facto de ficar a olhar para o ar, é V. Exª. quem o diz, porque é esse Governo que todos os anos cria um programa para ocupação sazonal dos trabalhadores que não têm emprego.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude para dar mais esclarecimentos.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia *(Gaspar da Silva):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente, apenas para esclarecer o Sr. Deputado Francisco Sousa que este Governo não cria um programa. Este Governo tem 3 programas implementados, de natureza ocupacional, para precisamente ocupar trabalhadores desempregados. E ao longo do último quadriénio, esse programa permitiu ocupar 2761 trabalhadores, com um dispêndio da ordem dos 419 mil e 300 contos.

Portanto, não é um programa, são três e são de natureza ocupacional, têm o seu efeito e são as próprias autarquias que solicitam ao Governo que não acabe com esses programas. Antes, aprofunde-os e ponha-os a funcionar num período de tempo mais lato.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo *(PSD):* Para dar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dar uma informação ao Plenário que se prende com o DLR respeitante à "Remuneração Complementar".

Gostaria de informar os Srs. Deputados - aqueles que não sabem - que os Deputados à Assembleia da República do Partido Social Democrata, solicitaram hoje, o pedido de inconstitucionalidade do referido diploma.

Deputado Fernando Fonte *(PS):* Vocês não é que fizeram isso!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente para uma intervenção.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente *(Eugénio Leal):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de ter lido, atentamente, várias vezes, o texto da moção de censura apresentada pelos três partidos da oposição, francamente, não consegui compreender as razões da sua apresentação.

Fiz um exercício de memória, recordando o último ano e finalmente, penso ter encontrado as razões ou os motivos que levaram à apresentação de tal moção.

Em primeiro lugar, quero dizer que a verdadeira razão de ser da apresentação desta moção, nada tem a ver com a acção do V Governo durante estes 7 meses de governação.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Tem a ver com inacção do Governo!

O Orador: A verdadeira razão de ser da apresentação desta moção, tem sim, a ver com a situação em que se encontra esta oposição.

A primeira verdadeira razão de ser da apresentação desta moção, custe o que custar ouvir uma ou mais vezes, foi a estrondosa derrota que a oposição sofreu no passado dia 11 de Outubro.

O Partido Comunista Português viu - mercê da situação internacional a que o Comunismo está votado - baixar para pouco mais de 2500 eleitores na Região uma quebra de quase 50%. O seu líder, de novo não foi eleito. O Deputado que aqui está eleito pelo círculo eleitoral das Flores, foi eleito mas, matematicamente, à tangente!

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Mas fui eleito pelo povo!

O Orador: O CDS - dantes CDS - agora **PP,** que tudo fez, angariando para seus candidatos - os "dissidentes" do PSD - alguns dos quais nem conseguiram já ser eleitos para autarquias, viram em consequência da estratégia que elaboraram, o seu número de votos baixar, ficaram com menos um deputado nesta Câmara e pela primeira vez, o Sr. Deputado que hoje não está aqui presente, estratega da Associação dos Dois Amigos,...

(Risos do PSD e do Governo)

... embora com toda a legitimidade, passou a estar nesta Assembleia, **não eleito pelo povo**, apenas representando o povo!

Isto custa e custará muito ao Sr. Deputado, ao CDS/PP e é essa uma das razões da subscrição desta moção.

O Partido Socialista pela primeira vez falou em **ganhar as eleições**.

Pela primeira vez falou em retirar a maioria absoluta ao PSD. Arranjou todas as maneiras possíveis e imaginárias para conseguir tal objectivo: estrondosa derrota!

Viu diminuir o seu grupo parlamentar. Viu incluídas no seu grupo parlamentar, pessoas que nada têm a ver com o Partido Socialista, em detrimento de algumas figuras históricas desde a primeira hora daquele partido.

Em consequência, e logo após as eleições, começa o "ping-pong" entre os maiores responsáveis do partido: César dizia que o actual líder não fazia falta ao partido; em resposta, Martins Goulart dizia que César não tem credibilidade para se candidatar a Presidente do Governo, ou sequer para falar disso em público sem provocar uma risada geral.

Deputado Fernando Lopes *(PS):* Isso tem alguma coisa a ver com a moção de censura?!

O Orador: A verdadeira razão da apresentação desta moção de censura nada tem a ver com a acção do V Governo!

A verdadeira razão de ser da apresentação desta moção de censura, é a existência no seio do Partido Socialista, de muitos "sargentos" e não ter um único "general".

Conseguiram arranjar um, sem estrelas, não promovido, mas, no entender de alguns dos "sargentos", uma solução de recurso, dado como tudo se passou.
O líder foi eleito, porque o Congresso cedeu a mais uma chantagem do Eng. Martins Goulart.
Entretanto, continuavam as declarações dos "sargentos". Tais como:
- "O líder não tem perfil para o cargo".
- "Quem apoiou Martins Goulart está numa posição de querer acreditar no líder, mas não tem certezas.
- Nós (os que não apoiaram Goulart) estamos descalços e decidimos andar calçados. Eles (os que apoiaram Martins Goulart) querem andar calçados mas têm os sapatos rotos".
À medida dos tempos, responsáveis socialistas vão abandonando os cargos que exercem nos órgãos do partido e que à saída vão deixando recados como estes:
"É normal serem os partidos que detêm o poder a se desgastarem. Nos Açores o PS tem uma tendência para se auto-destruir, para se dilacerar, consumir os seus próprios recursos humanos, uma espécie de tendência obsessiva para o suicídio".
E continuam dizendo:
"Martins Goulart é um pequeno ilhéu de liderança, rodeado por todos os lados de um grande oceano de dúvidas e interrogações". Dúvidas, enfim, sobre se o mesmo líder, que de 90 a 92, viveu a fugir da liderança nos Açores, de S. Miguel, da Universidade, vai finalmente, exercer liderança efectiva, fazer dos Açores não apenas um ponto de escala técnica, em trânsito para Lisboa, América ou outras paragens mais europeias e fixar-se em S. Miguel, em activa presença política e não apenas em intermitente presença física".
Faço notar que essas dúvidas e interrogações nem sequer atormentam o espírito céptico dos seus opositores internos. Estes, já nem lhe dão o benefício da dúvida. Quando muito, dão-lhe o benefício de inventar alguma réstia de esperança. E diziam:
"Acho, por exemplo, que o Eng. Martins Goulart tem uma concepção protocolar da política...
Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Isto é que é perseguição!

O Orador: ou seja, o que é importante fazer politicamente é estar em determinados sítios, ocupar determinados cargos, desempenhar certas funções, é aparecer, por exemplo, ao lado do Presidente da República ou do Ministro da República".

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
A verdadeira razão da apresentação desta moção de censura nada tem a ver com a acção do V Governo.
A verdadeira razão de ser da apresentação desta moção de censura tem a ver com os objectivos mediáticos do líder, após congresso, nesta mesma tribuna, quando depois de já aprovada a série de diplomas que começa por ferir a moção, o Sr. Deputado em discurso da sua nova imagem referia: "reconhecendo a altura de dificuldade em que vivemos, o Governo tem por missão governar o destino desta Região, durante o mandato que lhe foi incumbido".
Passados 60 dias depois destas declarações, nesta mesma tribuna, vem já dizer que é preciso apresentar uma moção de censura, mas vai já avisando que não é para conseguir os objectivos que a moção de censura tem. É para a sensibilização do eleitorado e da população.
A verdadeira razão da apresentação desta moção de censura, é o facto do Partido Socialista não ter um projecto, porque nunca o teve!
Ora vem dizer para esta Assembleia que o Governo fez muitas coisas; ora vem dizer que não as fez. Ora vem dizer que já passou a época das infra-estruturas e que é preciso dar mais atenção aos outros sectores; ora vem na discussão do Plano a Médio Prazo, nas perguntas e nas interpelações que faz ao Governo, mais de 90% é perguntar ao Governo, é questioná-lo, por que é que não é feita a escola tal, o hospital tal, a infra-estrutura tal?
É esta incoerência que leva hoje o Partido Socialista e esta oposição a aqui estar a discutir esta moção de censura.
A verdadeira razão da apresentação desta moção de censura, é finalmente, a dificuldade que este Partido Socialista tem em sobreviver. Para isso, criando factos

políticos, de que este foi um exemplo e que já hoje, esta tarde, nesta Assembleia, apresentou um requerimento para criar mais um facto político.
Sr. Deputado Martins Goulart e Líder do Partido Socialista:
Vou dizer-lhe, desculpe-me a expressão, **sucessivamente, a montanha vai parindo ratos** e em breves momentos não haverá gatos suficientes para dispersar as ratazanas que andam à sua volta.

(Risos do Presidente do Governo)

Deputado Fernando Fonte *(PS):* As ratazanas do PSD!
O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:
A verdadeira razão da apresentação desta moção de censura, é a sobrevivência do líder do Partido Socialista.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A verdadeira razão é como que, utilizando linguagem de pescador, quando o peixe sente a agonia vem à tona da água, à babuja, ver se consegue algum alimento para poder sobreviver por mais algum tempo!
Sr. Presidente,Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Martins Goulart:
Quero dizer-lhe que durante a actuação do IV Governo, nem eu nem o meu Governo...
Deputado Martins Goulart *(PS):* Do **seu Governo**?!
O Orador: ... do Governo de que faço parte, nem a população dos Açores, necessitámos de utilizar o escafandro que o Sr. Deputado me havia recomendado!
Devolvo-o, Sr. Deputado! O Sr. é que está a precisar dum escafandro, **mas alerto:** atrás do escafandro, arranje uma estação de enchimento de garrafas, porque da maneira que as coisas vão, cada garrafa vai dar para poucos mais minutos.
Disse.

(Risos do Presidente do Governo)

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos nesta Assembleia pela primeira vez na história da nossa Autonomia, discutir e consequentemente aprovar ou reprovar esta moção de censura que é dirigida ao V Governo Regional dos Açores.

Desde a sua tomada de posse, o executivo dos Açores tem vindo a sofrer os mais variados ataques por parte da oposição.

Não vale a pena relembrar aqui esses ataques, porque julgamos que eles estão na memória de todos, pelo menos na da maioria de alguns. E digo de alguns, porque há quem se esqueça, facilmente, daquilo que não lhes interessa.

Culminaram agora esses ataques, com uma moção de censura.

Que mais se havia de esperar desta oposição?...

Nada!

Afinal, tudo está claro.

Hoje mesmo o Sr. Deputado Carlos César disse o que pretendiam os socialistas, com os referidos ataques e com esta moção de censura.

Deputado Carlos César *(PS):* Não percebes nada disso!

O orador: Nem tu!

Deputado Carlos César *(PS):* Nem tu?! O senhor!

O Orador: Abalar o Governo e, acrescento eu, consequentemente derrubá-lo!

Descansem os Srs. Deputados do PS e seus aliados, pois não o conseguirão, porque estamos alicerçados - amplamente alicerçados - na vontade popular que é a substância necessária para sustentar de pé, qualquer governo democraticamente eleito.

Mais. Este Governo, mesmo contra a vontade de muitos que aqui estão nesta Assembleia, vai continuar a sua acção governativa, procurando levar esta Região sempre no caminho do progresso e do desenvolvimento.
Querem também os socialistas - e agora digo eu - arranjar argumentos políticos para esconder e fazer esquecer junto da opinião pública, os variadíssimos problemas que têm no seu partido e que passam pela falta de líder capaz, até às demissões que acontecem em catadupa nesse partido.
É verdade, o maior partido da oposição continua à deriva, sem saber o que fazer e quando fazer. Ora afirma uma coisa, ora afirma outra, passando para a população açoriana uma imagem de um bando de políticos vaidosos, velhos e gastos...

(Risos do Presidente do Governo Regional)

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Velha era a sua avó!
O Orador: ... entre os quais está o Sr., que se atropelam uns aos outros, cada um a ver se voa mais alto do que o outro.
É por essas razões que hoje conduz o "bando" a "ave Goulart", mas amanhã será com certeza a "ave César" que já está a tentar tomar novamente a dianteira - tome cuidado!
Depois, amanhã, poderá ser uma outra qualquer que se poderá chamar "Sousa", "Mendonça", "Barros", "Machado", "Lopes" ou até mesmo... um pato, desde que seja bravo!
Deputado Martins Goulart *(PS):* É muito triste para esta Assembleia ouvir isso!
O Orador: Eu sei que isto lhe está a doer, mas ainda vai "inchar".

(Risos do PSD e do Governo)

Estamos em época de crise, crise essa que é provocada pela conjuntura internacional em que se vive. E não pelo Governo, como querem fazer crer os partidos da oposição. Está o Governo a tomar medidas contra essa crise. São medidas anti-populares, é certo, mas que têm de ser tomadas e serão-no com certeza.

Mas aqui, logo aparecem os abutres da oposição, a aproveitarem a ocasião para aparecerem na cena política, uma vez que por si só, não são capazes de criarem essas cenas.

O nosso Governo não é como um célebre governo, liderado por um ainda muito mais famoso político da nossa praça que prometeu 100 medidas para mudar a face do País em 100 dias (lembram-se?).

Passados alguns meses, o que tinham feito era afundar cada vez mais o País. Contrariamente a isto, nós no PSD, estamos habituados a lutar contra mas dificuldades que se nos deparam todos os dias...

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Estão a começar!

O Orador: E vamos vencê-las, porque para além do mais, neste partido temos uma liderança forte que não perde o norte, mesmo quando o tempo acusa no barómetro "tempestade"...

Deputado Martins Goulart *(PS):* Bem vejo!

O Orador: ... e que já tem, também, uma longa experiência de 16 anos de governação.

O povo desta Região conhece bem as vicissitudes dos governos do Partido Socialista e daqueles que o lideram. Para isso, basta olharmos para os finais da década de 70 e princípios da década de 80, para vermos como o País avançou, rapidamente, para a miséria, para a estagnação e para o endividamento externo...

(Apartes inaudíveis do Deputado Carlos César)

O Orador: É a vossa "tábua de salvação". Se não fosse ele, já tinham afundado.

Deputado Martins Goulart *(PS):* Não é o Dr. Mário Soares que é responsável por tudo isso!

Você é um pobre que anda à deriva!

O Orador: Posso continuar. É que às vezes, o Sr. já pode ser dono desta Assembleia. Eu é que não, porque ainda sou novo.

(Risos do PSD)

É essa uma das razões uma das razões que tem levado as hostes do punho fechado, por cá, ...

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Sim, do punho fechado! Agora, envergonhadamente, têm uma rosa.

(Risos do PSD e do Governo).

O Orador: Essas hostes do punho fechado, por cá, nunca se sentaram nas cadeiras do poder regional.

Para além desta razão, existem pelo menos mais duas que também quero frisar.

A primeira é as sucessivas boas actuações do PSD, nos também sucessivos Governos Regionais. A segunda, é a falta de soluções credíveis e de quadros capazes nos partidos da oposição.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Povo desta Região não é cego conforme o ilustre e mui digno - ah, já me esquecia, do maior deputado do Mundo - de seu nome Martins Goulart - já aqui referi na Assembleia.

Mas a verdade nua e crua é esta:

A oposição gostaria que ele - o Povo - fosse cego!

Pelo menos tanto quanto o são os Srs. Deputados da oposição para não verem ou não quererem ver, o que ainda é pior, aquilo que os já referidos governos do PSD fizeram nestas nove ilhas que compõem a Região Autónoma dos açores.

Mas o Povo, que não é cego, Srs. Deputados do Partido Socialista, PCP e do CDS/PP (proximamente póstumo)...

(Risos do PSD e do Governo)

... também costuma fazer as suas moções de censura. Elas, como todos vós sabeis, inclusivamente o Sr. Deputado, acontecem quando há eleições. E em 11 de Outubro passado aconteceu a última.

Essa moção de censura foi aprovada por esmagadora maioria.

Mas os eleitores dos Açores ir-se-ão expressar mais uma vez - penso que novamente em maioria. desta vez, através dos seus dignos representantes que são nem mais nem menos, do que todos nós os deputados, de todas as bancadas desta Casa.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Todas quê?!

O Orador: De todas as bancadas desta Casa. O Sr. sabe o que é, não sabe?

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Não sei, não sei!

O Orador: Eu já sei que o Sr. sabe pouco!

Quando acontecer a votação, o povo irá dizer: não e não! 27 ou 28 vezes **não**! Serão exactamente o número de votos que há-de rejeitar essa absurda e extemporânea, raivoso e mais não quê moção de censura, da autoria do Partido Socialista e apoiada pela restante oposição.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, nós vamos interromper os nossos trabalhos para jantar. Retomá-los-emos às 22 horas.

Eu agradecia aos Srs. Presidentes dos grupos parlamentares, ao Sr. Deputado Paulo Valadão e Sr. Deputado José Gabriel Menezes o favor de aguardarem aqui um momento para combinarmos os nossos trabalhos para amanhã.

(Eram 20,05 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares a fim de prosseguirmos os nossos trabalhos.

(Eram 22,00 horas).

Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves para uma intervenção.

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A exiguidade das verbas fizeram com que nos Planos Anual e a Médio Prazo, não fossem contempladas diversas acções tendentes a resolver problemas que subsistem nas nossas ilhas.

Assim foi dito, nesta Assembleia, na semana passada, quer por deputados do PSD, quer por Membros do Governo. A palavra de ordem era poupar em todos os sectores. Assim o afirmaram, mas o cumprimento deste princípio é mais difícil, é só ver o que se passa no caso da SOGEO-SA. Será que há gastos exagerados? É o que veremos a seguir.

"A SOGEO S.A. foi constituída em 2 de Fevereiro de 1990 por decisão do Conselho de Orientação e Fiscalização do Consórcio Geotérmico de São Miguel.

A sociedade tem como objectivo o aproveitamente de recursos Geotérmicos da Região Autónoma dos Açores e poderá produzir energia eléctrica, bem como prestar bens, serviços e assistência técnica a terceiros e proceder à elaboração e divulgação das pesquisas, estudos, projectos e análises". Esta informação consta do "Anexo ao Balanço e a Demonstração de Resultados do exercício de 1992" elaborado pelo Conselho de Administração da SOGEO, a que tive acesso.

Tendo tido oportunidade de consultar os documentos que estiveram presentes na última Assembleia Geral da Sociedade, realizada em Ponta Delgada, e não na sua sede estatutária, como deveria ter sido, que está situada na Zona Franca de Santa Maria, no dia 29 de Março do corrente ano, verifiquei que existem informações que certamente interessam a esta Assembleia Legislativa, por ser órgão fiscalizador do Governo e porque estão em jogo os dinheiros públicos, que como o Governo Regional diz são poucos para as necessidades que existem. Vejamos pois, alguns dos elementos que possuo:

Relatório do Conselho de Administração

Página 6

- "Governo deliberou atribuir à sociedade, para prosseguimento do investimento o montante de 260 mil contos". É pouco, segundo os responsáveis, o ideal seria 350 mil contos.

- Informa-se que a CEE não aprovou a candidatura que lhe havia sido apresentada para apoio do projecto na sua perspectiva global (2ª fase) tendo a Comunidade sugerido a apresentação de nova Candidatura no 2º semestre de 1993, de que não há garantia que seja aprovada.

Página 8

- O Conselho de Administração congratula-se pelo excelente relacionamento que mantém com a EDA-EP. Pudera, a empresa tem 56% do capital social e tem dado facilidades de crédito à SOGEO, conforme é afirmado no relatório.

Balanço da Empresa em 31/12/92

Página 2

Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo - **1.200.000.000$00** aproximadamente.

Dívidas a Terceiros - Curto Prazo - **1.200.000.000$00** também aproximadamente.

Quais terão sido os Bancos que fizeram os empréstimos?

Anexo ao Balanço e a Demonstração de Resultados de Exercício de 1992

Ponto 6

- Isenção de IRC até 31/12/2011 derivada do exercício da sua actividade na Zona Franca de Santa Maria.

Ponto 26

- Dívida a fornecedores/títulos a pagar- 59.000 contos aproximadamente.

Ponto 43

- Remunerações dos Órgãos Sociais

Conselho de Administração - 37.000 contos (três administradores).

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Em 12 meses?!

O Orador. No ano de 1992, repito, 37.000 contos, em 12 meses, se quiser veja as contas.

- No ano anterior tinham sido gastos 7.000 mil contos aproximadamente. Aliás as remunerações com o pessoal duplicaram passando de 10 mil contos

aproximadamente para 20 mil, mas mesmo assim, os 17 funcionários que a empresa teve no ano de 1992, receberam menos que o Conselho de Administração.

Certificado Legal de Contas

Cito: "Pesem embora as dificuldades acrescidas registadas no exercício, são mantidas expectativas na obtenção dos referidos recursos financeiros que assegurem a continuidade das operações da Sociedade, pressuposto assumido na preparação das contas de 1992" Fim de citação.

Será que se está a pôr em causa o prosseguimento das obras depois de terem sido dispendidas já avultadas verbas? Porque não se garantiu em primeiro lugar os financiamentos? Se há entidades bancárias que são sócias da Sociedade esse problema não se deveria pôr, pois estaria, em princípio, resolvido. Ou não seria assim?

1ª Declaração de Voto em Assembleia Geral

Vou limitar-me a retirar alguns excertos desta declaração de voto.

Citação: "No que respeita ao ponto um da ordem de trabalhos (Aprovação do Relatório), as contas apresentadas oferecem um panorama assustador, visto que os auditores qualificam as mesmas, quanto à continuidade das operações, deixando implícito que a sociedade não tem condições para cumprir os seus objectivos." Fim de citação.

Noutro parágrafo diz-se: "Pese embora as explicações que me foram dadas, as quais representam um desvio do direito à informação reservado aos accionistas, designadamente à accionista que represento, detentora de mais de 10% do capital, é uma infracção ao princípio da transparência de uma sociedade anónima, mormente, porque o accionista principal é uma empresa com capitais públicos." Fim de citação.

2ª Declaração de Voto em Assembleia Geral

Por ser uma declaração de voto, que no meu entender, deve ser ouvida nesta Câmara por todos os presentes com muita atenção, vou ler o que de mais relevante está nela mencionado:

SOGEO - Sociedade Geotérmica dos Açores, SA

"No que respeita ao ponto 3 da ordem de trabalhos desta Assembleia, por observação directa da condução dos destinos da sociedade pela presente Administração durante

os últimos dois anos, considero a SOGEO uma empresa à deriva, nas mãos de académicos a tempo parcial, isentos de qualquer expressão empresarial ou iniciativa própria e denotadamente propensos ao esbanjamento.

Os proventos gerados pela central piloto aliás única fonte de receita da sociedade, não chegam para pagar minimamente os encargos com esta administração, **a qual actua ao seu inteiro e bel-prazer sem mínima contenção de despesas** ou prestação adequada de contas.

Os custos da Administração, **que exerce funções a tempo parcial,** sem resultados práticos visíveis, são escandalosos e chocam qualquer pessoa.

As exorbitantes remunerações, acrescidas de instalações e regalias supérfluas, agravadas com assessorias desnecessárias, duplicadas, importam, na minha estimativa **e na ausência dos elementos que não me foram facultados, a mais de oito mil contos mensais.**

É inconcebível como pode a SOGEO na situação dramática e caótica em que se encontra, comportar **um escritório em Lisboa,** desnecessário como se apresenta, conjuntamente com secretária e condutor pessoais, **dois apartamentos** desnecessários em S. Miguel, **quatro viaturas** pessoais três das quais para uso exclusivo do Presidente do Conselho de Administração, **Telefones e Energia de residências particulares,** tudo isto aliado a repetidas viagens e ajudas de custo injustificáveis.

Reflecte-se ainda toda esta má gestão em contratos levianamente celebrados com empreiteiros e assessores, que se traduzem num incontrolável esbanjamento dos magros, senão inexistentes, recursos da empresa.

Não admira que a Administração e os seus assessores tudo tenham feito até agora para impedirem a accionista que represento de obter informações mais completas. Estamos, de facto, perante um escândalo de ocultação de informação propositada". Fim de citação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Governo Regional, que segundo o que reza na última declaração de voto de um dos accionistas, tem conhecimento de toda esta situação, já fez alguma diligência no sentido de verificar se são falsas ou verdadeiras as afirmações que constam nas

referidas declarações de voto? São normais estes dispêndios para o Governo e para as empresas públicas? Há só contenção de despesas para os funcionários públicos e para os empreiteiros que de dia para dia sentem as suas empresas cada vez mais descapitalizadas, por falta ou atraso de pagamento do Governo?

Será que a SOGEO sendo uma Sociedade Anónima e pertencendo 56% do seu Capital Social à EDA-EP, não está abrangida pelo tão apregoado programa de poupança do Governo? Na nossa opinião consideramos que será necessário averiguar melhor as declarações proferidas pelo accionista em ordem a verificar se as mesmas são falsas ou verdadeiras.

Quem é a GEOTER, Limeted? Quem está por traz dessa empresa? É ou não uma empresa "off shore?"

Estas são algumas das razões que levaram o Partido Socialista a apresentar esta Moção de Censura e será também por termos dúvida, quanto à veracidade das questões apresentadas por um dos accionistas, que o Grupo Parlamentar do PS, vai apresentar uma Proposta de Resolução que visará acometer à Comissão de Economia, Finanças e Plano, a responsabilidade de averiguar o que anteriormente foi referido.

Deste modo, nem São João Bosco salva este Governo.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude e Emprego para pedir ou dar esclarecimentos.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia *(Gaspar da Silva):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tendo em conta o que ouvi na intervenção do Sr. Deputado José Humberto Chaves - e peço desculpa, porque não tive oportunidade de ouvi-la desde o início - fiquei com a ideia de que ele colocou aqui uma série de aspectos relacionados com a gestão da SOGEO. E em relação ao um elemento e a declarações de voto sobre os actos de gestão da mesa. Creio que de alguma forma, foi isso que referiu aqui.

Gostaria de perguntar ao Sr. Deputado, uma vez que está tão bem informado o que se comprova pelos documentos que aqui citou, se tem conhecimento que foram solicitados alguns esclarecimentos - inclusivamente através da própria EDA ou através das fontes que o Sr. Deputado obteve essa informação - por parte da EDA, sobre esta matéria, através desse elemento?

Era só isto que eu gostaria que o Sr. Deputado me respondesse.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves para prestar esclarecimentos.

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu julgo que quando um deputado vem para esta Casa deve trazer os problemas e apresenta-os para que aqui se possa discuti-los e averiguar se é verdade ou não, as coisas que aqui são presentes.

Por isso, eu não tenho nada que ir "armar-me" em polícia, perante a EDA. Esses documentos foram-me facultados e entregaram-mos. Eu, única e simplesmente, peguei neles, trouxe-os aqui e mais nada.

Eu penso que todos nós Deputados, que somos representantes do povo que nos elegeu, temos o direito de saber se isto é verdade ou não, enfim, se tudo o que está aqui mencionado é verdadeiro ou não.

Esta é a razão por que eu trouxe este assunto aqui à Assembleia Regional que é quem irá decidir. Eu não tinha nada que perguntar à EDA se era assim ou não. Eu nem conheço ninguém na EDA, veja lá!

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* Não conhece?! O Sr. telefona para lá várias vezes!

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Imagino!

O Orador: A não ser o Sr. que era da EDA.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Juventude e Emprego para prestar um esclarecimento.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia *(Gaspar da Silva)***:** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com efeito, qualquer deputado nesta Câmara pode e tem o direito de trazer aqui as questões que entendem por convenientes para o esclarecimento do povo dos Açores e têm vários instrumentos para o fazer, quer através de requerimentos quer de outros mecanismos.

Obviamente não foi isso que o Sr. Deputado fez, pois trouxe aqui um documento do qual eu não tenho conhecimento, por isso fiz-lhe a pergunta, uma vez que assim como tinha esse documento também podia ter mais algumas informações adicionais.

Portanto, não se trata de solicitar ao Sr. Deputado que vá atrás da EDA ou de quem quer que seja, porque se o fizer, estará dentro das suas atribuições, ou seja, de iniciar qualquer "démarche", no sentido de se esclarecer a si e a esta Câmara.

De qualquer modo, Sr. Deputado, é uma questão que será tida em devida conta. Em relação ao que referiu aqui, por minha parte tentarei saber esses pormenores. Estranho que o Sr. Deputado tivesse trazido aqui, talvez dum sócio e não trouxesse dos demais sobre os relatórios de contas dessa administração da EDA.

Não sei se essa poderá ser uma posição individual, pode não ter nada a ver com a maioria das outras representações que estão lá, uma vez que em relação à SOGEO, é preciso que se saiba que estão lá muitas empresas privadas. Não está lá só o Governo representado, através da empresa pública EDA, mas também o próprio sector privado.

Restará saber se essa posição estará dependente duma posição do sector privado ou não - não sei - de qualquer modo vai indagar. Mas posso afirmar perante o Sr. Deputado que vir-se para aqui com essa questão, implica também, naturalmente, dar mais alguns esclarecimentos adicionais que o Sr. Deputado não deu, porque não teve certamente possibilidades de o fazer, mas há que saber no seu todo, se essa gestão é ou não eficiente, se essa gestão está realmente ou não a ter resultados satisfatórios para o Projecto Geotérmico no seu todo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu julgo que temos a oportunidade de verificar tudo isto, se for aprovada nesta Casa a Proposta de Resolução que vamos apresentar.

Desde o momento que ela seja aprovada, na altura própria - que não será agora - nós todos, vamos ter oportunidade de ver se é verdade ou não todas estas declarações. É com esta intenção que eu julgo que devemos ver isto que está escrito.

Isto que aqui está, foi dito numa assembleia geral e pronto. Não tenho mais nada que dizer em relação a isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Gualter Furtado):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de esclarecer muito rapidamente que não está em causa a avaliação das afirmações feitas pelo Sr. Deputado. É evidente que algumas delas têm que ser avaliadas, em função dum conjunto de critérios. Se esses gastos são ou não correctos, em função do resultado do projecto e em função dum conjunto de factores que eu não quero discutir neste momento.

O que eu discuto é a conclusão que tirou. O Sr. Deputado acabou a sua intervenção dizendo "é por essa razão que nós também apresentamos aqui uma moção de censura". E agora diz que coloca à votação uma Proposta de Resolução para averiguar se isso é verdade. Quer dizer, há aqui uma espécie de condenação à priori, embora eu não seja advogado.

Uma moção de censura fundada em interrogações, em suposições, eu penso que também não é correcto, se é que eu percebi bem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para dizer que a moção de censura é feita de diversas coisas. E como esta questão cria dúvidas, como nós já temos estado aqui desde a semana passada e só se fala em contenção de despesas etc, etc., nós vemos uma administração a ganhar 37 mil contos divididos por 3 elementos, penso que seria interessante a gente saber se é verdade ou mentira.

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Eu também gostava de saber muita coisa!

Presidente: O Sr. Deputado Victor Evaristo pretende a palavra para?

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* É para pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* O Sr. Deputado José Humberto Chaves trouxe a esta Câmara uma intervenção na qual, de algum modo, visa uma empresa que tem capitais públicos o que, obviamente, nos interessará a todos.

Como também o Sr. Deputado José Humberto Chaves tem intenção, ou o que afirmou, de apresentar a esta Assembleia uma Proposta de Resolução - penso que percebi bem - em relação à qual seria cometido à Comissão de Economia e Finanças uma averiguação da veracidade desses factos e sendo eu, até ver, o Presidente da respectiva Comissão, eu queria perguntar ao Sr. Deputado se na realidade - e para esta bancada poder tomar, atempadamente, uma tomada de consciência, para saber como é que vai votar, quando essa Proposta de Resolução entrar, solicitava-lhe se assim o entendesse e se assim o desejasse, porque para nós é tão ou mais importante do que para os senhores, pois aquilo que aqui foi dito pode revestir de carácter muito grave - dispõe de elementos, com base nos quais fez essas afirmações aqui, eu pedia-lhe o favor de os entregar depois, na Mesa da Assembleia, para que eles possam ser do nosso conhecimento.

É óbvio - penso eu - que depois o Sr. Presidente da Assembleia, terá a capacidade e a legitimidade para os fazer chegar à Comissão.

Como deve compreender, aquilo que aqui disse é delicado. E é delicado para nós também, podermos em consciência tomar uma posição em relação ao nosso sentido de voto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves para prestar esclarecimentos.

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu tenho muito gosto em fornecer todos os elementos que tenho em Comissão, na qual estarei presente para dar esses mesmos elementos que me solicitaram.

Eu julgo que os senhores devem saber que, como o Presidente da Assembleia Geral desta firma, a SOGEO, também é um dos administradores da EDA, deve possuir, igualmente, todos estes documentos que eu tenho, por isso podem ir também buscá-los à EDA.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo para prestar mais esclarecimentos.

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Humberto Chaves:

Eu não quero contrariá-lo em relação à posição que assumiu. Apenas queria deixar esclarecido o seguinte:

V. Exª. foi quem trouxe esses elementos aqui à colação.

Eu tenho que partir do princípio de que os possui.

Parece-me que é perfeitamente discipiendo eu ir obter, por outras vias, porque não tenho nenhuma indiciação para o fazer nem nenhuma competência regimental, os elementos que V. Exª. tem.

Nessa medida, se eles já estão aí, poder-nos-iam ser facultados, para que nós os pudéssemos apreciar antes de votar.

V. Exa. ao sonegar - passe a expressão - ao nosso conhecimento prévio, os documentos de que dispõe, deixa-nos numa situação de morosidade, perfeitamente desnecessária.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu por acaso aprecio os seus dotes de oratória. Mas eu apenas mostrarei os documentos na Comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para uma intervenção.

Secretário Regional da Educação e Cultura *(Aurélio da Fonseca):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As afirmações feitas na proposta de moção, em análise, estão longe de corresponder à realidade dos factos e, só podem ser produzidas por quem, ou está de má fé ou não quer mesmo, deliberadamente, ver o que se está efectivamente a passar.

Embora neste Plano a Educação e Cultura, verdadeiro suporte básico das sociedades modernas não seja o eixo de desenvolvimento prioritário, dentro da área dos Recursos Humanos, não quer isso, de forma alguma, significar que não se continuem

a envidar todos os esforços para rendibilizar da melhor forma, os meios colocados à disposição do sector. É que embora hoje um certo desaceleramento no que concerne ao investimento, pelas razões já amplamente invocadas e debatidas, é inquestionável que só o funcionamento, em condições que todos queremos cada vez melhores nomeadamente com vista à promoção do sucesso escolar, se traduzirá por exemplo, em 1993, primeiro ano deste PMP, em qualquer coisa como cerca de 22 milhões de contos! Os orçamentos das escolas e serviços dependentes foram cuidadosamente revistos e actualizados, da forma mais quantitativa. Não sei se sabem, por exemplo, quanto nos custa o funcionamento, já corrigido, que os desafios do ano escolar, em curso, de uma escala em 3.500 alunos, como a "Jerónimo Emeliano?

São cerca de 750.000 contos, Sras. e Srs. Deputados! Experimentem adicionar-lhes nas proporções devidas, os montantes respeitantes à ampliação e beneficiação das instalações, ao reequipamento tanto em recursos materiais duradoiros como em consumíveis, às refeições completas das ligeiras disponibilizadas, ao apoio ao alojamento, transporte escolar, livros e material escolar, aos portes dos manuais ou, aos níveis respectivos, às importâncias investidas em equipamento para chuva, para a educação física ou em próteses, por exemplo, e digam-me depois se o que se está a fazer, em quantidade e qualidade, sempre cada vez maiores, não é apostar na melhoria da qualidade de ensino, em todas as ilhas? Sim, porque o exemplo da nossa maior escola não significa que, um pouco por toda a parte, não se esteja a seguir a mesma política, com o apoio, o empenho e colaboração de toda a gente.

É pois, um insulto ao nosso povo a todos quantos dão o seu melhor para que as coisas aconteçam, que se venha para aqui dizer que não se faz nada!

Atente-se nas melhorias introduzidas na rede de edifícios e no equipamento escolar, da Educação Pré-Escolar ao Ensino Básico e Secundário superior em todas as ilhas da nossa Região, à medida das necessidades comprovadas e prioridades correspondentes, face aos recursos humanos e materiais disponíveis. Tenha-se presente o colocar-se em execução das medidas de apoio aos alunos das ilhas e dos concelhos onde não se lecciona o ensino Secundário, que enfermou de algum atraso na publicação da legislação de suporte, mas que, de momento, aí está, já com o correspondente processo de candidaturas concluído, avalisado e despachado, com

folhas já em fase de processamento para a efectivação dos respectivos processamentos.

Não quer isto dizer que não há dificuldades, que não existem carências e que estamos a viver num paraíso à beira-mar plantado!

Quer sim, de forma humilde mas consciente, significar que, com o envolvimento de toda a comunidade educativa, professores, pais encarregados de educação pessoal auxiliar, alunos, autarquias, forças económicas, sociais e culturais estamos a dar a volta precisa, a elevar a fasquia lenta mas constante e firmemente, e só assim é que se justificam as melhorias no prosseguimento de estudos, praticamente todo acima das 90 e muitas por cento, das taxas de aprovação, das taxas de cobertura da rede incluindo as de Educação Pré - Escolar, de deminuição das taxas de repetência, do abandono escolar ou da taxa de analfabetismo.

Será que o ter-se criado condições para a melhoria da formação de docentes e do pessoal auxiliar, administrativo ou operário, com os recém criados programas FORMAC e AGE, com a disponibilização de mais de 200 mil contos para o efeito com a preparação de todo um conjunto de medidas e de legislação em discussão, enviada para publicação e já dada à estampa como toda a reestruturação da educação especial da regulamentação das actividades de complemento curricular, da distribuição de alunos, dos serviços de psicologia e orientação, da redefinição e readequação das áreas pedagógicas, com o acertar da progressão de

carreira dos ramos docentes, já com pagamento aprazado e oportunamente divulgado, dos montantes devidos, é verdade que com uma certa dilação de tempo, mas sem nunca se ter posto em causa, como falsamente é referido, os salários dos mesmos, pagos sempre dentro dos prazos legais estabelecidos, constituindo, pois, verdadeiro desaforo vir afirmar o contrário, baralhando processamentos normais com actualizações, confundindo a árvore com a floresta, enfim, **será que tudo isto** não traduz Senhoras e Senhores Deputados, de forma clara e inequívoca não se estar a pôr em causa tudo aquilo por que o Governo sempre se tem batido, tanto na Educação como na Cultura e no Desporto, alargado, aliás este ano, no que concerne aos jogos Desportivos Escolares ao 3º Ciclo do Ensino Básico, com todo o envolvimento e

profundo significado daí decorrente; sabendo-se que estão em jogo mais de 2000 alunos de praticamente todas as nossas escolas desse nível.
Senhoras e Senhores Deputados:
Bem me apetecia não gastar mais cera com este defunto!

(Risos do PSD e do Governo)

Mas confesso não levar à paciência que se produzam afirmações gratuitas do tipo de se estar a levar os agentes económicos à falsificação de facturas, pelo que de verrinoso tem tão leviana acusação!

Vozes do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Basta! É que tudo tem limites e às vezes, lá diz o rifão popular, "mais vale estar calado do que falar daquilo que não se sabe falar".

Vozes do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não é verdade que este PMP não contempla uma única escola nova nos Açores! As EB-2-3 de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo mais Ensino Artístico, aí estão, mais a nova Escola Secundária da Horta, dentro daquela linha de que, na definição das prioridades, vectores há que não podem ficar de lado, não pelo simples cumprir de promessas mas dado efectivamente necessitarmos de arrancar com os respectivos processos, ainda na 2º metade deste PMP, criando-se condições para que lhes seja dado o necessário seguimento.
De igual modo menos verbas no **Desporto** ou **Na Cultura** não implicam forçosamente que se faça menos. Leva sim a um repensar, como já tive oportunidade de afirmar nesta Câmara, tudo quanto tem vindo a ser feito até à presente data constituindo importante desafio à capacidade de inovação, da adaptação e de criação de todos nós, pois há que diversificar as fontes de funcionamento, há que repartir responsabilidades e iniciativas.

Convenhamos que não é lá muito justo que seja única e exclusivamente o Governo a continuar a endividar-se, para manter determinados níveis de execução, nesta ou naquela àrea, quando as autarquias ou outras entidades ou instituições podem e devem, muito bem, encetar idênticos esforços, assumindo a sua quota parte de responsabilidades com a satisfação de passarem a ser parceiros de pleno direito, corresponsáveis pelos processos em curso com toda a motivação, gratificação e empenho que estão sempre implícitos quando se assumem atitudes como as que estamos a preconizar e que são a todos os títulos louváveis. Não se trata de enjeitar responsabilidades trata-se simplesmente de cada um assacar o que lhe compete por direito e obrigação!

Tal como costumo dizer aos pais e encarregados de educação, sempre que tenho a felicidade de poder partilhar com eles estes problemas, em matéria tão relevante como a Educação dos nossos filhos, as questões não são única e exclusivamente de A B ou C, deste ou daquele Secretário ou Governo.

São de todos e de cada um de nós e Senhoras e Senhores Deputados em vez de estarmos a tomar algumas das atitudes de críticas infundadas que têm sido apanágio da oposição que temos nesta Região, melhor fora se, em consciência, quem com tanta ligeireza atira a 1.ª pedra pensasse, em que medida, dentro do que tem ao seu alcance, não está também a deixar de fazer aquilo que lhe caberia levar a cabo! Não nos esqueçamos - **também se peca por omissão.**

Vozes do Governo e do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Gostaria de propor-lhe alguns pedidos de esclarecimento.

V. Exª. utilizou a expressão "estamos a dar a volta precisa". Eu pergunto a quê?

Às escolas que continuam a cair aos bocados?

Falou em taxa de analfabetismo. Qual? Quantos? Continuamos a ser a região da Europa que tem maior número de analfabetos.

Os recém criados FORMAC e AGE, são mesmo recém criados e até este momento, nenhum professor viu qualquer acção deles.

"Reacertar o pagamento de retroactivos" - é verdade. Mais não fora, porque estão em dívida desde Setembro de 1992.

"E-B-S 2 e 3 mais Conservatórios aí estão". Aí aonde? Nem sequer no Plano a Médio Prazo elas lá estarão. Porque vamos passar 4 anos, de acordo com os documentos aprovados por esta Assembleia, em que nenhuma escola nova entrará na rede para os ensinos preparatório e secundário, nenhuma! E nos 4 anos anteriores entrou a da Praia da Vitória. Foi a única que entrou e ainda não está acabada. E, pelos documentos aprovados por esta Câmara, nenhuma entrará, nos próximos 4 anos, no circuito escolar. Nem sequer a da Madalena nem a da Lagoa nem a da Maia, pelas quais V. Exª. pagou **dezenas e dezenas de contos** pelos projectos e foram postos no caixote do lixo.

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Na gaveta!

O Orador: No **caixote do lixo!!**

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Cultura *(Aurélio da Fonseca):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A taxa de analfabetismo na nossa Região baixou, segundo os dados publicados recentemente por quem de direito, para 14%. É um esforço grande, se pensarmos que partimos de há dez anos a esta parte, com a maior taxa do País, a seguir à Madeira - 22.6%.

Portanto, honra quem efectivamente tem no terreno, os professores , os animadores, feito o melhor que lhes é possível com o apoio que a Secretaria tem dado nessa área, para conseguir os resultados que estão à vista de todos, envolvendo cerca de 3 mil pessoas/ano, em média, nestas acções de alfabetização e sócio-profissionais.

As ampliações que efectuaremos ainda este ano, ainda hoje focadas em Conselho de Governo, na Canto da Maia, na Antero de Quental, na Preparatória de Angra e na

Secundária da Horta, permitem, face ao reajustamento que fizemos conselhos directivos, que se dê a tal "volta por cima" que se impõe, para se continuar a ter o aumento de sucesso escolar que tem vindo a ocorrer na Região.

Quanto à formação, Srs. Deputados, basta dizer que temos candidatada ao Fundo Social Europeu já, formação para 1031 formandos, com 126 formadores; 977 horas de formação, no valor de 43. 285. 304$00 mais formação na área do ensino tecnológico que abrangerá 519 formandos, no valor de 206. 288 contos.

São tudo acções apoiadas no PEDRAA e mais se seguirão, porque efectivamente temos neste momento já constituído o primeiro centro de formação de escolas que abrangerá as escolas da Ilha Terceira, de S. Jorge e da Graciosa e o novo centro de formação de escolas que abrangerá S. Miguel e, provavelmente, Stª. Maria, está para sair talvez ainda esta semana.

Presidente: O Sr. Deputado Francisco Sousa pretende a palavra para mais esclarecimentos, creio eu.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Apenas duas questões: temos feito candidaturas ao Fundo Social Europeu, no valor de milhares e milhares de contos.

O diploma aprovado por esta Assembleia na passada semana, tem apenas como comparticipação do FSE, **80 mil contos** que foi o que nós aprovámos.

Segunda questão: na passada semana ainda não tinham dado entrada esses projectos no Fundo Social Europeu desta Região, ou seja, na Secretaria Regional. Se deram entrada, foi esta semana e não há muito tempo. Pelo que V. Exª: nem sequer tem capacidade montada para gastar os tais 204 mil contos que tem. Não tem capacidade para o fazer!

E não tem, porque não tem os centros formados; não tem os formadores; não tem porque não tem organizado o sistema para isso. E V. Exª. sabe-o, perfeitamente, e sabe bem que o PEDRAA não tinha verba para esse fim, porque só tem 80 mil para 93.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para pedir esclarecimentos, naturalmente.

Deputado Fernando Menezes *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como é sabido a Escola Secundária da Horta consta, desde há muitos anos, de diversos planos do Governo Regional.

Na semana passada - penso que na quinta-feira, cerca da maia-noite - "caiu" na minha mesa um documento, não assinado e estranho, com uma verba de 20 mil contos no Plano a Médio Prazo para a Escola Secundária da Horta. Creio que esse dinheiro será aplicado em 1996.

Eu queria perguntar ao Sr. Secretário para que são esses 20 mil contos, em 1996 e para que é que vão chegar essas quantias, relativamente à escola da Horta?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Cultura *(Aurélio da Fonseca):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A Secretaria da Educação tem capacidade para executar as verbas de que estamos aqui a falar. E o Sr. Deputado sabe perfeitamente bem que temos capacidade para isso.

Neste momento, já temos negociado com alguns centros de formação do continente, pacotes de formação que podem a qualquer momento, se os nossos centros de formação não tiverem a capacidade que esperamos que eles tenham de fazer aquela formação que todos gostaríamos que acontecesse, servir para que os nossos docentes não sejam prejudicados e não vão sê-lo, porque nós vamos providenciar, para que lhes seja garantida a formação que necessitam para a progressão na carreira.

E acredito que não é muito difícil, com os docentes que temos e com a formação acreditada que está a avançar, gastar 200 mil contos. Mais houvesse que mais formação sa fazia. Não é difícil, não.

Quanto à Escola Secundária da Horta, o valor em si destina-se, fundamentalmente, a arrancar com o processo, ou seja, partir-se para o chamado programa base e eventualmente, poder já desbloquear-se alguma coisa em relação aos terrenos, fundamentalmente para o programa base, ponto de partida para o seguimento necessário que se lhe impõe.

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Cabral pretende a palavra para?

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Para pedir um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu confesso que estou já a ficar um tanto incomodado, com o facto de haver tanta insistência no famigerado caso das facturas falsas, dos pedidos de facturas e da segunda via de facturas de 92, de 93 etc.

Há pouco o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura também referiu esse facto, ou seja, que tinha sido acusado injustamente, de ter pedido 2.ªs. vias das facturas.

Eu perguntaria, concretamente, ao Sr. Secretário Regional se tem alguns elementos que possa adiantar, para que desfaça duma vez para sempre todas estas dúvidas, de que a sua Secretaria terá também pedido facturas falsas a fornecedores ou a outras entidades?

Gostaria que isso ficasse devidamente esclarecido e registado em acta, para a posteridade.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?

Deputado Rui Melo *(PSD):* Sr. Presidente, era para pedir esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na sequência da pergunta feita pelo meu companheiro de bancada, Deputado Jorge Cabral, e por ser estranha a actuação do Partido Socialista que se tem resumido a só inquirir e investigar e denunciar e antes que venha a ser apresentada mais uma proposta de resolução, eu gostaria de perguntar ao Sr. Secretário, sobre a falsificação das facturas, porque penso que também a sua Secretaria foi acusada num órgão de comunicação social por estar a sugerir aos agentes económicos e aos empresários, que se falsificasse facturas.

Gostaria, portanto, de fazer também a mesma pergunta feita pelo Deputado Jorge Cabral.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Cultura *(Aurélio da Fonseca):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Fomos injustamente acusados, vilipendiados na Televisão e eu ponho só à consideração da Câmara, através da leitura de dois ofícios que aqui tenho, sem mais comentários, para que ajuízem da razão do meu protesto.

Os ofícios são da firma em questão. O primeiro que vou ler é da firma SANIBETÃO, que diz o seguinte:

"Na sequência do processo-queixa apresentado pelo Partido Socialista ao Ministério Público e das notícias apresentadas pela comunicação social, vimos informar V. Exª. de que a empresa é completamente alheia ao assunto. A irreflectida iniciativa de entregar os documentos para instrução do processo, pertenceu ao sócio Sr. Eng. José Eduardo Meireles Martins Mota e foi exclusivamente pessoal".

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Mais se informa que foi a nossa firma que solicitou a devolução das facturas em causa."

O Sr. António Vasco Neto Viveiros, responsável financeiro pela empresa, dirige a seguinte carta:

"Na sequência do processo-queixa apresentado pelo Partido Socialista ao Ministério Público e das notícias divulgadas pela comunicação social, tomei conhecimento de que foi utilizado o ofício nº 511 que me foi remetido pela Direcção Regional de Educação Física e Desportos, na qualidade de responsável financeiro pela empresa SANIBETÃO.

Sobre este assunto e para os efeitos que achar mais convenientes, venho declarar o seguinte: a remessa da factura nº 824, acompanhada pelo referido ofício, resultou exclusivamente, de solicitação minha, através de contacto telefónico mantido com a vogal do conselho administrativo do Fundo Regional de Fomento do Desporto, Srª. D. Ana Soares.

Estou à disposição de V. Exª. para qualquer depoimento que necessite, autorizando igualmente, que faça uso público desta carta, se assim o entender.

Com os melhores cumprimentos e elevada consideração,
António Vasco Viveiros."
Não há mais comentários.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Artur Martins.

Deputado Artur Martins *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A nossa democracia tem destas coisas, mesmo a despropósito, quando a real gana da oposição o entende, solicita-se a convocação do Plenário desta Assembleia, para se apresentar uma moção de censura ao Executivo ou deliberar sobre assuntos de "lana caprina", sem ajuizar bem os custos políticos de tais iniciativas.

Não lembrava a ninguém de que a pouco mais de 6 meses de eleições regionais, em que o eleitorado dos Açores expressou o seu voto de forma clara e inequívoca, renovando a sua confiança no Partido Social Democrata, que viesse o fragmentado Partido Socialista, de braço dado, com o cada vez mais reduzido CDS/PP e o efémero PCP, sem nenhum sentido de oportunidade, como é hábito, pedir a convocação desta Câmara, para apresentar uma moção de censura ao Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Não se entende como é que um partido despedaçado como está, com uma liderança posta constantemente em causa, ao que consta, com contrato a termo certo até ao resultado final das próximas eleições autárquicas, de pés de barro e muita falácia, se arvore no direito de questionar a legitimidade de um governo saído de umas eleições disputadíssimas, como as de Outubro último.

Só uma razão podemos encontrar neste pavoneio socialista: o PS pretende com esta iniciativa tapar com uma peneira o Sol dos desentendimentos internos, da falta de pulso do seu líder e da sua incapacidade para algum dia ser alternativa credível nesta Região.

O Partido Social Democrata, tem uma liderança forte, tem rosto, está unido e tem a legitimidade democrática para continuar este mandato, governando com estabilidade

esta Região, numa altura de grandes dificuldades internacionais, e procurando que nos Açores, a grave crise que paira noutras paragens, seja sentida o menos possível nas nossas Ilhas.

Vozes do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Pergunto, o PS que nunca teve a coragem no mandato anterior, quando constituía com os deputados independentes uma maioria duvidosa, de apresentar uma moção de censura ao Governo, porque o faz agora com tanto alarido?

Sem mais delongas, tendo em atenção o que atrás dissemos e o binómio causa/efeito, não encontramos razões para esta iniciativa e ao que parece na área do PS há gente que pensa o mesmo.

Por mais incursões nos considerandos que possamos fazer sobre esta matéria, facilmente se conclui, como diria o nosso povo, que estamos aqui, basicamente, a perder tempo!

Enfim utilizando uma linguagem futebolística, bem ao sabor popular, dir-se-ia que o PS com este jogo no campeonato da política Açoriana pretende ganhar desesperadamente o desafio na secretaria, aquilo que não consegue vencer manifestamente no terreno.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Realmente o PS em Outubro com uma equipa bastante reforçada de badaladas vedetas adquiridas em saldo, perdeu o campeonato e a taça e por um triz não desceu de divisão, esquecendo tudo isso, vem agora à viva força, em típico contra ataque, usando e abusando de uma filosofia de jogo " à antiga portuguesa ", segundo a qual " a melhor defesa é o ataque " o PS, contando para este desafio, com o apoio ainda que deficiente do único internacional do PCP e de um eterno suplente por ausência do respectivo titular do CDS/PP, capitaneados pelo " melhor do mundo" mais uma vez ausente perde este jogo, levando para casa uma pesada derrota.

De novo, o PSD alcança uma goleada sem precisar de carregar muito no acelerador.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social para uma intervenção.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social *(António Menezes):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, caros companheiros de Governo:

Confesso que hesitei sobre a forma de responder à moção de censura na parte que diz respeito à minha área. Cheguei mesmo a pensar que talvez não valesse a pena intervir. E porquê? Por ter tido conhecimento através dos órgãos de comunicação social, que os partidos da oposição, designadamente o Partido Socialista, considerava que o que interessava fazer estava feito, ou seja, a criação do facto político, apresentação da moção de censura e que as respostas do Governo não interessavam para nada e que eles não lhes dariam qualquer atenção.

Perante este desplante e falta de consideração democrática, estive tentado a não ter o trabalho de lhes responder, porque no Governo Regional há muito trabalho para fazer e não temos tempo a perder.

Vozes do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Reflectindo melhor e impulsionado pela minha formação democrática (e risquei **profunda formação democrática)**, entendo que é meu dever respeitar esta Assembleia e todos os seus deputados, incluindo aqueles que não estão interessados nas nossas respostas.

Analisando o parágrafo que na moção é destinado ao sector da Saúde, noto que há uma certa confusão de conceitos e de matérias.

Fala-se em promessas de humanização dos cuidados e depois liga-se à questão da falta de médicos e refere-se a mortalidade infantil.

Vamos por partes: humanizar os cuidados de saúde, mais não é do que um conjunto de situações e acções que minimizem o estado de adversidade que a doença venha a implicar.

Assim, chega-se à humanização dos cuidados de saúde de diversos modos:

- No exercício vocacional das profissões que tecnicamente estão mais directamente ligadas à prestação dos cuidados de saúde;
- Na preparação das profissões mais indiferenciadas;
- Na criação de situações que proporcionem conforto humano e material aos doentes;
- Nas formas de organização funcional dos cuidados a prestar.

Ora os serviços de Saúde na Região tomaram nos últimos tempos medidas muito concretas e positivas de humanização dos serviços.

- Na melhoria das instalações de urgência e de consultas externas em várias unidades de saúde (prestação de algumas comodidades e atenções aos doentes que têm tido grande aceitação)
- Separação (nas urgências) dos adultos das crianças.
- Melhoramentos nas salas dos doentes e nos refeitórios dos mesmos;
- Apoio às associações de voluntários que trabalham nos Hospitais;
- Novos regulamentos de visitas;
- Nacionalização das unidades de Saúde;
- Na abertura das unidades de Saúde à comunidade. E dou-vos o exemplo recente da exposição de arte sacra no Hospital de P. Delgada que foi uma belíssima iniciativa;
- Na formação profissional através de cursos de atendimento ao público em Angra, Horta, P. Delgada e em 93 haverá nas Velas para os auxiliares de acção médica que têm grande contacto com os doentes;
- No transporte e acompanhamento de doentes, onde frequentaram estas acções de formação mais de 90 funcionários.
- Nos Gabinetes de Utente onde estes podem reclamar e apresentar as suas sugestões para melhoramento dos serviços.

Quanto à falta de médicos, fomos nós, e não o Partido Socialista, que já há algum tempo apontamos a falta de médicos de clínica geral como um dos problemas que impede que a melhoria do nosso sistema de Saúde se faça ainda mais depressa.

Foi também por mim já várias vezes dito que este é um problema nacional e que nas zonas periféricas é mais agravado. Recentes reportagens televisivas mostraram que nomeadamente os Centros de Saúde do Alentejo, estão neste momento, desprovidos de médicos de clínica geral.

Nós não temos aqui nos Açores faculdades de medicina. Não temos possibilidade de formação específica. Temos leis nacionais de carreiras que não podemos alterar. Mas apesar disso tudo, a situação tem evoluído.

O nosso número total de médicos, passou de 176 em 1981, para 325 em 1992 e a relação médico/habitante passou de 1/1383 habitantes, para 1/732.

Apesar das medidas nacionais, a que não nos podemos opor - e que os senhores cada vez mais inviabilizam as nossas tentativas - que esvaziaram os Centros de Saúde, como designadamente a abertura maciça de vagas para os internatos complementares hospitalares , o nosso número de clínicos gerais tem-se mantido à volta dos 125 130 médicos, com uma percentagem de ocupação das vagas da ordem dos 67%, o que não é nada mau, atendendo às circunstâncias.

Não podendo obrigar os médicos a virem, nem podendo alterar a legislação nacional, tomámos as medidas que estavam ao nosso alcance e propusemos um diploma que pretendia afectar a procura aos recursos e era uma medida de gestão dos recursos humanos, que continuamos ainda hoje a considerar legal e que o nosso entendimento é constitucional e é uma boa medida. Aliás, com o decorrer do tempo, alguns dos que estavam contra esta medida, têm vindo a alterar a sua posição e já hoje, estariam dispostos a tomar outra posição diferente daquela que tomaram.

Esta medida que continuamos a considerar correcta e que era de natureza transitória, implicava o acordo dos médicos e indirectamente, funcionava como incentivo. Baseava-se no princípio que em vez de só uma parte da população ter médico de família e outra parte não ter cobertura aceitável (recorrendo aos serviços de atendimento permanente e à consulta tipo caixa, que pelos vistos é de tanta preferência do Partido Socialista)...

(Apartes inaudíveis do Deputado Martins Goulart)

O Orador: Foi aqui dito pelo Sr. Deputado Fernando Fonte.

...perante os recursos humanos disponíveis, pretendia-se com o esforço e colaboração dos intervenientes, adequar os nossos recursos às necessidades. Alargando a lista de utentes, todos os açorianos passariam a ter médico de família, mesmo que aqueles que já o tivessem pudessem sentir alguma perca de qualidade relativa, o que ainda está por provar.

Os próprios sindicatos, por escrito, perceberam o que se pretendia manifestando, compreensivamente, alguns receios, que não eram contra o diploma, ao contrário do que foi dito. Aliás, um dos sindicatos que depois através do seu representante nos Açores, teve um grande protagonismo nos órgãos de comunicação social, aceitava que as listas de utentes pudessem ir até a um máximo de 2200.

Ora, eu recordo que nós propúnhamos um máximo de 2500, ou seja, o que estava aqui em discussão, eram apenas 300 utentes.

O que acontece é que de uma forma ligeira...

(Aparte inaudível do Deputado Fernando Fonte)

O Orador: Mas eu tenho a vantagem do microfone, por isso o Sr. pode falar à vontade.

De uma forma ligeira e denotando pouca responsabilidade política, o PS, demagogicamente, lançou na comunicação social uma campanha contra o diploma e que teve eco em algumas instâncias. E levantando o "papão" da perca de qualidade, conseguiu criar a onda que levou à não assinatura do diploma.

No entanto o PS e os partidos da oposição que o apóiam, que estavam preocupados com a perca de qualidade pelo aumento até 2500 dos utentes, quando um médico vê no seu consultório particular, pela noite dentro, 30 a 40 doentes e no outro dia de manhã, está no seu posto de trabalho, não manifestam qualquer preocupação com a qualidade desse serviço, mesmo particular, prestado aos cidadãos e parcialmente reembolsado com dinheiros públicos.

Os partidos da oposição não apresentam alternativas credíveis, criticam por criticar, criticam porque têm a certeza que tão cedo não serão Governo e por isso, não serão confrontados com os problemas que se põem à governação.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A única proposta concreta do PS para fazer face à falta de médicos, é o desenterrar do velho subsídio de fixação que está criado há vários anos para a Administração Regional, mas não diz como nem quanto é que será o subsídio de fixação (se porventura propusesse 500 contos por mês, tenho a certeza trariam muitos médicos para a Região), mas a experiência ensina que as pessoas não vêm só pelo dinheiro. Aliás, temos subsídios de deslocação, temos subsídios de instalação, temos sistemas de remuneração e de trabalho elásticos, que permitem vencimentos de várias centenas de contos, para além do subsídio previsto na portaria 796/91, de 9 de Agosto.

O problema não é nosso, a situação apesar de tudo, nos Açores, não é catastrófica. Conseguimos estancar a saída dos médicos, mas dificilmente se resolverá, a curto prazo, o problema e só medidas como aquela que tomámos, que são realistas e corajosas, que demonstram um conhecimento da nossa realidade, é que podem atenuar a situação, mas para isso era preciso que houvesse atitudes mais realistas e sérias, por parte da oposição, que apreciasse as propostas pelo seu mérito e não pela sua origem.

Vozes do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: No que diz respeito à mortalidade infantil, que é sem dúvida um dos grandes indicadores de saúde, tem havido grandes progressos nos Açores e a tendência tem sido decrescente, com alguns acidentes de percurso, como os verificados em 1983, 1987 e 1992. Aliás, da mesma forma que se tem verificado no continente, dado que também houve alterações em 1984 e em 1986.

Os Açores tinham uma mortalidade infantil de 27/000 em 1982, sendo no continente - nessa altura - de 19,5/000.

Em 1991 eram, respectivamente, de 13,3/000 nos Açores e de 10,7/000 no continente.

Em 1992 temos um aumento da mortalidade infantil que, segundo o que apurámos até agora, resultou dum ligeiro aumento dos óbitos que passaram de 51 para 60 (mais 9 óbitos) e de uma redução de nados vivos de 3842 para 3678 (menos 164).

Como é evidente, em universos pequenos, uma diminuição dos nascimentos e um ligeiro aumento dos óbitos, faz disparar a mortalidade infantil de 13/000 para os 16/000 que são apontados. Por consequência, os valores têm o valor que têm e consoante a realidade que representam e retratam.

Para a taxa de mortalidade infantil entram as taxas da mortalidade neo-natal (até aos 28 dias após o nascimento) e a pós-natal (até 1 ano).

A neo-natal aumentou e a pós-natal diminuiu.

Esta situação que é de natureza pontual, porque temos neste momento, dados de 1993 que nos levam a crer que os valores da mortalidade infantil, vão novamente baixar.

A Saúde materno-infantil é, efectivamente, uma área onde é necessário empenhar todos os esforços e aumentar os cuidados médicos, daí que se demonstra que tínhamos razão, quando em 1992 pretendemos abranger toda a população com um médico de família. E que estão correctas as medidas apontadas no programa específico de Saúde Materno-Infantil, no Plano de Saúde que foi desencadeado em 1990.

Nesse Programa constam, na nossa opinião, as medidas necessárias para enfrentar este problema. Julgamos, por isso, que o impacto das opções desencadeadas, está a produzir-se através da modificação de hábitos e atitudes da população-alvo (acompanhamento médico da gravidez, melhoria dos hábitos alimentares e de vida das grávidas, maior percentagem de partos hospitalares) e recordo-me de antigas polémicas nesta Casa, com alguns dos Srs. Deputados do Partido Socialista, que manifestavam-se contra os nascimentos nos Hospitais e que queriam, compreensivelmente numa determinada perspectiva, que todos os nascimentos fossem na ilha de onde as grávidas são naturais mas isso tem consequências em

termos da mortalidade infantil. E nós não podemos querer tudo, ou seja, querer baixar a mortalidade infantil, por um lado e depois, querer que as crianças nasçam onde não existe serviços de neonatologia e de pediatria/obstetrícia.

Deputado Fernando Fonte *(PS):* Nessa tem razão.

O Orador: Claro que tenho razão. Nestas e em quase tudo!

(Risos do PSD e do Governo)

Bem como, das alterações substanciais alterações ocorridas na organização e dinâmica dos Serviços de Saúde, através de medidas que ou foram executadas ou estão em curso. Melhor preparação e sensibilidade dos profissionais de saúde intervenientes, criação de serviços hospitalares de neonatologia, como foram criados e de grande qualidade, nomeadamente no Hospital de P. Delgada, em Angra do Heroísmo e a dotação dos serviços de obstetrícia com mais e melhor equipamento e melhor qualidade no acompanhamento das grávidas.

É, pois, a questão da Saúde Materno-Infantil um processo em curso que urge consolidar e é o que estamos fazendo, com a consciência da dimensão dos problemas, com realismo, com seriedade e sem demagogia e abertos às propostas e sugestões válidas, venham de onde vierem, que nos ajudem a ultrapassar os grandes problemas deste importante sector social que é a Saúde.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Fonte pede a palavra para?

Deputado Fernando Fonte *(PS):* Para pedir e dar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Fonte *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria começar por dizer ao Sr. Secretário que eu realmente não sou médico e por isso não percebo muito disso, mas o Sr. Secretário com a formação jurídica que tem, também percebe tanto como eu ou ainda menos.

(Risos do PSD e do Governo)

E há aqui questões que não é preciso ser médico para se perceber alguma coisa. Aproveito para corrigi-lo para que não venha para aqui dizer asneiras. Os dois índices de mortalidade, são o neo-natal e pós neo-natal. Está registado. Não diga mais essa asneira. E não é preciso ser-se médico para saber isso. Hoje em dia, isso já é considerado cultura geral.

Quanto à questão dos médicos de clínica geral, Sr. Secretário, quero dizer-lhe que no dia 24 de Maio, tivemos oportunidade de discutir isso aqui nesta Sala e debater esse assunto até à exaustão. E nessa altura, o Sr. abandonou a Sala e essa discussão. Portanto, para mim, esse assunto está encerrado.

Nós nessa altura apresentámos alternativas e é falso o que disse aqui!

Nós apresentámos três alternativas:

1.º Que se criassem novos incentivos à fixação de pessoal.

Não só apresentámos também o subsídio de fixação, como demos o montante. E se quiser saber o montante, ele está estipulado na lei regional feita por esta Assembleia. Lá diz como é que é o subsídio de fixação.

2.º Dissemos que se adoptassem medidas que conduzissem a ganhos de produtividade. Aí estamos de acordo e até tenho aqui um recorte do Sr. Secretário, por altura da tomada de posse do conselho de administração da Praia da Vitória, em que também já diz que é preciso haver ganhos de produtividade.

3.º Pelo recurso à clínica privada. A Lei de Bases prevê, a Lei do Serviço Nacional prevê e a Lei do Serviço Regional de Saúde também deveria prever, se já tivesse feito o que não está feito, há muito tempo. Mas sobre esse assunto, ficamos conversados.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social *(António Meneses):* Não estamos, não!

O Orador: Já que o Sr. Secretário disse que pensou em não vir perder tempo para aqui, porque o Governo Regional tem muito que fazer, eu gostava de fazer-lhe a seguinte pergunta:

O que é que fez na sua Secretaria?

Eu tive o cuidado - perdi uma hora mais ou menos - do meu trabalho, a verificar o que é que os Srs. Membros do Governo tinham feito. E cheguei à conclusão que este Governo, até este momento, fez 48 resoluções; dessas, nenhuma se refere à Saúde; fez 93 despachos normativos, 91 são da responsabilidade do Sr. Secretário das Finanças a transferir verbas dum lado para outro. E um é da sua Secretaria que aprova a regulamentação da deslocação dos médicos em acções de formação; de 13 decretos regulamentares, o Sr. Secretário tem um único decreto a regulamentar a "Doença do Machado" e mesmo assim, fê-lo com um atraso de 60 dias, relativamente àquilo que a Assembleia tinha determinado.

Portanto, se o Sr Secretário é uma pessoa tão ocupada, o que é que andou a fazer, pois medidas de Saúde não tomou nenhumas, Possivelmente andou a gerir a crise da sua Secretaria.

Por último, Sr. Secretário, eu quero referir que a quando do debate do Plano e do Orçamento, ouvi com atenção, como sempre, as intervenções dos Srs. Deputados do PSD, Álvaro Manito e Isaltina Amaral, sobre Saúde. Ambos, foram unânimes em reconhecer a importância da realização das acções de formação e actualização profissional dos técnicos de saúde.

Como justifica, Sr. Secretário, (talvez não tenha justificação!) que tendo ocorrido as III Jornadas dos Médicos de Clínica Geral, em Angra do Heroísmo, nos dias 5, 6 e 7 de Maio; tendo o Sr. Secretário feito um despacho que dava dispensa de serviço a toda a gente, que dava todas as condições para que as pessoas participassem; tendo esta Região 126 médicos de clínica geral, só tenham estado presentes 18? E da Ilha de S. Miguel, que é a que tem mais médicos, só foi 1? Como é que justifica isso, Sr. Secretário?

Será que a desmotivação do pessoal da Saúde, que há pouco eu referi, é realmente verdadeira?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social *(António Menezes):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Fernando Fonte fica extremamente nervoso quando eu estou presente e entro nos debates. E penso que só fica calmo e a funcionar na sua velocidade de cruzeiro, quando eu não estou na Sala. Aí então está à vontade. Mas quando eu estou fica muito nervoso.

Eu gostava de fazer um esclarecimento e também um pequeno "protesto", pois eu não abandonei sala nenhuma. Nessa altura estava o Governo reunido em Conselho, a elaborar...

Deputado Fernando Fonte *(PS):* Ah, estavam a dar dinheiro!

O Orador: ... o cenário dos valores finais do Plano a Médio Prazo e eu tinha nesta Casa, o diploma da lista de utentes, vim aqui apresentá-lo, estive aqui algum tempo e o Sr. Deputado fez uma intervenção perfeitamente inócua, Houve vários deputados que estiveram em debate e a certa altura, porque me pareceu que o assunto estava encerrado (e não estava), e com a concordância da liderança do Grupo Parlamentar do partido que apóia o Governo, ausentei-me para aquela reunião que era importante.

O Sr. Deputado, quando me viu sair nessa altura, aproveitou e pediu a palavra e "descascou o pessegueiro". Mas eu gosto que o Sr. Deputado "descasque o pessegueiro" quando eu estou aqui, para que eu também lhe possa dar com as "raspas".

Em relação à questão dos despachos normativos e dos decretos legislativos, há para aí uma confusão muito grande. É que não se governa só por despachos e só por diplomas. Governar é uma acção contínua. Os decretos são actos normativos. Quando é preciso criar lei, nós apresentamos as propostas de lei. Aliás, propostas essas, que o Sr. Deputado e o seu partido encarregaram-se de inviabilizar pelo menos uma delas.

Temos outras propostas de diploma que estão em apreciação na comissão parlamentar e, por consequência, nós não defendemos a tese de legislar por legislar, nem da super produção legislativa, porque não se mede a acção governativa dum Governo, pelo número de decretos que são publicados, mas sim pelos resultados e pela eficiência final e ainda pelo voto que o povo dá pela apreciação que faz da actuação do Governo.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em relação às acções de formação, como eu já lhe disse e tive oportunidade de o demonstrar e as contas da Região demonstram-no, temos tido uma grande preocupação na acção de formação.

Em relação a esta acção onde eu estive presente, o Sr. diz que estiveram 18 médicos. Eu estive na sessão de abertura e na acção de encerramento destas jornadas e vi o anfiteatro da Escola Superior de Enfermagem de Angra, que tem uma capacidade de 250 ou 300 pessoas, pelo menos pela metade. O Sr. diz que foram 18, o problema é seu.

Deputado Fernando Fonte *(PS):* Porque será, Sr. Secretário? Será que eles estão motivados?!

O Orador: De qualquer maneira, a obrigação do Governo e da Secretaria é promover as acções de formação. E isso, fizemos. Apoiamos essa acção de formação, fizemos como o Sr. Deputado disse, despachos a autorizar a dispensa de serviço, facilitámos a deslocação das pessoas. Agora, se há pessoas que não querem frequentar acções de formação, a culpa não é do Governo. O Sr. Deputado não tem que se virar para mim, tem é que se virar individualmente para cada um deles - e alguns deles são seus conhecidos e amigos de longa data.

Muito obrigado.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Rui Pedro Ávila pede a palavra para?

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Para pedir esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Há bocado, se eu percebi bem, poderá ter ficado a ideia de que algumas vezes se pede pediatras para a ilha, mas como não pode haver pediatras para as ilhas todas, ginecologistas, uma das coisas que quem é pai sabe o que é...

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* E quem é tio?!

O Orador: Mas o que eu quero dizer, para que não fiquem dúvidas, o Sr. Secretário se bem se recorda, em Outubro de 1991, em frente ao sítio onde hoje está sendo construído o Centro de Saúde de S. Roque, e dentro do conselho de administração daquele Centro de Saúde, uma das questões que se pôs, calmamente mas com bastante preocupação, foi e é sempre a mesma: já que - e volto novamente a frisar e a pôr como ressalva - assim não entendeu o Governo, ou seja, criar os hospitais de ilha, já que as mães do Pico têm que se deslocar, e abro aqui um parêntesis para referir que há funcionárias (técnicas, parteiras) pagas na ilha, só para situações... que a gente sabe como é e que custam muito dinheiro. O que eu digo é sempre a mesma coisa: vamos criar condições minimamente decentes, vamos fazer uma triagem, dentro dos agregados familiares com menos posses, para que realmente as pessoas possam - já que têm que ir para o Faial - ter o mínimo de dignidade, para que acompanhe a mãe pelo menos um membro da família. É apenas e sempre esta situação que se põe, Sr. Secretário.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social *(António Menezes):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta pergunta é uma pergunta séria e à qual eu vou responder, porque é realmente uma questão preocupante.

Como eu acabei aqui de expor, tem que haver uma escolha e uma decisão que tem consequências.

Como já vimos, temos uma mortalidade infantil que desceu até valores que são bastante aceitáveis, mas para baixarmos este valor, temos que actuar, fundamentalmente, na questão da mortalidade perinatal. E para isso, temos que intervir muito na fase de acompanhamento da grávida, no período imediatamente antes do parto e na altura do parto. Porque, efectivamente e graças a Deus, a maior parte dos partos são normais, mas o que contribui para a taxa de mortalidade - já que estamos num valor muito baixo - são os acidentes que podem ocorrer nas vésperas do nascimento, na altura do nascimento e nos dias imediatamente subsequentes. E para resolver esse problema, só em unidades que tenham neonatologia, pediatras,

obstetras, anestesistas, enfermeiras altamente especializadas e é perfeitamente impossível, ter estruturas destas ao nível de ilha - é impossível!

Das duas uma: ou as nossas mulheres continuam a ter os filhos nas ilhas e aí será a natureza a operar, aqueles que nasceram bem nasceram, eu também nasci em casa dos meus pais,...

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Eu também e estou bem vivo!

O Orador: ...não nasci em hospital e, possivelmente, muitos dos que estão aqui presentes também nasceram em casa e estamos todos muito saudáveis, porque fazemos parte - graças a Deus - da maioria dos partos que correm bem e aqueles que nascerem com problemas, a natureza encarregar-se-á deles; ou então vamos actuar no sentido de diminuir, drasticamente, a mortalidade infantil e isso só é possível fazer-se em unidades de saúde altamente especializadas, porque nós aqui nos Açores o máximo que podemos ter, são três unidades dessas, ou seja, em S. Miguel, na Terceira e no Faial.

A questão, por isso, põe-se - concordo com o Sr. Deputado, é uma preocupação nossa - ao nível de criar condições para dar um bom acolhimento às grávidas e aos seus familiares, no período imediatamente antes do parto e na altura do mesmo. Aumentando, com certeza, duma forma diferente do que aquela que é feita em relação ao comum dos utentes, as comparticipações da permanência, eventualmente a criação de lares, nestas três cidades, onde possam ser albergadas as pessoas com menos recursos para poderem ter assistência e, efectivamente, outros mecanismos.

Simplesmente, nós temos aqui uma realidade que nos penaliza, que é o facto de nascermos em ilhas e, por consequência, há aqui esta situação em que das duas uma: ou continua a situação como está e nós não podemos baixar muito mais do que isto, ou se efectivamente teremos que reduzir drasticamente a mortalidade infantil, - os técnicos e toda a gente defende esta tese.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Srª. Deputada Fátima Oliveira.

Deputada Fátima Oliveira (PSD): Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Dizem os especialistas que a imobilidade ou a estaticidade podem criar malformações piores do que as congénitas.

Vivi os primeiros oito anos do nascimento da vida autonómica com todo o entusiasmo, pondo nessa vivência toda a dedicação com que me entrego áquilo que faço, obviamente que condicionada às minhas próprias limitações.

Em 1984 regressei à minha vida normal de cidadã reintegrando-me no meu meio sócio-profissional. Então, pude, de novo, olhar e observar a política com os olhos da cidadã comum, sentir as suas dificuldades nas agruras do quotidiano e retomar de forma contínua o acompanhamento das suas reacções, partilhando-as sob a sua perspectiva. Esta situação de privilégio, de quem esteve e de quem já não está, permite uma avaliação mais rica e profunda dos riscos que corre a denominada classe política de uma situação de divórcio, de facto, entre ela e o povo. Permite avaliar melhor qual a responsabilidade partidária de estabelecer o diálogo entre o poder - governo, e o poder-oposição com o povo que o elegeu.

Permite ainda avaliar com maior rigor a maturidade política e o cada vez menos espírito partidário clubista do nosso povo em oposição a um espírito cada vez mais crítico , rigoroso e exigente relativamente aos eleitos pelo seu voto, distinguindo, com uma objectividade, **que, muitos dos que se embrenham na vida política, deveriam invejar,** a demagogia do realismo; a crítica fácil das dificuldades do construir; do oportunismo político de uns ao trabalho árduo de outros; das promessas vãs às realidades concretas do seu dia-a-dia; da justa e injusta repartição do muito ou pouco que se tem, em partilha fraterna de unidade alicerçada na visão global do todo ou das partes.

Retomar esta vida normal de cidadão é uma experiência enriquecedora e que, francamente, nada me repugnaria ver até consignada em imperativo legal.

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Regressar a esta Casa após oito anos de ausência trouxe consigo uma pontinha de emoção, de saudade, de expectativa mas também de estupefacção e perplexidade.

A perplexidade e a estupefacção começo a senti-las quando olhando para as bancadas da oposição, na sua globalidade, detecto que nelas se sente o mesmo apego ao poder de que acusam o partido do Governo, quando observo que alguns deputados que

exigem certas renovações de pessoas no PSD estão nesta Casa há tantos anos quantos os da idade cronológica e etária da Autonomia, que o "25 de Abril" trouxe como uma das duas mais preciosas conquistas para os Açores.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: A perplexidade aumenta quando verifico que os "pseudo únicos guardiões" do regime democrático autonómico tomam a sua antiguidade nesta Casa como um posto militar e que os novos recrutas (leia-se novos deputados) terão que pôr-se em sentido e "medirem" ouçam bem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que dizem. Era só o que faltava que um recém eleito deputado ousasse falar de igual para igual com um deputado em período de pré-reforma:
- Cuidado Sr. Deputado, veja como fala... Era só o que faltava... Aqui ainda há quem seja capaz de pôr os pontos nos is! (citei, Srs. Deputados).
Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:
Confesso-vos que fiquei estarrecida, e cheguei a uma triste conclusão que não quero de forma alguma generalizar: na oposição há muita e boa gente que tem tanto ou mais apego ao poder do que aquele de que acusam o partido maioritário. Como, mesmo dentro desta Casa, onde o poder executivo não se exerce, se perde a noção de que o poder democrático deixa de ter sentido *quando não se detém como* **algo que é transitório, como quem é mandatado, a prazo, para prestar um serviço!...**

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Observando, minuciosamente, os rostos dos deputados que, pela primeira vez tomaram assento neste parlamento, costumo ser boa observadora, descortinei muitos olhares de perplexidade e de uma certa frustração e fiquei a magicar que, afinal, eu talvez não fosse apenas uma saudosista a quem a (in)volução perturbava.
Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Não me preocupei em olhar para as expressões dos ilustres membros desta Câmara mas, é claro, que já muitos dos excelentíssimos colegas terão perguntado: O que tem isto a ver com o acontecimento que é o da Moção de Censura - que eu já nem sei se é uma moção de censura ou se é uma sessão de perguntas ao Governo - que os Partidos da oposição, no pleno uso das suas competências estatutárias e regimentais, trouxeram a esta Câmara?

Diga-se de passagem, numa sessão em que, francamente, seria precisa muita imaginação para ir além das repetidas e estafadas críticas que se reproduzem "geneticamente, sem qualquer alteração crossomática"! E, se a memória me não falha, já muitas delas repetidas há 16, 14, 15, etc., anos atrás.

Vozes do Governo. Muito bem! Muito bem!

(Aparte inaudível do Deputado Fernando Fonte)

A Oradora: Só que os Srs. não são capazes de inovar! Nem sequer as perguntas nem as críticas!

(Risos do Governo)

(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)

A Oradora: O Sr. apenas herdou! Nem sequer foi capaz de inovar!

(Risos do Presidente do Governo Regional)

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Traz a oposição, aqui e agora, uma moção de censura ao Governo Regional trazendo como pano de fundo a ética política, a ética pessoal, governativa, etc., etc.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quanto a questões de ética pessoal e política, são noções que muitos utilizam de acordo com as circunstâncias e as suas próprias conveniências pessoais e, neste caso concreto, conveniências políticas. Porque para

julgar sobre ética, é necessário tê-la e não só tê-la como é igualmente necessário demonstrá-la nos momentos fáceis e nos momentos difíceis.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Por isso, Srs. Deputados da oposição, onde estão as provas da vossa ética política? Aqui e agora, na apresentação desta moção de censura?
Onde estão as provas da vossa ética moral e política ao apresentarem, nesta altura e nestas circunstâncias uma moção de censura ao Governo Regional ou uma sessão de perguntas?
Caríssimos Srs. Deputados da oposição, porque só agora, após um acto eleitoral que deu uma maioria sólida ao PSD, apresentam uma moção de censura quando Vossas Excelências desde há muito o ameaçavam fazer?
Deputado Fernando Fonte *(PS):* Não estão a inovar nada, filha!
A Oradora: Não tenho culpa, filho!
Não costumo tirar a papel químico nem andar a vigiar aquilo que os outros escrevem, como o Sr. Deputado costuma fazer.

(Risos do PSD e do Governo)

Se são coerentes e politicamente responsáveis - a grande maioria dos deputados das bancadas da oposição estava aqui, no último mandato - e já que no último ano desse mandato tiveram uma maioria, que me escuso a qualificar, porque não o fizeram então? Porque não apresentaram uma moção de censura quando então podiam derrubar o Governo?
Secretário Regional do Turismo e Ambiente *(Eugénio Leal):* Porque não tinham legitimidade!
A Oradora: Insisto, porque não o fizeram no período final do último mandato, aí sim, assumindo, democrática e corajosamente, as consequências constitucionais e democráticas de um governo que, já então, e quase só pelos mesmos argumentos, não merecia a vossa confiança política?

Porque só o fazem agora quando sabem, antecipadamente, que a vossa proposta de censura será derrotada?

(Risos do Presidente do Governo Regional)
(Apartes inaudíveis do Deputado Fernando Fonte)

A Oradora: Sr. Deputado Fonte, os seus comentários apenas me honram a mim e aos Srs. Deputados do PSD da Ilha Terceira, aos quais os Srs. fazem, continuadamente, namoro cerrado! Não sei porquê!
Secretário Regional da Agricultura e Pescas *(Adolfo Lima):* Salvo seja!! É um assédio!

(Risos do PSD e do Governo)

Deputado Fernando Fonte *(PS):* Não fui eu com certeza!
A Oradora. Então se não foi o Sr. foi outro Deputado da sua bancada. Peço-lhe desculpa!
Há dois anos atrás então, sim, teriam demonstrado sentido de responsabilidade e de coragem política. Teriam tido oportunidade de demonstrar à sociedade a vossa capacidade de assumpção das consequências resultantes duma atitude de coerência política entre as palavras e os actos. Teriam então tido oportunidade de demonstrar aos açorianos a vossa capacidade de governar os Açores, sobretudo, numa época de crise e, talvez, eles então o esperassem de Vossas Excelências.
Quem sabe se o tivessem feito, nessa altura, hoje não teriam uma maioria "coesa e credível"... para governar os Açores e gerir a crise, utilizando panaceias milagrosas, encontrando novas fontes alternativas de receitas, etc., etc.? ...

(Risos do PSD e do Governo)

Quem sabe se não teriam dado ao PSD, depois de governar 16 anos - com erros também, mas deixando-vos, mesmo assim, uma obra gigantesca feita - oportunidade

de se sentar, comodamente, nas cadeiras macias da oposição e, talvez, até tomar-lhe o gosto que não parece ser de todo desagradável?

(Risos do PSD e do Governo)

Sr. Presidente, Srs. Deputados:
Uma oposição que, durante quase dezassete anos, nunca o soube ser, nunca se soube tornar alternativa credível, apresenta agora uma moção de censura a um governo legitimamente constituído, com uma maioria muito mais alargada do que na última legislatura, só pode ser considerada, apesar da sua legitimidade, como oportunista, irresponsável e demagógica.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Só que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a oposição se esquece que sempre, e em todas as épocas de crise - permito-me aqui recordar a de 8O em que toda a oposição apostava no fraquejar e na incapacidade do PSD e do seu governo para fazer face à catástrofe - o Partido Social Democrata soube encontrar no seu seio, entre os seus militantes e simpatizantes, a força anímica, a arte e o engenho para responder às exigências que as catástrofes, as transformações meteóricas de toda uma sociedade em constantes e profundas mutações e às consequentes exigências permanentes de reajustamento constante, a cada nova realidade.
Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:
Para tal, não precisámos nem precisaremos de fazer alianças contra-natura, não precisámos nem precisaremos de subverter ou de prostituir a nossa própria identidade partidária.

Vozes do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Será, por tudo isso, e muito mais que nunca encontraram o caminho do poder?

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Moção de Censura, se tal fosse regimentalmente possível, proporíamos também nós, não só ao PS, mas a toda a oposição,...

Presidente do Governo Regional *(Mota Amaral):* Muito bem! Muito bem!

A Oradora: ...porque apenas toma iniciativas polémicas nesta Câmara, quando e só quando, se pode esconder atrás das saias da maioria absoluta do Partido Social Democrata, como o passado e o presente largamente o demonstram de forma irrefutável.

As saias normalmente são o lugar onde as crianças se acolhem e se refugiam, para evitarem assumir as suas responsabilidades pessoais.

Mas não se iludam, Srs, Deputados, da oposição também, neste contexto de imensas dificuldades, não vai a maioria social democrata baixar os braços ou virar a cara à suas responsabilidades. Ela vai não só derrotar a vossa moção de censura como as vossas vozes de "velhos do Restelo" que, hoje e aqui, se levantaram clamorosamente, quais profetas da desgraça, como já é tradição nesta Casa e nesta jovem Autonomia.

Muito obrigada.

Vozes e aplausos do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Carlos César pede a palavra para?

Deputado Carlos César *(PS):* Para pedir esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para pedir esclarecimentos.

Deputado Carlos César *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Srª. Deputada Fátima Oliveira:

Por falar em assumir responsabilidades pessoais; por falar no passado e no presente; por falar em capacidade e honestidade; por falar em coerência política; por falar em conformidade das palavras com os actos; por falar em "velhos do Restelo"; por falar em "profetas da desgraça" e por falar num comportamento, quando se está no poder e de outro fora dele, eu gostaria de perguntar à Srª. Deputada se é capaz, hoje, aqui

nesta Câmara, de dizer a mesma coisa que disse quando era só cidadã, há menos de 1 ano e passo a citar:

"Há corrupção no Governo e posso prová-lo!". Disse-o num debate com o Sr. Director Regional, Duarte Mendes, e pergunto a V. Exª., se essa conformidade das palavras com os actos tem o mínimo de consequências, continua a haver corrupção no Governo?

Houve corrupção no Governo? Pode prová-lo? Porque não o faz?! Onde é que está a sua coerência?! É a mesma da bancada com a qual já se parece confundir?

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Oliveira.

Deputada Fátima Oliveira *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É com muito gosto que respondo às questões postas pelo Sr. Deputado Carlos César que, ao fim e ao cabo, se resumem apenas e só numa.

Antes de tudo, permitam-me que vos diga que eu sentei-me, propositadamente, na bancada do Partido Socialista para conhecer qual era o sabor que tinham as cadeiras da oposição.

(Risos do PSD e do Governo)

Depois disso, devo dizer ao Sr. Deputado que como é habitual, os Deputados do Partido Socialista procuram sempre deformar aquilo que é dito. E as gravações estão.

O que eu disse foi que havia corrupção na administração regional. E esta é muito mais lata do que o Governo.

Deputado Carlos César *(PS):* Olhe que eu posso prová-lo!

A Oradora: Lutei contra isso, Sr. Deputado, dentro do meu próprio partido e já o provei, nas instâncias adequadas e as medidas já foram tomadas. Não se preocupe, Sr.

Deputado, porque eu não deixo os meus créditos por mãos alheias, não costumo fazê-lo.

Costumo ser coerente com as atitudes e com a minha prática de vida comum, quer como cidadã quer como Deputada.

Sr. Deputado:

Não se preocupe com as minhas posições, preocupe-se antes com as suas. Siga a receita que há pouco deu ao meu grupo parlamentar, para não nos intrometermos na sua vida político-partidária!

Deputado Carlos César *(PS):* Não é isso!

A Oradora: Eu tenho o mesmo direito que tem o Sr. Deputado. E o Sr. dentro desta Câmara mais não tem feito do que procurar lançar a confusão dentro do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Eu não sei - Sr. Deputado Carlos César - porquê a sua preocupação tão grande com os Deputados do Partido Social Democrata, da Ilha Terceira. Eles são **maiores, vacinados, conscientes e responsáveis.** E tomam as atitudes que muito bem entendem, dentro do seu próprio partido e não precisam de andar à procura de outros partidos, onde encontrem realmente acolhimento.

Por outro lado, Sr. Deputado, eu quero informá-lo que V. Exª. enferma de vícios...

Deputado Carlos César *(PS):* Eles são secretos...!

A Oradora: - e muitos são conhecidos, Sr. Deputado - mas costuma-se dizer na moderna psicologia que as afirmações que se fazem acerca dos outros, não passam duma projecção daquilo que cada um próprio sente que é capaz de fazer...

Deputado Carlos César *(PS):* A Sra. Deputada costuma encontrar-se com psicólogos fora de moda!

A Oradora: ... e é por isso que o Sr. Deputado, ainda há poucos dias no debate do PMP, nesta Câmara, disse que os Deputados do PSD, da Ilha Terceira, se tinham vendido por uns hectares de terreno!

Agora pergunto-lhe eu: quais foram os hectares de espaço político que o seu líder Martins Goulart, com quem cortou relações, lhe deu dentro do seu próprio partido, para o Sr. passar noites - como noticiou a comunicação social - a fazer a Proposta de Resolução e a defesa da mesma, aqui na Assembleia Regional?!

Ou por acaso, o Sr. Deputado considera que é o único que tem o direito a defender e a exigir?

Presidente: Srª. Deputada, agradecia que terminasse, porque está a esgotar o seu tempo.

A Oradora: Acabo já, Sr. Presidente.

Ou é só o Sr. Deputado que tem o direito a exigir que respeitem a unidade do seu partido?

Será que até isso é exclusividade?! Não é, Sr. Deputado!

Isso não é democrático, é monopólio e os monopólios parece-me que estão condenados numa sociedade democrática.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Srª. Deputada Fátima Oliveira ficou verdadeiramente furibunda!

Eu percebo que, de facto, é um embaraço terrível dizer que há corrupção no Governo e depois ter que trocar isso por outras coisas.

Mas cá no meu caso não troquei nada. Primeiro, porque nunca cortei relações com o líder do meu partido, Eng. Martins Goulart.

Deputada Fátima Oliveira *(PSD):* Nem eu!

Vozes do PSD: Oh, Sr. Deputado, nunca?!

O Orador: Nunca!

E em segundo lugar, porque ele não me deu nada que eu aqui não merecesse e não tivesse direito. Nem era capaz de não mo dar ou de me tirar esse direito. É coisa que V. Exª. não poderá, eventualmente ter dito em relação ao seu passado e em relação ao líder do seu partido.

E vou-lhe dizer outra coisa: além de estar furibunda, em matéria psicológica, eu tenho a sensação de que V. Exª. se aconselha com psicólogos fora de moda!

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* Olhe que não!

Presidente: Tem a palavra a Srª. Deputada Fátima Oliveira para dar esclarecimentos, naturalmente.

Deputada Fátima Oliveira *(PSD):* Com certeza, Sr. Presidente e muito obrigada por me ter concedido a palavra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu quero esclarecer o Sr. Deputado Carlos César que eu não fico furibunda por qualquer coisa. Simplesmente, falei mais alto, porque o Sr. pretendia que a sua voz se sobrepusesse à minha. E como as minhas cordas vocais, por enquanto, não estão deficientes, também sei elevar a voz o suficiente, de forma a evitar que a sua se sobreponha àquele que está no uso da palavra.

Por outro lado, se o Sr. Deputado não cortou relações com o líder do seu partido, isso é uma questão que apenas lhe diz respeito e eu tenho aqui procurado - aliás aquilo que lhe disse foi apenas em resposta às suas posições - nunca me meter na vida interna de qualquer outro partido. E devo esclarecê-lo, se tem algumas dúvidas...

Deputado Carlos César *(PS):* Não precisa!

A Oradora: Ah, não quer ser esclarecido, só quer dar esclarecimentos. Mas vai ter paciência e ter que ouvi-los agora, também. Faz parte da arte democrática, Sr. Deputado.

Mas como eu ia dizendo, quero esclarecê-lo que em relação ao líder do meu partido, com ele sempre tive um bom relacionamento. Discutimos muito quando é preciso, mas acabamos sempre por encontrar uma plataforma de acordo. E não sou nem subserviente, mas também não sou demagógica e reconheço-lhe toda a capacidade que ele tem e que os Açores lhe devem, realmente, nestes 17 anos de autonomia, coisa que o Sr. não é capaz de fazer em relação ao próprio líder do seu partido.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Ó César, ficaste por baixo agora!

(Risos da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados, eu gostaria de informar a Câmara que não há mais inscrições na Mesa. Não há realmente mais intervenções na Mesa. E, portanto, não havendo mais inscrições, passaríamos então às intervenções finais, relativas ao nosso debate conforme foi anunciado.

Assim sendo, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

Deputado Martins Goulart *(PS):* Não é possível fazer mais nenhuma inscrição?

Presidente: Sr. Deputado Martins Goulart:

Eu repeti várias vezes que não havia mais inscrições. Ninguém me significou inscrição de ninguém.Eu, daqui de cima, não posso ordenar inscrições.

O Sr. Deputado desculpe...

(Protestos inaudíveis entre as bancadas do PSD, Governo e PS)

Presidente: Sr. Secretário Regional, vamos ver se nos entendemos.

Tem-se vindo a seguir uma praxe que é antiga na Casa e que é regimental, ou seja, a de alternar as inscrições.

Até este momento, usaram da palavra, se bem me parece, 20 oradores. Dessas 20 intervenções, 5 foram do Grupo Parlamentar do Partido Socialista; o Governo já fez, para além da intervenção do Sr. Presidente, 5 intervenções, portanto o Governo já tem 6 intervenções; o Partido Comunista fez 2 intervenções; o CDS fez uma intervenção e o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata fez 6 intervenções. Isto tem vindo a ser alternado na medida do possível e, efectivamente, nesta fase do nosso debate, quem tem menos intervenções é o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Há pouco, creio que o Sr. Deputado que é Secretário terá perguntado se havia mais alguma inscrição. Não sei qual foi a resposta que lhe foi dada.

Antes e há pouco também anunciei que não havia inscrições na Mesa.

Eu não tenho qualquer intuito de sarciar o debate. Agora, a Mesa também não pode ser confrontada com a necessidade de estar a "pedinchar" intervenções.

Quem tem que gerir essa situação das intervenções são os Srs. Presidentes dos grupos parlamentares. E, efectivamente, nesta fase, o que me parece que tinha que haver é chegarem à Mesa inscrições, para se prosseguir o debate. Penso que é tão simples quanto isto.

O Sr. Deputado Martins Goulart pede a palavra com que finalidade?

Deputado Martins Goulart *(PS):* Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Martins Goulart *(PS):* Sr. Presidente, temos tempo ainda para poder fazer um esclarecimento.

Eu tive a informação particular de que pelo menos mais um Membro do Governo ia intervir. E como estamos aqui de boa fé, e não para fazer pequenos jogos, onde alguém está à espera que "n" elementos do PS intervenham, para depois o Partido Socialista, se esgotar o tempo, 4 ou 5 Deputados do PSD sem falarem sem o PS ter tempo, nós de boa fé, porque tínhamos recebido essa informação, e porque a intervenção seguinte do PS que existe, preparada, tinha a ver com a intervenção desse Secretário, que estávamos a aguardar que o mesmo se inscrevesse.

Não havia aqui nenhum jogo de má gestão nem nenhuma situação de oportunismo, simplesmente, o apelo à Câmara é um apelo de pedir inscrições. Se num acto contínuo, o Sr. Presidente decide que já não há mais inscrições É, de facto, complicado.

Portanto, estamos aqui de boa fé, estamos aqui para participar no debate, para enriquecê-lo e não para fazer pequenos "malabarismos", para saber se alguém fica por falar ou alguém fica prejudicado na intervenção.

O Partido Socialista informa a Mesa que tem uma intervenção preparada, para além da intervenção final. Se o Sr. Presidente considera que já não é oportuno que essa intervenção se faça, então ficamos assim, mas estávamos de boa fé, à espera de que um Membro do Governo, que ainda não interveio neste debate e que também é visado na moção de censura, que particularmente disse que tinha uma intervenção, e pelo facto de não se ter inscrito, julgamos que o jogo de "foge e de esconde", o jogo

menos claro na condução deste processo, não está na incapacidade de gestão do Partido Socialista, está sim no "ilusionismo" do Governo.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados:

Eu gostaria de ser muito claro e gostaria também, desde já, de dizer com toda a clareza ao Sr. Deputado Martins Goulart que se está de boa fé, agradeço que me faça o favor de admitir que eu também estou de boa fé.

Eu não anunciei, **acto contínuo**, a passagem às intervenções finais.

Eu disse por três vezes que não havia inscrições na Mesa. E ninguém se manifestou. Eu não tenho que saber se há - porque não tive sequer qualquer comunicação particular - mais intervenções preparadas de quem quer que seja.

Portanto, não posso obrigar ninguém a intervir. Aliás, ainda há pouco, perguntei a um Sr. Deputado se queria intervir. Disse-me que não intervinha ainda. Bom, a certa altura... a Mesa é que não pode ser "Mesa" e ao mesmo tempo intervir. Nem posso, de maneira nenhuma, obrigar a que o partido A, o Governo ou quem quer que seja, apresentem as suas inscrições.

Não duvido que estamos todos de boa fé. Mas o Sr. Deputado Martins Goulart far-me-á o favor de admitir que estamos todos de boa fé. E, posto isto, no caso concreto, eu continuo sem ter nenhuma inscrição. Não tenho qualquer problema em aceitar inscrições, porque uma coisa é anunciar intervenções finais, outra coisa é anunciar votações. As votações é que impedem que se continue. Como ela não foi anunciada, estamos sempre a tempo de, nesta fase, voltar ao debate. E, portanto, não tenho qualquer dúvida sobre esta natureza.

Quero, porém, deixar claro que, efectivamente, não havia inscrições e foram pedidas três vezes e ninguém se inscreveu. E só nessa base é que avancei. Mas não tenho qualquer problema em retrocedermos, retomarmos o nosso debate e passarmos, depois, às intervenções finais. Só que agora, tenho uma inscrição feita pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente pediu a palavra com que finalidade?

Secretário Regional do Turismo e Ambiente *(Eugénio Leal):* Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente *(Eugénio Leal):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria que a Mesa me informasse depois das dez horas, quando retomámos os nossos trabalhos, quantos Membros do Governo e de cada um dos partidos intervieram?

Presidente: Depois das dez horas, usou da palavra, como primeira intervenção, o Sr. Deputado José Humberto Chaves; em seguida usou da palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura; depois usou da palavra o Sr. Deputado Artur Martins; logo depois, o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social e a seguir, usou da palavra a Srª. Deputada Fátima Oliveira.

Esta foi rigorosamente a ordem, por que se usou da palavra, houve depois debates - se quiserem - à volta do Sr. Deputado José Humberto Chaves, em que houve vários pedidos de esclarecimento. À volta do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura houve vários pedidos de esclarecimento, o mesmo acontecendo ao Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social e à Srª. Deputada Fátima Oliveira.

Portanto, nestas circunstâncias, tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma intervenção.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Esperavam escapar desta, mas parece que não escapam.

(Risos do PS)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No momento do exercício, por esta Assembleia e pela primeira vez na sua história do seu poder mais relevante, em matéria de fiscalização da acção governativa - a moção de censura - parece-me especialmente oportuno (a alguns parece oportuno ir saindo)

invocar alguns dos princípios basilares, sobre o controle democrático do poder e sobre o controle do poder democrático, recorrendo aos ensinamentos de dois eminentes teorizadores da democracia. São eles o português Raul Proença e o francês Montesquieu.

Embora separados por dois séculos de história e pela diferente projecção da sua obra e pensamento, Montesquieu é referência universal sobre o poder político com o seu espírito das leis; e Raul Proença bem merecia ser ponto de referência nacional sobre aqueles temas. Filiam-se, porém, ambos na mesma escola que considera a necessidade do controle de todo o poder político, como a pedra angular da democracia.

Comecemos, assim, pelo nosso quase contemporâneo Raul Proença, que tendo vivido entre 1884 e 1941, foi um republicano independente, um dos primeiros propagandistas da República no final do século passado, um dos críticos mais acutilantes dos seus males, mas também seu intransigente defensor, contra as tendências ditatoriais triunfantes no final da década de 20, tendo morrido quando a democracia purificada pela hecatombe da 2ª Guerra Mundial havia de renascer com novo vigor.

Afirma ele nas suas páginas políticas, fazendo-se eco do pensamento dos escritores da Escola Democrática Liberal, como Locke, David Hume e Stuart Mill:

"Desde que há homens que governam e outros que são governados, é duma necessidade inelutável que os primeiros criem interesses, não só diferentes, como opostos aos dos segundos.

Não há, assim, na qualidade de governante, uma virtude de posição, mas um vício de posição. A sua posição é tal, que a sua perspectiva não pode deixar de ser falseada e pelo simples facto de exercer o poder, de abusar do poder". E acrescenta Raul Proença, incisivamente: "nada mais errado do que pensar que o regime republicano democrático, supondo necessariamente o controle, exclui "ipso facto", os abusos do poder. É uma confusão perigosa entre o facto e o direito, porque a república democrática supõe, sim, o direito do controle, não o exercício do controle. Assim, se um povo está no pleno gozo dos seus direitos, mas não usa deles, se se desinteressa da massa dos negócios públicos, não vigia constantemente os homens da governação,

estes encontrarão, necessariamente, na falta de controle efectivo, motivo suficiente para praticar todos os abusos do poder". Foi isto mesmo que compreendeu, quem escreveu que "um povo que adormece sob a liberdade conquistada, acorda na servidão".

E Raul Proença conclui, baseando-se no comum acordo de todos os teorizadores dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX:

"Não há governos democráticos. Há regimes democráticos, o que é diferente.

Todo o governo é autocrático, tanto quanto deixam sê-lo".

Eu repito para os mais interessados e mais receptivos a estas palavras:

"Não há governos democráticos. Há regimes democráticos, o que é diferente.

Todo o Governo é autocrático, tanto, quanto deixam sê-lo".

Em abono da sua opinião, cita Raul Proença a seguinte afirmação de Montesquieu: "é uma experiência eterna, a de que todo o homem que tem poder é levado a abusar do mesmo. Ele vai até ao ponto em que encontra limites. Para que seja impossível abusar do poder, é preciso que pela disposição das coisas, o poder sirva de freio ao poder". Daí, precisamente, a sua teoria da distribuição vulgo de separação de poderes ou potências, como lhe chamava.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em face desta genuína perspectiva democrática, sobre o poder e a teoria do equilíbrio e contrapeso dos poderes políticos, como devemos classificar o regime em que o Governo vive, sem sujeição efectiva, ao controle de qualquer outro poder? Que utiliza os órgãos de fiscalização democrática como instrumentos para se prevenir contra a fiscalização efectiva de ordem política ou de ordem jurisdicional? Que aproveita todas as oportunidades para invadir as áreas de competência de outros órgãos ou se aproveita das suas limitações e insuficiências para se furtar a todo o controle e fiscalização?

Não é nesta situação de total impunidade, procurada ou explorada, que sobrevive o Governo Regional há 17 anos?

Sr. Presidente, Sras. E Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esquecendo, deliberadamente, situações mais antigas, atenhamo-nos apenas a fases mais recentes.

Recuemos somente, até Novembro de 1991. Exactamente a 4 daquele mês, o Grupo Parlamentar do PS solicitava por ofício ao Presidente desta Assembleia, para informar o Exmº. Presidente do Governo Regional que nos estrito exercício das competências dos seus deputados (artº 20º, nº1, da Lei 9/87, de 26 de Março) tinha decidido contactar em cada ilha as Secretarias, institutos e outros serviços da administração regional, no âmbito do seu trabalho de preparação do debate do Plano e Orçamento para 92, com o fim de se inteirar em pormenores da execução do PMP 89/92.

Com a naturalidade de quem se identifica com um cartão que impõe a todas as autoridades a sua colaboração com o portador, quando no exercício das suas funções ou por causa delas, sugeria-se uma solução prática para a marcação das datas de cada visita.

Para espanto e pasmo dos peticionários, a resposta do Exmº. Sr. Presidente do Governo Regional transformava aquela questão, meramente prática, num intrincado problema jurídico-constitucional.

Com o escrúpulo jurídico que o próprio Tribunal Constitucional lhe tem reconhecido, ao longo de todos estes anos, respondia assim Sua Exª.:

"Prestei ao assunto a melhor atenção e determinei, imediatamente, que as suas implicações jurídico-constitucionais e estatutárias, fossem estudadas em profundidade.

Rogo a V. Exa. (ao Sr. Presidente da Assembleia Regional) "o favor de compreender que a iniciativa dos Srs. Deputados do PS obriga a uma ponderação cautelosa que tenha em conta o funcionamento correcto das nossas instituições, dentro do respeito de princípio fundamental da separação dos poderes (Constituição - artº. 114º) - mal citado, mas enfim, é o que lá está. "Os dados até agora recolhidos não são ainda suficientes para responder à questão de fundo apresentada.

O Governo procura, designadamente recolher o parecer de pelo menos um abalizado constitucionalista, com reconhecida autoridade.

Logo que obtiver resposta às solicitações feitas, voltarei de novo a escrever".

V. Exas., por acaso, escreveram?

Sua Exª. também não!

Provavelmente, continua atarefadíssimo, a recolher pareceres de todos os abalizados constitucionalistas portugueses.

Desconheço se Sua Exª. resolveu o tormentoso problema jurídico/constitucional/estatutário. O que posso confirmar é que há cerca dum mês, os Deputados do PS eleitos pela Ilha Terceira, conseguiram autorização de acesso aos segredos de Estado do - imaginem! - "Matadouro de Angra do Heroísmo". Não sem que antes, tenham sabido de ordens e contra-ordens, sobre a possibilidade de penetrarem na reserva da administração regional que é o Matadouro.

Por pouco não acontecia que os Deputados do PS se viam abrir-se-lhes as portas de **todas as instituições** da Ilha Terceira, excepto daquelas que têm precisamente por missão fiscalizar - as entidades dependentes do poder público regional.

Não se pense que estes afloramentos de concepções terceiro-mundistas sobre o funcionamento da democracia, são explicáveis num contexto dum período especialmente conturbado das relações desta Assembleia com o Governo Regional, de forma nenhuma. Correspondem, sim, a uma atitude de princípio que se repete em todas as circunstâncias.

Não esqueçamos o comportamento do Presidente do V Governo Regional, que prolongou até à véspera da abertura solene desta Assembleia, a campanha de calúnias e difamação iniciada contra o órgão máximo da autonomia mais de um ano antes.

Não teve mesmo qualquer rebuço em afirmar, cito, "que o Parlamento Regional tem prejudicado a acção governativa" e fazer disso argumento para reforço dos poderes do Governo Regional, em detrimento desta Assembleia, para que (pasme-se!!) "a Região tenha condições de governabilidade". Só assim, (volto a pasmar!) "a Região ficaria equipada com meios para agir com rapidez".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem a menor a preocupação de referir todas, ou sequer a maior parte das manifestações dessa obstinação cega contra esta Assembleia, vou acrescentar mais dois episódios deste Governo e desta maioria, na tentativa sempre renovada de diminuir a instância parlamentar de fiscalização e debate político.

O primeiro desses episódios é a aberração da tomada de posse do Governo, antes da abertura da Assembleia, perante a qual é responsável. Tratou-se da tentativa de

transformar em situação de direito, durante um curto período, a situação de facto vivida, permanentemente, pelo Governo Regional.

Será talvez desnecessário repetir, aqui, os argumentos que na altura própria, já desde 1984, venho utilizando para denunciar este atropelo.

Parece-me, porém, especialmente oportuno retomar as afirmações do analista político, António Barreto, que constam de obra lançada no mercado já este ano. Diz ele:

"Em Novembro de 1991, tem lugar um acontecimento notável, embora desapercebido. No seguimento das eleições de Outubro anterior, tomou posse o Governo. O novo parlamento ainda não tinha reunido e os deputados ainda não tinham tomado posse. Só uns dias depois, é que a Assembleia da República entraria em funções, aliás um mês depois de ter sido eleita.

O Governo quis que os actos tivessem esta sequência. O Presidente da República deu posse, sem ter oposto qualquer reticência, não se sabendo se viu o que estava a fazer, partido e deputados da maioria e a posição não realizaram o que se passava. Na verdade o que se verificava era simples: era a demonstração da independência do Governo, isto é, porque não necessita do parlamento para nada.

Ao mesmo tempo, confirmava-se o facto de os deputados não reunirem após eleições por direito próprio, mas tão só, condicionados por inúmeros constrangimentos.

Não esqueçamos que quando fica dito que se aplica à Região, ao contrário da República, o Governo depende exclusivamente da Assembleia. E em vez de um regime semi-presidencialista, vigora o regime parlamentar puro".

Segundo episódio.

Fazendo-se eco de disposições da revisão constitucional de 89, a proposta de revisão estatutária aprovada em 90 nesta Assembleia, incluía os seguintes artigos que vinham pôr cobro à situação de real incapacidade da Assembleia, para exercer com eficácia as suas obrigações institucionais de acompanhamento da actividade governativa.

Cada grupo ou representação parlamentar tem direito a dispor de locais de trabalho na sede e restantes instalações da Assembleia, bem como de pessoal técnico da sua confiança que a lei determinar. E ainda, os trabalhos da Assembleia e os das suas Comissões, serão coadjuvados por um corpo permanente de funcionários técnicos e

administrativos e por especialistas requisitados ou temporariamente contratados no número que a Mesa considerar necessário.

O desejo de eternizar a actual situação de "handicap" institucional desta Assembleia é tão grande, que levou o PSD a não transcrever estas disposições na sua actual proposta de revisão estatutária. Não obstante, uma delas ser explicitamente aplicada à Assembleia Regional pela própria Constituição. Acto falhado, obviamente, mas já há muito Freud demonstrou que "nada é tão expressivo como um acto falhado".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se estes factos comprovativos da posição de princípio de considerar o Governo acima da fiscalização democrática tem ressaibos de terceiro-mundismo ou de "república dos ananáses"...

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Isso é piadinha!

O Orador: ... o facto que a seguir vou referir, tem um registo mais dramático. Com efeito, já não se trata apenas de nos depararmos com o fiscalizado, a tentar evitar a fiscalização. Mas da confissão do fiscal, a reconhecer a sua incapacidade para fiscalizar.

Quase toda a gente sabe que o PS-Açores desenvolveu diligências junto da Secção Regional do Tribunal de Contas, para o exercício de competências fiscalizadoras sobre ilegalidades cometidas por este Governo Regional. Aquilo que poucos conhecerão, porém, é o conteúdo literal da resposta do Tribunal. A sua leitura, porém, é dos testemunhos mais elucidativos de uma sociedade que reduz a sua vivência da democracia, a um sistema de rituais úteis, mas fúteis, como alguém os classificou. Úteis, porque o legitimam; fúteis, porque não são criativos, não cumprem as suas funções de fiscalização e em nada contribuem para a transparência da vida pública e para o melhoramento do sistema do Governo.

Eis a parte essencial do texto de resposta do Juiz Conselheiro, José Faustino. Depois de referir "o princípio de que o interesse público exige e o regime constitucional da democracia económica e divisão dos poderes do estado impõe que o Tribunal de Contas, como órgão supremo de fiscalização das despesas públicas, disponha de meios para poder, com eficiência e isenção, exercer as funções que lhe competem, de forma a dar resposta pronta e eficaz às exigências que os cidadãos, directamente ou

através dos seus legítimos representantes, têm direito de ver concretizadas", depois de reconhecer esse princípio, reconhece também que a situação actual do Tribunal de Contas na Região, "é de quase inoperatividade por negligência do poder político em aprovar as propostas ou em emitir legislação que cria condições para a fixação de técnicos". E acaba por lamentar que a falta de meios humanos, não permite que ele proceda a uma averiguação daqueles factos e de outros que com eles possam estar relacionados, ou que deles tenham sido causas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar de todas estas limitações de actuação, da Secção Regional do Tribunal de Contas, achamo-nos confrontados com a seguinte situação paradoxal: apesar de adoptar um modelo de fiscalização caracterizado por uma condescendência quase ilimitada e que se move dentro de limites bem estreitos, a Secção Regional do Tribunal de Contas não consegue fazer-se respeitar, talvez por isso mesmo, pelo Governo Regional. Comprovemos o desplante:

No capítulo das conclusões do parecer daquele Tribunal, relativo à Conta da Região de 1987, anotavam-se os seguintes reparos, cito:

"1. Sendo a Conta da Região omissa quanto à situação de tesouraria, não é possível a esta Secção Regional confirmar o saldo apurado.

2. Sobre o título - "Conta da Região/organização" - afirmava-se: "é imprescindível a publicação de normas sobre a organização da Conta da Região".

3. Sobre o título - "Conta da Região/informações complementares" - estipulava-se: "a Conta da Região deverá conter informações complementares, nomeadamente nas áreas de tesouraria, balanço entre valores activos e passivos da Região, situação patrimonial, situação financeira de todo o sector público regional, subsídios".

Noutro número mencionava-se, ainda, a ausência dos mapas globais referentes às autarquias locais. Tudo isto, repete-se, "consta do parecer sobre a Conta da Região de 1987, a primeira a ser submetida a apreciação do Tribunal e a única em que aquela entidade levou a sua benevolência ao ponto de declarar a conformidade da Conta da Região com as leis de execução orçamental, apesar de todas as irregularidades acabadas de mencionar, ultrapassarem aspectos de mero rigor formal".

No parecer sobre a Conta da Região referente a 1990, proferido em 24 de Julho de 1992 pela Secção Regional do Tribunal de Contas, registam-se as observações e recomendações seguintes:

"1. À semelhança de anteriores pareceres, enquanto se mantiver a ausência de informação acerca da situação de tesouraria, não é possível confirmar os saldos apurados.

2. Continua a recomendar-se - pacientemente, acrescento eu - "a publicação de normas sobre a organização da Conta da Região".

A impaciência até seria explicável, quando se vem recomendar que a Conta da Região "passe a englobar análise da execução física e financeira do Plano Regional".

Em jeito de conclusão, entre agastada e resignada, a Secção Regional do Tribunal de Contas resume assim, a sua batalha infrutífera em quatro pareceres consultivos:

"Este parecer não deixa de estar limitado, à partida, pela não inclusão na Conta da Região de elementos relativos a aspectos importantes da actividade financeira da Administração Regional, como sejam as áreas de tesouraria, situação patrimonial, situação financeira do sector público regional e subsídios, bem como análises relativas à execução do Plano Regional e aos fluxos de verbas provenientes de fundos comunitários" - tudo piorou!

E remata:

"Desta forma, os principais reparos a fazer, são idênticos aos já tecidos nos pareceres sobre as Contas da Região de 1987, 1988 e 1989.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Confesso que não sei se deva admirar ou não, as Contas desta Secção Regional do Tribunal de Contas. Não tenho dúvidas que a sua paciência começa a ser detestável.

Pela nossa parte, já nos cansámos de tecer mais considerações, piedosas ou não, sobre este Governo. Resta-nos censurá-lo , impiedosamente.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Secretário Regional das Finanças pediu a palavra com que finalidade?

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Gualter Furtado):* Sr. Presidente, era apenas para um breve esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Gualter Furtado):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de dizer duas ou três coisas muito breves.

Em primeiro lugar, nós respeitamos na íntegra o trabalho desenvolvido pela Secção Regional do Tribunal de Contas. Não nos compete a nós, ter qualquer influência sobre aquela secção. Porque se a tivéssemos e se fôssemos dotá-la de serviços e com bens materiais, talvez amanhã ou depois, fôssemos acusados de estarmos a tentar influenciar a própria Secção Regional do Tribunal de Contas. E, por conseguinte, nós preservamos a sua autonomia a cem por cento e nunca tentámos influenciar fosse que parecer fosse, relativamente àqueles pareceres que o Sr. Deputado acabou de referir.

Um outro aspecto importante, e que nós tentámos sim influenciar dentro daquilo que nos era possível, foi o facto de que a dignidade da Secção Regional do Tribunal de Contas fosse mantida, sempre que possível. Essa dignidade foi demonstrada através da movimentação e do trabalho feito pelo Governo e por alguns Deputados do PSD, no sentido de que aquela secção tivesse a competência que lhe é conferida e até mais, que visse a sua competência alargada. E sobre esta matéria, fico-me por aqui.

Quanto à questão dos pareceres que foi aqui lidos, é evidente que aquilo que o Sr. Deputado disse é verdade, ou seja, aquelas observações foram feitas, realmente. Mas o Sr. Deputado esqueceu-se de dizer que do parecer de 1987 para o parecer de 1990, houve pelo menos 14 recomendações que já não foram feitas no parecer da última Conta da Região (de 1990). Ou seja, é verdade que algumas dessas recomendações subsistiram, mas houve outras que deixaram de figurar. Foi isso que o Sr. Deputado se esqueceu de referir.

Muito obrigado.

Vozes do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O que eu tentei demonstrar foi que nem no domínio político nem no domínio jurisdicional, este Governo tinha sujeição a um poder efectivo de controle e de exercício de fiscalização. Não tem por esta Assembleia, que não tem meios técnicos para o fazer, provavelmente continuará não tendo, porque isso não parece ser do interesse do PSD, a comprovar pela sua proposta de Estatuto donde suprime disposições que tinha aceite em 90. E não é pelo Tribunal de Contas, em relação ao qual se põe o problema dos meios, mas isso é efectivamente o problema político duma situação em que se vive numa democracia na qual os órgãos dessa democracia não funcionam, daí a sua degradação inevitável, daí a criação de situações que vão até àquilo que nós sabemos, quanto a responsabilidade por parte do Tribunal de Contas ou por parte da insuficiência do mesmo, é que haverá na situação financeira em que nós vivemos, deixando por exemplo, o Governo Regional, impunemente, embora com alguns "resmungos" nos pareceres, que os anos económicos findos prolongassem no último ano, até Agosto de 92. Mas o que está em questão é isso, ou seja, apesar da deficiência ou da insuficiência dos meios que tem, o próprio Tribunal de Contas é que diz que as questões essenciais que gostaria de ver resolvidas e que criticava em 87, se mantêm totalmente, em relação à Conta de 90. E as outras questões que foram suprimidas - também seria demais se o não fossem - eram questões meramente formais. Estas são questões de fundo, como por exemplo, a situação de tesouraria da Região que se continua sem saber das de 87; de não ter o Plano, que nós tão zelosamente discutimos aqui e apreciámos e que não faz parte da Conta da Região. E depois acontecem aquelas situações que foram aqui denunciadas, ou seja, o facto de determinadas Secretarias terem aumento de verbas e depois nas Contas aparecem com verbas inferiores àquelas que foram autorizadas.

É evidente que estamos a viver na democracia do papel, que aceita tudo aquilo que o Governo Regional, **sem controle**, lá lhe põe. E aquilo que poderia estar resolvido , efectivamente não está, porque apesar das recomendações feitas na primeira Conta da Região que o Tribunal analisou, continuam a ser repetidas na última Conta que o Tribunal também analisou.

O contraste está, isto é, apesar das insuficiências, das limitações, este Governo não satisfaz, nem sequer nesse aspecto financeiro. Se isso tivesse acontecido antes, talvez a situação financeira da Região fosse muito mais saudável e tivesse acontecido em condições que são lamentáveis que não se tenham verificado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo para uma intervenção.

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta de moção que está a ser apreciada, depois de elencar um conjunto de situações, com base nas quais os seus proponentes procuram justificá-la, diz na sua parte final - passo a citar com a devida vénia - o seguinte:

"Perante a conjugação de todos os factos descritos, a gravidade das situações criadas num curto espaço de tempo de 7 meses e a incapacidade amplamente demonstrada pelo Governo Regional em proporcionar soluções para a crise política económica e financeira, social e institucional que afecta a Região", etc., etc., perante isto tudo, esperávamos ver ao longo deste debate, uma fundamentação, uma explicitação e uma demonstração de que, realmente, os vários considerandos que estão inseridos nesta proposta de moção pudessem tirar qualquer conclusão à bancada do Governo e à bancada do Partido Social Democrata.

Ao longo destas várias intervenções, verifico - não sei se com algum pesar se com pouco pesar - de que se foram desviando essas mesmas intervenções e acabo por verificar que a última intervenção a que acabámos de assistir, não tocando directa ou indirectamente, qualquer destas questões propostas na moção, desvia-se para uma outra questão diferente.

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa procurou, talvez com a teoria da separação de poderes do Motesquieu, vir aqui dar-nos uma lição em que - com franqueza! - ficámos com algumas dúvidas. E a primeira das dúvidas com que ficámos é a seguinte:

Disse aqui o Sr. Deputado Dionísio de Sousa que, na realidade, não há governos democráticos, há regimes democráticos e que todo o poder é autocrático. Não nos esqueçamos que quando Montesquieu avançou com uma teoria deste género, nos encontrávamos em mil setecentos noventa e qualquer coisa.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Em 1720!

O Orador: É que é incompatível, Sr. Deputado, a existência dum governo não democrático dentro dum regime democrático. Exactamente, porque a fundamentação da separação de poderes, não permite a existência dum anacronismo desse género. E a prova evidente disso é que V. Exª. está num regime democrático com um governo democrático e lhe é lícito e permitido obrigar um governo democrático a vir aqui, perante um poder diferente e separado, a prestar contas.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Se eu fosse Eça de Queirós, que não sou, talvez pudesse com esta proposta de moção de censura fazer uma prosa deliciosa. Realmente, não sou e tenho muita pena.

Também não tenho as faculdades do meu querido amigo Jorge Cabral, de me enfronhar aqui com um certo devaneio filosófico, através de Marx e dos seus companheiros. Também não procurei - como a minha colega de bancada Fátima Oliveira - vir aqui demonstrar a contradição pela contradição, daquilo que não tem ponta por onde se lhe pegue.

A verdade é que, duma maneira muito vulgar, muito rasteira e em linguagem do homem do povo, esta moção de censura é aquilo que se costuma dizer uma questão "de tiro e queda", não merece mais do que isto. Mas de qualquer forma, eu diria que - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo - a Moção de Censura apresentada pelo Partido Socialista, posteriormente acolitada pelos outros Partidos da Oposição, tem por objectivo censurar o Governo Regional sobre a execução do seu Programa. Se a memória não me falha - e penso que não - o Programa do Governo, apresentado nesta Assembleia, contemplava um conjunto de acções a desenvolver ao longo do mandato de 4 anos. A sua vigência temporal não concretizava, nem o poderia fazer, **casuisticamente,** quanto ao momento exacto em que, cada compromisso assumido teria a sua concretização, efectiva, e determinada. Excepcionalmente, uma qualquer obra cumpre rigorosamente o seu organigrama inicial. Inúmeros factores para isso contribuem. A própria lei o reconhece quando

regulamenta as empreitadas de obras públicas. Só a oposição parece desconhecer este facto.

Tanto o Programa eleitoral do Partido Social Democrata, como o Programa de Governo, foram delineados numa conjuntura sócio-económica e num quadro político, a nível da Comunidade Europeia, bem diferente do que se veio a configurar, **posteriormente,** de forma **súbita e imprevista.**

A repentina recessão económica e os atrasos que, **politicamente,** se verificaram em virtude das posições assumidas por alguns Estados-membros da CE nomeadamente, a Dinamarca e que, ainda, hoje se verifica com a Inglaterra, levaram o Governo Regional a ter que rever toda a sua estratégia e planificação para os próximos quatro anos.

Assim se, **coerentemente,** o Governo apresentara, como seu programa, o programa eleitoral do PSD não poderia, sem **faltar à verdade,** deixar de rever a situação, em conformidade com a situação atrás descrita.

É assim que se faz em qualquer país civilizado e democrático.

Falar a verdade ao Povo. Não haveria verdade, **antes seria demagogia,** se o Governo Regional, consciente da repentina mutação na CE - **de consequências directas e imediatas no todo nacional** - viesse a apresentar um PMP e Plano para 1993 bem sabendo, de antemão, que não lhe poderia dar cabal cumprimento.

Não entendo, assim, que mereça censura a verdade, a **coerência** e a **coragem de falar claro ao Povo Açoriano.**

Fica-se com a nítida ideia que o PS - **se fosse governo,** felizmente não é, - **em semelhante situação, agiria de modo diferente.** Ou seja, teria a ousadia, para não lhe chamar outra coisa, de apresentar um Plano em consonância com o seu programa eleitoral muito embora, bem sabendo, **logo à partida,** que não o poderia cumprir. Haverá quem chame a isto **"coerência".** Assim o entende, certamente o Partido Socialista, como bem o evidenciam os vários considerandos da Proposta de Moção que apresentou.

Pessoalmente, condeno tal pseudo-coerência e qualifico de demagógico e irresponsável um tal comportamento.

Há, consequentemente, qualquer coisa de **dissonante** nesta Proposta de Moção.

Dissonância material e temporal.

A primeira, prende-se com o conteúdo da Moção. Critica-se o Governo Regional porquanto, segundo os censores, não cumpriu o Programa que apresentou na Assembleia Legislativa Regional.

Olvida-se, porém, que nas Propostas de PMP e Plano para 1993 se teceram considerações e se explicitaram as razões que levaram o Governo Regional a **moderar o investimento** e a reduzir objectivos que, **meses antes, tudo levaria a crer se pudessem concretizar.**

Mas há, ainda, um outro aspecto que convém esclarecer. A **dissonância temporal,** a que me referi, **configura-se extemporânea.** O Governo Regional está em **funções há escassos sete meses.**

Porém, já se vêm censurando **actos** e até **omissões** que, coerentemente, só deveriam ser apreciados e discutidos se houvesse bom senso, **no mínimo, a meio do mandato.**

A proposta de Moção apresentada pela oposição **tem o velho e odioso sabor da "censura prévia" do antigamente.**

(Risos do Presidente do Governo Regional)

Como tal, é **inconsequente, limitativa, fascizante.**

E como se tudo isto não bastasse, **é imoral.** Com efeito, **que moralidade tem esta oposição para censurar o que não aprovou? Aprovar** ou **rejeitar** um documento, após a sua análise, debate e discussão, **significa formular** sobre **o mesmo um juízo valorativo.** Juízo valorativo expresso, objectivamente, no **voto negativo** que o PS e restante distinta oposição deu ao Programa do Governo, ao PMP, ao Plano para 1993.

A oposição **rejeitou, não um, mas três documentos apresentados pelo Governo**, tendo-os censurado, veementemente, aquando das respectivas apresentações. Cumpriu a Oposição, certamente, o que considerou **ser seu dever moral.** Até proferiu fundamentadas **declarações de voto.**

Daí, como afirmei, **ser imoral vir,** agora, novamente, **decorridos escassos meses censurar o já censurado.** É "**chover no molhado",** dirão uns, **"é demasiada falta**

de imaginação", pensarão outros, parece, **"estupidez congénita"** cogitarão outros tantos.

(Risos do PSD e do Governo)

Cada um que tire as ilações que entender.
Eu por mim não tiro nenhuma.
Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:
A dignificação da actividade legislativa e fiscalizadora garante o aprofundamento do sistema democrático. Reforçar a actividade parlamentar é regra básica na construção de sociedades mais justas, mais estáveis e mais progressivas.
Só, assim, se justifica a existência dos Parlamentos e nela se deve orientar a actividade dos deputados. São estes eleitos pelo Povo, **consubstanciam a sua legitimidade,** com **verdade, com frontalidade até, nunca, porém, usando o seu legítimo poder com finalidades diversas**, intuitos obscuros ou interesses partidários.
Infelizmente, minhas Senhoras e meus Senhores é isto que, **hoje, aqui, a Oposição veio fazer.**
Prestou um mau serviço ao Povo que a elegeu e mostrou pouco respeito pelo órgão de que faz parte nesta Assembleia, **deve exercitar-se a pedagogia das soluções que melhor sirvam os Açores e os Açorianos. É para isso que aqui estamos.**
Não estamos aqui, certamente, **para atacar a Autonomia.** E é o que, **consciente ou inconscientemente, demasiadas vezes** faz a Oposição.
A proposta de Moção, hoje em debate, é **exemplo** do que **afirmo. E porquê?**
Desde logo, porque **é um mau modelo pedagógico, sem soluções, irrealista no conteúdo e destituída de vencimento. Condenada, portanto, ao fracasso. Não servindo os Açores, nem os Açorianos. Mais uma vez,** a Oposição trouxe **ao engano a maioria** dos deputados, que representam a **maioria** dos eleitores. **Só que o engano, desta vez, teve rostos e teve vozes.**
Ao ouvir, hoje, dizer que o Primeiro Ministro tratava, ou considerava, tanto faz, o Presidente do Governo Regional como um Presidente de Junta Geral e apelidá-lo de **"coveiro da Autonomia",** só reforça o que atrás referi. A Autonomia é,

infelizmente, palavra vã para a Oposição. Só entende o seu **conceito próprio, subjectivo,** de um direito constitucional que tanto custou a alcançar e a consolidar. E o Presidente do Governo Regional terá, certamente, **como todos nós,** os seus **defeitos** e **virtudes.** Mas muito **poucos, como ele,** lutaram para que os Açores não **permanecessem uma Junta Geral!** E talvez, **muitos dos que aqui estão,** se não fosse o **esforço a vingar,** não estariam **como deputados nesta Câmara,** duvido **mesmo que chegassem, alguma vez, a meros vogais da "falecida" Junta Geral.**

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Palavras santas!

O Orador: E já que falei em **"óbito",** permitam-me que **termine enterrando** esta Proposta de Moção de Censura, apondo-lhe o seguinte epitáfio: "Descanse em Paz".

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa, creio que para dar um esclarecimento.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Exactamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre o epitáfio, eu vou apenas dar um esclarecimento e fazer uma pergunta. O esclarecimento é em relação à afirmação de que a ideia de que não há governos democráticos e todo o Governo é autocrático, não é de Montesquieu, é de Raul Proença,. Mas mesmo que fosse de Montesquieu, tem a ver, sim, com uma determinada concepção da natureza do poder, não tem a ver com a época em que foi proferida. Portanto, não invalidaria o facto de ser de um ou de outro. Ficaria de pé a teoria e o pressuposto de que ele parte, que é precisamente esse.

O verdadeiro problema é que se o poder necessita exactamente de contrapesos, quando eles não existem, altera-se a situação qualitativamente, deixou de ser democrático.

A segunda questão é que é sempre altura, mesmo antes de um epitáfio, de saber uma novidade. E suponho que foi uma novidade de que ainda não nos tínhamos apercebido, mas que veio trazida agora da tribuna, sem nome pessoal, possivelmente

dum Deputado do PSD. É que se reconhece que há uma alteração entre as perspectivas, as propostas, as prioridades, os objectivos, as metas do programa do Governo, que foi apresentado pelo PSD à população dos Açores e com base no qual o PSD foi eleito, maioritariamente, esse mesmo programa do Governo foi aprovado na Assembleia e o Plano a Médio Prazo. Eu, pelo menos, percebi que era esta a ideia que o Sr. Deputado transmitiu a esta Câmara, ou seja, que havia diferença entre as duas coisas, havia desvios entre os dois.

O que eu lhe pergunto é, se ambos foram aprovados por esta Assembleia, se um teria que ser a concretização do outro, o que é que está mal aqui? Não sei o que é que está mal, mas alguma coisa deve estar mal, quando dois documentos, apresentados nesta Assembleia, são tão dissonantes, reconheceu o Sr. Deputado, alguma coisa tem que ser alterada. Se calhar, ter-se-ia começado pelo princípio, ou seja, ter-se-ia alterado o próprio programa do Governo.

É esta a pergunta que eu faço, se não seria a consequência necessária da sua afirmação, se eu a entendi bem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo para prestar esclarecimentos.

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não quero crer que o Sr. Deputado Dionísio de Sousa, a quem reconheço uma grande capacidade - já o disse várias vezes aqui, não tenho problema - estivesse distraído, quando eu disse o que disse.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Pode acontecer.

O Orador: Pois pode. E é a única explicação que eu encontro para o facto.

Eu não disse nada que o Governo já não tivesse dito aqui.

Eu começo por dizer ao Sr. Deputado que o Governo teve a franqueza, a frontalidade e a honestidade de lhes dizer que o Plano a Médio Prazo e o Plano para 1993, tiveram que sofrer alterações. Foram explicadas as alterações.

O que eu hoje aqui disse e volto a repetir, caso o Sr. Deputado não tivesse a gentiliza de me ouvir com atenção, foi o seguinte:

1º- Criticava-se o Plano apresentado pelo Partido Social Democrata ao eleitorado. Dizia-se, depois, que o Governo tinha apresentado a esta Assembleia o programa do

partido e vinha-se dizer, depois, que o Governo quando apresentou o PMP e o Plano para 1993, não deu cumprimento a qualquer desses dois programas. Parece-me que era este o cerne da questão.

Se é esta a questão, eu julgo que disse - e deixei aqui muito claro - o que se tinha passado. E é por isso que eu digo que o Sr. Deputado, por qualquer circunstância alheia à minha vontade, não terá ouvido o que eu disse. Mas eu posso repetir o que disse:

A conjuntura económica em que foi apresentado, quer o programa eleitoral quer o programa do Governo, sofreu uma mutação súbita e inesperada - foram palavras que eu utilizei na minha intervenção. Restava ao Governo Regional duas alternativas: ou a incoerência - como eu disse - para não lhe chamar outra coisa, de insistir num PMP e num Plano para 1993 que, transplantando os outros dois programas, não poderia cumprir, ou vir dizer com toda a franqueza, explicando as razões por que teria que haver reduções, quer no investimento quer nos Planos. Foi isto que eu disse, Sr. Deputado e foi aquilo que já foi dito aqui, pelo Sr. Secretário Das Finanças que já está fartíssimo de explicar.

Em relação à primeira questão posta pelo Sr. Deputado, sobre Raúl Proença, eu devo dizer que não sei se foi ele - não tenho presente - que terá dito isso. Mas a verdade é que muito antes de Raúl Proença - e V. Exª. que é filósofo, ou pelo menos é muito mais do que eu - com certeza se consultar Aristóteles, verá que ele já tinha levantado várias vezes essa questão.

Muito obrigado.

(Risos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de dez minutos, após o que retomaremos os nossos trabalhos.

(Era 1,00 hora)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para prosseguirmos os nossos trabalhos.

(Era 1,10 hora)

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para uma intervenção.

Deputado Fernando Menezes *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A apresentação de uma "moção de censura" ao Governo Regional constitui um acto político de relevante significado.

É por isso que, no plano jurídico-constitucional e também estatutário, se postula uma pausa de reflexão de 7 dias entre a sua apresentação e o debate e se impede que outra iniciativa igual possa ser promovida durante a mesma sessão legislativa em caso de não aprovação.

O Partido Socialista ao propôr esta "moção de censura" ao Governo regional apresenta-se neste hemiciclo com a serenidade e a responsabilidade de quem assume em plenitude o seu legítimo estatuto de oposição.

E fazemo-lo igualmente com frontalidade e sem receios porque acreditamos nas virtualidades do nosso sistema político que nos confere inalienáveis direitos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em Outubro de 1992 aceitámos o resultado do voto que conferiu maioria absoluta ao PSD. Em Junho de 1993 continuamos a aceitar o mesmo resultado.

Porém, não podemos aceitar a sobranceria do vencedor, a incapacidade do governante e a falta de ética política de quem dirige o nosso destino.

Contra este estado de coisas, os socialistas estarão na primeira linha de oposição, exercitando nesta Casa até ao limite, os poderes de que dispõem.

Porque apesar do gradual desrespeito do Governo por esta Assembleia, é indubitavelmente perante ela que se legítima a sua responsabilidade política.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de **16 anos** no Governo, o PSD confundiu-se com o poder, passou a viver na convicção de que a sua verdade é sinónimo do interesse dos açorianos e a esquecer-

se que cultura democrática não é apenas forma, mas a essência da unidade destas ilhas e o suporte do nosso futuro.

O V Governo prometia reforçar a autonomia e a proposta apresentada pelo PSD de revisão do Estatuto tem o sabor amargo da desistência.

O V Governo pretendia valorizar a Assembleia Regional e assiste-se à sua desvalorização, retira-se-lhe poderes e propõem-se fórmulas eleitorais que lhe diminuem a credibilidade.

O V Governo previa a adaptação do sistema autonómico à dinâmica da Comunidade Europeia mas a prática e as propostas não cumprem esse desiderato.

O V Governo defraudou a esperança e está em mora para com os açorianos.

A autonomia dos Açores tão arduamente conseguida está pouco a pouco a desfigurar-se sem normas objectivas e actualizadas que lhe dêem sentido no plano político nacional e suporte efectivo plano financeiro.

Todavia, ninguém se elogia a si próprio e ao seu Governo como o Dr. Mota Amaral cuja infalibilidade lhe confere um poder quase absoluto.

Um estranho complexo de interesses e de protecções domina a administração pública regional, de tal modo que é cada vez mais visível o afastamento dos cidadãos em relação à "causa pública" cumprindo-se antes rituais sem nexo e sem sentido.

Nesta situação de desgaste e indiferença, a oligarquia protege os seus interesses, coloca-se acima das leis e pressiona ilegitimamente aqueles que tem por função aplicar a justiça.

Neste contexto, os anseios e aspirações dos não seguidores são considerados desprezíveis.

Paradigma desta situação é a recusa sistemática ao debate público por parte do Dr. Mota Amaral e a afirmação igualmente pública nos ecrans da televisão de que **"não tem tempo a perder. Não tem tempo para brincadeiras."**

Esta é claramente uma concepção autocrática do poder. Proceder assim é ter da democracia uma noção sumária.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PS votou contra o programa do Governo.

O PS votou contra o PMP e contra o Plano e Orçamento para 1993.

O PS apresentou e votou favoravelmente uma proposta de resolução que visava a exoneração de um membro do Governo por razões que são de todos conhecidas.
O Partido Socialista propõe agora a censura a este Governo.
Analisada a prática governativa e as mais recentes atitudes de envolvimento político com situações de obscura ilegalidade ninguém estranharia que fosse esta a nossa atitude.
Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
A finalizar e utilizando a expressão feliz dum camarada meu, diria o seguinte:
"As razões e os fundamentos desta iniciativa foram-nos fornecidos pelo Governo e pelo PSD e é por isso que, em certo sentido o Dr. João Mota Amaral e o seu Governo são os primeiros subscritores desta "Moção de Censura"
Disse.

(Aplausos da bancada do PS)
(Risos das bancadasdo PSD e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?
Deputado Rui Melo *(PSD):* Para dar um esclarecimento, Sr. Presidente.
Presidente: Tem a palavra para o efeito.
Deputado Rui Melo *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:
Pensei que já não usaria mais da palavra durante este debate, no entanto o Sr. Deputado Fernando Menezes voltou a insistir aqui na ética política. Frisou bem "ética política" e eu não posso de modo nenhum ficar calado, sem protestar perante essas suas afirmações. E vou-lhe dar dois exemplos da falta de ética política, por parte da sua bancada, bem como do líder do seu partido. Uma foi dada esta noite, quando se interpelava o Sr. Presidente da Assembleia e se dizia que havia mais um deputado para inscrever e que o mesmo estava à espera duma intervenção dum Secretário Regional, para poder depois falar. Mentiu, porque o deputado que veio a seguir falou e veio referir aspectos sobre o Tribunal de Contas e nós sabemos que nenhum Secretário Regional tem a tutela do Tribunal de Contas da Região.
Isto é que é falta de ética política!

Mais outra falta de ética política, por parte do vosso líder, numa entrevista à RDP, no dia 10 de Maio, em que dizia que sempre que o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações usasse da palavra nesta Casa, a bancada do Partido Socialista abandonaria a Sala. Dizia mesmo, "onde ele estiver, nós não vamos estar!". E afinal onde é que está? Está aqui!

Quem é que mente, constantemente?!

Aonde é que está a ética política, Srs. Deputados?!

Dei dois factos concretos e posso dar fotocópias - adianto desde já ao Sr. Deputado Martins Goulart - mostrando as vossas palavras que estão aqui, foram proferidas no dia 10 de Maio de 1993.

Quanto à outra situação de que falei, aquela que se reporta à interpelação feita há bocado ao Sr. Presidente da Assembleia, penso que todos ouviram e estarão recordados, pois foi há pouco tempo.

Não posso, por outro lado, deixar de dizer-lhe, Sr. Deputado Fernando Menezes, o líder do Partido Social Democrata, o Dr. Mota Amaral, não é nenhum agente de "marketing".

Se o Sr. Deputado Martins Goulart se quer promover, em vez de se rodear de incompetentes, rodeie-se de indivíduos capazes de lhe darem uma liderança forte, uma liderança sólida!

Presidente: O Sr. Deputado Martins Goulart pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Martins Goulart *(PS):* Sr. Presidente, era para protestar.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Martins Goulart *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Fui citado e foram-me dirigidas palavras e a explicação que eu tenho a dar, tem dois pontos:

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado desconhece que há mais Deputados na bancada do Partido Socialista que têm, neste momento, intervenções preparadas para intervir. O Sr. Deputado desconhece, como desconhecia que o Sr. Deputado Fernando Menezes ia falar, não era nem o Deputado Fernando Menezes nem o Deputado Dionísio de Sousa que estavam em causa e, portanto, o Sr. Deputado não tem razão.

Em segundo lugar, essas palavras que referiu acerca duma entrevista que eu dei, referiam-se, exclusivamente, ao contexto do debate do Plano a Médio Prazo e do debate do Plano e Orçamento que foram tidas aqui. Foram todas proferidas nesse contexto e daí que não estivéssemos presentes nem na Comissão nem no momento em que o Sr. Secretário, Natalino Viveiros, veio à tribuna apresentar a sua parte do programa do Governo. E tanto assim foi, que voltámos à Sala depois e eu na minha intervenção final referi que tínhamos feito um gesto simbólico de protesto.

É evidente que o Sr. Deputado pode interpretar como quiser, retirando do contexto as intervenções que eu faço, mas aqui há ética política, aqui há respeito pela palavra dada.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?

Deputado Rui Melo *(PSD):* Para dar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de chamar a atenção dos Srs. Deputados para o facto de que o esclarecimento do Sr. Deputado Martins Goulart, vem provar que ele estava de má fé, anteriormente.

O Sr. Deputado afirmou que **só havia uma inscrição** e olhava, sistematicamente, para o Sr. Deputado Dionísio de Sousa. Por isso, constatamos agora, com esse esclarecimento, que o Sr. Deputado estava de má fé, não tinha dado as inscrições, mas nós estávamos atentos deste lado e retirámos as nossas.

Nós também temos um líder nesta bancada que está a acompanhar o debate, mas não está constantemente a sair e a entrar da Sala.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas pretende a palavra com que finalidade?

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* Sr. Presidente, é para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Fernando Menezes há pouco referiu-se à confusão que o Governo faz com o partido que está no poder, misturando as duas coisas.

Eu quero apenas aqui lembrar-lhe que, de facto, nós ao longo da nossa acção governativa e como partido político também, temos procurado separar as duas coisas. Coisa que não é feita pelo Partido Socialista. E vou-lhe dizer porquê:

Por exemplo, em 1990, quando os membros do Partido Socialista se deslocaram a Vila do Porto, a Câmara Municipal ofereceu e pagou um jantar a esses membros que se deslocaram àquela ilha, conforme deliberação daquela Câmara em 15/11/90. Quer isto dizer que uma Câmara do Partido Socialista paga um jantar ao próprio partido, coisa que nós nunca fizemos, que nós não podemos fazer.

Ora bem, se há alguém que confunde o poder, ou se há alguém que tenta utilizar o sistema "mexicanização" do poder, não é o Partido Social Democrata, mas é de facto o Partido Socialista.

Presidente: O Sr. Deputado José Humberto Chaves pede a palavra para?

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Para dar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria só explicar uma coisa, uma vez que se falou aqui na Câmara Municipal de Vila do Porto e eu era Presidente nessa altura e que é o seguinte:

Houve uma deliberação da Câmara para se proceder ao pagamento desse jantar. Mas também houve outras Comissões que foram lá e o Sr. Deputado Jorge Cabral, por exemplo, sabe disso. E se o PSD tivesse ido lá, teria sido recebido da mesma maneira.

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Pelo amor de Deus!

O Orador: Um momento só, deixem-me explicar.

A Câmara Municipal de Vila do Porto não discrimina pessoas. A única coisa que gostaria de fazer era receber bem, porque nós sabemos receber bem. Recebemos "verdes", "amarelos", "vermelhos" ou "cor de rosa", qualquer partido.

Se o Sr. Secretário não entende assim, é porque não sabe como são as coisas. O Sr. Secretário tem a sua opinião e eu tenho a minha. E enquanto eu fui Presidente, procedi assim, ou seja, recebi bem as pessoas.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Menezes pediu a palavra para prestar esclarecimentos, naturalmente.

Deputado Fernando Menezes *(PS):* Prescindo da palavra, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado José Maria Bairos pede a palavra para?

Deputado José Maria Bairos *(PSD):* Para dar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Maria Bairos *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado José Humberto Chaves referiu que faria a qualquer delegação que fosse lá o mesmo que fez às Comissões. Uma coisa são Comissões Parlamentares e outra coisa são partidos políticos.

Uma coisa é certa: se fosse lá o PSD, certamente não iria oferecer cravos como ofereceu nesse jantar, pois também foram pagos pela Câmara e a aprovação da mesma foi por parte dos vereadores do Partido Socialista.

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Eh pá, que é isto?!

(Risos do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves para prestar esclarecimentos.

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Câmara Municipal ofereceu cravos ao Partido Socialista, mas não foi só ao PS. Também ofereceu a ranchos folclóricos e a outras pessoas.

É evidente que nós ao PSD iríamos ter alguma dificuldade em oferecer cravos, porque geralmente vocês não gostam de cravos. Mas nós gostamos.

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Oh Sr. Deputado, eu gosto de cravos!

Presidente: O Sr. Subsecretário Regional da Cooperação Externa pede a palavra para?

Subsecretário Regional da Cooperação Externa *(Lalanda Gonçalves):* Para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Subsecretário Regional da Cooperação Externa *(Lalanda Gonçalves)***:** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tem-se falado muito aqui da questão da separação de poderes. O Sr. Deputado Dionísio de Sousa, há relativamente pouco tempo, clarificou esta questão quando disse, contestando uma pergunta relativa à liderança do Sr. Eng. Martins Goulart, o seguinte: "agora não percebo por que é que ele veio fazer isto no grupo parlamentar. Primeiro, porque aí nunca houve problemas de liderança; segundo, porque é tradição nos partidos democráticos os seus presidentes ou secretários-gerais não serem líderes partidários. Só conheço a excepção da Madeira que agora até acaba de prescindir disso. Uma das características dos grupos parlamentares é a autonomia em relação aos partidos. Ora, neste caso, a mesma pessoa a exercer duas lideranças pode fazer perigar essa autonomia e pode, sobretudo, trazer - e nisto eu tenho bastante experiência" - diz o Sr. Deputado, "para dentro do grupo parlamentar, questões que são de carácter exclusivamente partidário e fazer com que o único órgão que funciona sem problemas, o não continue a fazer". Aliás foi isso que o Partido Socialista demonstrou neste debate.

Muito obrigado.

Vozes do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Carlos César pretende a palavra para dar um esclarecimento, não é assim?

Deputado Carlos César *(PS):* É sim, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Essa reunião que decorreu na Ilha de Stª. Maria integrava diversas autoridades qualificadas, a nível nacional também e que eram membros do Partido Socialista e que se deslocaram com esse estatuto a uma reunião partidária e essa mesma delegação, não esteve só na Ilha de Stª. Maria. Esta delegação passou antes pelo

Faial, onde foi recebida pelo Presidente da Assembleia, passou pela Terceira, onde lhe foi oferecido um jantar pela Presidência da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e foi igualmente objecto de diversos tipos de gentilezas congéneres, por parte do Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Neste sentido, o tratamento que foi conferido pela Câmara Municipal de Vila do Porto é, no todo e em parte, idêntico àquele que outras autoridades, perfeitamente insuspeitas, forneceram a essa delegação, que incluía também presidentes de Câmaras e membros que também eram titulares de cargos políticos na Região, designadamente autárquicos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart também para prestar um esclarecimento.

Deputado Martins Goulart *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Subsecretário Regional da Cooperação Externa:

V. Exª. não conhece a situação política do País. E se conhecesse ou tivesse o interesse em conhecê-la, bastaria olhar para o resto do Partido Socialista e verificar que o líder parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República, é o Presidente do partido, Dr. Almeida Santos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Cooperação Externa.

Subsecretário Regional da Cooperação Externa *(Lalanda Gonçalves):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O esclarecimento que o Sr. Deputado Martins Goulart acaba de prestar não é referente às minhas declarações. Foram às declarações que eu citei do Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Subsecretário Regional da Comunicação Social *(Joaquim Machado):* Ora aí está!

O Orador: Portanto, se o próprio Partido Socialista não sabe que o seu líder é líder parlamentar, o problema não é meu. E já de vez, eu completo aquilo que estava a dizer, continuando a citar: "acredito que com isso, o Eng. Martins Goulart pretenda camuflar alguns problemas da sua liderança, mas não resolve nenhum problema dessa liderança, nem prevejo que traga qualquer utilidade operacional ao grupo parlamentar - continuei a citar o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Muito obrigado.

Vozes do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu percebi a maneira um pouco embaraçosa com que o Sr. Deputado Carlos César procurou justificar aquilo que não tem justificação. E isto é pela razão de que esta situação é uma situação que não se verificou com mais ninguém e temos que convir que é bizarra. Uma Câmara do Partido Socialista pagar o jantar ao próprio partido. Não é o Presidente da Assembleia, foi a Câmara Municipal que pagou ao Partido Socialista.

Outra coisa é os Srs. Deputados virem integrando Comissões da Assembleia e serem recebidos exactamente por esta mesma Assembleia e fazendo parte de órgãos diferentes.

O que está aqui em causa, foi um jantar que uma Câmara do Partido Socialista pagou ao partido. E agora eu pergunto o seguinte:

O que é que os Srs. não diriam se isso tivesse acontecido relativamente a uma Câmara do PSD que tivesse feito isso com o PSD?

Ai de nós se isso acontecesse connosco!

Portanto, é essa a questão que se coloca. E é exactamente a mistura que os Srs. procuram fazer, embora digam que só o PSD é que procura misturar o partido com o poder, a nível de poder autárquico. Que farão a outros níveis?

Até porque há outros aspectos que não foquei aqui, como por exemplo, as pessoas que foram transportadas, gratuitamente, para as Jornadas Parlamentares de Açores/Canárias/Madeira num avião fretado pela Associação de Municípios, os critérios que a mesma utilizou no fretamento deste avião, quanto é que ele custou à Associação de Municípios, por que é que foram essas pessoas? Enfim, há aqui uma data de coisas que nós podemos questionar. Mas eu não o fiz.

O que eu questiono é que o Partido Socialista fala em separação de poderes, mas confunde o poder autárquico com o poder do próprio partido - é apenas isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de dizer apenas em relação à questão da Câmara Municipal de Vila do Porto e ao dito almoço, que o poder autárquico é autónomo. E se alguém tivesse que chamar a atenção a isso, seria a Assembleia Municipal de Vila do Porto.

Foi uma opção que a Câmara, por maioria, aprovou e não fui eu sozinho. A Câmara é que deliberou e foi tomada por maioria. Porque nós temos maioria e o PSD tem uma minoria, tal como aqui.

A Câmara Municipal de Vila do Porto quando soube que os membros do Partido Socialista iam a Stª. Maria, não teve qualquer problema em deliberar sobre isso. Deliberámos, assumimos as responsabilidades e isto é um acto normal, julgo eu, e a Câmara assume isso. Foi deliberado por maioria. Mal teria sido se fosse só eu a dizer o que se devia fazer.

Era só.

Presidente: Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Carlos César, lembrava aos Srs. Deputados que sobre esta matéria, já estamos a ultrapassar o tempo que regimentalmente nos é consignado.

De qualquer forma, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Carlos César, naturalmente para prestar esclarecimentos.

Deputado Carlos César (*PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para reafirmar o que eu disse no meu anterior esclarecimento. E que não pode ser contraditado pelo Sr. Secretário.

Se a Câmara Municipal, que tinha maioria socialista - tinha maioria de qualquer coisa, não interessa - encontrava-se perante uma delegação de cidadãos especialmente qualificados e entendeu, tal como outras instituições, que do ponto de vista do prestígio da sua área de jurisdição e do interesse daqueles sobre os quais tinha tutela e o dever de prestigiar, se entendeu obsequiar uma delegação como esta que referi, fê-lo e muito bem, como igualmente o fez, o então Presidente da Assembleia Legislativa

Regional - Dr. Reis Leite - e como também o fez, o Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo que ainda hoje o é.

Não há nenhuma distinção a introduzir nesta matéria, quanto à Câmara ser socialista ou não, a não ser que seja o Sr. Secretário a confundir o partido com a Câmara, porque em ambas as situações, são instituições que cuidaram de matérias que entenderam ser do prestígio da sua área de acção. E, portanto, é isso que está em causa, neste caso. Este exemplo não é um exemplo susceptível de dar corpo às suas afirmações de fundo nesta matéria. Este não é!

Queria ainda dizer que sobre esta matéria, lembro-me de memória que ela foi objecto de um esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara de Vila do Porto de então, publicado no jornal "Correio dos Açores" e que não foi contraditado, em termos factuais, em nenhuma outra circunstância. E o assunto deu-se por encerrado.

Portanto, esta matéria, efectivamente, não pode ser susceptível de um comentário generalizador.

Quanto a outras situações, não faço a menor ideia se existem se não, mas se existirem, a nossa condenação é unânime. Nós não dividimos a nossa opinião, em função dos autores ou dos eventuais prevaricadores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado José Humberto Chaves invocou aqui que esta matéria deveria ser tratada a nível de Assembleia Municipal. Mas é evidente que nós entendemos por bem trazê-la aqui, na medida em que o Sr. Deputado também trouxe outras matérias que ainda há pouco nada tinham a ver concretamente com a Assembleia e que podiam ser tratadas na assembleia geral da empresa que referiu, anteriormente.

Quanto ao Sr. Deputado Carlos César, o Sr. fica com a sua opinião e eu fico com a minha, porque acho que quando se fala em moral, (moralmente) esta prática, no meu entender, é reprovável.

Além disso, se o não considera e se o jantar foi dado a estas altas individualidades, então não se devia ter referido que o jantar tinha sido oferecido ao Partido Socialista.

Devia ter-se dito que o jantar tinha sido oferecido às individualidades. Há aqui uma distinção que devia ter sido feita e que não foi.

Deputado Carlos César *(PS)* Não eram assim tão distintos.

Presidente: O Sr. Deputado Duarte Pires pede a palavra para?

Deputado Duarte Pires *(PS):* É para prestar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Duarte Pires *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Secretário já nos habituou a argumentar com uma convicção tal, que as pessoas menos atentas às vezes até acreditam. Não vou citar exemplos do passado, mas apenas para falar só nesta noite, ainda há pouco, intervindo sobre Autarquias e cabimentos orçamentais, até os menos precavidos nestas matérias vão pensar que ele tinha razão, quando, afinal, ele acabou por dizer uma série de confusões e que não correspondem, minimamente, à verdade.

De qualquer forma, é preciso dizer aqui que para se fazer determinadas acusações, é necessário não ter "telhados de vidro".

Eu já sou autarca há uma data de tempo...

Deputado Rui Melo *(PSD):* **Ex-**autarca!

O Orador: Sou e não tenho medo de o ser!

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações)

O Orador: Diga Sr. Secretário?

Eu gostava de perceber o que é que disse.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Pires:

Agradecia que terminasse o seu esclarecimento e depois se o Sr. Secretário entender usar da palavra poderá fazê-lo.

O Orador: Também me recordo de algumas coisas que convém trazê-las aqui hoje.

Há 4 anos, por acaso também assisti a um jantar oferecido por um presidente de Câmara do partido Social Democrata a pessoas que não tinham nada a ver com a

autarquia, que eram do PSD e eram, pura e simplesmente, candidatos às eleições que dali a dias se realizaram e que por acaso nem foram eleitos.

Vozes do PSD: Oh, Sr. Deputado, paciência!

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* Se é do Pico nem se fala!

Deputado Manuel Serpa *(PS):* O que é que tem o Pico?! Se quer deitá-las cá fora é p'ra já!!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira para uma intervenção.

Deputado António Silveira *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos hoje e aqui reunidos para analisar e votar uma Moção de Censura, ao Governo Regional dos Açores, oriunda da oposição Regional e concebida, "pasme-se" para censurar o Governo sobre a execução do seu Programa 1992/96 Programa esse aprovado nesta casa e cujo Plano e Orçamento igualmente avalisado por este Parlamento ainda não passaram oito dias, permite agora ao Executivo pôr em execução o seu programa, redefinido de acordo com a situação económica actual.

Mas será e fica a pergunta. Será que o Programa do Governo de Médio Prazo e de apenas para o PS, de sete meses?

Obviamente, que podendo o Governo Regional ou a maioria parlamentar argumentar e demonstrar o inoportunismo temporal deste **"gesto da coligada-oposição"** ou a inveracidade das suas afirmações, de nada servirá porque a **"maioria da Oposição,** através do seu líder, viria a "terreiro acrescentar" que pese embora os resultados conseguidos, este foi mais um gesto político e os açorianos irão compreender a nossa atitude".

Aliás, a oposição vive de gestos e não de acções práticas.

Aliás, este Partido Socialista (o resto da oposição, tem apenas expressão localizada, pese embora os seus Deputados não se assume como alternativa ao PSD, não é, nunca foi, e dificilmente será.

O PS reconhece que tem vocação para não ser poder, porque mesmo quando se lhe vislumbra alguma oportunidade de poder - Autarquias, por exemplo, logo de imediato, desiste de reafirmar essa conquista, para caminhar a passos largos para a situação que se reserva a si próprio - **oposição.**

E não podemos analisar esta Proposta de Moção de Censura ao Governo, sem fazermos alguma retrospectiva histórica ao comportamento parlamentar do PS, nesta caminhada autonómica.

A atitude, leia-se , **discurso de hoje do PS, é o mesmo de sempre** porque muito dificilmente este PS, teve um gesto de boa vontade para o progresso desta Região e recordemos a propósito, as palavras do líder do PS no dia 25/11/76, pág. 764 - Diário da Assembleia Legislativa Regional e a propósito de um voto de Confiança, solicitado pelo então e ainda jovem Governo acerca das negociações da Base das Lajes, aliás, a muito pouco tempo de o Governo ter sido empossado pela respectiva Assembleia e cito algumas passagens desse discurso;

"Pomos efectivamente em causa a seriedade de quem conduz, neste assunto o Governo Regional.

Denunciamos a sua hábil demagogia eleitoralista e numa análise mais profunda a experiência "Social Democrata" nas ilhas portuguesas do Atlântico que constituem o refúgio político do PPD/PSD a nível nacional, ameaçado como está de extinção se essa experiência falhar".

O Povo tem de estar atento a todas estas implicações pois também a direita nacional está apostada no fenónemo dito "Açoriano", porque se sente ameaçada nos seus privilégios por um Governo Socialista.

Uma análise cuidada, desvenda uma atitude premeditada cujo impacto, também percebido pelo Governo Regional virá favorecer a sua clientela política reacionária, único suporte económico para a respectiva sobrevivência". citei.

Como se enganava já o então Sr. Deputado, líder da oposição?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mas importa para se poder reafirmar a demagogia desta Moção de Censura, ou a auto-defesa que o PS faz dos seus problemas internos, importa citar o Sr. Deputado Doutor Engenheiro Martins Goulart, referindo que nessa citação, apenas introduzi ou

substitui algumas palavras que serão sublinhadas e reportando-me ao Plenário de 27/3/92.

"Mergulhado em profunda crise interna cansado e desgastado pela longa permanência fora do poder, sem ideias, nem projectos renovadores o PS, não pode responder ao desafio deste final de século nos Açores.

Quando o debate interno nesse partido se transforma num degradante espectáculo público, quando entre dirigentes que são actuais ou antigos **deputados** se tomam atitudes ou se produzem afirmações como "**há dormência na Direcção do PS", ...o Partido faz gastos demasiados... os militantes/dirigentes anti-Goulart são marginalizados,** fica-se com a indicação que o fim natural **poderia** estar próximo.

Na situação açoriana actual uma transição traria sobressaltos. As populações esperam a mudança e o **PSD** está preparado para assumir a responsabilidade histórica de Governar os Açores.

"*Reconheça-se que aqui, o Senhor Deputado, que referi, já vislum*brava o futuro".

(Risos do Presidente do Governo)

Mas, continuando que passos para o progresso, que colaboração, que abertura tivemos ao longo dos tempos deste PS e nesta Casa recordemos:

- Nunca votaram favoravelmente - digo, felizmente - qualquer Plano ou Orçamento Regional;
- Em 1981, quando o Governo Regional solicitou autorização para um empréstimo de 2,5 milhões de contos, em condições amplamente vantajosas para a Região, o PS disse não;
- Até num momento de alto simbolismo para a nossa Região e para a nossa Autonomia;
- A votação dos nossos símbolos regionais - a atitude do PS foi ausentar-se da Sala o que parece voltar a acontecer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Retomemos a Moção de Censura.

Um dos pontos dessa Moção, faz-nos recuar a 1992, quando esta Assembleia com os votos da iniciada maioria do 28 de Maio votar uma Proposta de Resolução, recomendando ao Governo Regional a exoneração do SRHOP, devido ao processo que então, decorria - pasme-se - ainda em segredo de justiça. Onde estará, Srs. Deputados, o aliciamento: no poder judicial? No PSD? Não, talvez no PS!.

Como o nosso Estatuto, não dá dinâmica operacional às recomendações, o Presidente do Governo não atendeu, e bem, ao solicitado.

Porque não actuou então pergunta-se, o PS, propondo uma Moção de Censura ao Governo, quando **"casado de fresco"** com as "noivas" "**leia-se PCP/CDS"** da oposição e os "independentes" **como padrinhos,** tinha uma oportunidade única para o fazer.

Porquê?

Vozes do PSD e do Governo. Muito bem! muito bem!

O Orador: Porque, nesse "casamento" quem debitava as ordens, que assumia os "comandos" eram os "Padrinhos", o PS digamos, era um "noivo" que tinha de casar à força caso contrário, nunca teria oportunidade dessa "boda" aleatória.

Aqui, mais uma vez se revela a oportunidade perdida, de um partido, ou oposição, que então não o fazia porque representava **a não maioria** do povo açoriano.

Hoje com a maioria do PSD reforçada, com que credibilidade democrática, se pretende fazer passar uma Moção de Censura ao Governo Regional? É que, Srs. Deputados, a votação duma moção de censura, faria cair o Governo e o PS não quer assumir o poder.

Mas pasme-se, Srs. Deputados, enquanto um dos coligados Partidos - o CDS/PP - afirma que, e cito, "com o Orçamento aprovado e o endividamento da Região Autónoma corre riscos de crise financeira grave".

A oposição vem agora comparar verbas e Planos entenda-se **sugerir,** mais verbas, mais investimentos, se atendermos aos fortes condicionalismos de ordem económica que ocorrem na Europa e em Portugal, com fortes repercussões na nossa Região.

Aqui, mais uma vez, impera demagogia do mais puro quilate.

Presidente do Governo Regional *(Mota Amaral):* Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para nós deste lado, na maioria parlamentar apoiando com coerências, solidariedade e **crítica construtiva** quando necessária, o legítimo Governo dos Açores, estamos cada vez mais empenhados em fazer dos Açores, um espaço de modernidade, de justiça social, de solidariedade, no presente e no futuro.

E vamos consegui-lo, porque andamos na política com missão de serviço, com optimismo com esperança, com realismo, **não voltando a cara às dificuldades do momento,** porque quem não assume as dificuldades, ou não toma, as medidas mesmo impopulares mas necessárias para relançar a economia e suster agravadas crises de ordem social, **não serve para governar.**

Porque Governar, é ter coragem para decidir, mesmo quando muitas vezes essa coragem para resolver os problemas, seja depois transportada para a praça pública, por um conjunto de "aves" mas não "Açores" sempre dispostas a derrotar o adversário por processos de mero aproveitamento político, não buscando muitas vezes, situar o problema no tempo e até no espaço geográfico, onde o mesmo se situou.

Ou mais grave, não atendendo até quando muitas vezes se enche a "boca" com os trabalhadores, no entendimento - repito - que se conseguem, manter de pé por muito tempo, um considerável número de postos de trabalho gerando riqueza, transformado esse espaço de progresso "na nossa zona franca" isto no dizer de um conceituado e respeitado cidadão regional a um órgão de comunicação social.

A autonomia regional assume plenamente os valores democráticos e em nada está ferindo o respeito pela legalidade democrática e constitucional, o que nós não queremos é transformar este parlamento num Tribunal, isso nunca, porque respeitamos os diversos poderes instituídos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vai o Grupo Parlamentar do PSD, votar contra esta Moção de Censura, porque ela se apresenta inoportuna é ilógica, num momento em que o nosso empenhamento vai para um trabalho profundo de mobilização da sociedade civil açoriana à volta do

desenvolvimento regional, que apesar das dificuldades do presente, apresenta perspectivas de crescimento superior às apontadas a nível nacional.

(Risos dos Deputados Carlos Mendonça e Dionísio de Sousa)

No **tabuleiro das ilhas,** no "baloio do progresso", sempre este Governo com isenção partidária, soube responder igualmente para todos, bem patente no tratamento dado às Autarquias dos Açores, que sendo, digo eram maioritariamente "PS", nunca foram de maneira diferente, atendidas aquelas que são Sociais Democratas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com os Açorianos em autonomia dinâmica, num rumo firme, saberemos responder nos Açores, aos desafios dum Mundo em constante mudança.

Haveremos de vencer os novos desafios em solidariedade, diálogo, justiça social e realismo, mas com o sentido e a responsabilidade do cargo que cada um ocupa, procurando, no debate das ideias, encontrar o melhor caminho a percorrer.

Fá-lo-emos não motivados pelo "desespero de não ser aquilo que ainda se não é".

Não no atirar a pedra, sem pensarmos que afinal também temos vários telhados de vidro.

Esta Moção de Censura, faz-nos revigorar o entusiasmo de sempre, mais projectamo-nos para a dinâmica da primeira hora, porque fomos capazes de, ao longo deste percurso de 17 anos termos sabido equacionar os ensinamentos e as recomendações que o Povo dos Açores nos seguisse, ultrapassado obstáculos vencendo adversidades.

Melhor, hoje e agora, sentimo-nos mais motivados, porque não andamos na política recalcados, revoltados, auto-elogiando-nos, orgulhosos da nossa própria vaidade. Praticamos a política com entusiasmo, com clareza e também com simplicidade, coerência e, acima de tudo tolerância.

Julgo que na política é a tolerância e a humildade que marca, define e projecta os homens.

Assumimos que num regime democrático como aquele e que vivemos também as oposições tem o seu valor e o seu espaço, gerindo-o como melhor o entendem, e

assumimos que também erramos, mas sempre soubemos corrigir os nossos erros para podermos avançar em frente.

Para nós PSD, unidos para o povo açoriano, a derrota desta Moção de Censura, será mais umaa vitória desse mesmo povo.

Presidente do Governo Regional *(Mota Amaral):* Muito bem! Muito bem!

O Orador: E termino num tempo que é de contínua mudança dos cenários internacionais, não podemos antecipar, ou fazer projecções futuras muito infalíveis, a isso nos obriga a realidade dos tempos.

Mas o PSD, não teme o futuro, porque **a nossa grande Universidade, tem sido a luta do dia** a dia em prol da evolução da sociedade açoriana, e aquilo que acima de tudo pretendemos deixar às gerações do futuro, são os princípios programáticos pelo que se rege o nosso partido: o respeito pela pessoa humana.

Conceitos que, infelizmente, não ganharam raízes nesta oposição Açoriana.

Em Junho de 1993, vamos dizer não a este "largo voto de protesto" apresentado por um conjunto que eu não pretendo intitular de "carpideiras" que neste caso são os Partidos da Oposição.

Mas o senhor "Deputado Chefe" do PS, e Chefe não é ofensivo, porque era o Tratamento que V. Exa. dirigia ao Presidente do Governo Regional neste Parlamento em 1976.

Esta Moção de Censura, talvez fique e cito V. Exª. "como um acto que propagandeou a minha imagem política" e decerto irei sair como o herói de todo este processo, acrescentarei agora embora a reboque, sublinhe-se do CDS/PP, como aqui referiu o Sr. Deputado "Independente" eleito nas listas do já citado partido.

Mas, não poderia terminar sem vos dizer como há tempos atrás referia um meu colega de bancada.

"Lá para o povo que nos elegeu espera mais trabalho, mais solidariedade, menos folclore".

É hora senhores governantes e Deputados do PSD, de irmos ao trabalho, porque no tocante ao folclore, que outros o façam, mas cientes também que até nisso, "nas pedrinhas do cais" "existem cada vez menos nomes escritos".

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz para uma intervenção.

Deputado Victor Cruz *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Ainda está fresca na memória colectiva dos Açorianos a efervescência política vivida nas eleições legislativas regionais de Outubro passado.

O debate foi vivo e esclarecedor.

Todos expressaram os seus projectos, num ambiente de vivência democrática própria dos actos eleitorais em países livres.

Apresentaram-se não só os candidatos a Deputados, bem como se indicaram candidatos a Presidentes do Governo e até a Presidentes da Assembleia Legislativa Regional.

Os democratas saborearam a liberdade, o debate e as divergências.

O povo foi às urnas.

O PSD saiu vitorioso, obtendo a maioria absoluta dos Deputados no Parlamento, sem a qual não assumiria funções governativas.

É com esta memória bem viva que o PSD encara o debate desta Proposta de Moção.

Não nos esquecemos da vitória de 11 de Outubro, nem das responsabilidades acrescidas que então assumimos.

Como também não nos esquecemos da maioria parlamentar do final do último mandato, altura em que se implantou nesta Assembleia um conflito de legitimidade que só nas urnas se viria a dirimir.

Não é pois sem memória que o PSD se apresenta a este debate e muito menos sem relembrar a razão popular.

Ora isso irrita a oposição, embora não esgote o debate.

É ou não natural que o PSD releve que as eleições são a fonte originária da legitimidade política da sua maioria parlamentar? Claro que sim!

Tanto mais assim é que a leitura política que fazemos não nos suscita sequer a necessidade de actualizar esta legitimidade recorrendo a qualquer mecanismo estatutário ou regimental, como um voto de confiança.

Pelo contrário a oposição pretende realizar a sua vontade pré-eleitoral.

Saudades de um tempo de esperança? Talvez.

Sonho de uma oposição desgastada?

Talvez.

Realismo? Isso, certamente que não.

Presidente do Governo Regional *(Mota Amaral):* Muito bem! Muito bem!

O Orador: Na verdade, esta Moção de Censura está ferida de um problema, mas segura por uma certeza.

O problema é o de sempre, pois ao pretender a queda do Governo acaba por desejar o que o povo não quer.

A certeza, que não é a de sempre, é a de que esta Moção de Censura não será aprovada.

Todos estamos lembrados da maioria parlamentar que se instalou, contra a vontade popular, neste parlamento.

Pergunta-se então: porque não apresentou a oposição uma Moção de Censura na altura em que o PSD não tinha a maioria? Será porque o IV Governo Regional era bom, mas o V Governo Regional é mau?

Será que o PS não censura quando pode assumir as consequências de tal iniciativa e censura quando sabe que isso não terá consequências práticas?

Será que seis meses de Governo são suficientes para emitir um juízo fundado de censura, mas todo um mandato não justificou a mesma opção?

Porque será assim?

Não é certamente porque a oposição prefere desempenhar a sua tarefa, deixando para o PSD as responsabilidades governativas.

Também não é, com certeza, por mudança de estilo da oposição ou por mudança de liderança de oposição.

É, isso sim, porque na situação do final do anterior mandato a oposição sentiu-se com a força que não era sua, fez tudo o que pretendeu, mesmo aquilo que demonstrava a sua verdadeira legitimidade - fazer cair o governo.

Hoje, apenas passados sete meses, antecipando o que não é antecipável e prevendo o que não é previsível, a oposição entende ser oportuna apresentar uma moção de censura.

Parece, afinal, que não quer a queda do Governo, mas utiliza a única figura estatutária e regimental que pode ter estas consequências.

Diz-se que é para esgotar os mecanismos de fiscalização e de censura. Mas porque lançou mãos deste mecanismo, quando ainda não usou muitos outros que permitem o debate e asseguram os mesmos objectivos de uma Moção de Censura que pretende censurar, mas não quer derrubar o Governo?

Não é, certamente, por desconhecimento dos mecanismos regimentais.

É, isso sim, por delírio de liderança, por opção estratégica de quem desconfia que pode não ter muitas mais oportunidades para exibir a sua censura e, por isso, não se importa de vestir esta censura precoce, este desejo sem raiz popular, esta iniciativa sem oportunidade e esta oposição com pouco jeito.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Neste debate já se censurou a acção governativa desenvolvida antes das eleições de 11 de Outubro, esquecendo-se que esta já foi julgada nas urnas na manifestação democrática por excelência que são as eleições.

Quer com isso a oposição censurar o PSD porque ganha eleições?

Quer censurar o povo porque vota maioritariamente no PSD?

Uma coisa é certa, a oposição não percebeu que 11 de Outubro virou uma página, mas já pressentiu que as eleições autárquicas vão ser um problema;

Vozes do PS: Não se sabe!

O Orador: É entre estas barreiras, cada vez mais aflitivamente apertadas, que se optou por apresentar esta Moção de Censura, na mira de que os obstáculos e dificuldades que o Governo enfrenta não são entendidos e não serão ultrapassados.

A confiança que foi dada ao PSD para Governar não foi concedida no pressuposto de que só enfrentaríamos facilidades, nem tem um prazo de validade de sete meses.

Mesmo que o PS deixe entender que não é seu objectivo derrubar o Governo, embora tenha optado pela opção regimental e estatutária que justamente mais se distingue das outras por isso mesmo, o PSD não se abstraiu de indagar das condições que esta oposição teria de assumir funções governativas, seja sob que forma for.

É por isso que a oposição que veio para censurar, não deixou de ser censurada.

Se virtude há num debate desta natureza é que ele permite e até convida a que o PSD lance um olhar para o interior da oposição.

Ora isso permite-nos concluir que nada de substancial mudou nesta oposição para que se encorajasse a tal ponto de pretender conseguir aquilo que há tão pouco tempo e de forma tão expressiva lhe foi negado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Estamos perante uma oposição que censura o Governo quando não pode derrubar e que não o censura quando pode derrubá-lo.

Estamos perante uma oposição que não só anda às avessas com as Moções de Censura, como anda às avessas da vontade popular.

Só não admira que ande às avessas com o Governo porque isso é natural.

Esta Moção de Censura é tão inoportuna como desadequada, é tão ineficaz como pretensiosa.

Em suma, esta Moção de Censura não pesou em nada o Governo e não aliviou em nada a oposição.

Para quem queria ter lucro, foi mau negócio.

Para quem teve prejuízo, pior ainda.

Que mau destino para a primeira moção de censura deste processo autonómico.

Que bom estimulo para quem assumiu funções governativas todos estes anos.

Como em 17 anos o desgaste político atingiu menos quem governou e mais quem foi oposição.

E como tudo parece continuar na mesma.

E é assim que os Deputados da oposição são os primeiros subscritores do insucesso desta Moção.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, não temos mais inscrições na Mesa. Sem inscrições...

O Sr. Deputado Paulo Valadão pede a palavra para?

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, apenas para saber os tempos que restam às diversas forças partidárias.

Presidente: O Governo dispõe de 34m e 50 s; o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dispõe de 24 m e 45 s; o Grupo Parlamentar do PSD dispõe de 1 h 06m e 15s; o CDS/PP dispõe 11m e 25s e o PCP dispõe de 6m e 50s.

Não havendo mais inscrições na Mesa, sou levado a concluir que mais nenhum dos grupos parlamentares nem o Governo, pretendem intervir neste debate, nesta fase e antes das intervenções finais.

Portanto, nesta circunstância e não havendo mais intervenções, vamos passar às intervenções finais, pelo que darei a palavra, de seguida, ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O debate da Moção de Censura proposta pelo PS, CDS/PP e PCP está a chegar ao fim.

O debate foi elucidativo a vários títulos.

Deputado Victor Evaristo *(PSD):* Elucidativo ... muito!

O Orador: Já vamos explicar porquê:

Em primeiro lugar ficou demonstrado pela argumentação despendida, que a Oposição analisou com rigor a situação existente e a gravidade que dela resulta, quer para o futuro imediato, quer para o futuro do Sistema Autonómico.

Em segundo lugar ficou demonstrado que o PSD e o Governo, ao não darem respostas claras às acusações que lhes são dirigidas na Moção de Censura, não dispõem de quaisquer argumentos sólidos que constituam uma defesa coerente dos seus actos políticos, o que o Governo e o PSD aqui fizeram foi divergir e não pôr em confronto aquilo que de facto nós apresentamos com aquilo que deveriam pôr.

Em terceiro lugar ficou também demonstrado que este era o momento certo para a Oposição censurar o Governo, pois não pode esquecer-se que a gravidade da situação e a falta de argumentos de defesa do Governo, são a melhor prova da necessidade e oportunidade de uma atitude política responsável e forte da parte da Oposição.

Em quarto lugar ficou igualmente claro que a convergência das várias forças da oposição em matérias desta magnitude é o único processo político legítimo de demonstrar as fragilidades das políticas e o perigo das orientações do V Governo.

Em quinto e último lugar ficou também demonstrado que o Governo e o PSD ao persistirem neste rumo desnorteado e progressivamente aventureiro tomaram sozinhos e isolados a responsabilidade pelas consequências que advirão.

Este Governo Regional apresentou ao eleitorado e fez aprovar nesta Assembleia, apenas com os votos do PSD, um Programa que sabia que não ia cumprir.

Depois das promessas eleitorais vieram as palavras afirmativas e distantes que fizeram saber que não havia meios, vieram as propostas inconstitucionais, vieram as atitudes pouco claras e ilegais, vieram as pressões sobre os órgãos judiciais.

Depois das promessas eleitorais e da gestão pré-eleitoral das finanças regionais veio a realidade gerada pelas políticas e pelos métodos do PSD.

Estabilidade política só há aquela que resulta do auto-isolamento de uma maioria que não sabe governar no quadro Constitucional.

As propostas governativas principais foram declaradas inconstitucionais.

A Revisão do Estatuto, outra matéria prioritária para o Governo, está a ser tratada por forma que corre o risco de vir apenas a ser aprovada pelo PSD.

A actividade governativa toma cada vez mais a natureza de gestão de assuntos correntes.
O mal estar, mesmo nas hostes da maioria, é evidente.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: A incapacidade do Governo e do PSD em tirar lições do passado para corrigir os comportamentos do futuro é patente.
À oposição compete deitar mão de todos os mecanismos democráticos que tem acesso, no sentido de ajudar a criar as condições indispensáveis para que possa vir a aparecer uma alternativa a esta situação de verdadeiro desmorenamento que o PSD criou.
Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
O facto de neste debate o Governo não ter dado respostas claras em relação aos problemas financeiros, obriga os três partidos da Oposição a requererem a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que tem como objectivo avaliar a situação das Contas Públicas da Região Autónoma.
Tal atitude é um acto imprescindível em relação a um Governo que conduziu a Região à situação em que ela está.
O Grupo Parlamentar da maioria irá votar contra a proposta de Moção de Censura e irá assim transformar a totalidade e cada um dos Deputados do PSD em corresponsáveis totais pela política do V Governo Regional e pelas consequências dessa política.
O Governo e o PSD saem deste debate com mais uma derrota política pois, a eles competia demonstrar, não que têm 28 votos parlamentares, pois isso já se sabia, mas sim que teriam razão, e isso não conseguiram.

(Risos das bancadas do PSD e do Governo)

Os partidos da Oposição ao apresentarem esta Moção de Censura cumpriram o seu dever político para com os açorianos, e lançaram de forma decidida, o desafio

irrecusável **de se encontrar a maneira da Autonomia Constitucional ser defendida.**

A vida política nas instituições e na sociedade continua, e é legítimo, apelar a todos os cidadãos descontentes e preocupados, que conjuguem esforços no sentido de demonstrarem que os Açorianos sabem dirigir os seus destinos, no quadro do seu País e aproveitando todos os recursos existentes.

O V Governo Regional do PSD, ao pôr a Autonomia em perigo, como está a pôr, chegou a um limite que impõe respostas sérias, permanentes e consequentes.

O PCP/Açores, defendendo a convergência, dará continuidade a esta luta.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e CDS/PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Menezes.

Deputado José Gabriel Menezes *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tinha uma intervenção preparada para vos ler nesta altura, mas dado o adiantado da hora, resolvi que seria melhor tecer apenas umas breves considerações.

Como Independente, responsável apenas perante o eleitorado, pela lista que integrei, custou-me participar neste debate.

Ao longo das fastidiosas horas deste debate, pouco ou nada se disse sobre os verdadeiros fundamentos da Moção que era suposto discutirmos.

Assistimos sim, ao verdadeiro "ping-pong" verbal, sem que novos argumentos fossem ventilados. Na realidade, não se defendeu o Governo, nem se apresentaram argumentos capazes de contradizer as acusações aqui feitas por toda a oposição. E essas críticas não são apenas da oposição partidária. Também no meu dia a dia, no contacto com cidadãos que não têm quaisquer ligações partidárias, ouço as mesmas críticas, muitas vezes feitas por quem votou no PSD nas últimas eleições. E as razões dessas críticas são aquelas que nesta sessão já apresentei. O divórcio entre aquilo que se prometeu antes das eleições e aquilo que o Governo vem fazendo.

Agora dizem que as circunstâncias se alteraram e que os recursos que ora a Região dispõe são outros.

A mim parece-me claro que os Srs. sabiam, bem antes das eleições, que a crise se aproximava. Contudo, decidiram arriscar tudo, incluindo a nossa Autonomia, numa tentativa desesperada de ganhar as eleições. É verdade que as ganharam, mas a factura está agora aí para ser paga e, infelizmente, não apenas pelo PSD mas por todos os açorianos.

Este deveria ter sido o conteúdo deste debate, infelizmente, não foi aquilo que a maioria de nós aqui fizemos.

Falou-se de tudo, de neonatalidade, de geotermia, de marxismo, filosofia, etc., etc. Em conclusão, não ouvi nada neste debate que fosse capaz de alterar a posição de quem quer que fosse. E nisso, também me penitencio.

Após todas estas horas de debate, o sentido de voto de todos nós é o mesmo de quando aqui entrámos. Deixo-vos com esta questão:

O que ganharam os nossos eleitores com tudo isto?

Vozes do PSD: Nada, nada!

(Risos do Governo e do PSD)

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Arruda.

Deputado Manuel Arruda *(PSD):* Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

A Proposta de Moção de Censura, apresentada pelos Partidos da Oposição nesta Câmara, ao legítimo governo dos Açores, mais parece uma peça da velha mitologia grega fruto da sua ficção e irrealismo.

Ora passemos à constatação de factos.

O V Governo Regional dos Açores foi constituído após a estrondosa vitória do PSD nas eleições legislativas de 11 de Outubro de 1992.

O PS apresentou-se ao eleitorado com candidatos à Presidência da Assembleia Legislativa Regional e Presidência do Governo Regional. Ambos os candidatos, em

consequência dos resultados eleitorais, viram frustradas as suas expectativas, pelo que se encontram sentados na bancada do PS. Um, falando a propósito e fundamentalmente a despropósito, pois considera-se o melhor do mundo; o outro, tem primado a sua actuação, ou antes falta dela, pelo silêncio.

No período de campanha eleitoral a palavra mais usada pelo PSD foi a estabilidade governativa. Por seu lado, a oposição falava em mudança.

O Povo dos Açores escolheu, de modo claro e inequívoco a estabilidade que conduz ao progresso.

O legítimo governo dos Açores apresentou a esta Assembleia o seu Programa de Governo, bem como o Plano de Médio Prazo e Plano e Orçamento para 1993 que foram aprovados por maioria. Logo a Região dispõe de todos os mecanismos legais para a prossecução dos seus objectivos, quais sejam continuar a proporcionar melhores condições de vida e bem estar à população que, livremente, escolheram o PSD para governar os Açores nos próximos 4 anos, quer a oposição queira, quer não queira.

Com a apresentação desta Proposta de Moção, o PS tenta, sem o conseguir, focalizar a opinião pública na governação regional, fazendo esquecer a onda de demissões que aconteceram no Partido, e provavelmente, virão mais.

Não nos esqueçamos que os que pediram a sua demissão foram eleitos para as cúpulas da organização partidária no pretérito mês de Fevereiro!

A apresentação da presente Proposta de Moção de Censura demonstra irresponsabilidade dos partidos da oposição.

No ano que antecedeu as eleições legislativas de Outubro de 1992, a oposição detinha maioria nesta Câmara.

Tudo apontava para que neste período houvesse uma Moção que pudesse destituir o governo. Tal nunca aconteceu numa clara prova de falta de entendimento, ou talvez, falta de convicção nos propósitos. Alguns meses mais tarde veio a provar-se o porquê da demagogia e hipocrisia das teses da oposição.

Naquela altura, como agora o legítimo governo dos Açores e o partido que o sustenta, puseram à frente dos seus interesses partidários, o do Povo dos Açores.

Naquela altura, como agora, o PSD derrotará a Moção de Censura apresentada com os argumentos da falta de oportunidade política, na vontade indómita dos Açorianos pela estabilidade política.

Por tudo isso, esta Moção de Censura acabará por surtir o efeito contrário ao que o PS pretendia, pois o resultado prático e a conclusão do debate é a de que este governo viu reforçada e reafirmada a confiança da maioria deste Parlamento. Coisa que o Governo não pediu, mas que a Oposição nos deu oportunidade para reafirmar.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional *(Mota Amaral):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

O Governo tomou a sério a moção de censura apresentada pelos partidos da Oposição.

Cumprindo a rigor as nossas obrigações, preparámo-nos todos para este debate.

Estudámos atentamente o documento em que os partidos da Oposição sintetizaram as suas "censuras".

Fomos cumprir os processos, verificar os números, apurar os pormenores.

Trouxemos hoje para esta Casa intervenções bem estruturadas, que responderam totalmente e sem contradita, às objecções formuladas na suposta moção de censura.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Um por um, os assuntos abordados pela Oposição foram explicados; rebatemos também, com vigor, os argumentos críticos, demonstrando a falta de fundamento da objurgatória oposicionista.

Não podíamos deixar de ir mesmo mais além: demonstrar, logo à partida, a inoportunidade da moção de censura, adiantámos algumas pistas interpretativas das razões profundas de mais esta aventura - não seria melhor dizer, desventura? - da Oposição. E de modo tão certeiro o fizemos, sempre bem apoiados pelo Grupo

Parlamentar do PSD, que os partidos da Oposição, esgotada a verba das suas habituais diatribes, saem daqui esta noite, senão convencidos, pelo menos vencidos e bem vencidos.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Pensava a Oposição embaraçar-nos, elevando a voz para qualificar, com termos tremendos, atitudes e actos concretos do Governo.

Nós, porém, temos a consciência tranquila: trabalhamos, com honestidade e de boa fé, ao serviço dos Açores e do Povo Açoriano, cientes de que esta é a nossa pequena parcela de contributo patriótico para o bem de Portugal.

Respeitamos, com escrúpulo, os princípios fundamentais do Estado de Direito democrático.

Mas nos deixamos nem deixaremos enredar nas teias de um legalismo milimétrico, escarnado, estéril, como agora faz a Oposição, que se agarra farisaicamente à letra da lei, esquecendo que o que sobretudo interessa é captar o espírito, donde procede afinal a própria vida.

Por outro lado, conhecemos os factos e temos luzes suficientes para discordar, com justificação, de qualificações apressadas, por mais respeito que nos mereçam os respectivos autores.

Isto aplica-se a questões aqui debatidas, do âmbito da actividade financeira regional.

Mas aplica-se também ao processo contra o actual Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Já expus publicamente a minha posição nesta matéria e seria redundante voltar aqui a repeti-la.

Os Açorianos sabem, porém, que, ao empenhar a minha autoridade de Presidente do Governo no apoio político ao Secretário Américo Viveiros, o faço em consciência e com razões de peso.

E a confiança que os Açorianos têm em mim, que ainda há bem pouco tempo me foi expressa, em eleições entusiásticas, pela maioria do nosso eleitorado, também nos tranquiliza quanto à capacidade, jurídica e moral, do Secretário visado para

permanecer no exercício das suas funções, até que se verifique existir mesmo, pronúncia definitiva - o que pode vir a ser impedido em resultado do recurso pendente no Tribunal da Relação de Lisboa.

Faço notar que, ao proceder assim, estou a respeitar, rigorosamente, o que dispõe o Estatuto dos Açores em plena sintonia com a própria Constituição.

E acrescento ainda que o preceito do Artº 50º, nº2, do Estatuto e do Artº 199º da Constituição, muito menos do que uma prerrogativa dos Membros do Governo, é, no meu entender, uma garantia do princípio democrático fundamental da separação dos poderes.

Como titular legítimo de responsabilidades de Estado, directamente decorrentes de eleições livres, é minha especial obrigação assegurar, neste domínio, o integral respeito da letra e do espírito da nossa Constituição.

Claro que o que a Oposição pretendia era o julgamento político sumário, na praça pública e a consequente exautoração, de um alto dirigente do PSD, ainda por cima um membro do Governo.

O PSD, porém, como partido humanista, não podia, no caso concreto, em que não há qualquer acusação de aproveitamento ilícito, mas apenas uma certa qualificação de actos praticados pelo Secretário, no exercício das suas competências legais e para objectivos de interesse público, o PSD não podia fingir-se indiferente e mandar buscar água para lavar as mãos como Pilatos.

Para os aspectos políticos deste caso - quanto aos aspectos jurídico-penais, a competência é dos Tribunais, que respeitamos, confiantes em que há justiça em Portugal, e ainda por cima não esquecemos que qualquer pessoa deve ser considerada inocente até à sua condenação em Tribunal, por sentença com trânsito em julgado.

Para os aspectos políticos deste caso, pomos o nosso crédito, o nosso peso político, do lado do militante social-democrata, Américo Viveiros, com tantos serviços prestados à causa da Autonomia e, portanto, aos Açores, frustrando a tentativa de assassínio moral que nele visavam perpetrar os Partidos nossos adversários.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E aos inquisidores que por aí há, pelas bancadas e nos velhacoutos da oposição, informo que na longa trajectória desse famigerado processo da Pró-Pico, que se arrasta desde 1985, também eu, e aliás ainda um outro antigo membro do Governo, fui envolvido como arguido.

As investigações conduzidas pela Polícia Judiciária e pelo Ministério Público concluíram pela minha total ilibação, o que foi confirmado por despacho do Juiz do Tribunal competente, que, para mim, faz já caso julgado.

Não preciso, portanto, para este efeito, como não o fiz nunca, aliás, ao longo de todo o processo, tão tranquila tenho a consciência, de contratar ou avençar quaisquer serviços de consultadoria jurídica ou outra.

Deputado Jorge Cabral *(PSD):* Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Quem parece não ter tomado nunca a sério a presente moção de censura, foi, paradoxalmente, a Oposição.

Já no termo do debate, ainda não se sabe com exactidão o que querem.

O objectivo natural duma moção de censura, é derrubar o Governo.

No calor do debate, assim o proclamaram alguns dos Srs. Deputados da oposição, gritando até, pareceu-me ouvir, por novas eleições...

Outras vozes mais cautelosas, esclareceram que o objectivo não era nada derrubar o Governo, mas apenas e simplesmente censurá-lo.

(Risos do PSD e do Governo)

No primeiro caso, razoavelmente, podemos dizer agora que os partidos da Oposição não ficaram ainda satisfeitos com a derrota do 11 de Outubro e querem mais.

No segundo, o comentário mais benigno é que os partidos da Oposição se enganaram no instrumento parlamentar que escolheram.

Como quer que seja, a consequência deste debate vai ser de certo mais uma derrota da Oposição.

E assim vão os partidos censurantes, de derrota em derrota, a caminho das eleições autárquicas de Dezembro próximo nas quais o PSD vai dar uma vez mais o seu melhor, para apresentar aos Açorianos propostas dignas e credíveis e candidatos honestos e capazes de bem servir o bem comum.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Quer-me parecer que também a opinião pública não tomou muito a sério a presente iniciativa da Oposição.

Não notei em parte alguma, qualquer sinal de nervosismo que naturalmente precede os períodos de instabilidade anunciada, como é o derrube do Governo, arquitectado para criar um pouco de "pathos" político na Região e no País, a moção de censura conclui-se em "flop" e os partidos da Oposição descem mais um degrau na estreita escada do descrédito.

Interrogo-me, de resto, muitas vezes, se a Região que os partidos da Oposição descrevem nas suas intervenções e para a qual assumem determinados comportamentos políticos, é a mesma em que eu vivo e pela qual tenho especiais e graves responsabilidades governativas.

É que eu vejo os Açores com outros olhos, mais claros, optimistas.

Vejo as nossas ilhas saídas já do marasmo antigo, com condições para a modernidade, fruto do labor colectivo do Povo Açoriano nesta década e meia da nova Autonomia democrática.

Vejo o progresso, as novas iniciativas empresariais, a riqueza e o bem estar que se espraiam, numa sociedade equilibrada, que goza dos dons da paz e de um ambiente de verdadeira delícia.

Vejo a nova geração açoriana, despontada para a vida já na era nova que a democracia portuguesa, a solidariedade nacional, a solidariedade norte-americana e agora também a solidariedade europeia, estão ajudando os Açorianos a construir.

Vejo também os problemas de toda a ordem e trabalho, trabalhamos todos, no Governo e na maioria, para os resolver.

Vejo a crise económica que alastra pela Europa e as dificuldades financeiras que hoje todos os Estados padecem, mas empenho-me, empenhamo-nos todos, no Governo e na maioria, para a debelar e lhes dar remédio.

A Oposição, toda de negro, só vê males, só prevê desgraças...
À custa de tanto pretender dar dos Açores uma imagem de Região do Terceiro Mundo, a Oposição cada vez mais parece pertencer ao Outro Mundo.
Estando nós, embora, em Junho, em plenos festejos do Espírito Santo e saboreando já as outras festas, digamos-lhe compungidos.
- Descansem em paz!

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.
Deputado Martins Goulart *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:
Ao encerrar o debate da Moção de Censura apresentada pelos partidos da oposição, cabe-me fazer um fazer um balanço breve.
Em primeiro lugar, o Governo Regional e o PSD não entendem nem respeitam os direitos da oposição.
Ao confundirem os mecanismos que estão à nossa disposição para exercermos, democraticamente, os direitos que estão consagrados na Constituição, no Estatuto e no Regimento, o Governo e a maioria furtaram-se a um debate político sério nesta Assembleia Legislativa Regional. Em primeiro lugar, porque não percebem nem o alcance nem a finalidade da censura política. Se ao menos lessem o que está escrito no Regimento, perceberiam que a censura política pode ser apresentada quanto à execução do programa do governo ou quanto a qualquer assunto relevante de interesse regional.
E digo-vos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, que o Partido Socialista tinha uma abundância tão disponível para caracterizar a Moção de Censura, que hesitou entre escolher o fundamento da própria censura política, porque ela poderia fundamentar, quer num assunto relevante de interesse regional, quer quanto à execução do programa do Governo Regional. Optámos por referir a questão da execução do programa do Governo, não excluindo, obviamente, a menção a um

assunto de interesse político regional que é de todos conhecido e que o Partido Socialista e os restantes partidos da oposição caracterizaram, devidamente e que agora na intervenção do Sr. Presidente do Governo Regional, para espanto desta Assembleia, para espanto daqueles que têm cultura democrática, veio aqui dizer, com a maior desfaçatez e o maior despudor, que o comportamento do Governo, ao dar cobertura política a um Membro do Governo que se encontra pronunciado pelos tribunais pela prática de crimes puníveis por 3 anos de prisão, é um comportamento normal.

Digo e repito o que fiz em intervenção final no debate do Plano e Orçamento:

"Em nenhuma Região civilizada de regime democrático, tal aconteceria. Por muito menos, quer o visado, quer o Presidente de um Governo que tivesse um membro do Governo em tais circunstâncias, quer o próprio Governo, se houvesse resistências no sentido de adoptar um comportamento consentâneo com a ética política que o regime democrático impõe, teriam um desfecho completamente diferente". E, de facto, perante a intensidade dos argumentos sem argumento, perante a peremptoridade das afirmações, perante o empenho da defesa **do militante social democrata** que serviu muito a Região e que, portanto, seja qual for o seu comportamento, merece o apoio político, a solidariedade e acima de tudo, a manifestação de confiança por parte do Governo Regional, aqui se demonstra que o Presidente Regional e este Governo Regional, estão mais interessados em proteger a estabilidade interna do PSD do que a estabilidade política da Região Autónoma dos Açores.

Vozes do Governo: Não apoiado!

O Orador: O conceito de estabilidade está subvertido nas palavras do Governo e do PSD.

Nós queremos estabilidade com as dinâmicas sociais, culturais, económicas, em marcha na Região Autónoma dos Açores. Não queremos um conceito de estabilidade para consumo de uma clientela, para consumo de um Governo, cujo único significado para a palavra "estabilidade", se confunde com "permanência, permanência no poder".

Estabilidade não significa a defesa de interesses de grupo, de interesses de partido, de interesses de clientela.

Por todas as razões que constam na Moção de Censura, por todas as razões que ao longo do debate, por falta de critério, pelos desvios intencionais que foram introduzidos num debate que deveria ter sido sério. O Sr. Presidente do Governo Regional afirmou que fizeram um estudo aprofundado. Se fizeram um estudo aprofundado, vieram ao "exame e chumbaram", porque Secretários houve que nem falaram do seu sector e vieram, simplesmente, fazer diatribes que não lhes ficaram bem, mas ficam com quem as fez.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Deputados do Partido Socialista fizeram acusações e denúncias formais, baseadas nos fundamentos da Moção de Censura, não obtiveram resposta. A partir duma certa altura, evidentemente pergunta-se "será que este Governo está com os pés na terra?"

Será que vê com os olhos que nós vemos a realidade duma Região, que sofre de Stª. Maria ao Corvo?! Aonde os agentes económicos reclamam os direitos que lhes assiste, porque estão lesados por este Governo, que não paga o que deve, que não toma as medidas necessárias para que o tecido económico, para que os agentes sociais desempenhem o seu papel fundamental nesta sociedade?!

Será que este Governo não estará sempre na sua "torre de marfim", preocupado na sua auto-defesa, na sua auto-protecção e, portanto, estando sempre distante do Povo dos Açores?

Estamos convencidos que sim. Porque não nos custa nada andar pelas ruas e as pessoas perguntam por que é que este Governo continua em funções?...

(Risos do Presidente do Governo Regional)

E os Srs. Membros do Governo?! Se não ouvem isto, se não ouvem reclamações, é porque têm um cordão sanitário à sua volta. Têm um distanciamento tão largo do

Povo dos Açores, que transformam num paraíso idílico as palavras exageradas que foram proferidas pelo Sr. Presidente do Governo Regional, a caracterizar o "paraíso terreal" que é a Região Autónoma dos Açores, neste momento, na actualidade que nós vivemos. É de facto, a demonstração de que está com os olhos fechados, está de costas voltadas para os interesses desta Região e que não está interessado em resolver os problemas dos Açores, porque não os conhece e porque não está em contacto com os cidadãos que sofrem, que reclamam e apontam neste Governo, a principal razão dos problemas que se vivem na Região Autónoma dos Açores.

Mas falemos da oportunidade da censura. Ela tem uma explicação muito, muito simples.

Se há 30 dias a esta parte, se há 60 dias a esta parte, eu poderia ter dito aqui nesta tribuna que um Governo legítimo tem por obrigação governar os Açores e tínhamos a legítima expectativa de que um Governo , dispondo de maioria absoluta, tem naturalmente à sua disposição os meios indispensáveis para funcionar, sem que a oposição possa perturbar, minimamente, a sua caminhada para a execução de programas, dos objectivos que anunciou, dos compromissos eleitorais que apresentou ao eleitorado, espantados ficamos quando, no final de Abril (no final de Abril!!), ao apresentar à Assembleia as Propostas de Plano e Orçamento, o Governo deu o dito por não dito.

Bastaria este facto, este simples facto, para que se ficasse com a certeza, em toda a Região, de que o Governo Regional faltava ao seu compromisso eleitoral. Porque se tratava duma programação a 4 anos. Não era preciso fazer o balanço final, não era preciso esperar os 4 anos. O Governo anunciou, no mês de Maio, que não ia cumprir em 4 anos o seu programa eleitoral.

Não restava à oposição, só por isso até, a atitude que não fosse a da censura política.

Quanto à questão da eficácia da censura - Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente e Srs. Deputados - a eficácia depende da vontade dos Srs. Deputados.

É evidente que se estivéssemos numa situação onde os Deputados não estivessem aprisionados a uma determinada disciplina partidária, se tivéssemos numa Região onde a praxe democrática fosse aquela, por exemplo, que existe nos Estados Unidos,

cada Deputado ia responder pelo seu voto, ia ter que explicar ao eleitorado como é que, tendo prometido X, oferecem Y e como é que se explica a mudança de posição do **antes** para **depois** do acto eleitoral.

Em qualquer regime de democracia política estabilizada, nós verificamos que por muito menos, um governo é censurado. Verificamos que a censura política é utilizada, normalmente, porque a censura política não tem que ter como objectivo imediato, único, o derrube de um governo.

Basta ler o Regimento. Está ao nosso alcance: com um número de deputados que não é até excessivo, pode ser repetida durante uma legislatura, isto é, não é um acto que deva ser banalizado, por um lado, mas é um acto que nós não devemos ter receio de utilizar, sempre que se encontrem, conjuntamente considerados, os fundamentos necessários para que, politicamente, a censura política tenha cabimento. E 7 meses, foram bastantes para conhecer a vontade política deste Governo. Ao fim de 7 meses, conhecemos a programação política deste Governo para 4 anos e poucos dias antes de conhecermos essa proposta, conhecemos uma anomalia especial neste Governo, quando a opinião pública - todo o País, toda a Região e nós também - conheceu que havia um despacho de pronúncia que incidia sobre um Membro do Governo que teria (obviamente) que ter uma atitude, política e eticamente responsável, independentemente de vir a ser condenado ou não.

A suspeita que recai sobre um Membro do Governo, pronunciado por um tribunal, fere-o, politicamente. Coloca-o numa situação de inferioridade. Coloca o Governo a que pertence numa situação anómala e cria o descrédito na instituição a que pertence. Nunca poderíamos deixar de apresentar uma censura política face, especialmente, à atitude tomada pelo Governo, no seu conjunto, de se solidarizar, política e pessoalmente, com o Membro visado.

Isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem a ver com cultura democrática, com ética democrática, com ética política.

Quem não a tem, não pode raciocinar nestes termos. Quem não a tem nem procura ter, obviamente, tentará fundamentar os seus comportamentos **sempre na defesa do poder que exerce**, porque é evidente que não querem deixar o poder, quando o poder está ameaçado. Não querem nem o farão por iniciativa livre - sabemos disso. E,

portanto, aqui estaremos, sempre, para denunciar os comportamentos irregulares, os comportamentos que põem em causa o bom nome das instituições autonómicas, porque estamos aqui representando uma grande parcela do Povo dos Açores que confiou em nós um mandato, o mandato da mudança, um mandato que não está perdido, um mandato que nós renovamos sempre no nosso trabalho diário, um trabalho profícuo, um trabalho que vos atemoriza...

(Risos do Presidente do Governo Regional)

um trabalho que vos incomoda, um trabalho que vos enerva, um trabalho que vos põe na condição de ter que atacar, da forma mais soez, membros da oposição, tentando adoptar comportamentos policiais de perseguição a agentes políticos e quando o fazem, fazem-no - obviamente - para denegrir a instituição em que participam. Utilizam todos esses métodos, porque não se sentem bem.

(Risos do Presidente do Governo Regional)

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* O que é que os Srs. fazem para isso?!

O Orador: Deste lado estamos tranquilos. Estamos tranquilos, porque seja qual for a "barragem de fogo" que, de uma forma menos hábil ou que de uma forma até ofensiva, queiram dirigir contra nós, já temos calo e treino de tudo isso. Infelizmente, já passámos por situações deste tipo.

A diferença agora, é que há 4 anos atrás o Sr. Presidente do Governo Regional era de facto o "Chefe de Orquestra", que mandava as "bocas", que incitava as hostes a se comportarem, ostensivamente, contra a oposição, contra mim, pessoalmente. Estou habituado a isso. Puseram em causa o meu doutoramento, tentaram enlamear-me, perderam sempre, vão perder todas vezes que puserem em causa a seriedade de pessoas honestas. Seja eu próprio, seja qualquer outro membro do meu grupo parlamentar, inscrito ou não no Partido Socialista.

Ninguém aqui se sente inferiorizado, porque a baixeza dos vossos ataques, a própria insensibilidade que têm para o cumprimento do mandato que devia ser dignificado por todos aqueles que foram eleitos pelo povo açoriano, a vossa insensibilidade voltar-se-á contra vós, no tempo certo. E deixem, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, que o tempo passe mais um pouquinho. Nós continuaremos por aqui. E só se a saúde faltar, é que a luta pode diminuir.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações *(Natalino Viveiros):* Nós também!

O Orador: Enquanto tivermos saúde, enquanto tivermos o desafio vivo que nos é cometido pelo Povo dos Açores, continuaremos a trabalhar. Nesta frente, noutra frente qualquer, a favor do Povo dos Açores, a favor especialmente dos desprotegidos, a favor de todos aqueles que lá fora depositam em nós a esperança **de que um dia isto tem que mudar!**

Tem que mudar para bem da democracia, para bem da autonomia, para bem do progresso e do desenvolvimento da nossa Região.

Disse.

Presidente do Governo Regional *(Mota Amaral):* Não apoiado!

(Aplausos das bancadas do PS, CDS/PP e PCP)

Presidente: Srs. Deputados, estão encerrados os debates sobre esta Proposta de Moção de Censura. Antes de passarmos à votação, quero informar a Câmara que vou usar o meu direito de voto e que vou votar com o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Moção de Censura, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: A Moção de Censura foi rejeitada com 28 votos contra do PSD e registou 21 a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP-Açores contribuíu para a apresentação e votou a favor da Moção de Censura ao V Governo Regional, pelas seguintes e principais razões:

1.º O V Governo Regional está a realizar uma política que nega de forma completa o programa eleitoral que o PSD apresentou e o programa de Governo que fez aprovar.

2.º O V Governo Regional, apesar de ter o suporte e uma maioria absoluta, não consegue atingir os seus objectivos políticos, porquanto pretende fazê-lo à margem da Constituição e da legalidade estabelecida.

3.º O V Governo Regional, perante o descalabro da situação financeira gerada pelo anterior Governo **do PSD**, mostrou-se incapaz de encontrar os caminhos que levassem ao reequilíbrio, tendo optado, de uma forma crescente, por deitar mão a expedientes aventureiros e ilegais, como são a circular pedindo a nova facturação e o Artº 7ºA do decreto orçamental.

4.º O V Governo Regional, contra tudo e contra todos, tem procurado ainda, mas sem o conseguir, revogar medidas que contribuíram, objectivamente, para assegurar o processo de desenvolvimento regional.

5.º O V Governo Regional, confrontado com uma situação judicial que nesta fase envolve um Secretário Regional pronunciado por um crime grave, optou por apoiar a manutenção em funções desse titular e incentivar uma campanha de pressão sobre os órgãos judiciais, atitudes essas que hipotecam a credibilidade dos órgãos de governo próprio.

6º O Governo Regional ao fazer tudo quanto foi apontado, em simultâneo e em apenas 7 meses, fragilizou de forma dramática, o sistema constitucional da autonomia, lançou uma verdadeira campanha de descrédito sobre a capacidade dos açorianos de se auto-governarem e pôs em perigo sério, a perspectiva de unidade regional inerente à autonomia, fez desacreditar a possibilidade de haver um diálogo político profícuo, com a soberania nacional.

Criou uma situação de fragilidade económica muito preocupante e abriu caminho à realização de políticas anti-sociais ainda mais acentuadas.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse, porque o seu tempo está-se a esgotar.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

O debate que terminou há momentos, demonstrou que a maioria que nos governa, está e quer estar isolada da vida e da sociedade.

A Moção não foi aprovada, mas o Governo foi censurado, aqui e é censurado na Região por uma população que não gosta de ser enganada, mas está a sê-lo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo para uma declaração de voto.

Deputado Humberto Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD votou contra a moção de censura por considerá-la inoportuna e vazia de conteúdo e, portanto, demagógica e irresponsável.

Na verdade, nos termos do artigo 47.º da lei n.º 9/87 de 26 de Março - Estatuto Político-Administrativo dos Açores - podem ser apresentadas moções de censura ao Governo Regional sobre a execução do seu programa ou assento relevante de interesse regional.

Trata-se, pois, de uma figura política de elevada significação no exercício da democracia, razão pela qual está consignada na nossa lei fundamental e que, por isso, impõe seriedade, objectividade e relevância políticas.

A moção de censura agora rejeitada apresentada pela oposição não cumpre aqueles desideratos.

Ainda há poucos dias, mais concretamente, há uma semana foi, por esta Assembleia Legislativa, aprovado o Plano de Médio Prazo 93/96, instrumento concretizador do Programa de Governo e que congrega as grandes linhas para o desenvolvimento sócio-económico dos Açores para o próximo quadriénio.

No debate, então ocorrido, a oposição - toda ela - desde o CDS/PP, o PS e o PCP - apenas se "lamoriou" e, mesmo, mancomunada não foi capaz de apresentar qualquer proposta válida ou fundamentada. Ficou, mais uma vez, provado que não tem projecto para a sociedade açoriana - confirmando, aliás, o resultado do sufrágio eleitoral do passado dia 11 de Outubro de 1992.

Nesse acto eleitoral o PSD apresentou-se com um líder, candidato a Presidente do Governo, com um projecto para os Açores e com listas de candidatos.

A opção livre e maioritária dos Açorianos deu credibilidade ao projecto social-democrata e, de forma inequívoca o PSD venceu; enquanto o PS foi remetido aos candidatos, um, o candidato silêncio e o, outro, o candidato avalizado em carta do Governador da Califórnia!

Quanto à questão do exercício de funções governativas pelo actual titular da Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações face ao chamado caso "Pró-Pico", o PSD com serenidade e transparência já tomou uma posição sobre esta matéria, respondendo à verdade dos factos e chamando a atenção para os valores em causa. Não podemos permitir que alguém seja tratado como criminoso quem goza da presunção de inocência - é um princípio elementar e fundamental do Estado de Direito Democrático, consagrado na Constituição do nosso País.

Também sobre esta matéria e muito recentemente a oposição trouxe aqui, a plenário, uma proposta de resolução que, após debate parlamentar, não teve a aprovação desta Assembleia Legislativa.

O Governo Regional e cada um dos seus membros tem, pois, toda a legitimidade democrática para o exercício das suas funções e competências.

O PSD que tem tido a responsabilidade de liderança política, tem sabido, com o trabalho de todas os açorianos, conduzir os Açores para novas e desafiantes fases do progresso e de bem-estar das populações, construindo um futuro de esperança e confiança, alicerçado no desenvolvimento global e solidário de todas as parcelas e centrado na felicidade do Homem.

A oposição sem credibilidade e pela falta de argumentação válida, apenas faz um discurso miserabilista e sectário, que apela ao bairrismo, mas que não motiva nem mobiliza os açorianos. Enquanto isso, o Governo responde com o diálogo com os agentes e entidades sociais, culturais e económicas, numa verdadeira abertura para a participação reforçada, activa e dinâmica, da sociedade civil.

Os principais instrumentos de política económica financeira - o Orçamento e planos - foram elaborados numa perspectiva prudente, realista e objectiva, mas potenciadora

do progresso tendo em consideração a conjuntura em que vivemos no contexto nacional e mesmo internacional. Responde o PSD, assim, à confiança e esperança expressa nas urnas, cumprindo o projecto apresentado aos eleitores e aprovado pelos açorianos.
Disse.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos. Amanhã reuniremos às 10,00 horas e a nossa ordem de trabalhos será constituída pela apreciação dos documentos que estavam agendados para a sessão de ontem que, como é sabido, por questões de ordem climatérica, não se realizou.
Estão encerrados os nossos trabalhos por hoje, muito boa noite e muito obrigado.

(Eram 3,00 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: ***PSD -*** *Carlos Silva, Jorge Valadão dos Santos, José Fernando Gomes, José Nunes, Fátima Oliveira;* ***PS -*** *Carlos Mendonça, Dionísio Sousa, Fernando Lopes, Duarte Pires, Ricardo Barros;* ***CDS/PP -*** *José Gabriel Meneses)*

DOCUMENTOS ENTRADOS DURANTE A SESSÃO

PROPOSTA DE MOÇÃO DE CENSURA AO GOVERNO REGIONAL

SOBRE A EXECUÇÃO DO SEU PROGRAMA

No dia 11 de Outubro de 1992 o PSD obteve a vitória nas eleições regionais, ficando assim comprometido a pôr em prática um extenso programa eleitoral que prometia o progresso e desenvolvimento económico e social, reforço da Autonomia e cooperação nacional e internacional. Esse programa viria a ser apresentado pelo PSD como Programa de Governo e aprovado pela Assembleia Legislativa Regional.

O Programa do Governo Regional é exaustivo e peremptório nos compromissos relativos a todo o espectro da responsabilidade governativa, da educação à habitação, do património à pesca, dos recursos humanos ao acesso ao crédito, enfim, em todos os sectores da actividade económica e social.

Poder-se-ia ser menos ambicioso, poder-se-ia pensar em menor capacidade de concretização, **mas não é admissível que os primeiros sete meses de governação se tenham caracterizado por pôr em causa tudo o que se tinha prometido.**

Na Educação, o Programa prevê a **"melhoria da qualidade do ensino em todas as ilhas"**, **"valorizar a carreira do professor na Região"**, **"melhorar a rede de edifícios e de equipamento escolar"**, mas, em sete meses de governação, a primeira medida tomada foi a de reduzir os apoios aos alunos das ilhas e concelhos onde não se lecciona o ensino secundário, a segunda foi a suspensão da progressão de carreiras dos professores, deixando salários em atraso por vários meses, e a terceira foi a do cancelamento da construção de sete escolas dos ensinos preparatório e secundário, cujo lançamento foi previsto antes das eleições, fazendo com que o Plano a Médio Prazo não contemple uma única escola nova nos Açores.

Na Saúde, o Governo Regional prometeu **"a humanização dos cuidados de saúde",** mas, em vez de promover soluções para a grave carência de médicos de clínica geral nos centros urbanos de Ponta Delgada, Lagoa e Angra do Heroísmo, resolveu promover a concentração de mais utentes pelos médicos existentes, iniciativa que o Tribunal Constitucional vetou por ilegal e inconstitucional. O facto de os Açores serem em 1992, em confronto com qualquer região ou mesmo sub-região do País, a zona onde existe a maior mortalidade infantil é um dos sintomas mais evidentes da

insuficiência da cobertura médica, mas o Governo Regional não foi capaz de retirar as necessárias ilações desse facto.

O Governo Regional prometeu aos funcionários públicos **"a concertação da política salarial"** mas diminuiu de forma ilegal e arbitrária à completa revelia dos seus compromissos programáticos e à revelia do próprio Tribunal Constitucional, o salário dos funcionários públicos regionais, criando uma discriminação inexplicável relativamente à situação consignada para os trabalhadores da Administração Central e Regional da Madeira.

O modelo de Autonomia que o Governo Regional pretende pôr em prática nos sectores de âmbito social parece assim ser a da "autonomia negativa", regime pela qual as garantias, direitos e avanços alcançados no resto do País não seriam postos em prática nos Açores. Esse modelo de "autonomia negativa" que o Governo Regional pretende impor é responsável por fazer com que tenha ganho adeptos o projecto de recentralizar os sectores sociais na Administração Central.

No Programa que o Governo Regional apresentou, a Economia ocupa o lugar cimeiro, mas o primeiro acto do Governo Regional neste domínio foi o de extinguir organicamente a Economia na estrutura do Governo Regional.

Enquanto no seu Programa, o Governo Regional surge com uma abundância de incentivos ao investimento, na prática governativa os vários programas de incentivos ao investimento no Turismo, na Agricultura e na Indústria foram suspensos "sine die", de forma ilegal e arbitrária, dado que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores não aprovou nenhum diploma nesse sentido.

Enquanto no Programa do Governo Regional se promete que a Zona Franca de Santa Maria será um factor de desenvolvimento regional, a prática do Governo transforma-a num poço de ilegalidades e favorecimentos, tendo o próprio accionista maioritário da concessionária da zona franca (a ZOFRAM) proposto a dissolução da sociedade.

Enquanto no seu Programa, o Governo Regional se compromete a incentivar a actividade empresarial, a prática do Governo Regional é a de deixar as contas por pagar originando uma gravíssima crise de pagamentos e lançando a crise, o desemprego e a falência das empresas.

Enquanto no seu Programa o Governo Regional anuncia, através da aplicação do programa comunitário POSEIMA, o abaixamento dos custos dos bens essenciais, nenhuma baixa de preços desses produtos chegou ao destinatário previsto por esse, programa comunitário: o consumidor.

Ao compromisso de **"Apoio à reabilitação de edifícios habitacionais degradados"** respondeu a prática governativa com a suspensão de todos os processos de apoio à habitação.

O **"programa prioritário de combate à eutrofização das lagoas"** do compromisso governamental resumiu-se até agora a duas iniciativas legislativas que, de tão medíocres, abortaram antes mesmo de nascer e a repetição das promessas na opinião pública sem que tenha surgido qualquer programa coerente nesse domínio que é efectivamente prioritário e urgente.

A quantificação do falhanço de todos os compromissos é feita no Plano a Médio Prazo 1993-96.

Apesar de a inflação ter reduzido para dois terços o valor real dos números constantes neste Plano a Médio Prazo em comparação com os números apresentados no Plano a Médio Prazo há quatro anos atrás, mesmo em termos nominais, os cortes são avassaladores.

As Construções Escolares passam de 10,09 milhões de contos para 4,6 milhões de contos;

Os Equipamentos Escolares passam de 685 mil contos para 550 mil contos;

O Desporto passa de 2,534 milhões de contos para 700 mil contos;

A Defesa do Património passa de 4,147 milhões de contos para 1,8 milhões de contos;

As Actividades Culturais desaparecem!

A Segurança Social passa de 2,907 milhões de contos para 1,31 milhões de contos;

A Juventude e Recursos Humanos passa de 6,357 milhões para 2,050 milhões de contos;

A Habitação e Ordenamento passam de 10 milhões de contos para 6,2 milhões de contos;

Os Equipamentos Colectivos passam 2,98 milhões de contos para 520 mil contos;

O Ambiente passa de 860 mil contos para 420 mil contos;

A Agricultura passa de 33,25 milhões de contos para 14,016 milhões de contos;

As Pescas passam de 17,45 milhões de contos para 4,534 milhões de contos;

O Turismo passa de 8,865 milhões de contos para 4,68 milhões de contos;

A Energia passa de 7,48 milhões de contos para 825 mil contos;

Os Transportes e Comunicações passam de 39,05 milhões de contos para 20,58 milhões de contos;

O Comércio passa de 1,5 milhões de contos para 783 mil contos;

Em termos globais trata-se de passar de um PMP 1989/92 que previa 171,8 milhões de contos para um PMP 1993/96 que prevê 84,7 milhões de contos. Mesmo se tivermos em conta o corte efectuado no anterior PMP 1989/92 em 1990 e que desceu o seu valor global de 171,8 para 140,855 milhões de contos, o corte de verbas continua a ser demolidor.

Mais grave do que a queda de todos os compromissos fundamentais com as políticas sociais e de desenvolvimento económico foi, no entanto, a quebra do compromisso com o sistema autonómico, com a legalidade democrática e com os princípios de um Estado de Direito.

O Programa do Governo Regional prometia reforçar a Autonomia através da valorização da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, mas o PSD apresentou uma proposta de alteração do Estatuto em que, com a obstinação de combater a Assembleia Regional, chega a propôr transferências de competências desta para o Ministro da República.

O Programa do Governo Regional prevê a adaptação do sistema autonómico à dinâmica da Unidade Europeia, mas inviabilizou a proposta do PS de que essa adaptação ficasse consagrada constitucionalmente.

Para o Governo Regional o cumprimento da legalidade democrática é letra morta.

Para o Governo Regional também foi letra morta o respeito pela Natureza e pela realidade social ao ponto de ter promovido uma alteração da hora legal que perturbou profundamente a nossa vivência comunitária.

O Governo Regional não cumpre as normas constitucionais e legais que impõem o cumprimento atempado dos compromissos financeiros.

O Governo Regional nunca diligenciou seriamente junto do Governo da República no sentido de serem estabelecidas normas precisas e actualizadas que permitissem definir um adequado relacionamento financeiro entre o Estado e a Região, como tem sido defendido pelo conjunto da oposição.

O Governo Regional, depois de ter inventado receitas que sabia não ter qualquer hipótese de vir a cobrar, opôs-se à proposta do PS para que o Estado viesse a cobrir as antigas receitas relativas ao acordo das Lajes, aumentando sensivelmente as dificuldades em que colocou os seus credores.

O Governo Regional solicitou aos agentes económicos a falsificação de facturas a fim de ele próprio falsificar as contas e os orçamentos que apresenta à Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Por último, um membro do Governo foi pronunciado pela prática de um crime continuado de falsificação de documentos em concurso com a prática de um crime de abuso de poderes, crimes puníveis com pena de prisão superior a três anos.

Temos assim que, o Governo Regional, tem como um dos seus elementos em exercício de funções, uma pessoa em liberdade provisória mediante caução carcerária de 3.000 contos.

O Presidente do Governo Regional incrivelmente declarou que não há qualquer motivo para propôr a sua exoneração e manifesta-se publicamente solidário com os actos praticados pelo arguido e pelos quais foi pronunciado, assumindo publicamente como facto irrelevante a falsificação de documentos e o abuso de poderes. Por isso, o Presidente do Governo Regional é co-responsável pelos crimes de que é acusado o actual Secretário Regional de Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicação. E ficam os membros do V Governo Regional política e moralmente responsabilizados pelas consequências decorrentes da permanência em funções do Secretário Regional pronunciado por tão graves ilícitos penais.

Agravando ainda a situação, desenvolve-se uma campanha orquestrada de pretenso desagravo que mais não visa do que pressionar ilegitimamente o poder judicial e de considerar como actos normais de gestão corrente os crimes de falsificação de documentos e o abuso de poderes.

A Autonomia Regional tem de assumir plenamente os valores democráticos do respeito pela legalidade por parte de todos os cidadãos, tal como o impõe a Constituição da República.

A consagração do princípio de que, na Região Autónoma dos Açores, as leis não se aplicam a governantes é insustentável no plano do Direito, da moral pública e é totalmente incompatível com o modelo de sistema autonómico que preconizamos.

Perante a conjugação de todos os factos descritos, a gravidade das situações criadas num curto espaço de sete meses e a incapacidade amplamente demonstrada pelo V Governo Regional em proporcionar soluções para a crise política, económica, financeira, social e institucional que afecta a Região Autónoma dos Açores, os Deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, da Representação Parlamentar do CDS/Partido Popular e da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português apresentam uma moção de censura ao Governo Regional sobre a execução do seu Programa, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 47.º da Lei n.º 9/87 de 26 de Março.

Horta, Sala das Sessões, 27 de Maio de 1993

Os Deputados Regionais, *José António Martins Goulart, Alvarino Manuel Menezes Pinheiro, Paulo António de Freitas Valadão, Fernando Manuel Machado Menezes, Fernando Rosa Rodrigues Lopes, Ricardo Manuel Rodrigues Barros, Carlos Manuel Martins do Vale César, Manuel Goulart Serpa, António Manuel da Silva Melo, Carlos Manuel da Cunha Mendonça, José Humberto de Medeiros Chaves, António das Neves Lopes Gomes, Rogério António Mendonça de Serpa, Hélio João Magalhães Brandão Pombo.*

REQUERIMENTO

Criação de uma Comissão de Inquérito da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para Avaliar a Situação das Contas Públicas da Região Autónoma dos Açores

A partir das eleições de Outubro de 1992 têm vindo a público informações relativas à situação das contas públicas da Região Autónoma dos Açores que são extremamente anómalas e preocupantes. Assim:

1. A Câmara de Comércio e Indústria dos Açores divulgou a notícia da existência de elevados montantes de compromissos financeiros regionais relativos a anos económicos findos que não foram pagos e, ainda, de despesa efectuada sem o necessário cabimento orçamental.

Esta situação consubstancia uma violação flagrante da legalidade constitucuional e orçamental. Com efeito, o Decreto Regional nº 3/78 estipula, no seu Art.º 16.º que:

"1 - As dotações orçamentais constituem o limite máximo a utilizar na realização das despesas.

2 - Nenhuma despesa poderá ser efectuada sem que, além de ser legal, se encontre suficientemente descriminada no Orçamento da Região Autónoma dos Açores, tenha cabimento no correspondente crédito orçamental e obedeça ao princípio da utilização por duodécimos, salvas, neste último caso, as excepções autorizadas por lei.

3 - Nenhum encargo poderá ser assumido sem que a correspondente despesa obedeça aos requesitos do número anterior."

Pelas informações vindas a público, constata-se também que os atrasos de pagamento não se enquadram em nenhuma das situações previstas no Decreto-Lei n.º 235/78, de 30 de Agosto, que legitime a transição de encargos para o ano económico seguinte.

Finalmente, na elaboração das legalmente indispensáveis alterações orçamentais, aplica-se plenamente o disposto no n.º 2 do Art.º. 108.º da Constituição da República Portuguesa, que obriga a que se atenda, prioritariamente, às obrigações decorrentes da lei e aos encargos contratualmente assumidos, princípio aplicável, por interpretação sistemática, ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores do ano 1992.

Nesta situação o Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Legislativa Regional dos Açores solicitou à Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, nos termos do nº 2 do Artº. 16º da Lei nº 86/89, de 8 de Setembro, a verificação de qual era a diferença entre a despesa comprometida e a despesa efectivamente paga pela Tesouraria Regional no ano económico de 1992, bem como a existência de compromissos financeiros do Governo Regional sem cabimento orçamental e transição de despesas do ano económico de 1992 para o de 1993 sem enquadramento legal.

O senhor Juíz Conselheiro da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, em resposta a este requerimento, proferiu um despacho em que se refere, nomeadamente:

a) "A situação de quase inoperatividade em que se encontram os Serviços de Apoio do Tribunal por negligência do poder político";

b) A inexistência de meios humanos para "proceder de imediato a uma averiguação exaustiva daqueles factos e ou de outros que com eles possam estar relacionados ou que deles tenham sido causa"; e,

c) "O interesse público exige e o regime constitucional de democracia económica e de divisão de poderes do Estado impõe que o Tribunal de Contas como órgão supremo de fiscalização das despesas públicas, disponha de meios para poder com eficiência e isenção exercer as funções que lhe competem de forma a dar resposta pronta e eficaz às exigências que os cidadãos directamente ou através dos seus legítimos representantes, tem o direito de ver concretizadas".

2. Na Região Autónoma dos Açores a despesa pública tem um peso relativo muito grande e crescente no produto, pelo que toda a actividade económica é extremamente sensível à falta de pagamentos pelos poderes públicos.

A multiplicação de compromissos financeiros públicos no período pré-eleitoral, mesmo quando para tal não tinha sido estabelecido qualquer orçamento, e a subsequente paralisia da actividade governativa, desrespeito de compromissos financeiros, que se veio juntar à situação de corte ilegal dos salários dos funcionários públicos, aumentou de forma muito pronunciada a influência negativa no ciclo económico.

A prática governativa de multiplicar os gastos antes das eleições e restringi-los ao máximo após essa data, tem custos altíssimos, também, do ponto de vista da eficiência económica. Dado os custos fixos da máquina governativa, nomeadamente nos domínios da Agricultura e Obras Públicas, a concentração das despesas antes das eleições, com o inevitável pagamento de horas extraordinárias aos funcionários e contratação de serviços externos, e o congelamento da actividade após as eleições, com os funcionários a gastar inutilmente o seu tempo, delapida extraordinariamente as finanças públicas.

A prática de submeter a despesa apenas às regras do calendário eleitoral, para além de pôr em causa o regime constitucional de democracia económica e de divisão de poderes do Estado, e de ser directamente ilegal, no plano legislativo nacional e regional, representa assim, também, uma gravíssima delapidação dos fundos públicos e agrava os efeitos negativos da conjuntura económica.

3. Agravando substancialmente a situação, o Governo Regional endereçou inúmeras cartas a vários dos seus credores solicitando-lhes que alterassem as facturas relativas a despesas realizadas em 1992, e as transformassem em facturas relativas a despesas supostamente realizadas em 1993. Significa isto que o Governo Regional incitou os seus credores a tornarem-se cúmplices numa operação de falsificação das declarações fiscais, das contas das empresas e das contas públicas relativas aos anos de 1992 e 1993. Este convite ao desrespeito da lei por parte do Governo Regional foi já denunciado ao Ministério Público pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

4. No passado dia 26 de Março, o "Diário da República" publicou o Acórdão nº 151/93 do Tribunal Constitucional em que declara inconstitucional o Decreto Legislativo Regional nº 8/87/A, relativo ao recrutamento e selecção de pessoal para a função pública.

O Tribunal Constitucional não se pronunciou ainda quanto à inconstitucionalidade da legislação que regulamenta os concursos públicos na Região Autónoma dos Açores (Decreto Legislativo Regional nº 8/88/A publicado a 28 de Março e Decreto Regulamentar Regional nº 19/89/A publicado a 22 de Maio), no entanto, há sérias dúvidas quanto à sua constitucionalidade.

Dois dos principais diplomas que regulam a despesa pública na Região estão, assim, postos em causa quanto à sua constitucionalidade, criando assim uma situação de vazio legal.

5. O Governo Regional acrescentou à sua Proposta de Orçamento Anual da Região para 1993, e quando se encontrava esgotado o tempo de debate parlamentar, um artigo orçamental (o Artigo 7º A), em que:

a) Reconhece a existência de compromissos financeiros da sua parte com credores que não foram respeitados;

b) Reconhece que esses credores foram obrigados a recorrer a empréstimos bancários a fim de cobrir esses compromissos financeiros não honrados;

c) Reconhece que esses compromissos financeiros não foram devidamente contemplados na Proposta de Orçamento para 1993;

d) Propõe que os juros relativos a esses empréstimos sejam suportados pelo Orçamento Regional;

e) Não prevê qualquer receita orçamental para fazer face a esse novo compromisso orçamental.

Este Artigo revela que, para além da manutenção das ilegalidades atrás expostas relativas ao Orçamento e execução orçamental de 1992, o Orçamento de 1993 agrava essas ilegalidades no sentido em que as pretende institucionalizar como prática corrente.

Com efeito, o Artigo 7.º A viola o n.º 3 e o n.º 4 do Art.º. 108.º da Constituição, ao pôr em causa a regra de que todas as despesas têm de ser especificadas e para todas elas têm de ser previstas as receitas necessárias para fazer face às despesas.

6. Esta situação que põe em causa a essência do sistema democrático e autonómico não só não está resolvida como, pelo contrário, tudo aponta que se esteja a agravar, levando a que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores tenha de a considerar como decisiva.

Pelas razões expostas, ao abrigo do disposto nos nºs 2 e 3 do Artº 62º da Resolução nº 2/93 de 10 de Fevereiro, os deputados abaixo assinados requerem a constituição de uma Comissão de Inquérito para avaliar da situação das Contas Públicas da Região

Autónoma dos Açores e do cumprimento da legalidade democrática nos processos relativos ao Orçamento da Região.

Esta comissão de inquérito deverá trabalhar em estreita colaboração com a Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas e deve contar com a colaboração de assessoria técnica nas áreas de auditoria financeira, de direito orçamental, e de economia do sector público, e diligenciará obter elementos adicionais e dar seguimento a queixas que venham a ser formuladas por entidades privadas que se considerem lesadas pelas práticas atrás descritas.

Horta, Sala das Sessões, 3 de Junho de 1993

Os Deputados, *José António Martins Goulart, José Gabriel de Álamo de Menezes, Paulo António de Freitas Valadão, Fernando Manuel Machado Menezes, Fernando Rosa Rodrigues Lopes, Ricardo Manuel Rodrigues Barros, Carlos Manuel Martins do Vale César, Dionísio Mendes de Sousa, Manuel Goulart Serpa, Mário Jorge Rodrigues Machado, António Manuel da Silva Melo, Carlos Manuel da Cunha Mendonça, Rui Pedro Lopes Machado Ávila, Fernando Alberto Sousa da Fonte, Francisco Couto de Sousa, Francisco Cardoso Pereira de Oliveira, José Humberto de Medeiros Chaves, Duarte Manuel da Rocha Pires, Manuel António Oliveira Martins, António das Neves Lopes Gomes, Rogério António Mendonça de Serpa, Nélia Maria Coutinho de Figueiredo, Hélio João de Magalhães Brandão Pombo.*

A Redactora de 2ª Classe: *Ana Paula Garcia de Lemos e Nazaré*